

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
JULIANA LEMES INÁCIO

Culturas, Memórias e Outras Histórias:
processos e disputas na e pela cidade de Nova Ponte/MG (1960-2013)

UBERLÂNDIA, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
JULIANA LEMES INÁCIO

Culturas, Memórias e Outras Histórias:
processos e disputas na e pela cidade de Nova Ponte/MG (1960-2013)

Tese apresentada à Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia como
exigência parcial para obtenção do título de
Doutora em História.

Área de Concentração: História Social
Orientação: Profa. Dra. Célia Rocha Calvo

UBERLÂNDIA, 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

I35c
2014

Inácio, Juliana Lemes, 1981-
Culturas, memórias e outras histórias: processos e disputas na e pela
cidade de Nova Ponte/MG (1960-2013) / Juliana Lemes Inácio. - 2014.
205 f. : il.

Orientadora: Célia Rocha Calvo.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Evolução social - Teses. 3. Relações humanas -
Teses. 4. Trabalhadores - Nova Ponte (MG) - Teses. I. Calvo, Célia Rocha.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.
1.

CDU: 930

Culturas, Memórias e Outras Histórias:
processos e disputas na e pela cidade de Nova Ponte/MG (1960-2013)

Tese aprovada para a obtenção do título de
Doutora no Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de
Uberlândia pela banca examinadora
formada por:

Uberlândia, 25 de julho de 2014.

Profa. Dra. Célia Rocha Calvo (Orientadora/UFU)

Profa. Dra. Marta Emisia Jacinto Barbosa (UFU)

Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes (UFU)

Profa. Dra. Maria do Rosário da Cunha Peixoto (PUC-SP)

Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro (UFGD)

Este trabalho é dedicado com carinho ao meu esposo Marilson, aos meus pais Honório e Celma, aos meus irmãos Valdirene, Juliano e Helói, e a minha sobrinha Lara.

Agradecimentos

Na concretização deste trabalho não estive só. O apoio veio de muitos e agradeço àqueles que se fizeram presentes no desenvolvimento desta pesquisa, contribuindo de diferentes e de importantes maneiras. Nomear a todos é impossível. Assim, meus agradecimentos são estendidos inclusive àqueles que não tiveram seus nomes citados.

Agradeço primeiramente a Deus. Obrigada Pai por mais essa conquista, este trabalho é uma bênção na minha vida.

À minha orientadora Célia por ter acreditado em mim. Obrigada pela orientação, pelas dicas, pelos muitos atendimentos, pelas conversas que trocamos pessoalmente, via e-mail e por telefone. Muitos rumos que este trabalho aponta foram vistos a partir de sua orientação. Obrigada por me fazer ver possibilidades que, sozinha, certamente, eu não conseguiria.

Ao professor Jiani que esteve na minha banca de qualificação. Seu olhar atento, suas sugestões de leituras e sua percepção dos caminhos necessários para finalizar a tese foram muito importantes.

Ao professor Sérgio Paulo. Depois de ter composto a banca examinadora da minha monografia no ano de 2005, sua presença no exame de qualificação deste doutoramento foi fundamental para a percepção daquilo que minha tese estava se tornando. Obrigada pela leitura crítica e extremamente profissional que me fez ver alguns pontos em que era preciso avançar.

Às professoras Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Marta Emisia Jacinto Barbosa agradeço por aceitarem o convite para compor a banca examinadora, disponibilizando-se a pensar comigo este trabalho. A escrita da tese chegou ao fim, mas as reflexões continuam. A leitura de vocês certamente me fará ver outros caminhos a serem trilhados. Obrigada.

Também contribuíram para as reflexões presentes nesta tese as discussões que pude compartilhar com todos os professores do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia que, desde a graduação, tiveram papel importante na minha formação. Agradeço em especial aos professores da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais: Dilma Andrade de Paula, Regina Ilka de Vasconcelos, Paulo Roberto de Almeida, Wenceslau Gonçalves Neto e Heloisa Helena Pacheco Cardoso,

meus sinceros agradecimentos. O resultado final desta pesquisa tem um pouco de contribuição de cada um de vocês.

À professora Heloisa Helena Pacheco Cardoso, com carinho, pela importante presença na caminhada em que me tornei historiadora.

Ao meu esposo, Marilson, obrigada pelo companheirismo. Obrigada por fazer parte da minha vida de um modo muito especial. Obrigada por todo carinho e amor. Obrigada também pela paciência neste “tempo de tese”.

Aos meus pais, Honório e Celma; aos meus irmãos, Valdirene, Juliano e Helói, e à minha sobrinha Lara, agradeço pelo amor incondicional. A presença de vocês na minha vida sempre foi imprescindível. Nos “anos do doutorado” os momentos que estivemos juntos fez a diferença, transformando este período que vez ou outra foi turbulento num tempo que também significou carinho, alegria, além de apoio e incentivo. Amo muito vocês!

À minha avó Geralda, obrigada pela torcida. “Pronto, vovó! Terminei meus estudos!”

As minhas amigas Maria Gisele e Janaína Ferreira. Obrigada pelo carinho, atenção e pelas inúmeras horas despendidas ao telefone, mas também pessoalmente, quando podíamos compartilhar nossas frustrações, receios, dificuldades, mas também nossas conquistas. Obrigada pelas reflexões que me ajudaram a pensar a pesquisa, mas, principalmente, obrigada por me motivarem sempre. Janaína, sua calma e serenidade me ajudaram a concluir essa tese, tenha certeza! Gi, os bons momentos vividos nesses anos, viagens, visitas em casa, idas aos jogos de basquete e tantos outros passeios que fizemos juntas me ajudaram a não perder a dimensão de que a vida estava em curso. Você faz a diferença na minha vida.

Aos colegas de doutorado, Cleudir, Fabrício, Filomena, Paulo Roberto, Christian, Maria Aura e Ludmila, agradeço pelas oportunidades de discussões que me fizeram crescer enquanto historiadora.

Agradeço aos funcionários do Instituto de História, especialmente Josiane, Stênio e Luciana, obrigada por nos orientarem quanto aos trâmites da vida acadêmica, mas também por se preocuparem com a jornada que nos propusemos seguir.

A todos os companheiros de trabalho da Diretoria de Administração e Controle Acadêmico desta universidade agradeço por me tolerarem nas vezes em que eu, um pouco aflita ou ansiosa demais, não conseguia deixar de compartilhar o quão intenso é a feitura de uma tese. Jornada de trabalho mais tese não é tarefa fácil. Obrigada pelo

carinho e motivação fundamentais nesse tempo laborioso. Especialmente, Amanda, Anelisa, Beth, Bruno, Henrique, Suellen, Livia e Renata. A presença de vocês na minha vida, oito horas por dia, cinco dias na semana, tornou esse tempo mais feliz.

Bruno, obrigada pela ajuda com as imagens.

Henrique, um agradecimento muito especial a você. “Quer ser meu amigo para sempre, garoto?”

Aos meus chefes – Paulo, Lizete, Maria José, Vanderlan, Américo e Márcia – obrigada por terem me apoiado sempre que preciso foi.

A realização desta tese não se daria sem a especial colaboração recebida de funcionários de todas as instituições por onde passei na realização da pesquisa. Em Nova Ponte, na Casa da Cultura, na Prefeitura e na Câmara Municipal, além dos acervos particulares que tive acesso nas residências de alguns sujeitos; em Belo Horizonte, na Cemig e na Leme Engenharia, e em Uberlândia, no Arquivo Público Municipal e no CDHIS, todos que me atenderam foram importantes para que eu tivesse acesso à documentação necessária. Sinceros agradecimentos.

Em Nova Ponte fui recebida com muito carinho por todos que procurei. A produção de todas as narrativas foi fundamental para a realização desta tese e este trabalho também é dedicado a todos os entrevistados. Agradeço especialmente a três pessoas, Sr. Manoel, Sr. Iozaino e sua esposa Fátima. O carinho e a receptividade de vocês despertaram em mim um grande amor por Nova Ponte.

*E que nossos “sonhos utópicos” de um presente melhor, mas justo e feliz
advenham de nossa esperança e engajamento, nunca cedendo a tentação de resvalar
para o discurso unificador e para a busca do consenso, mas que apontem para o
múltiplo e o diferente e, portanto para a rejeição categórica de projetos totalizadores.*

Déa Ribeiro Fenelon

Maria do Rosário da Cunha Peixoto

Heloísa Faria Cruz

Resumo

Esta tese problematiza o processo social de elaboração de memórias a respeito das transformações vivenciadas na cidade de Nova Ponte/MG. Busquei compreender os modos como os trabalhadores significam mudanças e permanências nos seus modos de viver. Analiso as formas como os sujeitos lidaram com o processo de chegada de uma usina hidrelétrica ao município, a Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, provocando a desapropriação da cidade e a construção de uma nova cidade. A usina hidrelétrica foi implantada pela Cemig. Suas obras tiveram início em 1987 e a sua inauguração se deu em 1994, juntamente com a “entrega” da nova cidade. Busquei refletir sobre as maneiras como os trabalhadores instituía seus territórios na cidade antes da chegada da empresa, seus modos de viver e de trabalhar, trazendo a dureza da vida, as múltiplas relações de trabalho, mas também o tempo do lazer. Nesse sentido, as narrativas dos entrevistados trouxeram outras histórias e uma temporalidade constituída a partir dos anos 1960. Trilhando a temporalidade e os referentes de cultura elencados pelos trabalhadores, pude perceber os sentidos que atribuem ao viver na cidade que era entrecortada pelo Rio Araguari. As formas como eles distinguiam e se reconheciam nos espaços da cidade, como sendo o lado de cá e de lá do rio, indicam fronteiras de classe nas quais se inseriam. Neste trabalho emergem ainda as expectativas projetadas pelos trabalhadores em relação a mudanças, o medo e a insegurança a respeito das maneiras como suas vivências estavam sendo transformadas, buscando entender as estratégias de convencimentos criadas, e os embates forjados no processo de negociação da nova cidade. As evidências trabalhadas na pesquisa foram narrativas orais, documentos diversos produzidos pela Cemig tais como relatórios, livros, boletins informativos, recortes de jornais, fotografias, jornal e Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte.

Palavras-chave: Memórias. Cidade. Trabalhadores.

Abstract

This thesis discusses social process of memories elaboration concerning transformations experienced in Nova Ponte, MG. I sought to understand the ways how workers mean changes and continuities in their ways of living. I analyze the ways how the subjects dealt with the arrival process of a hydroelectric plant in Nova Ponte City, causing the city expropriation and a new city construction. The hydroelectric plant was implanted for Cemig. Its construction began in 1987 and its inauguration took place in 1994, along with the new city “delivery”. I sought to reflect about the ways how workers instituted their territories in the city before the arrival of the company, their ways of living and working, bringing the life harshness, the multiples employment relationships, but also the leisure time. In this sense, interviewee’s narratives brought other histories and a constituted temporality from the 1960s. Treading temporality and culture relatives listed by workers, I could realize the meanings they attach when living in the city that was intersected by Araguari River. The ways they distinguished and recognized themselves in the spaces of the city, as this side and that side of the river, indicate class boundaries in which they were inserted. This study still emerge the workers projected expectations in relation to changes, the fear and insecurity concerning the way their living were been transformed, seeking to understand the convincement strategies created, and the clashes forged in the new city negotiation process. Evidences worked in this research were oral narratives, Cemig’s various documents, as reports, books, newsletters, newspaper clippings, photographs, newspaper and minutes of Nova Ponte City Council.

Keywords: Memories. City. Workers.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Demolição da Igreja Matriz de São Miguel	35
Imagem 2 – Mapa da antiga cidade de Nova Ponte	40
Imagem 3 – Vista aérea da antiga cidade de Nova Ponte: O lado de cá e o lado de lá	41
Imagem 4 – Salto do Rio Araguari	49
Imagem 5 – “Populares saíram às ruas para protestar contra a demora das obras”	113
Imagem 6 – “Nova Ponte Caminha Para o Progresso”	120
Imagem 7 – Demolição no Bairro São João, lado de lá da cidade	127
Imagem 8 – Demolição no Bairro São Miguel, lado de cá da cidade	128
Imagem 9 – Praça São Miguel	163
Imagem 10 – Planta da nova cidade de Nova Ponte	167
Imagem 11 – O lago ao fundo da nova cidade de Nova Ponte	168
Imagem 12 – Vista aérea da nova cidade de Nova Ponte. Início dos anos 1990	169
Imagem 13 – Vista aérea do São Miguel: cidade velha	171
Imagem 14 – Prefeitura e Câmara Municipal de Nova Ponte, 11/03/2013	175
Imagem 15 – O entorno da Praça São Miguel	176
Imagem 16 – Vista aérea da nova cidade de Nova Ponte; as casas “relocadas”	179

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 NA CIDADE VELHA, OS LADOS DE CÁ E DE LÁ DO RIO: MEMÓRIAS, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS.....	32
CAPÍTULO 2 NA CIDADE VELHA OUTRAS HISTÓRIAS: MODOS DE VIVER, MODOS DE TRABALHAR.....	63
CAPÍTULO 3 CIDADE VELHA: CONFLITOS, PACTOS E NEGOCIAÇÕES.....	91
CAPÍTULO 4 TEMPO DE DEIXAR A CIDADE DE BAIXO: RECUSAS E ACEITAÇÕES NO PROCESSO DE MUDANÇAS.....	125
CAPÍTULO 5 A CIDADE NOVA E AS MEMÓRIAS DOS TRABALHADORES: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
ARQUIVOS, ACERVOS E FONTES.....	188
REFERÊNCIAS.....	195

APRESENTAÇÃO

Nessa pesquisa procurei compreender o processo social de transformações vivido na cidade de Nova Ponte/MG por meio das culturas e das experiências de trabalhadores, focando suas memórias, portadoras de outras histórias.

Os moradores dessa cidade vivenciaram a implantação do projeto de instalação de uma Usina Hidrelétrica no Rio Araguari pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) que teve como um dos seus principais desdobramentos a construção de outra cidade a três quilômetros de sua antiga sede.

Busquei pensar as diferentes versões interpretativas a respeito daquele tempo de mudanças, levando em consideração que as memórias dos trabalhadores não se constituem de modo isolado à produção de memórias pelos demais agentes sociais envolvidos naquele processo, como a própria empresa, o poder público municipal e a Igreja Católica. As memórias se forjam num campo social de embates entre as versões dominantes – porque continuam como constituidoras e instituidoras de marcos – e aquelas elaboradas pelos trabalhadores, que nem sempre tiveram visibilidade.

A noção de memória dominante, embora aponte para o poder e a universalidade de representações históricas, tendo conexões com instituições dominantes e o papel de obter consenso, está sempre exposta a contestações. Nesse sentido, as memórias são produzidas num campo de disputas, mas não dicotômico, em que algumas conseguem centralidade enquanto outras são marginalizadas¹.

A partir dessa perspectiva, refletir sobre a cultura e a experiência dos trabalhadores não significou pensar peculiaridades e especificidades, e, sim, problematizar modos de viver lembrados, ativados em suas memórias, que trouxeram as redes de relações construídas nas dimensões de suas necessidades e lutas. Dessa forma, busquei compreender o termo cultura *“como expressão de todas as dimensões da vida, incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes e, portanto, associada a diferentes tipos de realidade.”*².

O foco está em problematizar as experiências vividas na cidade antes da chegada da usina e nos significados atribuídos à transferência para a nova cidade, sobretudo para os

¹ GRUPO Memória Popular. JOHNSON, Richard; DAWSON, Graham. Memória Popular: Teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 284.

² FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 9.

moradores mais antigos. A vida na cidade nova e a presença dos trabalhadores que vieram atraídos pelas ofertas de trabalho geradas pela construção da usina, embora apareçam, não ocuparam o centro das investigações.

Nova Ponte³ localiza-se no Estado de Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro, na rodovia MG190, a poucos quilômetros do entroncamento com a rodovia BR452 e dista 75 quilômetros de Uberlândia. Chegar a Nova Ponte, dirigindo-se a partir da BR452, rodovia que liga principalmente Uberlândia a Araxá, implica em ter vistas, nas proximidades da cidade, a uma paisagem composta por pastagens, florestas de eucalipto e de pinho, plantação de cana e de soja. É a presença do agronegócio. Há ainda o Rio Claro e o Rio Araguari, este último represado, um dos indícios reveladores da existência de projetos de expansão do capital⁴ nessa região, ou seja, a presença de mais uma usina hidrelétrica.

Antes de chegar à entrada da cidade, chamam atenção a presença de empresas que atuam no ramo de reflorestamento, as instalações do Distrito Industrial, além da presença de silos que armazenam grãos. Aqueles que chegam à cidade por esse caminho também veem um local conhecido pelos moradores da cidade como Vila, é a “Vila da Cemig”. Agora integrada como bairro pertencente à cidade, a Vila foi construída com a finalidade de abrigar trabalhadores que vieram para a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte – UHE de Nova Ponte. Já a usina, localiza-se a poucos quilômetros da entrada da cidade, sua barragem serviu de ponte para a continuidade da Rodovia MG 190.

A entrada da cidade era marcada por um monumento erguido em concreto que lembrava uma ponte, uma referência à ponte sobre o Rio Araguari que interligava os dois lados da cidade, como dizem os moradores: o lado do São Miguel e o lado do São Sebastião. Esse portal de entrada é o início da avenida que cruza toda a cidade, a cidade de traçado planejado, a cidade nova.

Essa cidade nova, projetada pelos técnicos da Cemig, é conhecida na região a partir dos carnavais realizados na prainha – balneário artificial construído às margens da represa da usina –, por práticas esportivas no lago, passeios em pequenos barcos, pesca e lazer nas chácaras que margeiam a represa. É lembrada também pelas suas festas populares, principalmente a Cavalhada, propagandeada numa versão de tradição engessada.

³ A cidade possui 13.988 habitantes. Fonte: IBGE. Cidades; Minas Gerais/Nova Ponte. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314500&search=minas-gerais/nova-ponte>>. Acesso em: 28 maio 2014.

⁴ David Harvey discute os modos como a organização espacial e a expansão geográfica devem ser pensadas enquanto elementos necessários para a expansão do processo de acumulação, contribuindo para uma compreensão sobre a organização vista. Ver: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 48.

Mas, sobretudo, é a memória da chegada da hidrelétrica e das transformações que ela proporcionou que mais parece estar associada às histórias da cidade. Essa memória está ativa no presente, de modos diferenciados, nas narrativas dos trabalhadores/moradores da cidade, nos documentos produzidos pela Cemig, em lugares públicos na cidade, na historiografia e na imprensa.

Nesse sentido, foi a partir da percepção de relações de disputas mantidas/constituídas no presente que me lancei ao desafio de produzir outras histórias, tentando compreender o processo histórico a partir do vivido pelos trabalhadores naquela cidade.

A cidade nova, para onde os trabalhadores tiveram que se mudar, foi inaugurada em 1994, juntamente com a hidrelétrica. A usina teve suas obras iniciadas em 1987. O reservatório⁵ de águas da represa ocupou uma área de 443 km², 44 mil hectares⁶, tomando parte do município e da sua sede, além de parcela dos municípios vizinhos Iraí de Minas, Patrocínio, Perdizes, Pedrinópolis, Sacramento, Santa Juliana e Serra do Salitre.

O preenchimento do lago é apresentado pela empresa como sendo aquilo que exigiu a “relocação” da cidade, o que, para ela, justificou a construção de uma nova cidade – cujo projeto ficou sob a responsabilidade da equipe do Departamento de Projetos de Edificações da Cemig –, criada com traçado urbanístico distinto do anterior.

O projeto de construção da hidrelétrica de Nova Ponte foi conduzido pela Cemig, empresa controlada pelo governo do Estado de Minas Gerais⁷. A empresa passou a ter este nome nos anos 1980. Ela surgiu como Centrais Elétricas de Minas Gerais, em 1952, por iniciativa do então governador Juscelino Kubitschek, interessado em desenvolver a produção de energia elétrica no Estado e investir na “industrialização”.

No final dos anos 1960 ela se tornou uma empresa de economia mista. A aproximação com o capital privado para fins de construção de usinas se deu nos anos 1990⁸, antes mesmo

⁵ ATÉ LOGO mais, Nova Ponte. **Jornal da Cemig**, Belo Horizonte, 9 out. 1990. Acervo: Memória Cemig (Biblioteca da empresa). Este título “Jornal da CEMIG” aparece escrito à mão.

⁶ CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. Usina de Nova Ponte, Residência de Nova Ponte – Canteiro de Obras. **A área a ser ocupada pelo lago está 97% limpa**. Cemig Informa, n. 6, 3 ago. 1993, p. 2. Belo Horizonte, 1993. Acervo: Memória Cemig (Biblioteca da empresa).

⁷ Estiveram à frente do governo estadual no período de construção da usina em Nova Ponte: Newton Cardoso 1987-1991 e Hélio Garcia com dois mandatos 1984-1987 e 1991-1995. Dados obtidos no PORTAL do Governo de Minas Gerais. **Galeria de Governadores**. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/5798-galeria-de-governadores/5794/5241>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

⁸ Nos registros da própria Cemig é possível vislumbrar essa associação com o capital privado: “A década se inicia com mais um desafio para a Cemig: ser pioneira na construção de hidrelétricas em parceria com a iniciativa privada. Foi assim que surgiu a usina de Igarapava, no Triângulo Mineiro, que entrou em operação em 1998.” A associação com o capital privado foi definida em 1992. CEMIG. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br>>. Acesso em: 6 mar. 2010.

do término das obras em Nova Ponte, com a justificativa de que os problemas econômicos brasileiros eram um entrave ao financiamento externo e do governo federal.

De acordo com informações disponíveis no endereço eletrônico da empresa, no ano de 2000 a Cemig se tornou uma holding: Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão. Ela é hoje uma “*Companhia de capital aberto controlada pelo governo do Estado de Minas Gerais*”⁹, com ações negociadas em bolsas de valores, atuação em 22 estados brasileiros, além do Distrito Federal, e no Chile com a operação de uma linha de transmissão.

Portanto, é uma empresa articulada ao circuito do capital financeiro, contempla interesses de grupos hegemônicos, desde os grandes industriais ao campo do agronegócio, atendendo, ainda, o consumo doméstico, sem deixar de estar definitivamente vinculada ao governo estadual.

São esses agentes, com interesses de classe definidos, que promoveram intervenções na cidade de Nova Ponte.

Minha relação pessoal com essa cidade e o caminho de pesquisa e de reflexão percorrido na academia no curso de mestrado foram determinantes para a escolha da temática.

Meus primeiros contatos com as mudanças que se processaram em Nova Ponte se deram quando eu ainda era criança. Meu pai tem uma ligação com essa cidade, e eu conseqüentemente. Ele, meus avós e meus tios moraram em Nova Ponte durante alguns anos, na década de 1970, quando trabalharam em uma máquina de beneficiamento de arroz, mas antes mesmo disso, viviam no campo, nas proximidades da cidade, lidando com pequenas lavouras, tocadas à meia.

Além de meu pai ter conhecidos e amigos naquela cidade, o local onde vivi até os meus dezoito anos de idade, próximo ao Distrito de Tapuirama, fica perto de Nova Ponte. Tínhamos o costume de frequentar festas nas capelas “rurais” daquele município.

A proximidade com aquela cidade, e as relações de sociabilidades que estabelecíamos, fez com que minha família e nossos vizinhos compartilhassem do “movimento” da época da construção da usina e da cidade por meio das notícias que chegavam até nós.

Os relatos traziam o andamento daquelas obras imbricadas em um clima de tensão, de medo e de insegurança em relação ao “agito” criado na região, que prevaleceu durante todo aquele período.

Embora eu não tenha tido oportunidade de visitar a cidade no momento em que ela estava sendo desapropriada, nem tenha sido moradora do lugar, foi com esses referenciais que

⁹ CEMIG. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/quem_somos/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 4 mar. 2013.

participei, “à revelia”, daquele processo. Nesse sentido, essa pesquisa significou uma oportunidade de compreender melhor algumas memórias e histórias daquele processo.

As reflexões tecidas no mestrado¹⁰ também contribuíram para a escolha da temática e para o direcionamento que a presente pesquisa ganharia. Aquele trabalho problematizou experiências sociais vividas por trabalhadores no Distrito de Tapuirama, Uberlândia-MG e nele alguns conceitos me foram caros. Fui questionada a respeito de qual noção de cidade eu estava partilhando. O termo “Distrito” muitas vezes foi um entrave para a compreensão da dinâmica das relações que se forjavam. Sua imagem, corriqueiramente atrelada ao campo, fazia com que eu ficasse presa à dicotomia campo/cidade. É nessa perspectiva que os trabalhos no mestrado deixaram algumas lacunas e questões que precisavam ser aprofundadas.

Desse modo, quando me inscrevi no processo seletivo para o Curso de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, almejava começar uma nova pesquisa que não deixasse de passar pela discussão a respeito da categoria histórica *cidade*.

Nesse sentido, nesta tese, procurei dialogar com uma noção de cidade que a situa no processo histórico social¹¹, ao contrário de trazê-la como objeto de curiosidades, ou mesmo, a partir da noção de função¹², o que a expropria das relações sociais. Tampouco busquei trabalhar a noção de cidade a partir da análise de saberes científicos¹³ tidos como competentes para tal, mas que não aborda os modos como o processo social que constitui a cidade é forjado na luta.

Busquei pensar cidade a partir do entendimento de que neste termo acumula-se uma grande soma de experiências históricas e que “*são as relações sociais no seio de uma sociedade histórica que presidem à organização do espaço urbano*”¹⁴. As reflexões de Fenelon também contribuíram, acrescentando que a cidade é uma construção dos homens, “*ela é memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, público e privado, passado e futuro. A mudança é característica das cidades, mas estas mudanças têm história,*

¹⁰ INÁCIO, Juliana Lemes. “**A gente tem que ficar onde tem serviço**”: Memórias e experiências de trabalhadores no Distrito de Tapuirama, Uberlândia/MG. 2008. 167f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

¹¹ WILLIAMS, Raymond. Cidades de trevas e de luz. In: _____. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 313.

¹² LE GOFF, Jacques. Introdução; a cidade inovadora, palco de igualdade e festa da troca. In: _____. **Por amor as cidades**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 33.

¹³ BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 16-35.

¹⁴ RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986. v. 8, p. 457.

personagens e uma trama de desejos individuais e de projetos”¹⁵, sendo ainda espaço de produção de relações que podem exprimir-se em dominação ou consenso, mas também em insubordinação e resistência.

E foram essas relações de consenso que percebi como sendo as mais visíveis quando comecei a investigar essas mudanças que têm história. Desde os primeiros contatos que tive com algumas evidências incomodavam-me as maneiras como eram apresentados o alagamento da cidade e a reconstrução dela. Na imprensa e nos registros produzidos pela Cemig esses “fatos” eram tidos como os principais eventos – se não como o único – da história da cidade. O trecho a seguir é representativo disso:

A formação do reservatório da Usina de Nova Ponte, prevista para 1991, vai exigir a relocação da cidade que deu nome a hidrelétrica, já que aquela parte do município será quase completamente inundada. Assim, a Cemig está pretendendo construir nova cidade e garante que obedecerá modernos padrões de urbanismo e com toda a infra-estrutura necessária ao bem estar da comunidade. Nos novos projetos da futura Nova Ponte planeja-se uma cidade onde todos os seus moradores terão acesso aos serviços públicos, tais como moderno sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário com tratamento, redes de energia elétrica e telefonia, drenagem pluvial, vias pavimentadas, áreas de lazer, etc.¹⁶

O termo relocação utilizado pela empresa implica no raciocínio de que a nova cidade seria reconstruída tal como era. No decorrer da investigação, percebi que essa categoria “relocação” encobre um processo social vivido de lutas e de contestações dos sujeitos que experimentaram a desapropriação de seus territórios. Era como se a “reprodução” do espaço livrasse seus moradores de mudanças nos seus ritmos de vida, sem que causasse prejuízos, danos ou traumas, além de atrelar a ideia da reconstrução da cidade à melhoria no padrão de vida.

São esses significados que vêm compondo o processo social do “registrar” as transformações vividas. Também é por esse viés que na historiografia, de um modo geral, tal processo é “lembrado”. O trabalho de Gabriel Nazaré Fortunato trouxe as mudanças incididas na cidade a partir das noções de progresso, de perda e de destruição, como podemos refletir por meio do trecho a seguir:

em função do progresso, tudo que levou anos e anos para produzir, construir, estavam sendo destruídos. Toda a história, a cultura, as raízes, os valores

¹⁵ FENELON, Déa Ribeiro (Org.). Introdução. In: _____. **Cidades**. Programa de Estudos Pós-Graduados, PUC-SP. São Paulo: Olho d’água, 1999, p. 7.

¹⁶ CIDADE de Nova Ponte será transferida para outro local. **JORNAL Minas Gerais**, jun. 1988. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte. (Esta notícia se encontra em uma pasta com recortes de vários jornais. Muitos recortes não possuem informações e dados completos, nomes do jornal e data de publicação não são precisos).

estavam sendo submersos. O asfalto foi arrancado, a minha cidade virou um amontoado de escombros.¹⁷

Cidade destruída, história submersa e progresso são os termos que se destacam na interpretação do autor. Seu trabalho é representativo dos modos como este tema tem sido abordado. Na sua interpretação, a cidade foi destruída em nome do progresso. A nova cidade não teria história por ter surgido do alagamento da outra que foi submersa e não mais existe.

Embora sua pesquisa contribua por apontar os modos como os moradores se organizaram no início dos anos 1990, quando se deu o processo de expropriação da cidade, mencionando manifestações e a organização empreendida pela Igreja, me distancio da perspectiva com a qual ele lida com a noção de memória.

Fortunato se propõe a percorrer a cidade velha, buscando “*resgatar e registrar partes da memória da cidade*”¹⁸ e faz o exercício de trazer alguns espaços e edificações, considerando-os como lugares de memória coletiva. O autor fez um levantamento minucioso de algumas ruas e de alguns estabelecimentos, como se observa neste trecho: “*A Rachonete, a Pensão Hotel Nova Ponte, o Bar do Nereston, a Drogaria mesmo sendo pontos comerciais diferentes, acabaram por se comungarem, fazendo parte do cotidiano e se tornando ‘campo de memória’, sem dúvida coletivo*”¹⁹.

Diferentemente dessa perspectiva, procurei lidar com a noção de memória inspirada pelas reflexões de Alessandro Portelli, para quem a elaboração da memória e o ato de lembrar são individuais. Segundo Portelli:

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social”).²⁰

Essa percepção instiga a considerar as maneiras como cada sujeito, por meio de suas memórias que são sociais, pode contribuir para a história social, possibilitando o conhecimento de memórias alternativas produzidas na vida cotidiana, forjadas nos processos de disputas.

¹⁷ FORTUNATO, Gabriel Nazaré. **As asas do tempo perdido: re-construindo Nova Ponte**. 1999. 169f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999, p. 153.

¹⁸ Ibidem, p. 85.

¹⁹ Ibidem, p. 95.

²⁰ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 127.

Nessa perspectiva, “*trabalhar a memória em constante mudança, como um campo de luta, como alvo de disputa, de domínio e de afirmação social*”, é relevante para “*recuperar as maneiras por meio das quais a memória tem sido usada por sujeitos marginalizados ou excluídos como meio de se firmarem no social*”²¹. A partir desse entendimento, procurei traduzir em outras histórias memórias que compõem o processo vivido em Nova Ponte e que vem passando por um processo de obscurecimento²².

A historiadora Gisélia Maria Campos Ribeiro trabalhou com a noção de memória como um campo de disputas e sua abordagem se aproxima da perspectiva da memória enquanto sinal de luta e processo em andamento²³, que procuro compartilhar nesta tese.

Ribeiro problematizou o processo de construção da hidrelétrica Candonga entre os municípios de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, na Zona da Mata Mineira. Na sua pesquisa, a autora investigou como os trabalhadores de São Sebastião do Soberbo, distrito rural submerso, reconstróem modos de vida, seus sentimentos de perda, as novas condições de produção e sociabilidades.

Ao analisar a narrativa de um de seus entrevistados, Ribeiro afirmou que as narrativas possibilitam refletir sobre como:

os lugares mais remotos do mundo são incorporados pelo alcance global das forças econômicas, e como as pessoas vivenciam o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo que, comumente, conhecemos por “globalização”, como uma dinâmica extremamente “devoradora” das suas condições de vida e de trabalho...²⁴

Sem hesitar em apontar processos sociais complexos, a autora frisa que as mudanças que se processaram nas vidas dos trabalhadores de São Sebastião do Soberbo compõem um “tempo” do capitalismo, a globalização, apontando problemas estruturais da organização econômica, a partir de um diálogo que estabelece com Milton Santos.

²¹ FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’água, 2006, p. 8.

²² FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução; muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004, p. 12.

²³ PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERT, Verena (Org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz Casa de Oswaldo Cruz; CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 69.

²⁴ RIBEIRO, Gisélia Maria Campos. **A construção da hidrelétrica Candonga e a desconstrução de modos de vida**: memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG. 2013. 272f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013, p. 55.

Todavia, Ribeiro opta por não discutir políticas públicas de geração de energia por elas mesmas, seu foco são os modos como seus narradores experimentaram processos que interferiram nos seus viveres. Para essa autora:

Esse modelo energético – pautado pela hegemonia das empresas privadas e pelos incentivos governamentais à geração de energia para e (pelos) grupos industriais, utilizando projetos de eletricidade – será analisado a partir da forma como os trabalhadores expropriados pela hidrelétrica Candonga o vivenciaram e o interpretaram.²⁵

A partir dessa perspectiva, a historiadora fez um recuo no tempo. Ela buscou o momento que antecedeu a construção da hidrelétrica com o objetivo de compreender as mudanças vividas pelos trabalhadores e as formas como eles significavam suas experiências e relações sociais, promovendo uma investigação a respeito do que era ser trabalhador rural na Zona da Mata Mineira. Ribeiro procurou compreender as visões a respeito do passado elaboradas pelos seus sujeitos como reivindicação no tempo presente.

Essa perspectiva me faz distanciar das pesquisas que viram a velha cidade de Nova Ponte como uma lembrança. Fabiane Ribeiro Gonçalves, geógrafa, também lida com a noção de cidade sem história: “*dentro desse espaço sem história, a grande dificuldade enfrentada pelo sujeito é a de se situar como ser social, de enfrentar o seu lugar e identificar-se com ele*”²⁶. Desse modo, ela indica uma ruptura entre tal “história resgatada”, que seria a história da cidade “destruída”, e a história da cidade que existe no presente.

É essa memória da cidade alagada ou destruída que é trazida a público na Casa da Cultura, espaço emergente na nova cidade, conhecida também como Chalezinho. Essa edificação, uma das mais antigas da cidade velha, foi remontada na nova cidade com peças originais, o trabalho foi feito pela equipe do Departamento de Projetos e Edificações da Cemig²⁷. A “relocação” foi realizada com o objetivo de que o lugar pudesse “*funcionar como Centro Cultural que abrigará os documentos relativos a memória histórica da cidade, conforme levantamentos feitos pela CEMIG/LEME/Escola de Arquitetura da UFMG*”²⁸. É um lugar que expõe a memória da empresa.

²⁵ RIBEIRO, Gisélia Maria Campos. **A construção da hidrelétrica Candonga e a desconstrução de modos de vida:** memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG. 2013. 272f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013, p. 20.

²⁶ GONÇALVES, Fabiane Ribeiro. **Passado, presente e futuro:** a paisagem (re) construída em Nova Ponte. 2004. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004, p. 16.

²⁷ COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória histórica de Nova Ponte.** Belo Horizonte: CEMIG, 1997, p. 141.

²⁸ CEMIG/AMNP/CMNP. **Termo de Acordo.** Belo Horizonte, 21 fev. 1990, p. 6. Acervo: Leme Engenharia. Belo Horizonte. (Este documento foi assinado entre Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Nova Ponte,

Essa edificação foi propriedade primeiramente de um sujeito “letrado”, um diácono, e depois pertenceu a um fazendeiro. Ou seja, era uma propriedade privada, de famílias que detinham poder na cidade e, nesse sentido, é um monumento que se remete a essa memória.

A Casa da Cultura é administrada pela Prefeitura Municipal, órgão do poder instituído e nela se encontram arquivados o Projeto Memória Histórica de Nova Ponte e demais registros produzidos pela Cemig, como fotografias a respeito da implantação da hidrelétrica e da construção da nova cidade. Também há documentos arquivados como, por exemplo, recortes de jornais referentes ao período de chegada da usina. Naquele lugar, há ainda um espaço para exposição de troféus e de objetos antigos – móveis, instrumentos domésticos, ferramentas de trabalho, peças de vestuário – biblioteca, uma sala para venda de produtos artesanais.

É, sobretudo, por meio das fotografias que se pode notar as formas como se difunde a memória da cidade inundada. No hall de entrada da Casa da Cultura, as fotografias se remetiam²⁹ à cidade antiga e a alguns “lugares de memória”, como o Salto do Rio Araguari, a ponte que interligava a cidade e a Igreja Matriz São Miguel. Nesta tese, procurei trazer alguns desses mesmos espaços, porém nas referências das culturas dos trabalhadores.

Muitas dessas fotografias foram produzidas e doadas pela empresa. Elas fazem referência àquilo que vem se consolidando enquanto marcos da história da cidade nos registros da Cemig, inclusive em trabalhos acadêmicos. O trabalho de Vicente de Paulo da Silva, também da geografia, não deixa de se remeter a esses marcos, contudo trouxe contribuições relevantes para pensar a temática. Sua tese objetiva “*demonstrar os efeitos da execução de grandes projetos sobre a organização sócio-espacial*”³⁰, ou seja, a modernização do campo e a construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Este autor trabalha com entrevistas, com documentos da Cemig, com dados do IBGE, com mapas e fotografias.

Sua pesquisa contribui por não priorizar apenas discussões sobre a instalação da hidrelétrica. Suas considerações a respeito das mudanças que se processavam no campo, antes

(CMNP), Associação de Moradores de Nova Ponte, (AMNP), e Cemig. O documento tinha o objetivo de firmar entendimentos aceitos pelos seus assinantes sobre o que dizia respeito à “relocação” da cidade de Nova Ponte).

²⁹ No final de 2012 percebi que grande parte das fotografias que eram organizadas e afixadas nas paredes do hall de entrada haviam sido retiradas devido ao fato de que algumas delas se danificaram com a ação do tempo, conforme justificativa apresentada pelos trabalhadores da Casa da Cultura.

³⁰ SILVA, Vicente de Paulo da. **Efeitos sócio-espaciais de grandes projetos em Nova Ponte-MG: reorganização do espaço urbano e reconstrução da vida cotidiana**. 2004. 221f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia – IGEO, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 13.

mesmo da vinda da Cemig, auxiliaram-me a entender melhor alguns elementos que emergiram nas narrativas orais que produzi junto a alguns trabalhadores. Segundo ele:

A expansão da fronteira agrícola na região do Triângulo Mineiro, na década de 1970, foi acompanhada de um efeito negativo sobre o meio natural e, conseqüentemente, sobre os pequenos produtores. Os desmatamentos significativos sobre a predominante área de cerrados deram lugar às extensas áreas de monoculturas de soja, café, milho, *pinus* e *eucalyptus* e às intensas áreas destinadas a pastagens artificiais. Isso provocou uma redução para apenas 5% da cobertura vegetal original. A pecuarização e a capitalização das atividades agrícolas foram as mudanças mais significativas no campo, promovendo uma grande evasão populacional no meio rural, além da intensificação do fenômeno do trabalhador volante, ou bóia-fria, responsável pelos significativos saldos líquidos migratórios urbanos.³¹

Nesse sentido, seu trabalho lança luz sobre um processo social mais complexo que envolve mudanças nas relações de exploração de mão de obra, numa conjuntura histórica específica. Embora sua pesquisa avance nesse sentido, busquei me distanciar da visão dicotômica que parte das noções de perda e ganho apresentadas por esse autor, tentando questionar os significados desse processo de mudanças nos embates trazidos pelos trabalhadores.

A partir dessas perspectivas procurei analisar as evidências³² e produzir entrevistas. Essa cidade, dita inundada e sem passado, aparece de que modo nas referências de cultura daqueles que nela viviam? Como os sujeitos com quem conversei viveram esse processo?

Comecei a conhecer algumas pessoas por intermédio de um dos meus entrevistados, o Sr. Manoel, e de conhecidos do meu pai. Somente depois desses contatos tive meios de me aproximar das experiências vividas por trabalhadores naquela cidade e tatear modos de ir além das histórias apresentadas em locais como a Casa da Cultura, por exemplo.

³¹ SILVA, Vicente de Paulo da. **Efeitos sócio-espaciais de grandes projetos em Nova Ponte-MG:** reorganização do espaço urbano e reconstrução da vida cotidiana. 2004. 221f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia – IGEO, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 74.

³² As considerações de Thompson nos encorajam a admitir que a pesquisa, e os resultados dela, expressos na nossa escrita, são frutos do olhar e das questões lançadas pelo próprio pesquisador. Sendo assim, os caminhos de reflexão apresentados nesta tese, as escolhas a respeito de qual temática e qual evidência histórica seria priorizada, além de todos os recortes, que de um modo geral foram realizados, indicam as formas como busquei sistematizar as análises a partir da problemática, mas também das propriedades determinadas das evidências. Para Thompson, “*o discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, de outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas*”. Ver: THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: _____. **Miséria da teoria ou um planetário de erros;** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 49.

Os sujeitos que aceitaram dialogar socialmente comigo, fazendo dos seus referentes de cultura, vida, memória e história, o elemento articulador do enredo³³ experimentaram os processos de transformações em Nova Ponte, a desapropriação, as negociações e mudança para a nova cidade. Na sua maioria, eles foram trabalhadores rurais um dia. Esses são os sujeitos que busquei trazer como coautores nessa escrita, incorporando suas questões, seus dissensos com versões que se querem hegemônicas³⁴, suas interpretações, mas também seus valores, considerando-os formuladores de diferentes projetos.³⁵

O Sr. Manoel Benedito Inês, 71 anos, morador do São Miguel, no lado de cá da cidade, nasceu e cresceu em fazendas localizadas nas proximidades da cidade onde trabalhava, à meia, nas terras de fazendeiros do município. Ele se mudou para a cidade na primeira metade dos anos 1960, aos 23 anos, quando se casou. Na cidade, ele trabalhou oito anos na Cerâmica São Miguel, depois comprou um caminhão e a partir daí passou a trabalhar para ele mesmo transportando lenha por volta de 1973, ocasião em que o cerrado começou a ser derrubado para o plantio de madeiras comercializáveis e para formação de grandes lavouras. Ele era um dos organizadores da festa de Nossa Senhora do Rosário que havia na cidade. Atualmente é aposentado.

O Sr. Jesus José Ferreira, 61 anos, conhecido como Seu Zuza, também era dono de um caminhão e por um tempo trabalhou para si próprio, como o Sr. Manoel, transportando madeiras e materiais produzidos pela cerâmica. Ele foi morador do São Sebastião, o lado de lá, e do São Miguel, no Bairro São Francisco, no lado de cá. Nascido na vizinha cidade de Santa Juliana, mudou-se com sua família aos 11 anos de idade, no ano de 1960, para o município de Nova Ponte. Ele vivia e trabalhava em fazendas, nas roças e na lida com o gado e se mudou para a cidade em 1977, a partir de quando comprou o caminhão. O Sr. Zuza também trabalhava com corte de madeiras. Ainda proprietário de um caminhão, atualmente ele presta serviços para uma empresa de Uberlândia do ramo do agronegócio, a Eldorado.

³³ CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. **História e Perspectiva**, v. 42, jan./jun. 2010, p. 17.

³⁴ Para Williams uma hegemonia vivida é sempre um processo, “*é um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis.*”. Ainda segundo ele, a hegemonia “*não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática.*” Ver: WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 115-116.

³⁵ CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’ água, 2006, p. 19.

O Sr. Amador Bernardes Ferreira, 81 anos, morador do São Sebastião, no lado de lá, nasceu e viveu nas proximidades da cidade de Nova Ponte. Ele trabalhou com seu pai e seus irmãos em lavouras de arroz, milho, fumo e em engenho de cana e foi carreiro de boi por 35 anos. Ele só passou a trabalhar em propriedade sua depois que seu pai comprou alguns pedaços de terra com dinheiro de herança recebido do sogro. O Sr. Amador contou que foi para a cidade com o objetivo de “acabar de educar os filhos”, quando comprou uma máquina de beneficiamento de arroz e passou a trabalhar neste ramo até se aposentar. Ele era um dos organizadores da festa da Cavallhada. Ele se aposentou logo que mudou para a nova cidade.

A Sra. Maria Aparecida de Oliveira, 49 anos, e a Sra. Emiliana Borges da Silva, 80 anos, trabalhavam na cata de raízes, na panha de café, além de cuidar dos filhos pequenos e de exercer tarefas domésticas. Ambas eram moradoras do São Miguel, sendo que a Sra. Maria Aparecida morava no Bairro Nossa Senhora do Rosário.

A Sra. Maria Páscoa de Jesus, 67 anos, trabalhou em lavouras e no trato com o gado, atividades caracteristicamente masculinas, além do trabalho de fiação de algodão realizado com outras mulheres vizinhas, sendo que também trabalhou como doméstica nos anos 1990. A Sra. Emiliana e a Sra. Maria Páscoa são aposentadas e a Sra. Maria Aparecida trabalha numa escola municipal.

A Sra. Ronalda Pontes Rezende, 73 anos, moradora do São Miguel, era comerciante. Seu esposo, Sr. Ozar, era proprietário de um estabelecimento comercial na cidade velha, uma venda, como ela própria se refere.

O Sr. José Custódio de Oliveira, 59 anos, conhecido como Zé Vieira, era morador do São Miguel, do Bairro Nossa Senhora do Rosário, no lado de cá da cidade, atualmente trabalha na Caxuana³⁶, mas antes trabalhava em fazendas localizadas no município de Nova Ponte. À meia, lidava em pequenas lavouras, plantando, capinando e colhendo culturas utilizadas para o sustento da própria família, tais como arroz e milho, plantios mais comuns na região, sobretudo até os anos 1970. O Sr. José Custódio não era o proprietário das terras em que trabalhava, assim como o Sr. Manoel.

Também produzi entrevistas com o Sr. Leonel Brizola Pontes, ex-presidente da Associação dos Moradores de Nova Ponte; com o pároco da Igreja Matriz São Miguel, José Lourenço da Silva Júnior, que também exerceu liderança na Associação de Moradores; com

³⁶ A Caxuana planta florestas (sobretudo de Pinus e de Eucalipto) para a comercialização de madeira e fornecimento de cavacos e lenha. A empresa atua desde os anos 1970 no município de Nova Ponte. Possui 31.000 hectares de terras próprias e 21.000 hectares de área plantada. A Caxuana tem funcionários para executar o plantio, o corte e o carregamento da madeira. Os seus trabalhadores vêm de várias cidades próximas a Nova Ponte. Informações obtidas no site da empresa. Disponível em: <<http://www.caxuana.com.br>>. Acesso em: 2 abr.2013.

Iozaino José Carneiro, que é professor de história e atua na rede pública de ensino; e com Randolpho dos Santos, que era engenheiro da Prefeitura Municipal na época da desapropriação da cidade.

As narrativas produzidas³⁷ ganharam relevância nesta pesquisa por me deixarem mais próxima dos modos como a chegada da hidrelétrica e a mudança para a nova cidade foram vivenciadas e significadas pelos trabalhadores. Seus enredos permitiram que eu problematizasse os sentidos que eles atribuem a este processo, extrapolando alguns marcos recorrentes na historiografia e nas memórias da Cemig.

Nas suas narrativas emergiram ainda um campo de disputas e de tensões vividas não apenas a respeito da construção da hidrelétrica e da nova cidade, mas também “*pela permanência de memórias, entre as muitas histórias que significam o lugar*”³⁸, revelando nas suas memórias, muitas histórias, todas carregadas de sentido. Desse modo, a partir de suas narrativas, deparei-me com outras temporalidades. Suas memórias se remetiam a relações vividas a partir dos anos 1960.

As narrativas me permitiram analisar os significados atribuídos aos modos de viver, procurando formas de compreensão para o conteúdo dos termos cidade antiga e cidade nova, cidade velha, cidade de baixo e cidade de cima – que passaram a existir depois da desapropriação da cidade – bem como a temporalidade que elas exprimem para os trabalhadores/moradores. Essas expressões³⁹, juntamente com as noções de lado de lá e lado de cá do rio/da cidade, emergem emaranhadas de relações culturais, relações de trabalho e de diferenças de classe, dizem de experiências sociais compartilhadas, compondo a problemática desta pesquisa.

As considerações de Thompson a respeito da experiência social, por meio da qual se pode compreender o fazer-se dos agentes no processo histórico, contribuem para o entendimento de que as falas dos sujeitos são atos de intervenção na realidade social. Para Thompson,

os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa

³⁷ Para Alessandro Portelli a história oral é um discurso dialógico, “*remete ao que a fonte e o historiador fazem juntos no momento do seu encontro na entrevista*.” Ver: PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Revista Projeto História**. São Paulo, PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, n. 22, 2001, p. 10.

³⁸ CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Narradores de Javé: histórias, imagens, percepções. **Fenix, Revista de História e Estudos Culturais**. Uberlândia, ano V, v. 5, n. 2, abr./maio/jun. 2008, p. 7.

³⁹ Por compor a linguagem dos trabalhadores, dizendo-nos de processos culturais vividos por eles, optei por não utilizar essas expressões entre aspas.

experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.⁴⁰

É no processo social de lutas e de contradições que os sujeitos tratam as suas experiências nas suas consciências. Desse modo, quando narram expressam sua consciência do vivido, das tensões, das culturas, as maneiras como se inserem no social, os lugares que ocupam, as relações que travam, seja na cidade seja no campo. Por este motivo, as narrativas orais representam um processo ativo de produção de consciência e de memória. E é neste sentido que a produção de entrevistas com trabalhadores permite “*dialogar com as evidências de todo um processo histórico de constituição da sociedade capitalista*”⁴¹.

É também a partir dessa perspectiva que compreendo que as “*entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas*”⁴², importando menos por nos contar sobre os eventos do que sobre os significados.

Lançar nova luz para áreas inexploradas da vida diária dos trabalhadores é o viés a partir do qual busquei estabelecer o diálogo com outras fontes⁴³, uma vez que, além das narrativas orais, havia outras, de naturezas distintas, e não menos importantes. O olhar direcionado para todas as evidências foi moldado pela problemática e orientado pelas perspectivas da História Social.

No desenvolvimento desta pesquisa foi realizado um levantamento na Biblioteca da Cemig⁴⁴ em Belo Horizonte; na Leme Engenharia, no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) da Universidade Federal de Uberlândia; na Casa da Cultura; no Arquivo

⁴⁰ THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 182.

⁴¹ CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. **História e Perspectiva**, v. 42, jan./jun. 2010, p. 15.

⁴² PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História**. São Paulo, PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, n. 14, fev. 1997, p. 31.

⁴³ As fontes históricas buscaram ser por mim interpretadas a partir do entendimento de Khoury. Segundo ela, “*nós as pensamos na sua própria historicidade, como expressões de relações sociais, assim como elementos constitutivos dessas relações. Escolhê-las e analisá-las implica identificá-las e compreendê-las no contexto social em que se engendram e, igualmente, dentro de nossas perspectivas de investigação. Nesse sentido, mais do que buscar dados e informações nas fontes, nós as observamos como práticas e/ou expressões de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente.*” Ver: KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. **Revista Projeto História**. São Paulo, PUC, n. 22, jun. 2001, p. 81.

⁴⁴ O acervo Memória Cemig é coordenado pela Superintendência de Comunicação Empresarial e funciona junto ao Centro de Documentação da Empresa – Biblioteca, em Belo Horizonte/MG.

Público Municipal de Uberlândia; na Escola Municipal São Miguel; no cartório de Registro Civil, nas Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte e em acervos particulares⁴⁵.

Nestes acervos, sobressaíram-se narrativas orais; fotografias; recortes de jornais; poesias, relatórios, livros e boletins informativos publicados pela Cemig. Uma parte significativa de documentos encontrados nesses arquivos se constituem em linguagens⁴⁶ engendradas no circuito do hegemônico.

Ao trabalhar com as evidências produzidas a pedido da empresa procurei fazer uma leitura a contrapelo⁴⁷ e compreender o campo de disputas nas quais elas foram forjadas com o objetivo de que elas permitissem problematizar os modos de viver na cidade. Portanto, fotografias, entrevistas e textos trabalhados nos documentos da Cemig são tomados, na perspectiva apresentada por Khoury, na sua historicidade mesma, como expressões de relações sociais, bem como elementos constitutivos dessas relações, ponderando os interesses e os embates que eles exprimem.

A partir desta perspectiva é que procurei investigar o Projeto Memória Histórica de Nova Ponte⁴⁸, coordenado pelo professor Carlos Antônio Leite Brandão. Esse projeto é parte dos estudos ambientais desenvolvidos pela Cemig com o objetivo de reduzir os chamados impactos, inclusive os de caráter socioeconômico e cultural, visando atender a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente.

A Leme Engenharia, que desenvolveu o Projeto Executivo da hidrelétrica, firmou convênio com a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo Departamento de Análise Crítica e Histórica para a realização desse trabalho.

As pesquisas foram feitas durante os anos 1987 e 1988 e buscaram “*a origem e a evolução da cidade, recolheram-se suas principais referências urbanísticas e arquitetônicas, compreendeu-se seu cotidiano e registraram-se os marcos físicos, afetivos e memoriais*

⁴⁵ Embora o recorte da problemática tenha me conduzido ao diálogo com outros materiais, agradeço imensamente a receptividade e as contribuições oferecidas pelo professor Iozaino José Carneiro. Agradeço ainda à senhora Aparecida e ao senhor Vicente por terem me recebido e se prontificado a ajudar.

⁴⁶ Williams considera a linguagem como sendo a articulação de uma experiência social ativa e em transformação, como uma presença social e dinâmica no mundo. Ver: WILLIAMS, Raymond. Língua. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 43.

⁴⁷ As discussões de Benjamin têm contribuído para estas reflexões. “*Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele foi de fato’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.*”. Ver: BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 1), p. 224.

⁴⁸ O Projeto Memória Histórica de Nova Ponte foi sistematizado em cinco volumes: Apresentação; Momento Histórico da Construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte; Memória Urbana; Memória Arquitetônica; e Memória do Cotidiano. Os temas privilegiados foram economia, composição de forças políticas, organizações sociais, educação, saúde, o processo de influência externa, o cemitério, a zona boêmia, cultura e imprensa.

daquela cidade.”⁴⁹. A perspectiva era de selecionar um passado, de eleger lugares, de determinar marcos e memórias. Desse modo, o Memória Histórica direciona um olhar para as mudanças que estavam em curso e, ao mesmo tempo, delineia os rumos que poderiam ser dados às interpretações⁵⁰ sobre elas, buscando dar a estas versões o caráter de história oficial.

Há exemplares desse material na Casa da Cultura de Nova Ponte, na Leme Engenharia e na Cemig em Belo Horizonte. A empresa o distribui, em uma versão resumida no formato de livro, para os visitantes interessados nessa história.

Esse registro contém e defende a tese de que há uma cidade que se perdeu junto com o lago que se formou sobre ela, de que o momento de transição foi tranquilo, além de ter o caráter de convencer os moradores e a sociedade de um modo geral a respeito da “relocação” da cidade, versão explicativa que vem sendo reproduzida na historiografia e se tornando dominante⁵¹.

Na Cemig, na Leme Engenharia e na Casa da Cultura, grande parte das fontes encontradas – fotografias, textos e relatórios, entre outros – foram produzidas para estudos diagnósticos no período da implantação da usina.

A pesquisa para a edição do Projeto Memória Histórica levantou uma série de evidências relevantes sobre a cidade antes de sua desapropriação. Trata-se de fontes que não pude encontrar em outros acervos. Este documento contém fotografias, mapas, entrevistas⁵²,

⁴⁹ COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória histórica de Nova Ponte**. Belo Horizonte: CEMIG, 1997, p. 11.

⁵⁰ O filme “Narradores de Javé”, dirigido por Eliane Caffé, trata de um povoado de nome Javé, localizado no interior do Estado da Bahia, tido como condenado ao desaparecimento devido à construção de uma usina hidrelétrica. O filme traz a tentativa de salvar o povoado da destruição e a iniciativa de se preservar a história da cidade, por meio da história oral, quando muitos vão reivindicar sua condição de sujeitos na história da cidade. Qual seria então a “grande história” de Javé? Este filme foi pensado por Heloisa Helena Pacheco Cardoso como um recurso didático importante para as reflexões a respeito dos sentidos da história e dos caminhos de construção do conhecimento histórico. A partir de suas análises, Cardoso afirmou que “*essa história oficial, na sua pretensão de hegemonia, tende a anular outras versões sobre os mesmos acontecimentos, outras histórias e memórias que também disputam lugares, não como mitos, mas como evidências das construções vividas*”. Desse modo, ela destaca que importa notar que as muitas memórias dos moradores revelam muitas histórias permeadas de sentidos. Ver: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Narradores de Javé: histórias, imagens, percepções. **Fenix: Revista de História e Estudos Culturais**. Uberlândia, ano V, v. 5, n. 2. abr./maio/jun. 2008, p. 8.

⁵¹ As reflexões de Olga Brites a respeito da noção de memória nos instigam a abdicar de reiterar a unicidade do passado presentes em registros como este. Segundo ela, “*a memória social constitui um dos mais sólidos alicerces da dominação e do poder. A possibilidade de construção fechada de uma versão unívoca do passado repousa no poder de decidir sobre o que será ou não preservado enquanto registro à disposição da posteridade*”. Ver: SILVA, Olga Brites da. Memória, preservação e tradições populares. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 18-19.

⁵² Busquei atentar-me para os modos de como lidar com essas entrevistas a partir de outra temporalidade e de outras problemáticas. Elas se pautam por problemáticas diferentes das que aponto, os momentos são distintos, são outros os motivos que conduziram a seleção dos entrevistados. O texto de Heloisa Helena Pacheco Cardoso problematiza a utilização de entrevistas gravadas por pesquisadores envolvidos em projetos de preservação, arquivadas por instituições públicas e privadas e contribui para essas reflexões. Ver: CARDOSO,

dados estatísticos e referências de um modo geral e procurei lê-las a partir da minha própria pesquisa, levando em consideração outras evidências a que tive acesso.

Na pesquisa realizada na Cemig em Belo Horizonte, deparei-me ainda com um conjunto de recortes de jornais⁵³ de vários títulos: O globo, Diário do Comércio, Jornal das Gerais, Diário da Tarde, Hoje em dia, Estado de Minas. Material organizado e em bom estado de conservação, a maioria dos assuntos presentes nos recortes é referente às obras em Nova Ponte e, em menor proporção, notícias mais gerais a respeito de energia elétrica no Brasil recortadas dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Esse material contribuiu para um melhor entendimento de algumas questões, permitindo-me caminhar com a problemática.

As fotografias – sejam elas produzidas por mim, pela Cemig, pela Prefeitura Municipal de Nova Ponte, ou publicadas em jornais – também se constituíram enquanto evidências relevantes. Quando postas em diálogo com outras evidências e quando contextualizadas⁵⁴, procurando perceber as possibilidades que elas expressam, permitiram visualizar práticas, discutir a respeito de viveres cotidianos e de relações de classe. Nesse sentido, elas não são tomadas como ilustração⁵⁵, ao contrário, as fotografias importam na composição da problemática. Elas contribuem porque por meio delas se produz imagens da cidade, a partir delas processos de mudanças são reconhecidos⁵⁶.

A perspectiva de que “*deve-se compreender a fotografia como uma escolha efetuada num conjunto de escolhas então possíveis*”⁵⁷ contribui para a compreensão da natureza dessa evidência, bem como para pensar o circuito de poder e de interesses vinculados à sua

Helôisa Helena Pacheco. Narrativas de um Candango em Brasília. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 27, 2004, p. 2.

⁵³ Alguns destes recortes eram identificados de maneira padronizada – com o nome da Cemig em letra grande e destacada na parte superior, ao lado do título Leitura Dinâmica, e, logo abaixo, há a identificação da Superintendência de Comunicação Social e Representação, seguidos de data e número do documento. Os recortes vinham acompanhados de um carimbo com o nome do jornal em que a reportagem foi veiculada, a data e, em alguns, o número da página em que a notícia apareceu no periódico.

⁵⁴ Contribui para este entendimento as reflexões de Olga Brites. Ver: BRITES, Olga. Retratos de infância: infância, história e fotografia: São Paulo nos anos 1930. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006, p. 195; 203.

⁵⁵ Para Boris Kossoy, os conteúdos das fotografias “*já jamais deverão ser entendidos como meras ‘ilustrações ao texto’*”. Para ele, é necessário sistematizar as informações das fotografias, buscar metodologias adequadas de pesquisa e análise para compreender melhor seus conteúdos e a realidade que os originou. Ver: KOSSOY, Boris. Fotografia e História. In: _____. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 32.

⁵⁶ CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Representações urbanas: Militão Augusto de Azevedo e a memória visual da cidade de São Paulo. **Revista do IPHAN; Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Fotografia**, n. 27, 1998, p. 114.

⁵⁷ MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. In: **Tempo**. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 12. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2012.

produção. Desse modo, corroboro o entendimento de Laura Antunes Maciel para quem a linguagem fotográfica não é natural/espontânea, não é dada por sua característica visual, mas, ao contrário, é uma construção⁵⁸.

Os mapas contribuem para uma melhor compreensão da problemática, além de “*estimular a imaginação de quem está à procura do lugar de destino. Assim, os mapas carregam um conjunto de informações que, ao mesmo tempo, formam uma imagem sobre o território onde se situa a cidade*”⁵⁹. Desse modo, ao mesmo tempo em que busquei situar o leitor, procurei trabalhar com os mapas com o intuito de pensar sobre as imagens que os trabalhadores criam a respeito dos seus territórios, sem perder de vista a problemática em questão.

A expectativa presente nesta tese é de contribuir para a construção de um olhar mais atento às dissidências⁶⁰, dar visibilidade a experiências comuns, a vivências que não têm sido consideradas dignas de serem registradas, de serem compartilhadas socialmente.

Nesse sentido, a tese foi organizada em cinco capítulos. O primeiro, *Na cidade velha, os lados de cá e de lá do rio: memórias, territórios e fronteiras*, trata das memórias e experiências de sujeitos que viveram a cidade antes do processo de desapropriação, os sentidos que eles atribuem à vida levada na cidade que era entrecortada pelo Rio Araguari, buscando trazer o lado de cá e de lá do rio como espaços vividos.

O segundo capítulo, *Na cidade velha outras histórias: modos de viver, modos de trabalhar*, traz o tempo do trabalho e o tempo do lazer. Ao buscar problematizar as relações campo/cidade, trouxe narrativas em que se destacaram a dureza do trabalho, a percepção acerca da exploração vivida, a importância do trabalho na organização e na produção da vida doméstica, mas também os significados dos momentos de sociabilidades nas suas culturas.

O terceiro capítulo, intitulado *Cidade velha: conflitos, pactos e negociações*, traz as maneiras como os trabalhadores tomaram conhecimento da chegada da hidrelétrica à cidade, buscando pensar a respeito daquilo que lhes fez perceber que o ritmo de vida começava a mudar. As memórias da chegada dos “peões” e do aumento da prostituição emergiram nas narrativas. Procurei refletir sobre os medos vividos, suas expectativas em relação à mudança

⁵⁸ MACIEL, Laura Antunes. Clichês do Sertão. In: _____. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da ‘Comissão Rondon’. São Paulo: EDUC, 1998, p. 186.

⁵⁹ CALVO, Célia Rocha. Um olhar sobre a cidade: Uberlândia e seus espaços nos referenciais culturais de algumas memórias e histórias. In: SOUZA, Antonio C. Barbosa de; FALCÃO, Luiz Felipe (Org.). **Cidades médias do Brasil na historiografia contemporânea**. Campina Grande: EDUEFG, 2012, p. 173.

⁶⁰ O diálogo com Beatriz Sarlo a respeito da importância do olhar político me foi inspirador: “*O olhar político se fixaria, justamente, nos discursos, nas práticas, nos atores, nos acontecimentos que afirmam o direito de intervir na unificação, ostentando, diante dela, o escândalo de outras perspectivas*”. In: SARLO, Beatriz. **Um olhar político**. In: _____. Paisagens imaginárias. São Paulo: Edusp, 2005, p. 60.

da cidade, além das estratégias de convencimento articuladas pela empresa. Busquei ainda compreender o campo de disputas presente na atuação da Associação de Moradores de Nova Ponte, bem como a participação da Igreja nos embates com a Cemig e na mediação de interesses. Todavia, o foco são as memórias dos trabalhadores que evidenciam as fissuras do processo.

No quarto capítulo, *Tempo de deixar a cidade de baixo: recusas e aceitações no processo de mudanças*, trato do processo de desapropriação vivido pelos trabalhadores nos anos 1990, tempo de imposição de uma nova cidade, mas também de articulação de resistências em experiências diferenciadas. Como se deu a saída da cidade de baixo para os sujeitos que lá viviam? O objetivo é refletir sobre os significados do processo de transferência da cidade vivida, buscando as memórias dos trabalhadores para revelar o processo por eles e com eles, problematizando as maneiras como eles explicam esse tempo de mudanças.

No capítulo cinco, *A cidade nova e as memórias dos trabalhadores: rupturas e permanências*, busco colocar questões diante da materialidade da cidade, da arrumação de ruas e avenidas, mas também dos monumentos e das instituições, procurando compreender o que essa organização representa em termos de um processo socialmente constituído nos embates e nos conflitos. O objetivo é compreender em quais referentes os trabalhadores reconhecem a si mesmos e a suas histórias.

CAPÍTULO 1

NA CIDADE VELHA, OS LADOS DE CÁ E DE LÁ DO RIO: MEMÓRIAS, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

Ao frustrar a expectativa e ao subverter a pauta do previsível, fragmentos de discursos reclamam ser escutados de maneira diferente, antecipam o que numa sociedade ainda permanece obscuro, ou iluminam com outra luz um passado que parecia definitivamente organizado. Um olhar político também trabalharia com o aparentemente descabido, na medida em que o descabido não responde às indagações consideradas legítimas.

Beatriz Sarlo⁶¹

Nova Ponte é uma cidade do interior do Estado de Minas Gerais que até os anos 1980 era um pequeno núcleo urbano onde a vida girava em torno das relações com o campo.

Dentre tantas outras, essa é uma cidade que viveu um processo de intervenção por conta da instalação de uma usina hidrelétrica, como resultado da concretização de projetos do setor elétrico que afligem o país⁶² desde os anos 1970.

A periodização articulada aos marcos dos projetos estatais, ou seja, as memórias construídas pela Cemig para explicar a intervenção e a mudança de Nova Ponte trazem uma “cidade alagada”. Essa cidade, que também a historiografia mostra como morta, é a cidade que é reavivada pelos trabalhadores nos seus referentes de cultura. Nas memórias deles emerge outra temporalidade, suas culturas, o vivido na cidade nos seus lados de cá e de lá do

⁶¹ SARLO, Beatriz. **Um olhar político**. In: _____. Paisagens imaginárias. São Paulo: Edusp, 2005, p. 61.

⁶² Há uma vasta produção historiográfica que trata dessa temática a partir de abordagens diferenciadas. Entre outras que serão citas ao longo desta tese, ver: GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003; REBOLÇAS, Lúcia Marcelino. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000; ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA**. 2004. 250f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados do Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004; KARPINSKI, Cezar. Hidrelétricas e Legislação Ambiental Brasileira nas décadas de 1980-90. **Revista Percursos**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 71-84, 2008; LAVERDI, Robson. A cidade que estava lá: tensões urbanas em Porto Velho a partir da construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 44, p. 267-315, jan./jun. 2011; MANARIN, Odirlei. **Peões da barragem: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991**. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Candido Rondon, 2008; MASSEI, Roberto. **A construção da usina hidrelétrica Barra Bonita e a relação homem natureza vozes dissonantes, interesses contraditórios - (1940-1970)**. 2007. 309f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

Rio Araguari num tempo que antecede o final dos anos 1980, ou seja, anterior à chegada da Cemig à cidade.

Nesse sentido, pensando a memória como um campo social de lutas, onde memórias hegemônicas e alternativas são produzidas na vida cotidiana, busquei reavivar lembranças e narrativas de sujeitos dissidentes⁶³, tentando produzir outras histórias, valorizando as culturas dos trabalhadores.

Existe uma historiografia que analisa esse processo histórico de intervenção pelo viés das atuações do Estado, enfatizando que desde a ditadura se investe nos processos de criação de infraestrutura para fortalecimento das relações capitalistas, refletindo a respeito dos modos como os agentes deste Estado provêm o desenvolvimento da indústria, mas também do campo, por meio dos aspectos institucionais⁶⁴, das estruturas.

Contudo, nesta pesquisa, orientada pelas perspectivas da História Social, busquei sair do circuito do capital e pensar o capitalismo como formação histórica⁶⁵, refletindo sobre a intervenção na cidade de Nova Ponte como um movimento de constituição das relações de exclusão, de exploração e de resistência, ou seja, a constituição dos agentes sociais no processo histórico.

Nesse sentido, este capítulo objetiva compreender os modos como a cidade emerge nos significados das memórias produzidas pelos atos da Cemig, pela historiografia, mas também nas narrativas de seus trabalhadores/moradores. Busco desconstruir consensos, procurando colocar em prática um olhar político⁶⁶ que privilegie dialogar com as diferenças, uma vez que o que interessa é pensar a cidade que se constitui nas relações vividas pelos

⁶³ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução; muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 6.

⁶⁴ O trabalho de Renato Domingues Fialho Martins tratou das mudanças institucionais e espaciais na organização do setor elétrico brasileiro a partir dos processos de privatização dos anos 1990. Ver: MARTINS, Renato Domingues Fialho. **O setor elétrico pós privatização: novas configurações institucionais e espaciais**. 2009. 142f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Já a pesquisa de Maria Letícia Corrêa teve como objetivo investigar a história do setor de energia elétrica brasileiro, e priorizou a análise dos aspectos institucionais, sobretudo, a partir do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. Ver: CORRÊA, Maria Letícia. **O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)**. 2003. 300f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

⁶⁵ Thompson, ao pensar sobre o materialismo histórico, refletindo a respeito do trabalho de Karl Marx, escreveu sobre o desafio de se “passar dos circuitos do capital para o capitalismo; de um modo de produção altamente conceitualizado e abstrato, dentro do qual o determinismo surge como absoluto, para as determinações históricas como os exercícios de pressões, como uma lógica do processo dentro de um processo maior (e por vezes contrabalançador)”. Ver: THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 181.

⁶⁶ SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: _____. **Paisagens imaginárias**. São Paulo: Edusp, 2005, p. 55-63.

sujeitos que nela habitam. Importa problematizar esse processo histórico por meio das memórias e experiências dos trabalhadores.

A partir dos anos 1990, quando as construções da hidrelétrica e da nova cidade foram concluídas, Nova Ponte vem sendo apresentada como “a cidade alagada”, “a cidade relocada”, a “cidade morta” ou “desaparecida” nas versões que prevalecem, sem deixar de ser tida pelos trabalhadores como a cidade velha, a cidade de lá e de cá do rio, nos seus referentes de cultura.

Os registros que se encontram na Casa da Cultura sustentam versões explicativas construídas pela empresa a respeito do processo de mudança. O acervo da Casa da Cultura, e o modo como algumas memórias/periodizações são valorizadas, trazem memórias que permanecem em disputa.

A partir de recortes de jornais e outros documentos ali arquivados nota-se “o passado” dessa “cidade inundada” produzido nos significados da cultura dominantes: “*A cidade atual de Nova Ponte terá de ser relocada e a Empresa está ouvindo a população sobre como ela pretende que seja a futura cidade*”⁶⁷; “*A Construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte exigirá a relocação do perímetro urbano do município de Nova Ponte com uma população atual de cerca de 4 mil habitantes*”⁶⁸; “*A construção da hidrelétrica, primeira de grande porte no rio Araguari, ao ocasionar a inundação da cidade, vai exigir a transferência dos moradores atingidos para outra sede, a três quilômetros do centro urbano atual*”⁶⁹. Nessas evidências, o passado produzido para ser mostrado é trazido nos sentidos de “relocação e de inundação”.

Este conceito, “relocação”, foi construído no interior dos estudos realizados pela Cemig, Leme Engenharia e Escola de Arquitetura da UFMG nas pesquisas empreendidas durante as obras de construção da usina nos anos 1980. Mas, essa noção também aparece em registros⁷⁰ produzidos no período de conclusão das obras da hidrelétrica e da cidade, no início dos anos 1990. A vinculação deste termo procura imprimir o sentido de que a cidade construída depois da desapropriação é tal qual a cidade que existia, além de tentar anular disputas e contradições vividas.

⁶⁷ AS OBRAS de construção da barragem já começaram. **Jornal Minas Gerais**, 12 nov. 1987. Interior, p. 19. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte. Pasta: Notícias sobre Nova Ponte, Jornais Diversos.

⁶⁸ NOVA Ponte, um dos principais projetos hidrelétricos de toda região Sudeste. **Cemig Notícias**, jul. 1987, p. 5. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte. Pasta: Notícias sobre Nova Ponte, Jornais Diversos.

⁶⁹ CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFMG. Introdução. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1990. Livro Zero. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte.

⁷⁰ Ver: CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1993. Acervo: Leme Engenharia.

Esses significados também figuram por meio do acervo fotográfico que a Casa da Cultura possui e que contém imagens produzidas pela Prefeitura Municipal, pela Cemig, além de fotografias vindas de acervos particulares. Algumas imagens compuseram uma exposição cujo assunto principal era “a cidade alagada”, o momento da sua “destruição”. A fotografia abaixo fazia parte das exibições:

Imagem 1 – Demolição da Igreja Matriz de São Miguel



Fonte: Exposição Casa da Cultura de Nova Ponte

A fotografia, uma cortesia da Prefeitura Municipal⁷¹ na gestão em que se deu a transferência da cidade, é um registro da demolição da Igreja Matriz São Miguel apresentada numa sequência de imagens que culminam com a destruição do templo e com a cabeça do santo padroeiro que sobrou intacta. Para os visitantes que observam imagens como essa, a cidade é associada à noção de cidade destruída, que inexiste, cidade do passado que ficou para trás para dar lugar à nova cidade.

⁷¹ Segundo informações obtidas na Casa da Cultura, as fotografias que faziam parte da exposição no hall de entrada foram produzidas pela Cemig, sendo réplicas de imagens que constam no Projeto Memória Histórica de Nova Ponte. É importante registrar que algumas fotos utilizadas pela empresa naquele projeto pertenciam a acervos particulares. E, nessa imagem da demolição da Igreja Matriz, há na moldura em madeira, no canto inferior, a informação de que ela foi dada pela Prefeitura Municipal. O Sr. Vicente era um dos profissionais que produzia fotografias para a Prefeitura.

Nessa perspectiva, a Casa da Cultura é um “lugar de memória”⁷² produzido para alimentar não apenas o que precisa ser lembrado, mas aquilo que precisa ser esquecido. O que é legado ao esquecimento, como modo de produzir versões que se querem hegemônicas e que buscam ocultar contradições pautadas nas outras histórias trazidas pelas memórias dos trabalhadores, são os modos como se vivia na cidade entrecortada pelo Rio Araguari.

A produção historiográfica também assume as versões referenciadas nesses espaços de memórias, incorporando marcos, transformando-os em “a” história da cidade. Essa perspectiva aparece, por exemplo, na dissertação da historiadora Rosa Maria Ferreira que concluiu sua pesquisa em 1996, momento em que a nova cidade de Nova Ponte praticamente acabava de ser inaugurada.

Fazendo uso de memorialistas, de dados do IBGE e de entrevistas com moradores a autora descreve as mudanças em Nova Ponte, objetivando buscar essa “cidade do passado”. Ferreira trabalha com a noção de memória coletiva e é a partir deste viés que ela traz a descrição dos lugares e de algumas práticas, acentuando um sentido de perda. Tal abordagem é evidenciada, por exemplo, quando ela observa como “*o asfalto não recobre as pedras das ruas; ele não esconde as histórias nelas inscritas, porque jamais estiveram ali*”⁷³. Sua interpretação indica que naquela nova cidade não havia história, como se todas as relações sociais e experiências dos sujeitos que viveram em Nova Ponte estivessem agora num passado morto e sem relação alguma com a cidade vivida por eles no presente, desconsiderando memórias de sujeitos sociais.

A historiadora lida também com a noção de cidade desaparecida, segundo ela:

Devido à construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, no Rio Araguari, pelas Centrais Energéticas de Minas Gerais, a cidade que o viajante tanto buscou, desapareceu. No fundo das águas formadas pelo lago da usina, encontram-se hoje sepultadas as suas pedras e o seu passado nela inscrito⁷⁴.

Nessa versão, em que a noção de cidade é associada à presença de edificações e de contornos materiais urbanos, “Nova Ponte desapareceu”. Tal sumiço teria se dado quando as

⁷² As reflexões de Pierre Nora contribuíram para as discussões que se seguem. Para este autor, a memória se enraíza nos gestos, nas imagens, nos objetos e também no concreto, no espaço. Segundo Nora se o que esses lugares de memória defendem não estivesse ameaçado, não haveria necessidade de serem construídos. Ou seja, esta é uma percepção que move ao entendimento da memória enquanto algo que está continuamente em disputa. Ver: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, n. 10, dez. 1993.

⁷³ FERREIRA, Rosa Maria. **As águas e o tempo – memórias de Nova Ponte**. 1996. 204f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996, p. 28.

⁷⁴ Ibidem, p. 34.

águas subiram para o preenchimento do reservatório da usina, o que também teria decretado o sepultamento do seu passado, ou seja, da sua história.

Embora a autora afirme buscar a cidade nas memórias dos seus moradores, ela não se desvencilha dos sentidos de “cidade morta”. Dessa forma, as memórias dos narradores são trazidas como um dado ou, como ela mesma se refere, são tomadas como lembranças de algo que não mais existe: *“Nova Ponte já teve sua morte decretada; ela, afinal, agoniza quando o Sr. Jorge tece suas lembranças. Porém, a certeza da morte não justifica a violência da destruição a que a cidade vem sendo submetida”*⁷⁵.

Se a Casa da Cultura e a historiografia fortalecem o esquecimento, é preciso não abrir mão de refletir a respeito daquilo que é posto para ser esquecido. Ainda que considerássemos que Nova Ponte é uma cidade “relocada”, naqueles termos apresentados pela cultura dominante, importa levar em consideração que ela nem sempre foi assim, mas que ela ficou assim. Mesmo de tal modo, cabe problematizar outras histórias desse processo nas memórias dos sujeitos sociais que estão naquela cidade.

Nesse sentido, busquei outras histórias no diálogo que estabeleci com os trabalhadores, não por meio da ausência deles nas instituições e na historiografia, mas pelas suas vivências, pela memória social que eles têm desse processo, para pensar as fissuras, as contradições e o seu fazer-se enquanto sujeitos.

Entrevistei moradores que vivem nessa cidade e que têm em comum a experiência de terem vivenciado o processo de desapropriação da cidade de lá e de cá do rio, dos territórios em que viveram.

O Sr. Manoel, negro, tem uma trajetória de trabalhos realizados no campo, como a maioria dos entrevistados, tem carisma peculiar, vive na nova cidade a poucos quarteirões da Igreja Nossa Senhora do Rosário e possui um quintal com árvores frutíferas. Hoje ele é aposentado. A Sra. Emiliana, também aposentada, falante e alegre, tem sua casa a poucos quarteirões do Sr. Manoel. Ela já trabalhou na roça e em serviços domésticos.

A Sra. RONALDA, letrada, comerciante aposentada, vive no centro da cidade, nas proximidades da Praça São Miguel. O Sr. Amador, o organizador da festa da Cavahada por muitos anos, hoje é aposentado e vive no São Sebastião, um pouco abaixo da Casa da Cultura, na avenida principal no caminho que direciona ao lago da represa da usina.

⁷⁵ FERREIRA, Rosa Maria. **As águas e o tempo – memórias de Nova Ponte**. 1996. 204f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996, p. 124.

O Sr. José Custódio, sujeito acessível e desenvolto, é artesão e, apesar de aposentado, decidiu voltar a trabalhar. Sua esposa, a Sra. Maria Aparecida, trabalha na Prefeitura Municipal, bastante comunicativa, concedeu-me duas entrevistas.

A Sra. Maria Páscoa, embora aposentada, não abandonou a rotina dos trabalhos domésticos. Sua casa tem quintal grande, onde cria galinhas e mantém árvores frutíferas. O Sr. Zuza, motorista de caminhão, mora na avenida principal, no Bairro São Francisco, próximo à entrada da cidade.

Esses sujeitos experienciaram o processo de transformação e de intervenção na cidade e são eles que passam a ocupar o centro das reflexões a partir de agora, juntamente com os entrevistados pelos pesquisadores que desenvolveram o Projeto Memória História de Nova Ponte, no final dos anos de 1980: Sra. Olíria Maria de Jesus, Sr. Ariovaldo Naves Fernandes, Sra. Adelícia Rosa da Silva, Sra. Eva das Graças Borges Ferreira e Sra. Marilda Cândido Cipriano.

A perspectiva é fazer com que “a cidade alagada” ceda lugar, nas memórias produzidas junto a esses trabalhadores, à cidade entrecortada pelo rio, problematizando relações de convivência, de trabalho e de sociabilidades nos muitos e diferentes sentidos que eles atribuem ao passado, ou seja, trazendo os processos de mudanças em outras memórias.

As narrativas dos trabalhadores com quem conversei, permeadas de metáforas e de significados próprios, dizem respeito aos modos como buscam compreender a vida e proceder a análises. Nesse sentido, frases feitas, repetidas e transmitidas pela tradição oral compõem as maneiras como procuram formular juízos e tirar suas próprias conclusões segundo a tradição do grupo a que pertencem⁷⁶. Desse modo, a linguagem é compreendida a partir do seu caráter histórico, pensada como atividade prática e constitutiva do social⁷⁷. Portanto, as narrativas não são individuais, mas exprimem a produção da sua consciência, forjada nas experiências vividas, o que permite tentar revelar o processo social histórico⁷⁸.

A partir dessa perspectiva, ganham relevância os termos cidade de lá e cidade de cá, empregados pelos próprios narradores, conceitos históricos porque possibilitam explicar o processo na dimensão das suas vivências, no presente/passado, isto é, na temporalidade das

⁷⁶ Contribui para estas reflexões: HOGGART, Richard. O mundo das pessoas tais como elas são. In: _____. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 123-158.

⁷⁷ CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. In: MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 20.

⁷⁸ THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 180-201.

suas experiências sociais quando se referem aos seus territórios, àquilo que o consenso busca apagar.

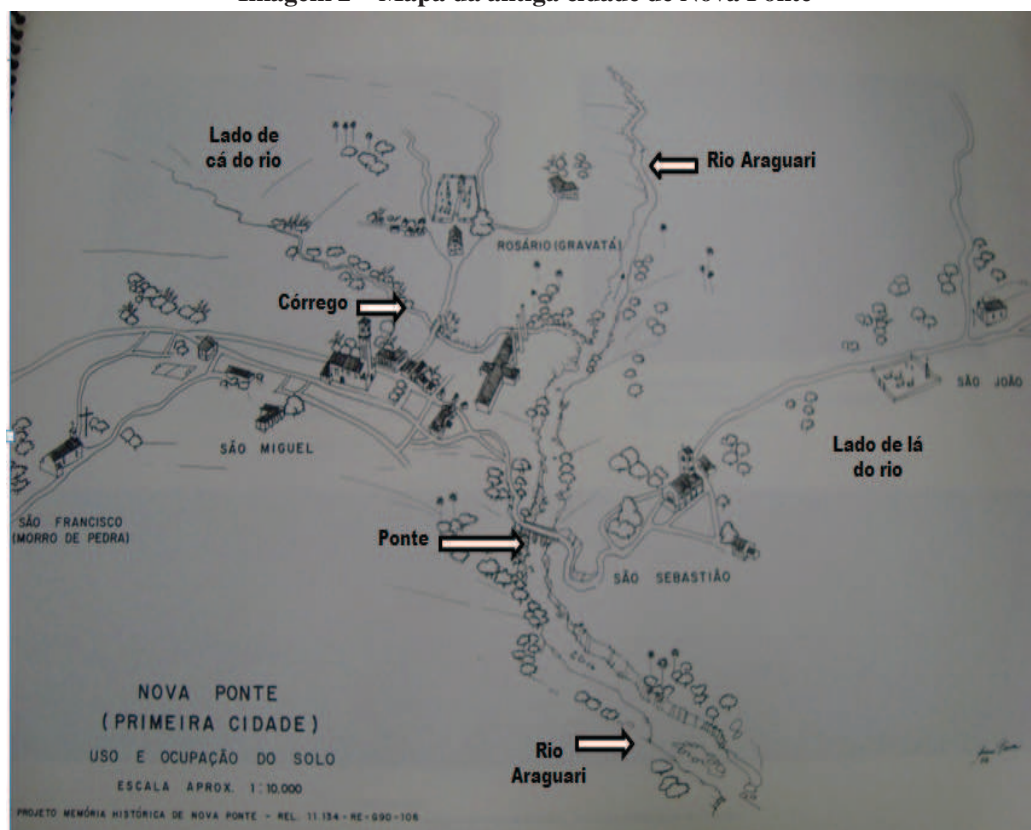
A noção de território é aqui compreendida enquanto “*espaço vivido; não só um espaço geográfico delimitado, mas um espaço apropriado e constituído por relações sociais, por relações culturais*”⁷⁹ e que pode ser apreendido nos enredos dos sujeitos com os quais dialoguei.

Entre os narradores, atualmente a referência imediata para se determinar o que era o lado de cá e de lá do rio, ou seja, o lado de cá e o lado de lá da cidade velha, é a localização da cidade nova. Quando os entrevistados se referem ao lado de cá eles dizem respeito à parte voltada para a BR 452, mais próxima da cidade atual, o São Miguel. Já o lado de lá, o São Sebastião, situava-se mais à frente. Este novo modo de se localizar na cidade é datado de meados dos anos 1990, quando se deu a desapropriação da cidade velha e a mudança para a nova cidade.

O mapa abaixo, realizado a pedido da Cemig, foi criado em 1993 e, nesse sentido, traz “a cidade alagada”. Todavia, a partir dele é possível situar o lado de cá e de lá do rio referido nas memórias dos narradores, os espaços significados enquanto territórios dos seus viveres, nas suas sociabilidades, nos seus referentes culturais:

⁷⁹ ROLNIK, Raquel. Lei e política: a construção dos territórios urbanos. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Educ, n. 18, maio 1999, p. 137.

Imagem 2 – Mapa da antiga cidade de Nova Ponte

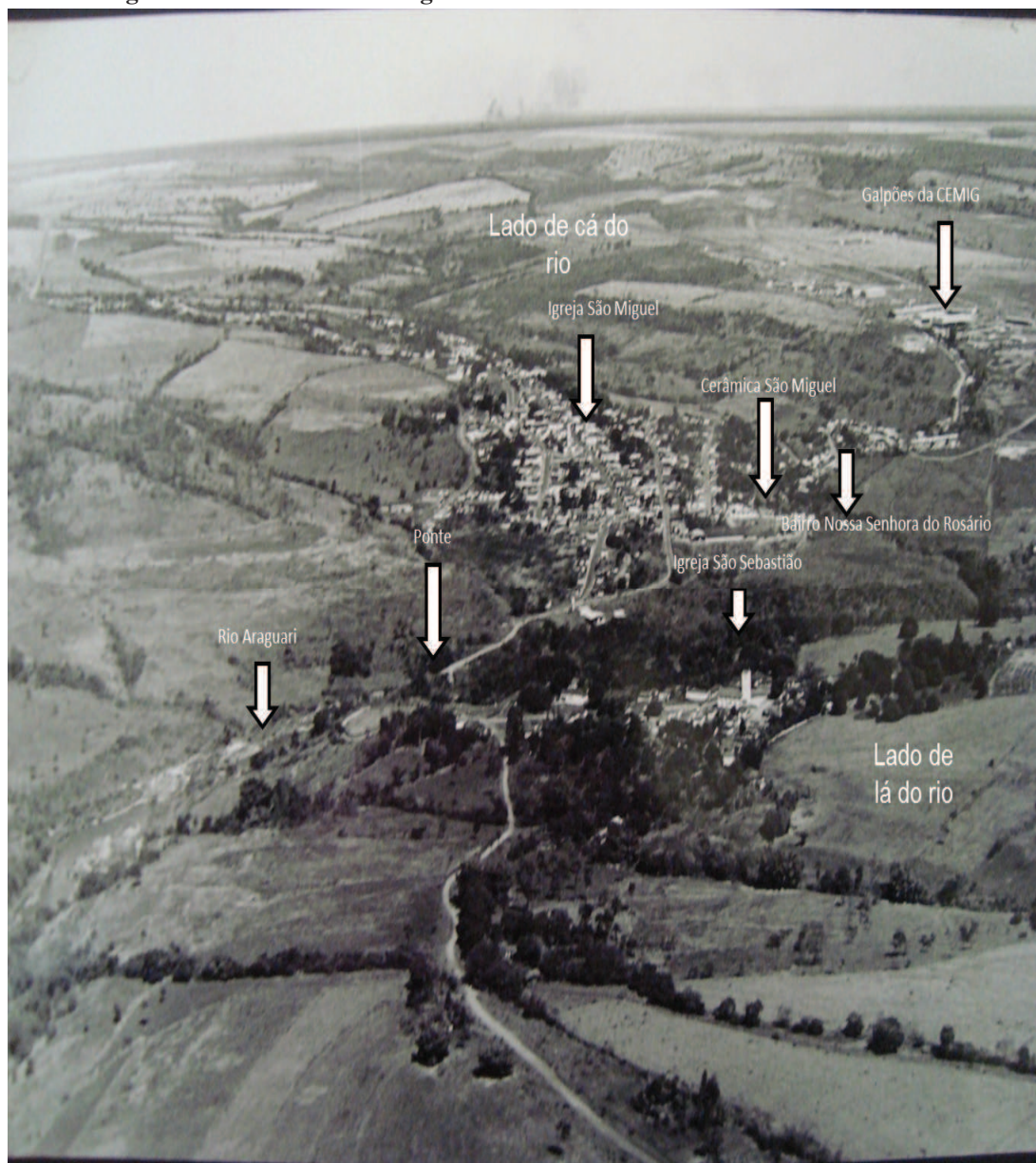


Fonte: CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFMG. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte - Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte:** apropriação urbana – Cidade Nova Ponte. Estudo Comparativo das Moradias (Tipologia/Habitabilidade) – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1993. Acervo: Leme Engenharia. (As setas explicativas foram inseridas pela pesquisadora).

O mapa permite visualizar e compreender a disposição da cidade, a localização de bairros – ou os lados da cidade – e do rio. O lado esquerdo da imagem é o lado de cá, da cidade e do rio, o São Miguel. Nele, foi dado destaque para a Cerâmica, a Igreja, o Bairro São Francisco, o Bairro Nossa Senhora do Rosário, o Gravatá, onde se vê a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o cemitério ao fundo, além do córrego. O lugar conhecido como o lado de lá, o São Sebastião, é a área localizada ao lado direito, nele os organizadores do mapa trouxeram a Igreja São Sebastião e o cemitério, localizado no Bairro São João. O Rio Araguari, localizava-se exatamente no meio da cidade, a travessia se dava por meio de uma ponte.

A imagem abaixo é um registro fotográfico que traz a cidade na sua vista aérea:

Imagem 3 – Vista aérea da antiga cidade de Nova Ponte: O lado de cá e o lado de lá



Fonte: CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFMG. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1990. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte. (As setas explicativas foram inseridas pela pesquisadora).

Embora a qualidade da imagem não seja a ideal, é possível ver a localização do rio, no canto inferior esquerdo, e ter noção do seu percurso depois, passando entre as duas áreas urbanizadas, escondido nas áreas mais cercadas por árvores. Nessa imagem mais ampla, percebe-se como a cidade se organizava junto ao rio. Na parte baixa da fotografia está o São Sebastião e a Igreja São Sebastião é a única construção que se pode distinguir.

Na parte central superior da imagem está o São Miguel. Devido à distância não se pode identificar edificações, contudo, é impossível deixar de observar que este lado possui uma área maior. Outro dado importante aparece no canto superior direito: são os barracões da Cemig e das construtoras que atuaram nas obras da usina hidrelétrica localizados extremamente próximos da cidade, aliás, praticamente junto a ela. O que ficou fora do ângulo do fotógrafo, bem ao lado e um pouco abaixo de onde se vê os barracões, foi a barragem da represa.

Na cidade velha, o lado de cá ou o lado de lá eram relativos, a referência era o Rio Araguari, mas o lado do rio/da cidade também era determinado pela localização em que a pessoa se encontrava, morava ou trabalhava. Depois da desapropriação e da transferência da cidade, quando os narradores se remetem ao tempo passado o lado de cá é sempre o São Miguel, o mais próximo da cidade nova, o lado de lá é o São Sebastião.

A compreensão em torno do que demarcava aquilo que era um e outro lado do rio e da cidade passa por investigar os modos de viver, especialmente os das classes trabalhadoras, que indicam maneiras como se lutava pela apropriação do espaço social, “*em busca de um lugar próprio na cidade*”⁸⁰, busca permeada por valores e por relações de amizade e sociabilidades, que eram também relações de classe.

Para os trabalhadores, lembrar essa cidade – ou seja, os modos de viver que são lembrados, ou trazidos por meio de suas memórias – significa falar de uma cidade entrecortada, dividida, cujo referencial principal era o rio que, na nova cidade, não se coloca mais como parâmetro.

Alguns sentidos desses modos de viver foram trazidos pela Sra. Ronalda que antes da intervenção da hidrelétrica morava do lado de cá, no São Miguel. Em entrevista, perguntei quais lembranças ela tinha da cidade velha e, entre outras, ela se referiu ao rio, narrando sobre a sua beleza e a falta que sente dele. Perguntei, então, do que ela mais sentia falta em relação ao rio e ela destacou que:

Até na época da seca. O rio, ele cheio, né, ele trazia alguma coisa pra que as pessoas pudessem sobreviver dali e a importância do alimento, porque as pessoas que são alimentadas com peixe a inteligência parece que aflora mais [risos]. [...]. Existia pessoas em Nova Ponte que não tinha como, não tinha condição de comprar uma carne, não tinha condições de comprar muitas

⁸⁰ ROLNIK, Raquel. Fronteiras: unicidade da lei e multiplicidade dos territórios. In: _____. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997, p. 77.

vezes até o arroz com feijão, mas poucos metros descia lá já vinha com a sacola cheia de peixe e estava ali o alimento garantido.⁸¹

Para a Sra. RONALDA, inclusive “na época da seca”, os moradores “mais pobres” tinham a opção de tirar do rio o seu sustento. O tempo da seca, lembrado por ela, é quando se tinha uma redução na produção vinda das lavouras, quando as chuvas se tornavam escassas. A expressão que ela emprega, “tempo da seca”, indica ainda os modos como os sujeitos marcavam o tempo a partir do que vivenciavam.

Ela, comerciante, embora vivesse em melhores condições, reportou-se às desigualdades experimentadas e trouxe uma temporalidade marcada por contradições. No entendimento dela o sustento estaria garantido pelo pescado que o rio oferecia⁸², “*descia lá já vinha com a sacola cheia de peixe e estava ali o alimento garantido*”, era algo com o qual os trabalhadores podiam contar, ou seja, havia fartura com a possibilidade da pesca.

Para pequenos proprietários rurais, trabalhadores que muitas vezes não produziam o suficiente, nem mesmo para garantir a alimentação familiar – mas também para aqueles que não eram proprietários das terras, mas trabalhavam nelas à meia –, as condições de vida nem sempre eram favoráveis. Eram essas as pessoas que nem sempre tinham condições de comprar alimentos as quais a Sra. RONALDA se referiu. Esses sujeitos, além de terem os espaços para o plantio pequenos, não possuíam recursos nem tecnologias que assegurassem uma boa colheita.

Naquela conjuntura, no campo de relações de trabalho que estava posto, os que eram “empregados” de um modo geral podiam estar nessas condições como, por exemplo, os trabalhadores da cerâmica. Eram os membros desses grupos que faziam da pesca uma estratégia para garantir pelo menos a alimentação.

Quando perguntei ao Sr. Manoel, morador do lado de cá do rio e ex-trabalhador da cerâmica, se ele ia ao rio, ele narrou:

⁸¹ **Sra. RONALDA PONTES REZENDE**, casada, 73 anos, mãe de nove filhos, sempre viveu em Nova Ponte. Seu marido era proprietário de um estabelecimento comercial no Bairro São Miguel, na cidade velha. Entrevistada em 26/07/2011.

⁸² A tese de Ely Souza Estrela aborda modos de vida ribeirinhos e os embates forjados em decorrência da implantação da represa de Sobradinho/BA, no rio São Francisco, construída no início de 1970. Estrela discute os modos como os moradores ribeirinhos valorizam a disponibilidade de recursos naturais que tinham, as maneiras como eles enfatizavam que a fome na beira do rio inexistia. A autora problematiza as formas como os seus entrevistados associam a vida nos seus povoados à felicidade e sua tese contribui para reflexões a respeito das mudanças em processos de desapropriação como esse. Ver: ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano**: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA. 2004. 250f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados do Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004, p. 49.

Ah! Iche! Nossa! Aí o forte era a pescada. Ali o forte era a pescada antigamente. Nossa, mas era bão! Da moda, uma coisa que sinto bastante é essa falta aí. Porque hoje em dia nem pescar eu não pesco. Da moda do ditado, a gente falava assim “eu vou buscar”, a gente ia e buscava mesmo. Agora, hoje em dia, o povo quase não pega.⁸³

Sua compreensão de mundo indica que para alguns sujeitos que viviam na cidade o rio, além de ser espaço para o tempo livre, por conta do pescado que se poderia produzir a partir dele, tinha o sentido de assegurar a alimentação, de oferecer fartura. Essa forma de produzir o sustento compunha estratégias criadas para contornar dificuldades enfrentadas, além de indicar um sentido de autonomia nas relações vividas. Os trabalhadores tinham o rio próximo de suas casas, um rio que sempre dava peixes, não era necessário pagar por eles. Na interpretação trazida pelo Sr. Manoel bastava decidir “buscar”, os peixes estavam à disposição.

Fartura, para esses trabalhadores, não se refere, apenas, à quantidade de peixes, e sim, à possibilidade de que todos pudessem “buscá-los”, ou seja, significa que havia o consenso, nas suas culturas, de que os peixes eram de todos e para todos. A fartura produzida a partir do rio não permitia que se passasse fome.

Esse sentido de autonomia é um dos modos como os trabalhadores firmam memórias a respeito da sua inserção na vida levada na cidade, diz sobre as experiências e os territórios nos quais se reconhecem como sujeitos que viveram de modo ativo naquela conjuntura.

E isso não era válido apenas para os moradores de Nova Ponte. Quando perguntei a Sra. Emiliana se ela tinha lembranças do rio, ela respondeu:

Ah minha filha, é tanta coisa boa. Ah, existia muito peixe bom pra nós, como agora nós quais não tem, vinha aquele povão de longe né, pescar e buscar aquelas coisas boas mesmo [...]. Mas esse rio também já matou muita gente, criminoso igual não sei o quê, esse danado desse rio! [risos].⁸⁴

A narradora, que vivia do lado de cá, no São Miguel, fez questão de frisar que atualmente não se tem “muito peixe bom”, fato também notado pelo Sr. Manoel. A dificuldade de “buscar” os peixes foi percebida depois que ocorreu o represamento das águas por conta da usina hidrelétrica e indica as maneiras como os trabalhadores notam algumas

⁸³ **Sr. Manoel Benedito Inês**, conhecido como Tineca, 71 anos, viúvo, pai de duas filhas. Ele vivia no Bairro Nossa Senhora do Rosário, o Gravatá, no lado de cá do rio. Entrevistado em 14/01/2012.

⁸⁴ **Sra. Emiliana Borges da Silva**, 80 anos, viúva, mãe de dez filhos. Vivia no lado de cá da cidade, no São Miguel. Entrevista gravada em Nova Ponte, na sua residência, em 21/07/2012.

mudanças nos seus modos de viver, nas suas culturas e, inclusive, na relação com a natureza⁸⁵ na qual se inseriam.

Contudo, a relevância da narrativa da Sra. Emiliana está na sua interpretação de que os peixes oferecidos pelo rio eram “uma coisa boa” e que estavam acessíveis a pessoas que vinham de longe, não apenas aos moradores da cidade. Ou seja, ela trouxe a noção da fartura, assim como a Sra. Ronalda e o Sr. Manoel, e essa fartura não é idílica, mas enuncia aquilo que se produzia em termos de vida. A pesca era um meio encontrado de se garantir a alimentação quando não se dispunha de outros recursos.

Entretanto, não foi apenas ao aspecto positivo das relações vivenciadas a partir do rio que a Sra. Emiliana se remeteu. Ela também trouxe uma percepção comum na cidade a respeito daquele rio: a ideia do perigo que ele oferecia. Essas são vivências que também compunham as relações que se estabeleciam com o rio. Em muitas conversas o rio foi apresentado pelos riscos que representava. A ameaça era devido a suas corredeiras e a sua profundidade.

Contudo, o conhecimento do perigo não afastava os sujeitos do rio e a presença “daquele povão que vinha de longe” é um dos traços que auxilia na compreensão dos motivos pelos quais o Prefeito Municipal em 1981 se dirigiu à Câmara com o objetivo de moralizar a pesca:

Fez uso dela (a palavra) o Senhor Prefeito Municipal que leva ao conhecimento da casa o resultado de uma viagem recente a Belo Horizonte e um dos assuntos é a permanência aqui de um pelotão da Polícia Militar com a finalidade de moralizar a pesca no lugar denominado “Salto”, diz o senhor Prefeito, querer a opinião dos munícipes, em relação ao assunto.⁸⁶

A solicitação da presença da polícia no Salto do Rio Araguari indica que aquele era um território bastante frequentado, mas vai além disso. Aquele era um espaço constituído nas relações de sociabilidades para muitos e diferentes sujeitos, além dos significados de fartura que ele tinha para a cultura dos trabalhadores. Desse modo, a tentativa não era de moralizar a pesca em si, mas experiências sociais que compunham os modos de viver de trabalhadores.

⁸⁵ A tese de Roberto Massei defende a ideia de que o homem é também natureza, não existe separação entre eles. Segundo o autor, quando se separa homem da natureza há uma liberação para que os seres humanos se apoderem e explorem a natureza. E são os modos como essa exploração se dá no mundo capitalista que o autor vai criticar. Sua tese aponta alterações nas relações de trabalho, mas também no ecossistema, como a diminuição de peixes devido à construção da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita em São Paulo. Ver: MASSEI, Roberto. **A construção da usina hidrelétrica Barra Bonita e a relação homem natureza vozes dissonantes, interesses contraditórios - (1940-1970)**. 2007. 309f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

⁸⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 17 set. 1981**. Nova Ponte, 1981. Livro n. 4.

Nesse sentido, sendo o rio um espaço bastante frequentado pelos sujeitos, se por um lado, eles conheciam os perigos do rio, por outro lado, eles também sabiam dos melhores lugares, os nomes dos peixes e o tempo certo para a pesca. O Sr. Manoel, ao ser perguntado a respeito dos lugares que ele mais frequentava na cidade velha disse que *“Na época de pesca eu tava lá no Salto pescando, né. Além disso, também, da pesca... tinha uma Barrinha que era muito pescado né, o povo gostava muito de ir, né. Chamava Barrinha, a gente pegava muito peixe, muito Chorão, muito Mandi...”*⁸⁷. A Barrinha e o Salto foram apontados por ele como locais onde se ia pescar. A proximidade com o rio, sobretudo, a alternativa de, a partir dele, garantir a alimentação por meio da pesca, fez com que sujeitos como ele aprendessem sobre os melhores pontos para pescar, sobre as espécies encontradas, além de identificar o período ideal, ou seja, “a época da pesca”.

Do mesmo modo que o Sr. Manoel considerava a “época da pesca”, o que sugere sua destreza em relação à natureza, mas também maneiras de organização da vida, o Sr. Amador se referiu ao período das cheias do rio, elencando outros saberes e sentidos. Quando comentei que nas minhas conversas com outros trabalhadores tive conhecimento de que no Rio Araguari havia muito peixe Jaú ele complementou minha fala, demonstrando que a pesca lhe era habitual:

Ah sô, tinha Jaú era pra toda banda, mas pra cima da ponte, logo pra cima, tinha um saltador, uma cachoeira, né, então ali os peixe vinha. É... o rio começava encher tinha um tal de Poço de Chorão que olhava, tava assim, olha, de espinho de Chorão pra cima! Você passava as mão nos peixe assim, olha! Pintado, Dourado, você passava a mão neles assim, olha!⁸⁸

Para o narrador, morador do lado de lá, o São Sebastião, a fartura de peixes não se dava em qualquer tempo, mas quando o rio começava a encher. Ou seja, as “cheias do rio” compunham e demarcavam o tempo social para aqueles que faziam do rio um território do vivido⁸⁹.

A narrativa do Sr. Amador trouxe ainda a diversidade das espécies de peixes que ele conhecia e, mais do que isso, indica que esses eram também os mais procurados pelos trabalhadores da cidade e região para lhes servir como alimento. Os peixes que ele se recorda,

⁸⁷ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 14/01/2012.

⁸⁸ Sr. Amador Bernardes Fernandes viúvo, 81 anos. Ele vivia no lado de lá do rio, no São Sebastião. Entrevistado em 19/08/2011.

⁸⁹ O trabalho de Eduardo Rodrigues da Silva analisa as mudanças nos modos de viver da cidade de São Francisco-MG, buscando compreender os sentidos e significados do Rio São Francisco nas vivências de trabalhadores. Sua dissertação contribuiu para reflexões a respeito das maneiras como os sujeitos reconfiguram seus viveres em decorrência dos ciclos e ritmos das águas. Ver: SILVA, Eduardo Rodrigues da. **Histórias, memórias e viveres de trabalhadores em São Francisco/MG (1970-2010)**. 2013. 142f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Consultar especialmente páginas 69 e 77.

Jaú, Chorão, Pintado e Dourado, podiam ser encontrados no Poço do Chorão e na cachoeira. Essa cachoeira por ele mencionada era o Salto, também trazido pelo Sr. Manoel.

O conhecimento revelado pelo narrador expressa a relação que esses trabalhadores estabeleciam com a natureza, indicando que a prática da pesca era comum aos moradores do lado de cá e de lá do rio. Essa prática estava aliada aos saberes transmitidos pela oralidade, mas também às necessidades, que os ensinaram a distinguir as diferentes espécies de peixe e, da mesma forma, os melhores lugares para se pescar.

O Sr. Amador cresceu, viveu e trabalhou durante parte de sua vida em fazendas localizadas nas proximidades do rio. Quando pedi para que ele me falasse um pouco da sua vida, onde morava e trabalhava, ele disse:

Eu fui nascido aqui, do lado de lá, né, da cidade velha, até nove anos, depois nós foi embora pra uma fazenda na beira do Rio das Velhas, que ficava daí uns vinte quilômetros ou trinta, né, lá nós morou quatorze ano, depois é que nós voltamos pra trás. Aí eu fui morar ali pertinho da cidade velha.⁹⁰

O Sr. Amador utilizou a expressão lado de lá para se referir ao São Sebastião, local onde viveu, e o termo cidade velha para se referir à cidade antes da formação do lago da represa. Essas noções compõem a linguagem dos sujeitos que habitavam a cidade e são elaboradas a partir de experiências historicamente constituídas. O narrador também identificou o Rio Araguari como Rio das Velhas, nome pelo qual o rio era e ainda é conhecido na região. Esses termos aparecem nos modos como ele se lembra e se reconhecia nos lugares constituídos em suas vivências.

A sua mudança de um lugar para o outro se deu em razão do trabalho, primeiro ofertado em uma fazenda depois em outra. Nesse sentido, aquela identificação do melhor local e do tempo para a pesca, o conhecimento dos peixes e sua importância como garantia de alimentação foi produzida no cotidiano de relações que o Sr. Amador, assim como outros sujeitos, estabelecia a partir do rio, relações imbricadas nos modos como se enfrentava e se construía a vida.

Para outra narradora, a Sra. Maria Páscoa, que vivia no São Francisco no lado de cá do rio, o tempo das cheias foi trazido pelos significados do trabalho. Quando pedi para que ela me falasse sobre como eram as secas e as cheias do rio, ela narrou:

É, quando vinha a cheia tomava conta dum varjão grande, nós tinha, lá na fazenda do Mané Pereira, tinha esse varjão que aí vinha, aí os arroz já tava

⁹⁰ **Sr. Amador Bernardes Ferreira.** Entrevistado em 19/06/2009.

maduro nós entrava com a água assim, olha, pra poder cortar os arroz e tirar daquela varje de água, sabe

Juliana: pra não perder o arroz

Sra. Maria Páscoa: pra não perder o arroz, porque aqui, ali dava uma lagoa muito grande, sabe, tomava conta daquele barradão tudo e aí nós tinha que cortar e carregar aquilo tudo pra fora...⁹¹

O mesmo rio que fertilizava as margens tornando-as produtivas para o cultivo do arroz, também poderia levar à perda da produção “quando vinha a cheia”. Varjão é o nome dado por ela ao pedaço de terra que era tomado pelas águas do rio. O tempo da cheia, para essa narradora, tinha o sentido do trabalho, do cuidar da plantação de onde se tirava o sustento seu e da sua família. A temporalidade trazida pela Sra. Maria Páscoa emergiu nas memórias de quando ela vivia e trabalhava numa fazenda nas proximidades da cidade, assim como o Sr. Amador.

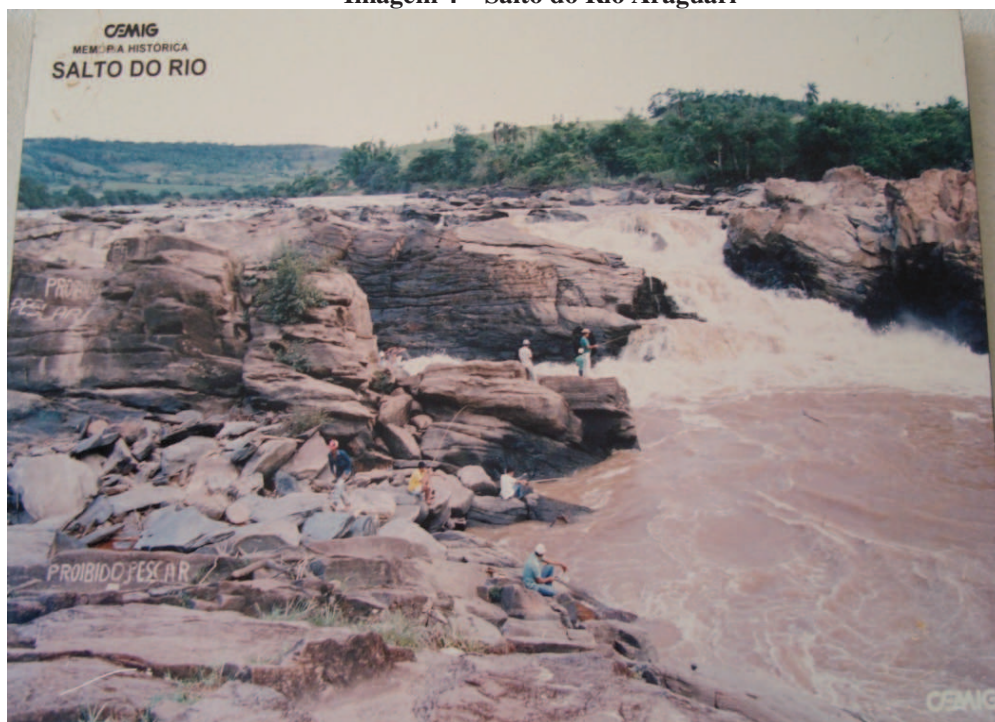
Nos registros fotográficos presentes na Casa da Cultura busca-se apagar o saber que se articulava nos modos de viver dos sujeitos como o Sr. Amador e o Sr. Manoel, além das relações de trabalho que a partir do rio eram estabelecidas como um modo de se manter, como elencado na memória da Sra. Maria Páscoa. Contudo, articulados às memórias dos trabalhadores, esses registros permitem pensar sobre os sentidos da desapropriação da cidade.

A imagem abaixo esteve afixada nas paredes do hall de entrada da Casa da Cultura e acompanhava outras tantas imagens cujo tema principal é a cidade nas suas interfaces de mudanças, constituindo parte de uma exposição permanente mantida pela Secretaria Municipal de Cultura. Trata-se, portanto, de uma imagem que aparece na memória social⁹² publicizada pelo poder público municipal. Este é o Salto a que o Sr. Amador e o Sr. Manoel se referiram:

⁹¹ **Sra. Maria Páscoa de Jesus**, 67 anos, divorciada, teve sete filhos. Ela vivia no Bairro São Francisco, no lado de cá do rio. Entrevistada em sua residência em 20/04/2013.

⁹² Maria Célia Paoli, ao afirmar que a noção de patrimônio histórico deveria evocar múltiplas dimensões da cultura como imagens de um passado vivo, acontecimentos e coisas que merecem ser preservados porque têm um significado coletivo, afirmou que a “história dos vencedores”, a partir dos documentos produzidos, monumentos erigidos, e das referências do que é ensinado nas escolas, silencia outras narrativas. Para essa autora, o reconhecimento do direito ao passado “*inventa novos meios de operar e de se produzir como espaço público, onde possam estar inscritas todas as significações de que é feita uma cidade.*”. Ver: PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória:** patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 28.

Imagem 4 – Salto do Rio Araguari



Fonte: Exposição Casa da Cultura de Nova Ponte, s/d.

A imagem acima foi produzida, possivelmente, pelos técnicos da Cemig⁹³. De imediato, o que salta aos olhos é o nome da empresa destacado em cima e em baixo na fotografia. Ela compõe um processo que desapropria sentidos, transformando práticas sociais em objeto de contemplação, pretende tornar o passado um tempo sem relação com o presente⁹⁴ e apresentar experiências sociais como algo a ser admirado de longe, buscando anular tensões de classe. Os sentidos da exposição dessa imagem, levando em consideração as maneiras como ela foi produzida e é veiculada, procuram criar o consenso de que aquele modo de viver acabou assim que a cidade foi alagada.

⁹³ Segundo informações obtidas na Casa da Cultura as fotografias que faziam parte da exposição no hall de entrada foram produzidas pela Cemig, sendo réplicas de imagens que constam no Projeto Memória Histórica de Nova Ponte. É importante registrar que algumas fotos utilizadas pela empresa naquele projeto pertenciam a acervos particulares.

⁹⁴ Essa perspectiva de passado procurou ser refutada nesta tese. Benjamin apresenta reflexões importantes a respeito das categorias presente e passado: para ele o materialista histórico não deve apresentar a imagem “eterna” do passado, ele deve fazer do passado uma experiência única e “fazer saltar pelos ares o continuum da história”. Benjamin considera que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”. Ver: BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 229; 231. (Obras Escolhidas, v. 1).

Contudo, o movimento de contextualizar as fotografias, procurando “*construir explicações para além do que está imediatamente registrado*”⁹⁵, tal como propõe Olga Brites, permite notar que essa imagem contém sentidos vinculados às territorialidades e costumes que se constituíam nas relações vividas na cidade.

Apesar dos alertas de proibido pescar, inscritos nas pedras, o rio atraía pescadores de toda a região devido à fartura de peixes e a facilidade de acesso, sendo que o Salto era o lugar preferido para a pesca. Na imagem, nota-se que a pesca era feita com instrumentos simples o que permite pensar que sua finalidade principal era complementar a alimentação de famílias, sem deixar de servir como uma atividade de lazer entre amigos. O Salto era também um território que se constituía nas sociabilidades, nos significados atribuídos pelos trabalhadores quando se lembram da cidade velha, a cidade do lado de cá e do lado de lá.

Já nas memórias das mulheres, tanto para as que viviam do lado de cá quanto para as que viviam do lado de lá, o rio era também um território de realização de atividades domésticas. A narrativa da Sra. Olíria, produzida e publicada pelos organizadores do Projeto Memória Histórica de Nova Ponte, permite fazer alusões sobre a constituição dessas práticas:

O povo lavava roupa aqui no pé da ponte. Tinha um batedorzão de pedra, um lugar raso. Ali, você está vendo? Aquelas mulheres acostumadas traziam as malas de roupa... mas no tempo de água limpa, porque na água suja não é possível. Então, punham para enxugar nas pedras, nos ramos. Você passava aqui na ponte tava cheio de roupa para todo lado.⁹⁶

Nesse registro de memória que se quer dominante, essa narrativa é utilizada para fortalecer a versão da falta de estrutura, da falta de água, ou seja, do atraso⁹⁷ vivido como um modo de justificar a desapropriação da cidade. Contudo, a narrativa permite refletir sobre os viveres constituídos à beira do rio, seus modos de trabalhar e de organizar a vida.

Para a Sra. Olíria, a possibilidade de lavar roupas estava colocada apenas no “*tempo de água limpa*”, quando esse trabalho poderia ser desempenhado às margens do rio e é nesse

⁹⁵ BRITES, Olga. Retratos de infância: infância, história e fotografia: São Paulo nos anos 1930. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d' água, 2006, p. 196.

⁹⁶ CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFMG. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1990. Livro IV: Memória do Cotidiano. Entrevistada: Olíria Maria de Jesus. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte.

⁹⁷ Ao discutir o processo de formação da classe operária inglesa Thompson, quando tratou das relações de exploração na Revolução Industrial, notou que as relações de exploração emergiam enquanto velhos costumes desapareciam, afirmando ainda que o processo de industrialização impunha o sofrimento e a destruição de modos de vida “*estimados e mais antigos*”. Essa discussão inspira as reflexões presentes nesta tese por permitir compreender as formas como os viveres dos trabalhadores em Nova Ponte foram taxados como atrasados e precários, buscando fortalecer a noção de que é a chegada da hidrelétrica que promove melhoria nas condições de vida. Ver: THOMPSON, E. P. Exploração. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 28-29.

sentido que a narradora se lembrou das relações experimentadas naquele espaço. Os modos de identificar o tempo estavam articulados à organização da vida doméstica na qual lavar roupas no rio era vivido como limite e necessidade.

O Rio Araguari era um território frequentado por grupos de diferentes classes sociais, mas, fundamentalmente, ocupado por donas de casa, lavadeiras de roupas, por quem vivia da pesca e do garimpo, o que revela uma vida ribeirinha constituída nesses modos de viver e de sobreviver articulados no contato com a natureza, com o caráter de suprir necessidades. Para as lavadeiras de roupas, ramos, pedras e águas eram o que passavam a dar suporte para que a vida pudesse ser levada em frente.

Nas memórias de sujeitos como a Sra. Olíria o rio é um espaço que ganhava visibilidade pelas práticas vinculadas à vida doméstica⁹⁸, isto é, na organização do trabalho familiar. A narrativa permite pensar sobre experiências de classe, indica uma rotina do trabalho doméstico que englobava a preparação para o dia a dia da vida familiar, ou trabalho que constituía uma atividade que gerasse renda, visto que muitas mulheres lavavam roupas para fora, para aqueles que trabalhavam nas roças, na cerâmica ou talvez nas empresas do agronegócio que chegavam⁹⁹.

Na segunda parte da entrevista, certamente movida por questões colocadas pelos realizadores do Projeto Memória Histórica, mas que não foram mencionadas, a Sra. Olíria se remeteu à ponte:

Essa ponte é antiga. Eu não tinha nascido quando fizeram ela e olha aí: a gente passa, passa... até hoje. É uma pena acabar.
Vai indo, nós vamos viver num tempo em que as coisas velhas todas acabam. Olha que quando passa um carro de boi, eu mesma vou olhar. Eu, que passei a vida toda andando de carro...¹⁰⁰

A ponte e o carro de boi que a narradora “lamenta” acabar eram alguns elementos a partir dos quais ela construía suas relações de pertencimento social. Mas quando essa mesma ponte aparece nos registros da Cemig ela é mostrada de modo folclorizado, ainda que falas como essa sejam vinculadas. A fala da Sra. Olíria é apropriada pelos elaboradores do Projeto Memória Histórica a partir de um caráter ilustrativo, com objetivo de relatar a existência do

⁹⁸ O trabalho de Lúcia Marcelino Rebolças, ao tratar da compulsoriedade como efeito da construção de usinas hidrelétricas, indica as formas como a organização da vida doméstica constituem os modos de ocupação e apropriação do espaço vivido e compõem os referenciais que regem os viveres estabelecidos a partir do rio. Ver: REBOLÇAS, Lúcia Marcelino. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000, p. 28.

⁹⁹ Grandes produtores de grãos como soja e milho além de empresas que atuam no ramo do comércio de madeiras se fizeram presentes nessa região a partir do final dos anos 1970.

¹⁰⁰ CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFGM. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1990. Livro IV: Memória do Cotidiano. Entrevistada: Olíria Maria de Jesus. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte.

rio e os modos como moradores da cidade se relacionavam com ele, como se pode notar nas afirmativas: “*A travessia do Rio, naquele ponto, está investida de um sentido histórico que remonta ao nascimento da cidade*” e “*o rio é a paisagem de toda a vida da cidade de Nova Ponte*”¹⁰¹. Portanto, eliminam-se significados próprios que sujeitos como a Sra. Olíria atribuíam àquele espaço para dar lugar à ideia do marco fundador¹⁰², externo aos viveres dos trabalhadores.

Em outras narrativas, esse tempo também foi trazido articulado à própria organização das relações domésticas e familiares. A Sra. Osvalda morou em Nova Ponte, no lado de cá, no São Miguel, quando era solteira, no final da década de 1950; depois de casada mudou-se para Tapuirama, Distrito de Uberlândia, lugar onde vive atualmente. Quando perguntada se ela se recordava de ver mulheres lavando roupas no rio, ela disse que:

Nós também lavamos roupa no rio! [risos]. É, uai! Não tinha água encanada também, né, tinha não. E aí, o córrego era bem pertinho de casa. As minhas irmãs mais velhas ia, né, aí, eu mais a Nivalda, as mais novas, aí a gente ia levava lata pra ferver roupa, né, levava lenha. As duas irmãs, as duas mais velhas não, elas já eram casadas, né, as outras, aí eu mais a Nivalda ia, aí quando era hora delas enxaguar aquelas cobertas, sabe, uma ficava lá em baixo, e era muita água que tinha! Aquelas pedras pretinhas, né, você lembra, assim de ver? Pois é, aí uma ficava assim pra soltar a coberta, né, e a outra ficava lá em baixo assim pra não deixar a coberta rodar. Ah, minha filha, uma foi embora! [risos]. E tinha uma outra vizinha lá, que era da idade da gente que ela ia também, aí nós ficava brincando. Eu me lembro, assim, batia roupa naquelas pedras, né. Nossa, era bom demais! [...] É, antigamente era fervida as roupas. Tinha que levar lenha e palha pra acender o fogo¹⁰³.

Lavar roupas no córrego, e não no Rio Araguari, foi lembrado como uma estratégia criada devido ao fato de não se ter água encanada. Providenciar lenha, palhas de milho e latas para ferver as roupas, organizar as tarefas – enxaguar, bater e cuidar para que peças não

¹⁰¹ CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFGM. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1990. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte.

¹⁰² Pesquisas acadêmicas também apresentam essa noção de mito de origem, de marcos fundadores, como se pode observar no trabalho de Adriana Oliveira Crema: “*Foram dois os núcleos que deram origem a cidade de Nova Ponte: o arraial de São Miguel e o de São Francisco. Em margens opostas do rio Araguari – naquela época denominado rio das Velhas – os moradores e fazendeiros, Manoel Pires de Miranda e Antônio Luciano de Resende, doaram uma gleba de terra da fazenda Cachoeira para a construção da capela de São Miguel; na outra margem do rio, os fazendeiros Nephtali José de Castro e Joaquim de Almeida doaram o terreno para a construção da capela de São Sebastião. Ligando os dois povoados, foi inaugurada em 1958, uma ponte de madeira construída por Antônio José da Silva Fernandes.*”. Ver: CREMA, Adriana Oliveira. **A cidade dos “afogados”**: a memória, a história e a luta pelo direito à cidade de Nova Ponte. 2005 282f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005, p. 21.

¹⁰³ **Sra. Osvalda Pontes Fagundes**, 76 anos, casada, mãe de quatro filhos, ex-moradora do Bairro São Miguel. Entrevistada em Tapuirama, em sua residência, no dia 08/07/2012.

fossem levadas pela força das águas – compunham um cotidiano do trabalho articulado às condições que se tinha.

A memória da Sra. Osvalda traz algumas práticas que compunham parte da rotina levada por muitas mulheres na cidade; a companhia e o convívio de familiares e vizinhas, as tarefas domésticas, são experiências compartilhadas¹⁰⁴ com outras mulheres que viveram naquele período. Muitas se ajudavam na lavagem de roupas, o que evidencia valores articulados a uma consciência afetiva e moral¹⁰⁵, a moral cristã de ajuda ao próximo, mas também formas de se relacionar no interior de um grupo que compartilhava das situações de desigualdade social vividas.

Além disso, emerge também um tempo em que o labor se mesclava às brincadeiras. Este é um pouco do universo da divisão das tarefas. A Sra. Osvalda refere-se a esse tempo e nos permite refletir sobre as maneiras como o cotidiano de brincadeiras era forjado junto às práticas de trabalho desempenhado pelos adultos. Era em meio às tarefas domésticas que as crianças se divertiam, ao mesmo tempo em que eram mandadas pelos pais para auxiliarem na realização das atividades rotineiras. Trata-se, nesse sentido, da moral e ética da educação, do trabalho dos filhos nas famílias das classes trabalhadoras.

Mulheres e crianças se organizavam para a realização das tarefas domésticas que não se resumia a lavagem de roupas, mas diziam respeito também à limpeza e arrumação das casas e das dependências que se agregavam a elas nessas relações de trabalho doméstico ligado ao universo dos seus hábitos forjados no campo, como o cuidar de paióis, de chiqueiros e de hortas. As próprias dificuldades do dia a dia induziam os pais a lançarem seus filhos ao trabalho. Muitas vezes, incentivar as crianças a trabalhar não era uma questão de escolha, e sim, de necessidade. No entanto, não se trata apenas disso.

Os elementos que a narrativa contém permitem pensar em valores presentes, entre as classes trabalhadoras¹⁰⁶, da educação e da moral. Iniciar as crianças no trabalho logo cedo indica que este é associado à dignidade e à respeitabilidade e esses eram valores que

¹⁰⁴ Segundo Alessandro Portelli, a história oral e as memórias “*não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias*”, o que auxilia na compreensão da dinâmica social vivida pelos trabalhadores. Ver: PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos; narração, interpretação, e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, v. 1, n. 2, p. 72.

¹⁰⁵ Para Thompson, os sujeitos experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na sua cultura, o que chama de consciência afetiva moral. Ver: THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 189.

¹⁰⁶ Contribui para refletir a respeito dos valores atribuídos ao trabalho pelas classes trabalhadoras: HOGGART, Richard. “Nós” e “Eles”. In: _____. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 95.

compunham aquele ambiente cultural e social vivido. O trabalho era associado ao que era correto e honroso, talvez por este motivo a Sra. Osvalda se recorde daquelas práticas com alegria.

A partir de sentidos e significados socialmente compartilhados nesses referenciais de culturas, nas divisões de tarefas, evidenciam-se valores que se constituíam e que se imprimiam nos territórios, nos lados de cá e de lá do rio. Nesse sentido, a narrativa produzida com a Sra. Maria Páscoa, moradora do lado de cá, o São Miguel, aponta que lavar roupas no córrego, além de ser uma alternativa forjada ante as dificuldades com relação à água, era também um modo de se firmar no social. Perguntei se ela lavava roupas no córrego e como era essa lavagem de roupas e ela narrou:

Não, era bão demais, menina. Chegava lá a gente lavava e fervia a roupa na lata, sabe, e punha as roupa lá na pedra e ensaboava e batia, punha enxugar nos arame, naqueles capim Jaraguá, que os vento tombava assim, olha, ficava parecendo uma garça de tão linda as roupa, tudo branquinha! Tudo lavado. A gente de coque [agachada] lá lavando [risos].

Juliana: Juntava muita mulher lá lavando roupa, né?

Maria Páscoa: Juntava. Não, que quando eu ia, a gente sempre ia era uma ou duas, nós ia só em duas. Mas, tinha mais que ia de punhado, mas eu não, eu só ia eu e, cê lembra da Manoela do Modesto, aquela Monoela? Pois é, que morreu esses tempo. Então, pois é, eu mais ela que ia muito lá lavar roupa, nós duas junto, outra hora mais a Maria do Cidico.

Juliana: E lavava a roupa lá porque era difícil água, por que que é?

Maria Páscoa: É, a nossa água era de poço e tinha época que a água do poço era muito pouca, aí num dava, sabe? A gente ia tirando num instante já dava lá no barro, né, e quando é fé a água já saía tudo suja, aí num dava. Aí a gente ia lavar lá em baixo mesmo, lá no córrego.¹⁰⁷

A lavagem de roupas no lado de cá se dava com os recursos de que se dispunha. Ferver as roupas nas latas era uma técnica para deixá-las mais limpas que expressa valores atribuídos ao vivido naquelas relações, a importância da limpeza, do asseio¹⁰⁸. É a partir de princípios como esses que os membros das classes trabalhadoras se reconhecem e se afirmam socialmente.

As pedras eram utilizadas para bater as roupas e arames e capins usados como meios de secar a peças. Essa prática permite notar que para mulheres como a Sra. Maria Páscoa o

¹⁰⁷ **Sra. Maria Páscoa de Jesus.** Entrevistada em 20/04/2013.

¹⁰⁸ Hoggart inspira estas reflexões ao considerar que entre os membros das classes trabalhadoras a limpeza, assim como a poupança e a dignidade, “*são fruto não da vontade de subir, mas antes do medo de descer, de sucumbir ao meio ambiente; e a maioria daqueles que desprezam esses critérios não são espíritos livres, generosos e desinibidos, mas antes indivíduos desmazelados e instáveis reflectindo-se esses defeitos nos seus hábitos e nas suas casas.*” HOGGART, Richard. “Nós” e “Eles”. In: _____. **As utilizações da cultura.** Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 94.

córrego era um território de trabalho, não o trabalho como realizado para “os outros”, mas aquele vinculado à vida doméstica.

Para a Sra. Maria Páscoa, a lavação de roupas sempre se dava na companhia de pelo menos mais uma ou duas mulheres, ao contrário de outras que iam de “punhado” para lavar roupa. A escolha de ter uma companhia diz respeito à própria organização do trabalho, mas era também uma estratégia de cuidado, uma vez que a beira do córrego oferecia perigos, como acidentes com animais peçonhentos, por exemplo.

Contudo, outro destaque na sua narrativa era a dificuldade encontrada com relação à água, também mencionado pela Sra. Osvalda. A água que se tirava de poços não era considerada ideal para a lavação de roupas, além de ser pouca, podia estar suja e, conseqüentemente, também não se bebia dessa água.

Desse modo, as mulheres que iam para o lado de lá da cidade, para lavar roupas na beira do córrego, eram aquelas que não tinham água nas suas casas. Ou seja, os equipamentos públicos urbanos não estavam à disposição de todos. As moradoras do Bairro São João, no lado de lá do rio, por exemplo, sofriam com a falta de água encanada, mas criavam estratégias para organização da vida. A falta da água é o que marcou a narrativa da Sra. Marilda, que vivia no São João. Para ela, “*aqui não tem água, às vezes tenho que lavar roupa lá embaixo*”¹⁰⁹. Essa narrativa evidencia impasses que compunham a vida no dia a dia. No lado de lá do rio, o não ter água fazia com que as donas de casa atravessassem para o lado de cá, onde poderiam realizar suas atividades domésticas.

Experiências como essas trazem à tona viveres, relações que levavam os sujeitos a se movimentar e a criar os seus territórios¹¹⁰ na cidade. Esse “lá embaixo” não era o Rio Araguari, mas sim um córrego – o Córrego dos Barros, que ficava no lado de cá, na divisa entre o São Miguel e o Nossa Senhora do Rosário, o Gravatá – onde também se lavavam roupas. As trabalhadoras do lado de lá do rio iam “lá embaixo”, no mesmo córrego onde a Sra. Osvalda e a Sra. Maria Páscoa, que viviam no lado de cá, realizavam essa tarefa.

Além de buscar os meios mais rápidos que assegurassem a lavação de roupas, prática relevante no gerenciamento da vida, por meio das Atas é possível inferir que essas mulheres também fizeram reivindicações na Câmara Municipal.

¹⁰⁹ COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória Histórica de Nova Ponte**. Belo Horizonte: CEMIG, 1997, p. 116. Entrevistada: Sra. Marilda Cândido Cipriano.

¹¹⁰ Roncayolo contribui para estas reflexões ao afirmar que território, antes de ser percepção, é construção. Ver: RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8, p. 266.

Em 1983, foi matéria de discussão na Câmara a menção de alguns vereadores *“indicando ao Chefe do Executivo para que iguale o povo do ‘Alto São João’ – 2º subdistrito desta cidade, ao restante da comunidade de Nova Ponte, com o Serviço de Abastecimento d’água.”*¹¹¹. A indicação de que o fornecimento de água naquele lado de lá fosse igualado ao existente na cidade como um todo aponta que neste quesito os moradores do lado de lá do rio, no São João, não contavam com alguns serviços públicos e, mais do que isso, sinaliza que eles cobravam o provimento de água como algo que poderia facilitar a vida.

Os registros presentes nas Atas da Câmara permitem evidenciar que esse foi um percalço com o qual se conviveu até o momento da mudança da cidade. Em 1988, quando as obras da hidrelétrica já tinham começado, tramitou uma indicação de um vereador que solicitava ao prefeito municipal *“que o mesmo agilize o trabalho para colocar água no bairro ‘São João’, com a finalidade de tornar realidade uma promessa de vários anos.”*¹¹².

A queixa de falta de água no lado de lá é um dos elementos mais recorrentes nas Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte. Mesmo em 1990, pouco antes da transferência da cidade, ainda havia reivindicações com relação ao abastecimento de água. Um vereador compareceu ao plenário e procurou esclarecer

que a Prefeitura está empenhada em atender as reivindicações dos Bairro São João, na colocação de água, posto de atendimento médico, telefone público, construção de gurita (ponto de ônibus), agendamento de ruas e o término da quadra de esportes.¹¹³

A fala de um vereador que precisou dizer do empenho a respeito da implantação desses serviços faz pensar que a população não era passiva frente àquilo que se caracterizava como dificuldade/necessidade.

O conteúdo dessa Ata aponta que os trabalhadores que residiam no Bairro São João, lado de lá do rio, conviveram também com a falta de atendimento médico, telefone público, transporte, lazer, além do frequente problema com relação à falta de água naquele lado da cidade.

Os serviços públicos reivindicados nessa ata são alguns dos indicativos que auxiliam na compreensão a respeito das formas como os trabalhadores identificavam os espaços da cidade, ou seja, o lado de cá e de lá. A conversa com alguns sujeitos revelou que entre os

¹¹¹ CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. *Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte*, 19 fev. 1983. Nova Ponte, 1983. Livro n. 4.

¹¹² CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. *Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte*, 7 mar. 1988. Nova Ponte, 1988. Livro n. 6.

¹¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. *Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte*, 19 nov. 1990. Nova Ponte, 1990. Livro n. 8.

próprios trabalhadores há o entendimento de que o lado de lá do rio, o São Sebastião, era considerado como o “lado pobre” da cidade. De um modo geral, aquele era visto como o lado que não dispunha de serviços básicos.

Entretanto, outra narrativa, a da Sra. Eva que vivia no São Sebastião, portanto, moradora desse lado de lá, trouxe uma experiência diferente com relação à água. Para ela, *“aqui a gente tem mais liberdade. Tem mais fartura de fruta, pode criar galinha. Tem menos recursos, mas tem mais tranquilidade... A água aqui é uma maravilha! É água de mina”*¹¹⁴. É possível inferir, com base em conversas informais, e partir dessa narrativa, que ter água de mina era considerado um privilégio, havia alternativas para se contornar as dificuldades naquele lado da cidade tido como pobre.

Para essa moradora, que vivia no lado de lá, considerado por ela como um local de menos recurso – percepção certamente elaborada em relação ao São Miguel – não havia queixa com relação à água. Ao contrário, o lado de lá foi trazido como um território em que se podia ter água de mina e também uma variedade de opções de cultivo e criação domésticos: frutas e o que mais pudesse ser cultivado nos quintais – que eram grandes – eram meios de assegurar a sobrevivência, sinônimo de fartura.

Esse ponto de vista também emergiu da narrativa do Sr. Ariovaldo. Segundo ele:

Eu vendi minha casa lá de bobagem. Aqui tem água encanada, tem mais conforto e tudo, mas lá que era bom. Lá tinha jeito de plantar, eram outros lotes. Aqui eu melhorei um pouco foi a casa; a casinha lá estava ruim. Mas lá tinha jeito de criar galinha, tinha tudo...¹¹⁵

O narrador se mostrou arrependido de ter se mudado para o lado de cá da cidade, para o Bairro São Francisco, no São Miguel. Embora ele reconheça que vivia com mais conforto “de cá” – e para ele um dos sinônimos de conforto era ter água encanada e uma casa que considerou ser melhor – pode-se deduzir que algumas práticas não puderam ser levadas adiante devido ao tamanho do lote ser menor no São Francisco.

Viver num terreno menor, no lado tido por eles mesmos como o lado rico da cidade, significou para este narrador ser privado dos recursos de que dispunha para a condução da vida. A estratégia de plantar frutas e verduras, além da criação de animais, foi inviabilizada.

Desse modo, quando o narrador comparou as experiências vividas nos dois lados da cidade, o sentido de fartura que ele atribuiu as suas vivências no lado de lá foi o parâmetro encontrado para designar as privações vividas no lado de cá do rio. A partir dessa consciência,

¹¹⁴ COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória Histórica de Nova Ponte**. Belo Horizonte: CEMIG, 1997, p. 110. Entrevistada: Sra. Eva das Graças Borges Ferreira.

¹¹⁵ Ibidem, p. 115. Entrevistado: Sr. Ariovaldo Naves Fernandes.

o Sr. Ariovaldo trouxe o lado de lá da do rio, o São Sebastião, como um território em que se podia construir os viveres a partir do que era produzido no quintal.

A partir dessa narrativa, percebe-se que o jeito de se viver na cidade velha estava vinculado a costumes vindos do campo. Sobretudo no lado de lá, os lotes eram grandes, havia espaço para hortas, pomares e criação de galinhas, mas também de porcos. Dessa forma, lotes grandes eram aqueles em que se podia criar alternativas de sobrevivência sem ficar refém do mercado e da aquisição de produtos por meio do dinheiro. Havia certa autonomia¹¹⁶ com relação à produção da alimentação, não se passava fome. É este modo de viver que a memória hegemônica busca apagar e que as relações capitalistas procuram modificar.

A compreensão dos modos como se engendravam os territórios na cidade ainda oferece dimensão de embates constituídos nas experiências de morar de cá e de lá do rio. Os sentidos que os trabalhadores atribuem aos viveres produzidos nesses dois lados exprimem também as maneiras como eles próprios percebem as diferenças que se constituíam.

Na narrativa da Sra. Adelícia emerge relações de trabalho e de classe vividas no lado de cá do rio: “*esse movimento grande aqui na rua é por causa do Gravatá. As mocinhas que moram lá trabalham nas casas dos outros de cá. Tem muita criançada que vem de lá também*”¹¹⁷. O bairro Nossa Senhora do Rosário, conhecido pelos moradores como Gravatá, na visão da narradora era o lugar onde viviam as moças/trabalhadoras que se empregavam nas casas dos “outros de cá”, realizando serviços domésticos, tais como fazer comida, passar roupas, cuidar de crianças, limpar casa, cuidar de quintais, entre outras atividades. Esses “outros de cá” referidos pela Sra. Adelícia eram os fazendeiros, proprietários de terras e de meios de produção que viviam no São Miguel.

Nesse sentido, o movimento do atravessar de um bairro para outro, ou seja, da casa para o local de trabalho, permite ver diferenças de classe¹¹⁸ dentro mesmo desse lado de cá do rio. São essas distinções que constituíam a tensão e o contraditório vividos e que estavam instituídos antes da chegada da usina, até o início dos anos 1980.

¹¹⁶ O termo autonomia é aqui trabalhado levando em consideração as reflexões de Thompson que, ao discutir o conceito de experiência, afirma que os sujeitos vivem situações e relações produtivas determinadas, portanto, não agem como sujeitos autônomos, livres, mas não deixam de tratar suas experiências em suas consciências e culturas, agindo sobre situações determinadas. Ver: THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 182.

¹¹⁷ CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFGM. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1990. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte. Entrevistada: Sra. Adelícia Rosa da Silva.

¹¹⁸ Busquei compreender a noção de classe a partir das perspectivas de Thompson, não a tratando nem como estrutura nem como categoria, mas como algo que acontece nas relações humanas. Segundo este autor, “*a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica.*” THOMPSON, E. P. Prefácio. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

O Nossa Senhora do Rosário era um bairro de empregados e não de patrões. Era um território forjado nas relações vividas por trabalhadores, sejam os ceramistas, sejam os trabalhadores que se deslocavam para o trabalho nas roças ou para as empresas de reflorestamento.

O lado de cá, o Bairro São Miguel, com frequência me foi apresentado em conversas informais como sendo o lado dos “ricos”, já o lado de lá do rio, o São Sebastião e o São João como o lado dos “pobres”. Contudo, o Nossa Senhora do Rosário, o Gravatá, embora localizado de cá do rio, no São Miguel, também é considerado pelos moradores como um lugar em que viviam os “mais pobres”.

Na conversa com a Sra. Emiliana, ela trouxe experiências que permitem refletir a respeito das maneiras como os sujeitos interpretam as diferenças de classe que se materializavam naquela cidade. Quando eu conversava com ela a respeito da lavagem de roupas no córrego do Gravatá, ela afirmou que só lavava roupas da própria família, mas que muitas mulheres lavavam roupas para fora como um meio de adquirir renda. Quando lhe perguntei de quem eram as roupas que se lavava, a Sra. Emiliana identificou:

Roupa desses mais ricão que não ia né, lavava roupa deles também lá. É! Os pobrezão ia lavar dos ricão! [risos].

Juliana: E esses ricão moravam no São Miguel?

Sra. Emiliana: É, mais era no São Miguel, ali pela Praça São Miguel, é...¹¹⁹

Numa narrativa bem humorada, a Sra. Emiliana trouxe a lavagem de roupas que se passava no córrego no campo dos “pobrezão” e dos “ricão”. Embora ela confirme a minha indicação de que estes “ricão” morariam no São Miguel, ela vai além, localizando-os nas proximidades da praça, o que faz evidenciar que viver naquele espaço era privilégio de sujeitos específicos. Ela dá a conhecer que alguns dos sujeitos que ela considera como sendo mais ricos, e que moravam no São Miguel, não iam para o córrego lavar roupas, mas pagavam para que outros, os pobres, fizessem aquele serviço.

Da narrativa da Sra. Emiliana emerge maneiras como ela apreende as diferenças de classe, o mundo dividido entre o “nós” e o “eles”, como diz Hoggart, elementos de contradição social expressos na cidade, no seu lado de cá, o São Miguel, considerado nas memórias de trabalhadores, em documentos da Cemig e na historiografia como sendo o melhor estruturado.

O lado de cá, nas palavras de sujeitos como o Sr. Honório, meu pai, que morou em Nova Ponte por alguns anos, era considerado o mais rico porque ele era calçado, não havia

¹¹⁹ **Sra. Emiliana Borges da Silva.** Entrevistada em 21/07/2012.

asfalto, mas as ruas eram calçadas com pedras, porque era nele que os grandes fazendeiros moravam e porque era a parte maior da cidade. Ele – que me acompanhou em algumas entrevistas, inclusive na que produzi junto ao Sr. Manoel – comentou que o São Sebastião era mais “atrasado”, buscando exprimir as diferenças existentes na organização da cidade. A partir dessa observação, o Sr. Manoel se recordou que aquele bairro também era chamado de mangueiro e sua narrativa é relevante para a compreensão de algumas tensões engendradas no viver a cidade de cá e de lá do rio. Quando lhe perguntei por que aquele bairro era conhecido como mangueiro, ele respondeu:

Não sei por que [risos]. Não sei por que, o povo falava que era mangueiro de lá e coisa. E os de lá ficava queimado com isso, né, porque achava que cidade mesmo era só de cá, né, porque tudo que tinha era de cá, era loja, tudo que tinha era de cá, era banco, era de tudo. De bão que tinha de lá mesmo, como se diz o ditado, pra falar a verdade mesmo, tinha a Cavallhada, né, a festa, era muito boa a festa na época, os campo de bola. Mas, o resto tudo era de cá, farmácia era tudo de cá do rio, né. Então eles tinha aquela superstição que nós não gostava né, e os outro de cá também achava que tava por cima da carne seca, como diz o ditado [risos].¹²⁰

O Sr. Manoel atrelou a imagem do lado de cá à ideia de que ele possuía todos os recursos de que se dispunha naquele presente, tais como lojas, bancos e farmácias. O São Miguel era, na sua concepção, a cidade. A noção de mangueiro que ele utilizou para designar o lado de lá, o São Sebastião, diz da percepção das condições experimentadas naquele local considerado pobre¹²¹, tais como, poeira devido à falta de calçamento, ou a própria lama em tempos de chuva, mas principalmente a ideia da sujeira.

Importa considerar que mangueiro na cultura desses trabalhadores é um termo que se utiliza para identificar um local onde, no campo, se cria porcos. Ou seja, a expressão mangueiro, utilizada pelos moradores para caracterizar o lado de lá, também indica que aquele território era visto por eles próprios como um local onde se articulavam práticas vinculadas ao campo.

Nessa narrativa, o lado de lá foi lembrado nas festas e no futebol, práticas que “uniam” os dois lados, e ao lado de cá foi atribuído uma noção de centralidade. Os elementos que a

¹²⁰ **Sr. Manoel Benedito Inês.** Entrevistado em 21/07/2012.

¹²¹ A pesquisa de Sérgio Paulo Morais trata de transformações no viver urbano na cidade de Uberlândia/MG e discute a construção dos sentidos de pobreza. Sua percepção a respeito das maneiras como seus entrevistados mostravam interesse em discutir relações, mas também possibilidades de serem reconhecidos como trabalhadores, contribui para as reflexões neste estudo. Da mesma forma, contribui para pensar sobre como os modos de viver dos trabalhadores têm sido traduzidos como sinal de atraso, de falta de higiene, quando agentes sociais buscam justificativas para promover interferências. Ver: MORAIS, Sérgio Paulo. **Empobrecimento e “Inclusão Social”**: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. 230f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

narrativa contém dizem respeito às disputas que eram articuladas na cidade, ou seja, à ideia de que ela estava organizada entre um lado mais rico e um lado mais pobre.

O Sr. Manoel interpretou e produziu significados sobre como se davam as relações entre os que moravam de cá e os que moravam de lá do rio: “*Então eles tinha aquela superstição que nós não gostava, né, e os outro de cá também achava que tava por cima da carne seca, como diz o ditado*”¹²². Essas são fronteiras construídas nos viveres dele com outros¹²³. O “nós” e o “eles”, adquire um cunho classista e é este um dos sentidos que se estabelece para o viver de um lado ou de outro da cidade, marcados por fronteiras sociais de classe.

Nas narrativas do Sr. Manoel, “*da moda do ditado*”, ou simplesmente “*da moda*”, são expressões recorrentes e seus significados passam pelas ideias de um campo comum de conhecimento, ou seja, “todo mundo sabe”, “é certo que é assim”. Na narrativa acima, a frase “*por cima da carne seca*” significa “estar bem de vida”, “achar-se numa boa posição” ou “que está em situação de mando”, essa é uma expressão que remete a relações de classe forjadas no campo: nem todos tinham acesso à carne, por isso a expressão “*por cima da carne seca*”.

Dessa forma, os sentidos e os significados que discriminavam o que era o lado de cá e o lado lá do rio eram os mesmos que distinguiam, na cidade velha, as diferenças nos modos de viver. Essa noção de lado de cá e de lá trazia para eles um modo de se ver na cidade, de se perceber socialmente nas relações que se forjam, nas diferenças. Então, para esses sujeitos, estavam os ricos de um lado e os pobres de outro.

Na cidade entrecortada pelo rio que emerge nas narrativas dos trabalhadores, estar do lado de cá podia ser sinônimo de estar bem de vida ou viver com um pouco de comodidade, o que podia significar ter acesso ao comércio, por exemplo. O comércio concentrado no lado de cá é o que marca as narrativas como a do Sr. Amador a respeito do que era viver na cidade velha. Quando perguntei ao Sr. Amador se ele frequentava o São Miguel, ele disse:

¹²² Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 21/07/2012.

¹²³ Ao analisar relações constituídas pelos diversos grupos de trabalhadores em Terni, na Itália, Alessandro Portelli problematizou fronteiras que cresciam no interior do próprio espaço urbano, linhas invisíveis que separavam partes mais antigas e pobres da cidade das novas áreas da classe média criadas a partir de 1870. Ele trouxe também rituais populares que traziam uma percepção de Terni como sendo separada por cortes conforme linhas de classe. Entretanto, suas reflexões contribuem por apontar que, quando caíram as barreiras de classe mais visíveis, houve a criação de outras, mais sutis. As barreiras de classe continuaram sendo firmadas no mundo fechado além dos portões das fábricas. Essa discussão importa por mover a compreensão dos complexos modos como as diferenças de classe são vivenciadas. Ver: PORTELLI, Alessandro. Dividindo o mundo: o som e o espaço na transição cultural. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, n. 26, jun. 2003. Especialmente o intervalo entre as páginas 53 e 56.

Não, atravessava diara, de cá o comércio era melhor, né, e de lá o comércio era pequeno, então se precisava de alguma coisa quase era de cá, banco era de cá, né, e lá tinha um armazém, mais era uns dois ou três só, né.

Juliana: Aí tinha a necessidade de ficar atravessando, né?

Sr. Amador: Justamente, aquilo era tudo acostumado, atravessava de à pé, né.¹²⁴

Nessa narrativa, o atravessar para o lado de cá com o objetivo de fazer compras ou ir ao banco foi trazido como um costume pertinente às relações construídas na cidade. Da expressão comércio, empregada pelo narrador, podemos assimilar todo um conjunto de instituições e de estabelecimentos prestadores de serviços de diversas naturezas e que, na sua visão, o lado de lá, o São Sebastião, não dispunha. Ele entende comércio como cidade, numa visão próxima àquela apresentada pelo Sr. Manoel.

O Sr. Amador demarca os motivos pelos quais atravessava para o lado de cá ciente de que não era aquele o território em que construía seus viveres, mas sim, do lado de lá. Do mesmo modo, as mulheres que lavavam as roupas dos “ricão” também atravessavam para entregar as peças limpas; as moças atravessavam dentro mesmo do lado de lá, do Gravatá, para o São Miguel, para trabalhar nas casas dos fazendeiros.

Nesse sentido, este atravessar é um ir e vir de fronteiras e significava adentrar em territórios diferentes. E essas fronteiras eram constituídas nas relações de classe, entre ricos e pobres, conforme percepção na consciência social dos próprios trabalhadores, e não pelas barreiras físicas.

Nessa perspectiva, o próximo capítulo busca compreender melhor as relações de trabalho vividas, as formas como o tempo do trabalho, mas também o tempo do lazer, eram constituídos nos viveres dos trabalhadores naquela cidade.

¹²⁴ **Sr. Amador Bernardes Ferreira.** Entrevistado em 19/08/2011.

CAPÍTULO 2

NA CIDADE VELHA OUTRAS HISTÓRIAS: MODOS DE VIVER, MODOS DE TRABALHAR

Em cada “necessidade” há um afeto, ou “vontade”, a caminho de se transformar num “dever” (e vice-versa).

*E. P. Thompson*¹²⁵

No capítulo anterior busquei compreender as maneiras como os trabalhadores constituíam seus territórios, significando o lado de cá e de lá do Rio Araguaari e da cidade a partir de suas culturas. Neste capítulo, problematizo, por meio de suas memórias, os significados de ser trabalhador na cidade velha, analisando o tempo do trabalho e as maneiras como se inseriam na cidade nas relações de poder e de exploração vivenciadas. O foco é investigar os modos como se vivia e se trabalhava nessa cidade nos seus lados de cá e de lá, trazendo a dureza da vida, mas também o tempo do lazer.

As relações campo/cidade marcavam os modos de ser, de viver e de trabalhar em Nova Ponte até os anos 1980. A maioria dos trabalhos produzidos no campo, sobretudo o cultivo de lavouras, principalmente a plantação de milho e de arroz, eram realizados à meia naquele período. Contudo, também havia os trabalhadores que arrendavam terras dos fazendeiros e outros que trabalhavam como empregados para esses proprietários de terras. Os trabalhadores que entrevistei viveram essas diferentes experiências, ou seja, não trabalharam exclusivamente como meeiros, nem trabalharam apenas com arrendamento¹²⁶ ou diretamente como “funcionários” dos fazendeiros, mas experimentaram ambas as relações.

Na relação de trabalho à meia os trabalhadores plantavam nas propriedades dos fazendeiros. Nos acordos estabelecidos, normalmente por um ano, prazo em que se poderia plantar e colher, os donos das fazendas, além da terra, disponibilizavam os instrumentos necessários para a realização do trabalho na lavoura como ferramentas, sementes, mas

¹²⁵ THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **Miséria da Teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 189, 190.

¹²⁶ Quando os trabalhadores arrendavam as terras dos fazendeiros ficavam responsáveis por toda a condução dos trabalhos, e não os donos das fazendas. Nesse sentido, eram os próprios trabalhadores que disponibilizavam ferramentas e providenciavam demais investimentos. Ao final da produção, normalmente os trabalhadores ficavam com 60% da renda obtida e os proprietários das terras com 40%. Contudo, a relação de trabalho à meia foi mais comum.

também cediam bois e cavalos, os animais que eram utilizados no dia a dia de trabalho. Os trabalhadores que se inseriam nessa relação empregavam a sua força de trabalho. Da produção daquela safra, metade ficava com o trabalhador e a outra metade com o fazendeiro. Quando a colheita era finalizada, trabalhadores e fazendeiros se reuniam para o “acerto” que consistia em pesar os grãos, fazer a contagem das sacas e depois dividir o que foi produzido.

Nesse sentido, o ser “meeiro” compunha o trabalho nessas relações campo/cidade, ou seja, o trabalho instituído no interior de relações de poder. O Sr. Amador trabalhou como meeiro. Em entrevista, depois que o Sr. Amador contou que nasceu no São Sebastião e que viveu alguns anos em uma fazenda nas proximidades do Rio Araguari, perguntei se sua família era grande e ele explicou:

Grande, é, meu pai mais a mamãe adquiriu doze filho. Então, tá os doze vivo até hoje, né. Nós passemos pra cá, o pai foi muito pobre, mas um homem lutador, né. E... naquele tempo usava era carro de boi, essas coisa, né, eu fui carreiro de carro de boi trinta e cinco anos. Então, o papai, lá nessa fazenda onde nós morou, o papai mexia com lavoura de arroz, de milho, de fumo, engenho de cana, né, nós tocou de tudo. Aí, quando os pais dele morreu, o sogro, ele comprou umas partizinha de terra e foi morar no que é nosso mesmo, né. Aí tinha dois sítio, um de cinco alqueires e outro de dez, né, separado um do outro, então, fiquemos trabalhando no que é nosso até que casamos e esparramamos, né.

Juliana: O senhor chegou a morar dentro da cidade?

Sr. Amador: Morei, mas é depois que eu casei né, em antes de casar eu morava na roça [...] depois que eu casei eu morei na roça uns dez ano ou mais, depois é que eu vim pra cidade. Aí eu comprei uma máquina de arroz do lado de lá, fui trabalhar lá, acabar de educar os filho, eu tive um casal de filhos, aí casou [...] aí atravessemos pra cá, não fiz mais nada não. Aí eu aposentei e não trabalhei mais não.¹²⁷

Por algum tempo, até a primeira metade dos anos 1950, o trabalho era realizado nas terras de fazendeiros. Uma vida de trabalho atrelado ao campo, na lida com plantações de arroz¹²⁸, milho, fumo e cana, como meeiro, era o que garantia o sustento da família de onze

¹²⁷ **Sr. Amador Bernardes Ferreira.** Entrevistado em 19/06/2009.

¹²⁸ As plantações de arroz eram comuns em Nova Ponte até os anos 1980 e o trabalho nessas lavouras era a maneira como muitos trabalhadores garantiam o seu sustento e o dos seus familiares. A tese de Vicente de Paula da Silva contribui para essas reflexões. Segundo ele: “O arroz, conforme aponta a carta do FIBGE de 1972 – Nova Ponte e a carta do IGA/SECT 1985, era bastante cultivado nos vales do Rio Araguari. No período posterior à construção da hidrelétrica verifica-se que esse produto sofreu um decréscimo da área de plantio equivalente a cerca de 65%. A produção caiu em 74%, e a produtividade por área também diminuiu em 35% em função de ter perdido uma significativa parcela das terras mais férteis do vale do rio.” Ver: SILVA, Vicente de Paulo da. **Efeitos sócio-espaciais de grandes projetos em Nova Ponte-MG: reorganização do espaço urbano e reconstrução da vida cotidiana.** 2004. 221f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia – IGEO, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 78.

irmãos. Essas condições de vida fez com que o Sr. Amador se referisse ao seu pai como um lutador, embora o identificasse como um homem pobre.

O labor dele, carreiro de boi, dizia respeito à realização do transporte da produção vinda do campo. Era com essa atividade que ele mantinha a vida. O carro de boi era o principal meio de escoar os produtos que, naquele tempo, circulavam mais restritos à região. A safra colhida era transportada até a linha de trem mais próxima, nas cidades vizinhas de Uberlândia, Uberaba, e também Monte Carmelo. Mas, na maioria dos casos, quando se tratava de produção para subsistência, os grãos eram transportados das roças para serem armazenados nas dependências das casas, em paióis e armazéns. Os grãos colhidos eram utilizados para o trato dos animais domésticos e para consumo próprio, além de serem estocados para servirem como semente para a próxima safra.

No início dos anos 1970 ele se mudou para a cidade e adquiriu a máquina de beneficiar arroz, atividade que passou a exercer como modo de garantir a vida. A mudança para a cidade se deu com a expectativa de “*acabar de educar os filho*”, ou seja, matriculá-los em uma escola, instituição de educação formal.

Apenas depois de uma herança recebida pelo seu pai é que o trabalho passou a ser realizado por ele e seus familiares “*no que é nosso mesmo*”. A quantidade de terras das quais eles se tornaram proprietários eram poucas para caracterizar a família como uma grande proprietária e, além disso, as atividades desempenhadas eram as mesmas de quando eram meeiros, o único diferencial era não ter que pagar pelo uso da terra. Ou seja, tendo pouco chão, o ritmo de vida que se levava não se distinguia muito daqueles que trabalhavam à meia, nas propriedades dos outros.

O Sr. Manoel, morador do São Miguel, no lado de lá, trouxe outras relações estabelecidas com os proprietários de terras. Ele trabalhou diretamente para os fazendeiros, como empregado. A relação de empregado na época não se caracterizava pelos direitos trabalhistas que vigoram no presente. Os trabalhadores que viviam na propriedade do fazendeiro recebiam mantimentos e a casa para morar. Nessas relações de exploração vividas, não era comum o pagamento em dinheiro.

Os modos como o Sr. Manoel lembra as relações de trabalho que vivenciou permite identificar o “fazer-se” dele enquanto protagonista das histórias no diálogo que estabelece comigo, mas também como sujeito ativo nos processos das transformações campo/cidade. Quando narrou a respeito das suas atividades ele trouxe um pouco de como era a organização de trabalho experimentada por ele:

O pessoal pegava a gente pra trabalhar por ano. A gente contratava com, da moda do ditado, o empregador da gente, era por ano né, dava ali uma continha... e dinheiro tanto por dia, lá era por dia, [como] por mês, aquilo dava lá um quarta de arroz, naquela ocasião trocava pra gente, uma quarta de arroz, as vezes uma quarta de feijão, a gente trabalha aquele ano pra eles. Então a situação era isso aí e nessa ocasião, a gente nessa ocasião, aí. Trabalhei nessa idade minha de nove anos, comecei a trabalhar com oito, sete anos, comecei olhando criança, sete anos, aí continua até a idade de 23 anos trabalhando nas fazendas¹²⁹.

O “pessoal lá” a que ele se refere eram os proprietários das fazendas para quem trabalhava ou, para utilizar suas palavras, eram os empregadores. O pagamento poderia se dar por mês ou por dia, como foi a experiência do Sr. Manoel na fazenda em que ele trabalhou nas proximidades de Nova Ponte. Mas também era comum o acerto por ano. A remuneração nem sempre era em dinheiro. Tratava-se de uma vida que não era totalmente monetarizada. O pagamento com produtos eram usuais, como o caso do recebimento por “quartas”, ou seja, latas de arroz ou feijão como mencionado por ele.

O Sr. Manoel também narrou que começou a trabalhar aos sete anos de idade cuidando dos filhos de fazendeiros. Aos dois anos de idade ele ficou órfão de pai, este talvez seja o motivo de ter começado logo cedo no trabalho como um modo de sustentar-se. O enredo do Sr. Manoel indica que ele cuidava dos filhos dos patrões de sua mãe depois que ela se mudou para uma fazenda onde, provavelmente, trabalhava com serviços domésticos. Ele, aos nove anos, começou a lida nessas fazendas, trabalhando com gado, mas também em lavouras.

A compreensão das dificuldades vividas e a noção de que era preciso prover a vida compunha as formas de educar os filhos, de dizer-lhes que é preciso aprender a trabalhar desde cedo.

Em outra perspectiva, levar as crianças para o trabalho também podia significar a alternativa encontrada pelas trabalhadoras que não tinham com quem deixar seus filhos. A narrativa da Sra. Maria Aparecida, moradora do lado de cá, trouxe as dificuldades e as estratégias que compunham a vida de mulheres que, como ela, eram também mães. Quando perguntada se ela trabalhava quando vivia na cidade velha, ela narrou um pouco sobre suas experiências:

Não, eu não trabalhava não porque os menino era... eu trabalhei assim, era muito dificultoso porque na cidade velha quase não tinha creche, a gente morava num lugar longe de creche, então não tinha como você ficar levando criança pra creche de manhã. Na cidade velha não tinha o tipo de serviço que tinha aqui. Na cidade velha mais o serviço era panhar café, capinar café,

¹²⁹ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 14/01/2012.

mais era isso. Não tinha serviço igual aqui tem hoje. Então, pra você sair você tinha que largar as crianças com os vizinhos.¹³⁰

As relações vividas pela Sra. Maria Aparecida são trazidas por ela a partir do presente, com base naquilo que ela identifica como sendo mudanças ocorridas. A panha e a capina do café são as experiências de trabalho que ela vivenciou. Ela hesitou em afirmar se trabalhava ou não em função daquilo que no presente ela tem como referência cultural do trabalho. Funcionária da Prefeitura Municipal, ela tem salário fixo, horário e local de trabalho definido, além de direitos trabalhistas, os quais antes não tinha. Sua narrativa também expressou o sentido de que a cidade do presente oferece mais oportunidades de trabalho, não apenas para os homens, mas também para as mulheres.

As creches, e o acesso às escolas de um modo geral, sobretudo no interior do país, só se tornaram direitos vividos a partir dos anos 1980, nesse sentido, não havia creche no bairro em que a narradora morava. A Sra. Maria Aparecida vivia no Nossa Senhora do Rosário, o Gravatá, no lado de cá, que era “o lugar longe de creche” e ao mesmo tempo o lugar de onde saíam as meninas para trabalharem nas casas dos fazendeiros, cuidando dos filhos deles.

A Sra. Maria Aparecida narrou sobre a prática de deixar os filhos aos cuidados de vizinhos, comum entre outras trabalhadoras. Atitudes como essas se davam com base em relações de amizade e de compadrio, eram estratégias engendradas no interior do grupo em que se vivia. Com essas práticas elaboradas nas relações de convivência social, mulheres como a Sra. Maria Aparecida buscavam estratégias de sobrevivência, o trabalho no campo, quando pegavam um transporte pela manhã, lembrado pela narradora em outro trecho de entrevista como caminhão de boia-fria, e só retornar ao entardecer. Mesmo sabendo que poderia contar com a colaboração da vizinhança, ela destacou as dificuldades encontradas em ir para o trabalho.

Essas mulheres organizavam o seu tempo, orientadas pelas tarefas, cuidando daquilo que era considerado necessidade¹³¹. Desse modo, o trabalho realizado fora de casa, predominantemente nas roças, era realizado sem deixar de lado a organização dos afazeres da casa e os cuidados com as crianças. Essa jornada fazia com que muitas trabalhadoras tivessem que confiar o cuidado dos filhos menores aos mais velhos para que pudessem ir para o

¹³⁰ **Sra. Maria Aparecida de Oliveira**, 49 anos, sempre morou em Nova Ponte. Ela vivia no Bairro Nossa Senhora do Rosário, do lado de cá do rio. Ela também participou de uma entrevista realizada com seu esposo, o Sr. José Custódio. Entrevistada em sua residência no dia 07/07/2012.

¹³¹ Thompson investigou as mudanças na percepção interna do tempo entre os trabalhadores na transição para a sociedade industrial e suas análises inspiram essas reflexões. Ver: THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 288.

trabalho. Outras vezes, as dificuldades enfrentadas faziam com que elas permitissem que os filhos maiores trabalhassem “olhando” crianças dos “outros”, como aconteceu com o Sr. Manoel.

Dessa maneira, o sentimento de pertencimento àquele território estava atrelado ao valor atribuído às relações vida/trabalho que se começava a fazer desde cedo. Mas, a dureza que este trabalho podia significar também é o que faz os narradores se remeterem aos seus territórios.

Nesse sentido, o lado de cá era um território forjado por homens e mulheres que cresceram lidando nas roças, muitas delas localizadas nas proximidades do rio. O diálogo com a Sra. Maria Páscoa, que também vivia no lado de cá, no São Miguel, revelou sobre relações de classe e sobre quem eram os fazendeiros para os quais sujeitos como ela, o Sr. Amador e o Sr. Manoel trabalhavam, além de fazer conhecer que trabalhar na roça, e começar o trabalho ainda criança, não foi uma experiência exclusiva dos homens. As mulheres também iam para a roça.

As propriedades onde ela exercia esses trabalhos pertenciam a um fazendeiro, o Sr. Manoel Pereira. Na cidade e região essa família, dos Pereiras, é considerada pelos moradores como o grupo dos sujeitos mais ricos. Eles são vistos como ricos pela quantidade de terras de que são donos e por deterem meios de produção, isto é, maquinário e capital para investir na produção. O fato de esse grupo ter empregados trabalhando nas suas fazendas também faz com que sejam vistos como aqueles que têm poder.

Quando a Sra. Maria Páscoa me contou que se mudou com seus familiares para esta fazenda perguntei o que ela fazia, se ajudava com o trabalho, e ela se lembrou de como as relações eram vividas nos significados atribuídos a sua cultura:

Tudo, tudo, minha filha. Eu era na banca de arroz, cortei arroz, cortar arroz que nem homem, eu era o pau de toda obra, sabe o quê que é isso? E era de toda obra, minha filha, era batendo palhada, toda vida meu serviço foi só serviço bruto, só serviço pesado! Eu nunca fiz um serviço maneiro, nós nunca aprendeu a trabalhar numa casa de família, de ninguém, porque meu pai nunca aceitou, toda vida nós trabalhou foi só na roça, só na roça. A caneta que o meu pai deu pra nós foi o cabo de enxada, foi.¹³²

A mudança para essa fazenda se deu em 1958 quando ela tinha doze anos de idade. Nesse trecho de entrevista ela narrou a respeito do trabalho que era realizado nas lavouras de arroz, que foram comuns no município e região até os anos 1980, e que compunham as possibilidades de trabalho. Nesse sentido, cortar arroz e bater a palha do arroz – técnica

¹³² Sra. Maria Páscoa de Jesus. Entrevistada em 20/04/2013.

utilizada para separar os grãos – era o campo das atividades realizadas e das relações que são ativadas nos significados articulados à sua experiência/consciência de classe.

A memória que a narradora construiu em relação ao trabalho que ela desempenhava trouxe os serviços por meio dos adjetivos bruto e pesado. A experiência de trabalhar em serviço pesado “que nem homem” a fez ver que ela era “pau de toda obra” e foi a partir deste entendimento que ela construiu a diferença¹³³ dela comigo, enquanto pesquisadora, questionando-me se eu sei “o quê que é isso”. Ou seja, ela expressou que apenas quem vivenciou essas relações pode compreender os sentidos daquilo que ela me narrava.

O ser “pau de toda obra” também implicou em não ter oportunidade de realizar um serviço considerado por ela como sendo maneiro, como o trabalho de doméstica nas casas de família. O ser “pau de toda obra” significava ter uma enxada no lugar de uma caneta, ter sido privada do direito à educação escolar, ou seja, marca o modo como percebe as relações de mando e de subordinação.

Entre aqueles que viviam na cidade velha, muitas mulheres tiveram experiências de trabalho nas lavouras. Quando perguntei a Sra. Emiliana em que ela trabalhava ela disse: “*era lavoura. Pois é, igual ele assim, eu trabalhei muito em panha de café, em catar raízes, é essas coisa. Eu trabalhei muito. Se você ver o tanto que eu trabalhei! Graças a Deus e estou aí até hoje [risos]*”¹³⁴. A panha de café, a cata de raízes é o que se destaca na memória da narradora e se trata de uma experiência representativa dos modos de viver de outras mulheres em Nova Ponte. Contudo, sua referência de ter levado uma vida de muito trabalho e o seu entendimento de que, apesar disso, ela “está aí até hoje”, ou seja, está viva, tem o significado de dizer que o trabalho compõe a vida e que era por meio dele que sujeitos como ela se faziam presentes na cidade.

Ela era mãe de dez filhos, portanto, muito serviço, e a introdução dos filhos desde cedo no mundo do trabalho era estratégia criada para sobreviver, levar a vida no lado de cá, que era tido pelos próprios moradores como o lado mais rico da cidade. Essa narrativa

¹³³ O papel da igualdade e da diferença no campo da pesquisa discutido por Alessandro Portelli foi importante na produção e na interpretação das narrativas como um todo. Segundo ele, “*somente a igualdade nos prepara para aceitar a diferença em outros termos que hierarquia e subordinação; de outro lado, sem diferença não há igualdade – apenas semelhança, que é um ideal muito menos proveitoso. Somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante. O campo de trabalho é significativo como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos, e consequentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos.*”. PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, n. 14, p. 23.

¹³⁴ Sra. Emiliana Borges da Silva. Entrevistada em 21/07/2012.

expressa um modo dessa trabalhadora se firmar na cidade; a valorização de sua experiência de trabalho indica que do lado de cá da cidade a vida era construída por meio da luta.

A narrativa produzida com o Sr. José Custódio auxilia na compreensão a respeito das condições sociais vividas e que impulsionavam homens e mulheres ao trabalho na lavoura. O trecho abaixo, quando ele explica como eram seus trabalhos nas lavouras de arroz, é significativo para a compreensão a respeito dos modos como se vivia e trabalhava na cidade de Nova Ponte, ou nas suas proximidades, nos anos 1960:

Nós trabalhava com lavoura, nós mexia com lavoura, tinha dia que nós tava todo mundo ali, era capinando, plantando era de tudo ali, era os filhos que ajudava, era os filhos que ajudava. E quando era no fim das contas aquilo apertava não tinha nada o quê comer, cê comia o que achava. Igual de primeiro, [...] sempre tinha muita moita de inhame, que nascia na beira dos corgo, aquilo ali que era o nosso cumê, as vezes quando nós colhia milho fazia fubá, nós comia angu.

Juliana: E no rio também vocês pescavam?

José Custódio: Pescava, mais vai indo já não... eu não comia peixe, então aquilo ali era angu com inhame; angu com outra coisa, é assim nós plantava pepino no meio dos arroz, aquilo ali era o nosso cumê, punha um punhado de sal no bolso, rachava, no meio punha sal e comia..¹³⁵

Ele também era um trabalhador que “mexia” com lavoura à meia. Sua narrativa trouxe uma rotina de trabalho intensa, “capinando e plantando”, o que fazia com que os filhos fossem levados a trabalharem junto com seus pais, contribuindo para o sustento da família. Ainda assim, ele lembrou que passavam por momentos em que não se tinha o que comer.

Nesse sentido, gêneros alimentícios plantados em meio às lavouras localizadas nas proximidades da cidade, encontrados nas beiras de córregos, ou no próprio cerrado, complementavam a alimentação ou eram a base dela para muitos sujeitos que, nas condições em que viviam, não conseguiam dinheiro para comprar outros mantimentos. Essas eram as estratégias de sobrevivência desenvolvidas a partir das relações de exploração vividas. Essas práticas asseguravam o alimento para as refeições, ou seja, compunham um hábito constituído mediante condições sociais de classe, visto que para o Sr. José Custódio a pesca nem sempre compôs suas experiências na cidade.

A vida doméstica e familiar estava organizada a partir de uma cultura, de uma moral fincada nas diferenças e contradições sociais que compunham o campo em que sujeitos como o Sr. José Custódio viviam, sob condições que tinham que agir. Na sua narrativa, as percepções de espaço-tempo emergem a partir do trabalho que exerceu desde criança

¹³⁵ **Sr. José Custódio de Oliveira**, 59 anos, conhecido como Zé Vieira. Ele é casado com a Sra. Maria Aparecida, também entrevistada por mim. Eles viviam no Bairro Nossa Senhora do Rosário, o Gravatá. Entrevistado em 12/01/2012.

ajudando os pais nas lavouras. A capina, o plantio e todo o cuidar da lavoura são os elementos que preenchem o tempo. Tempo em que eram os filhos que ajudavam os pais, o que o faz olhar a partir do presente e notar mudanças, uma vez que sua narrativa teve o sentido de dizer que hoje em dia os filhos não ajudam os pais. Trata-se dos modos como o narrador percebe mudanças de valores constituídos nas relações de classe experimentadas.

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, além das lavouras, muitas delas localizadas nas proximidades do Rio Araguari, o trabalho também era vivido na cerâmica, localizada perto do rio, onde muitos se empregavam. Contudo, nessa fábrica as relações de trabalho eram assalariadas, ao contrário do trabalho realizado à meia por aqueles que lidavam com lavouras e não eram os proprietários das terras.

Na Cerâmica São Miguel se produzia basicamente telhas e tijolos a partir da argila retirada do rio. Esses materiais eram vendidos em Nova Ponte e nas cidades vizinhas mais próximas, tanto para estabelecimentos que os revendiam, quanto para particulares que adquiriam para construção ou reforma de seus próprios imóveis.

No enredo do Sr. Manoel se pode apreender trabalho e exploração que se desenrolavam no lado visto por alguns narradores como o mais rico da cidade, no São Miguel, no lado de cá. Quando ele me contava sobre os trabalhos que realizava, narrou o seguinte:

Eu trabalhei até os 23 anos na lavoura, igual eu tava te falando que, eu comentei, daí eu casei e trabalhei mais dois anos na lavoura ainda, como se diz o ditado, daí já peguei lavoura pra mim no causo, já não foi de empregado e depois achei que não dava certo, achei que o serviço da cerâmica fosse melhor, passei a trabalhar na cerâmica, empreguei na cerâmica, trabalhando na cerâmica do Sr. Jarbas.

Juliana: E como que era o trabalho lá na cerâmica?

Manoel: Na cerâmica, lá na cerâmica eu trabalhei dois anos puxando barro, puxando barro aqui do Marinheiro logo aqui, acho que quinze quilômetros daqui, da cidade lá dava quinze quilômetros. Era um trabalho muito forçado, muito forçado mesmo! Eu acho que pra hoje a pessoa não faz. Não sei porque, mas parece que pessoal antigamente era mais forte, porque nós dava quatro viagem de barro de caminhão, não era brincadeira não! Arrancava no enxadão e enchia de barro, quatro viagem de barro por dia, a gente dava, eu acho que a pessoa não faz isso hoje não acredito que faça.¹³⁶

O tempo que ele deixou a lavoura, início dos anos 1960, e passou a trabalhar na cerâmica foi lembrado pelo ano do seu casamento. A cerâmica foi identificada pelo nome do seu proprietário e não pelo seu nome de registro, Cerâmica São Miguel.

A atividade que o Sr. Manoel fazia consistia em carregar caminhões de barro para transportá-lo do rio para a cerâmica, era essa a relação que ele, assim como outros, estabelecia

¹³⁶ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 14/01/2012.

com o rio, no lado de cá da cidade. Ou seja, mais do que local de pesca, o rio era lugar de trabalho, trabalho que foi significado como forçado. Isso o faz pensar que hoje em dia as pessoas não fariam o tipo de serviço que ele fez, o que também pode expressar a contraposição com as tecnologias introduzidas no mundo do trabalho, e ainda, as maneiras como ele próprio se percebe no passado/presente como trabalhador, valorizando sua trajetória, fazendo questão de frisar que a vida não era fácil.

Quando o narrador afirma que o trabalho “era muito forçado mesmo” ele significa aquele trabalho como sendo pesado e difícil de ser executado. A consciência que elabora a respeito das condições vividas permite sondar a respeito de relações de exploração do trabalhador e das maneiras como eles próprios sentiam as injustiças sofridas no caráter da exploração capitalista vivida. Isso também explica os motivos pelos quais o trabalho na cerâmica era predominantemente realizado por homens, ao contrário dos serviços feitos no campo, onde muitas tarefas podiam ser realizadas pelas mulheres.

A percepção de “trabalho forçado” também emergiu na narrativa do Sr. José Custódio. Quando ele me contava das suas experiências de trabalho disse que também trabalhou na cerâmica

Eu trabalhei na cerâmica bastante anos, era rapazinho novo, trabalhava na cerâmica, aí como eu era magrinho, magrinho mesmo, eles chegou lá eles falou assim “não, fazer teste com esse menino na cortadeira” era o lugar que mais trabalhava, e eu comecei a trabalhar na cortadeira. Aí eles começou daqui, daqui, daqui, dali, ele pegou e falou assim “não, é ele que vai ficar aí na cortadeira”. E no fim eles me deixou sozinho na cortadeira, porque eu dava conta do serviço sozinho, na cortadeira, eu tirava para fazer capote e fazer telha, eu ficava sozinho alí e isso foi anos e anos. Só que eu não descobria que eu estava adoecendo, eu trabalhava das sete as cinco, depois eu pegava das seis as onze da noite [pausa] desse jeito, sabe, sofrendo desse jeito porque eu tinha vontade de ter uma casinha pra nós.¹³⁷

O serviço que o Sr. José Custódio realizava na cerâmica, nos anos 1960, depois de ter deixado o trabalho nas lavouras, foi trazido na dificuldade de sua realização, como também narrou o Sr. Manoel, além do fato de que ele o executava sozinho. Na sua narrativa, ele entende que chegou a adoecer devido ao volume de horas trabalhadas. Ele trouxe relações de trabalho e de classe, uma jornada de trabalho sem limites, relações de exploração e de privação que também compunham a cidade no lado de cá.

Importa ainda ponderar para aquilo que surge como um objetivo a ser alcançado pelo Sr. José Custódio, o desejo de adquirir a casa própria, que era o que o movia a suportar o peso do trabalho e da exploração por outros sujeitos pelo tempo que foi possível. Ter uma casa

¹³⁷ Sr. José Custódio de Oliveira. Entrevistado em 12/01/2012.

própria significava ter dignidade, uma conquista, tendo em vista as condições vividas naquela conjuntura. Na interpretação elaborada por ele a partir do presente vivido, essa motivação, ou esse modo de organizar a vida com a aquisição de uma casa própria, foram tidos como determinantes para sua permanência no emprego.

Além disso, seu enredo permite notar, mais uma vez, que membros das classes trabalhadoras começam a trabalhar cedo, tanto pela necessidade – condições sociais difíceis e, muitas vezes, com famílias numerosas era preciso trabalhar logo –, quanto porque essa atitude traz um sentido de autonomia, de saber lidar com a vida. O trabalho era associado à honestidade, ou seja, tem a ver com valores morais¹³⁸ comuns às classes trabalhadoras.

Embora o Sr. José Custódio fosse morador do Bairro Nossa Senhora do Rosário, no lado de cá da cidade velha, cabe ressaltar que não apenas os moradores deste lado trabalhavam na cerâmica, mas moradores de toda a cidade. Conforme pesquisa de campo realizada pela Cemig, 8,48%, ou seja, 48 no total¹³⁹ dos trabalhadores da cidade se empregavam na Cerâmica São Miguel em 1993. Esse índice pode ter sido maior nos anos anteriores, uma vez que a oferta de emprego naquela região até os anos 1980, por exemplo, se restringia a trabalhos no campo e domésticos.

Diferentemente do Sr. José Custódio e do Sr. Manoel, o Sr. Zuza trouxe lembranças positivas em relação ao trabalho na cerâmica. Quando ele me contava que trabalhava lá, frisou *“em Nova Ponte não tinha outro lugar pra trabalhar a não ser a Caxuana e a Cerâmica, né. Aí, na época, tinha até cem funcionário, oitenta e cinco, noventa, era direto, quer dizer, empregava bastante gente, né, pagava bem.”*¹⁴⁰. Ele ressaltou que era significativo o número de emprego que a cerâmica gerava, o que evidencia que também os moradores do lado de lá atravessavam a cidade para o lado de cá para o trabalho na cerâmica. Para este narrador a remuneração, que no caso era assalariada, era satisfatória.

Contudo, é importante frisar que os trabalhos na cerâmica só eram viáveis pela existência do rio; com o alagamento deste, tal atividade rapidamente deixou de existir, eliminando um tipo de serviço que era de onde alguns trabalhadores tiravam, durante um período, seu sustento e se mantinham na cidade, ainda que tivessem consciência das duras condições de trabalho.

¹³⁸ Contribui para estas reflexões: HOGGART, Richard. O mundo das pessoas tais como elas são. In: _____. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 143.

¹³⁹ CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, nov. 1993, p. 5. Acervo: Leme Engenharia.

¹⁴⁰ **Sr. Jesus José Ferreira**, conhecido como Seu Zuza, 61 anos, casado. Ele tem cinco filhos. Ele era de Santa Juliana mudou-se com sua família aos onze anos para Nova Ponte. Ele vivia no São Francisco, no lado de cá do rio. Entrevistado em Nova Ponte, na sua residência, em 05/09/2010.

O Sr. Zuza também cresceu ajudando os pais na lida nas lavouras e trabalhou na cerâmica, porém ele exerceu outras atividades. Quando lhe perguntei onde morava, ele me disse o seguinte:

Eu morava no São Francisco lá, né, só que é nessa avenida, né, de cá [do rio]. Quando eu morava do lado de lá, eu mexia... foi no meu começo quando eu vim cá pra cidade, eu comecei mexer com corte de madeira, né, eu morava no São Sebastião, era de lá do rio, de lá do rio, né. Depois vendi lá e mudei pro lado de cá, né. [...] São Francisco era o fim da cidade velha, do lado de cá, chama São Francisco, eles fala Morro de Pedra, sabe? Aí, quando subia, pulava a rodoviária, você não lembra de nada lá não, né, aí tinha a rodoviária, pra cima da rodoviária, eu morava pra baixo, aí já era São Francisco, aí pra cima era tudo São Francisco, Morro de Pedra, antigo nome, né. Igual aqui, por exemplo, esse bairro meu aqui não é Centro, é São Francisco. [...] Só que assim, bem diferente né, do que era, mas ficou mais ou menos né. Lá pra cima, eu falo é pra baixo, mas é pra cima lá é as Três Moita, o nome das Três Moita do lado de lá era São João, São Sebastião.¹⁴¹

É a partir das relações de trabalho e da referência do rio que ele apresenta a cidade, no seu lado de cá e de lá, e a vida que se levava nela. O Sr. Zuza morou nos dois lados da cidade. Assim que se mudou da fazenda onde trabalhava com serviços rurais, foi morar no lado de lá, o São Sebastião. A memória que ele constrói do período em que morou nesse lado de lá emerge nas lembranças da sua ida para a cidade e no trabalho que exercia: o corte de madeiras.

Já o bairro onde ele vivia no lado de cá, no São Miguel, era o São Francisco, local trazido por ele pelo nome como era e ainda é conhecido, Morro de Pedra. O Sr. Zuza exprimiu o seu entendimento da organização da cidade velha por meio das relações que se constituíam nos seus modos de viver. Os elementos que ele utilizou para me apresentar a cidade foram os nomes a partir dos quais os bairros eram conhecidos, os termos “pra cima” e “pra baixo” como algo que designa sua movimentação na cidade e as maneiras como ele concebe a geografia dela, restituindo os traçados os quais ancoram sua memória. Emergiu também a rodoviária como ponto de referência, além do bairro onde ele morou por mais tempo, o São Francisco.

Sobre suas atividades de trabalho, ele esclareceu melhor quando lhe perguntei com o que ele trabalhava na época da mudança da cidade:

Nessa época da mudança da cidade eu trabalhava com motosserra, né, com corte de lenha, puxando lenha, tinha caminhão também. É, depois eu tinha um corte de madeira que tinha quem olhava pra mim, puxava tijolo da cerâmica, foi quatro anos e oito meses, puxava tijolo...¹⁴²

¹⁴¹ Sr. Jesus José Ferreira. Entrevistado em 05/09/2010.

¹⁴² Sr. Jesus José Ferreira. Entrevistado em 05/09/2010.

As experiências de trabalho que o Sr. Zuza vivenciou em Nova Ponte compõem as possibilidades de atividades que eram oferecidas na cidade e região. As atividades de trabalho que desempenhou, assim como o Sr. José Custódio e o Sr. Manoel, eram ligadas a natureza.

Além de atuar com seu caminhão transportando tijolos da Cerâmica São Miguel, ele trabalhou com corte e o transporte de madeira, atividades comuns até os anos 1980 devido ao desmatamento do cerrado para que este pudesse dar lugar às grandes lavouras ou áreas de plantação de pinus ou eucaliptos, prática introduzida naquela região, sobretudo a partir da chegada de empresas como a Caxuana¹⁴³ que comercializa produtos florestais.

Naqueles anos havia muitos fornos, constituíam as chamadas carvoeiras, onde eram queimadas madeiras para a fabricação do carvão, produto geralmente vendido para as siderúrgicas de Belo Horizonte, numa conjuntura histórica em que o aço era importante na indústria no Brasil, período em que também houve uma expansão na prática do desmatamento.

O Sr. José Custódio trabalhou na Caxuana por muitos anos, ele iniciou os trabalhos lá quando deixou a cerâmica e contou como foi a experiência de trabalhar naquela empresa

Aí chegou uma época, que aí eu saí da cerâmica, surgiu a Caxuana, surgiu a Caxuana. Quando surgiu a Caxuana, [inaudível] surgiu e eu fui pra Caxuana e ajudar medir chão, fui ajudar medir chão que eles estava comprando, e aquilo foi... eu fui pra Caxuana no final de 60. Eu saí da Caxuana uns tempo em 99 parece. [...] Não, meu serviço na Caxuana sempre foi o mesmo jardinagem, é sempre meu serviço foi esse aí, nunca mudou não, no jardim, aí sempre, que apareceu essa enfermidade, sempre também os patrão nunca deixou mexer comigo não, sempre eu fico no meu canto, “esse aí você larga ele no canto dele, não mexe com ele não” assim por diante...¹⁴⁴

Em sua memória ele traz experiências vividas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, período em que deixou o trabalho na cerâmica e se empregou na Caxuana, inicialmente ajudando a medir chão e depois fazendo serviços de jardinagem. Quando essa empresa chegou à cidade o trabalho assalariado passou a ser uma relação vivida por muitos trabalhadores que antes trabalhavam à meia ou na produção para consumo próprio.

O Sr. José Custódio, embora aposentado, ainda trabalha na Caxuana e é a partir de experiências que ele ainda vive e compartilha que ele significa sua trajetória. No presente, o bom tratamento que ele julga receber dos patrões para com uma enfermidade foi valorizado.

¹⁴³ A Caxuana é uma empresa que atua na área de reflorestamento para o comércio. Ela planta Pinus e Eucalipto para a comercialização de madeira, de cavacos e lenha. A empresa atua desde os anos 1970 no município de Nova Ponte. Ver: <<http://www.caxuana.com.br>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

¹⁴⁴ Sr. José Custódio de Oliveira. Entrevistado em 12/01/2012.

Contudo, não foram apenas as atividades de trabalho que compreendiam a venda da força de trabalho, como as realizadas numa empresa como a Caxuana, que emergiram nas memórias dos narradores. As atividades que importavam para a organização da vida doméstica também foram trazidas.

As mulheres, além de trabalharem nas roças, nas casas dos fazendeiros e na lavagem de roupas, tinham o controle sobre as atividades despendidas em casa como, por exemplo, a fiação de algodão.

Durante a entrevista produzida com a Sra. Maria Páscoa, moradora do Bairro São Francisco no lado de cá do rio, ela me contou que sua casa pegou fogo numa certa ocasião. Ao me explicar sobre a situação do incêndio ela narrou o que havia feito antes, ou seja, experiências de um dia normal de trabalho feito em casa, como um modo de produzir a vida:

Juliana: Por que que a casa da senhora queimou?

Maria Páscoa: Ninguém sabe, minha filha. Eu não tava em casa, porque eu tinha... a primeira vez eu tinha saído pra ir fazer um mutirão de fiado, de fiação, cê lembra do povo dos Thiago? Mané Thiago? Pois é, eu tava fazendo um mutirão pra mode fiar, que eu peguei um mundo velho de algodão dele pra nós fiar à meia, sabe, aí, o quê que eu ia fazer? Eu falei “bão, eu fui duas vezes pra fazer o mutirão não deu certo”, aí da última vez eu falei “não, agora vai dar certo”. E eu fui, eu morava na casa de pau a pique, barreado, então era de capim [...]. E fui chamar as fiadeira, fui convidar a vizinhança. E com aquele mundo de algodão cardado que tava lá dentro de casa já pra fiar. Eu tinha arrumado tudo, eu vim na cidade, eu comprei tudo o que precisava. Eu comprei café, doce, eu comprei tudo o que precisava pra uma festinha, aí eu levei, tava tudo em casa.¹⁴⁵

A fiação de algodão era comum até os anos 1970 e 1980. O algodão era colhido nas roças plantadas no próprio município. Alguns cultivavam no quintal de casa apenas a quantidade suficiente para atender as necessidades. Outros, que como a Sra. Maria Páscoa não tinham condições de plantar o algodão, obtinham-no à meia, com aqueles que o produziam. Nessa relação, metade do algodão preparado ficaria com ela e a outra metade com o proprietário do algodão.

Essa era uma relação de trabalho realizado no âmbito doméstico, distinguia-se dos trabalhos realizados à meia nas lavouras com o intuito de garantir a sobrevivência. A partir do algodão fiado se confeccionavam cobertas, tapetes e roupas, ou seja, recursos necessários para a organização da vida. A fiação tinha a característica de criar estratégias para manutenção da vida familiar. Nesse sentido, era a necessidade que orientava a organização da vida doméstica.

¹⁴⁵ Sra. Maria Páscoa de Jesus. Entrevistada em 20/04/2013.

Contudo, cobertas e tapetes eram comercializados entre os conhecidos, num circuito mais próximo, sendo pagos muitas vezes com a realização de algum serviço ou trocados por outros produtos. Os artigos produzidos a partir do algodão eram destinados a suprir necessidades do dia a dia, sendo um modo encontrado para obtenção de produtos sem ter que despendar dinheiro em espécie, compunha uma estratégia para não ter que comprá-los na cidade.

Este serviço, a fiação de algodão, e também a produção de polvilhos e de açafraão eram realizados com a colaboração de vizinhas e de familiares. Quando perguntei como eram organizados esses mutirões, a Sra. Maria Páscoa narrou:

É fazia o mutirão, então as comadre vai, da moda do outro, cantando e contando causo e o algodãozinho lá em vai, né! Aí pegava aquelas penca de fiado, tudo, dependurava, aquela coisa mais linda pra tecer coberta [...]. E ninguém cobrava nada de ninguém, elas vinha só pra participar, pra trabalhar e contar caso e estar junto umas com as outra.¹⁴⁶

Pode-se falar numa economia doméstica/moral que se engendrava nas condições difíceis vividas. O trabalho que tornaria a vida do outro mais digna deveria ser executado sem se cobrar, o que tinha fundamento numa visão tradicional do que consideravam como sendo normas e obrigações sociais¹⁴⁷, ou seja, trabalhar para prover a necessidade e não para ganhar com a exploração do outro. Estas ocasiões de trabalho, os mutirões, emergiram na memória da narradora também como uma prática constitutiva de sentimentos, de valores compartilhados e de sociabilidade.

O que não se produzia no âmbito dessas estratégias realizadas era comprado nas cidades circunvizinhas quando não eram encontrados nas vendas em Nova Ponte. A memória do Sr. Manoel evidencia que, para moradores do lado de cá e do lado de lá da cidade, a aquisição de diversos produtos eram buscados na vizinha cidade de Uberaba. Quando perguntei o que ele fazia em Uberaba, ele respondeu:

¹⁴⁶ Sra. Maria Páscoa de Jesus. Entrevistada em 20/04/2013.

¹⁴⁷ Estes significados emergem a partir de valores constituídos na cultura dos trabalhadores. Seus sentidos reportam à economia moral estudada por Thompson, resguardadas as devidas especificidades culturais, mas também de temporalidade. Quando tratou dos motins ocorridos na Inglaterra no século XVIII, este autor disse: *“É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão, etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares e vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto privação real, era o motivo habitual para a ação direta.”*. THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 153.

Ah não, de tudo né, de compra, de compra que você, da moda do ditado, médico, era tudo. A saúde de Nova Ponte era Uberaba, não tinha como, agora hoje não, hoje divide Uberaba, Uberlândia, mas antigamente era.

Juliana: O senhor falou de compras, compra como assim?

Sr. Manoel: Ah não, vamos supor, às vezes, igual a gente tinha família na cidade lá, no Uberaba e tudo, a gente ia pra passear e aproveitar fazer umas compra, umas roupa, uns calçado, comprava a metade a preço daqui.¹⁴⁸

Por um lado, sua narrativa chama atenção por evidenciar que serviços de saúde eram buscados em outra cidade como uma estratégia criada por sujeitos que tinham condição de assim o fazer. Por outro lado, as relações de convivência emergem em conjunto com as maneiras como os narradores trazem seus hábitos de consumo. A narrativa aponta passeios, a sociabilidade com familiares como sendo o que aproximava sujeitos como o Sr. Manoel da cidade vizinha de Uberaba, ocasião em que também se aproveitava para realizar compras. Ir à outra cidade era um meio de suprir necessidades e de encontrar melhores preços para determinadas mercadorias.

Contudo, o mais frequente era produzir roupas em casa. O Sr. Manoel, que participou da entrevista com a Sra. Maria Páscoa, ressaltou juntamente com ela, que comprar roupas, por exemplo, na cidade de Uberaba, não era comum a todos. Quando perguntei a Sra. Maria Páscoa se ela costurava ela respondeu:

Na mão, na mão. É eu fazia roupinha pros meu menino pequeno, eu costurava, fazia vestido pra mim, ninguém tinha máquina, é muito difícil. Minha mãe tinha uma maquininha, aquela manual, sabe, então, quando eu ia eu pegava as vezes a dela, ia lá e costurava, fazia camisa, tudo, de manga comprida, tudo eu fazia, eu só não fazia calça, agora... vestido pra mim. Agora hoje, você manda eu bordar eu não sei mais. Eu não sei mais nada, sô, acabou tudo! [risos]

Sr. Manoel: O pessoal comprava açúcar, né, o saco de açúcar, aí, no fim, acabava aqueles açúcar ali fazia camisa daqueles saco, vestido, as mulher fazia vestido.

Sra. Maria Páscoa: Fazia lençol pras cama, tudo era feito desses saco de açúcar, justamente. A gente comprava mais era saco de sal, né, aqueles saco desse tamanho que vinha assim. Não tinha saco de pacotinho igual nós compra hoje, não existia.¹⁴⁹

O trabalho para produção da vida realizado pelas mulheres englobava a costura e a confecção das próprias peças de roupas. A narrativa da Sra. Maria Páscoa indica que nem todas possuíam máquinas de costura. Isso movia muitas mulheres a produzir o vestuário para crianças, para homens e para elas mesmas à mão.

¹⁴⁸ **Sr. Manoel Benedito Inês.** Entrevistado em 21/07/2012.

¹⁴⁹ **Sra. Maria Páscoa de Jesus.** Entrevistada em 20/04/2013.

O açúcar e o sal eram comprados principalmente pelos comerciantes, mas não apenas por eles, em sacos de sessenta quilos, por exemplo, para depois serem pesados e vendidos em quantidades menores. Os tecidos que embalavam aqueles produtos eram depois aproveitados para a fabricação de roupas. Esta era uma estratégia criada para contornar as dificuldades de acesso a artigos específicos para confecção de vestuário, significando uma alternativa encontrada para atender necessidades. Nesse sentido, compreende-se que roupas eram pouco comercializadas, de um jeito ou de outro, eram feitas no âmbito doméstico.

Na narrativa da Sra. Maria Aparecida emerge a composição de algumas práticas de consumo que conduzem ao entendimento do campo de experiências vividas na cidade velha que podem ser inferidas a partir do quê e do como se comercializava nas vendas. Quando perguntada sobre como eram os supermercados, sobre como eram feitas as compras, ela respondeu:

Era uma venda, você tinha que chegar no balcão e pedir o que você queria, não tinha esse negócio de hoje de ir passando nas prateleiras e ir colocando no carrinho não.

Juliana: O que era vendido?

Sra. Maria Aparecida: Ah, de tudo no mercado tinha. De tudo, arroz, feijão, café, o café vinha pra você torrar em casa, né, e moer. De tudo que você precisava tinha na venda [risos]. Era venda, não era supermercado, era venda. Era a venda do Seu Ozar, não sei mais de quem, um monte de gente lá.

Juliana: E era costume fazer compra por mês?

Sra. Maria Aparecida: Não, porque na maioria das vezes, era assim, pouco se comprava, né, naquela época quase todo mundo plantava lavoura. Você comprava mesmo, o que? Era muito pouca coisa, nossa, eu nem lembro direito o quê que a gente comprava porque é... quase tudo... meu pai plantava lavoura, colhia arroz, colhia feijão, matava porco, né, tinha a banha, a gente não comprava óleo, né, agente não comprava frango porque criava em casa. Era muito pouca coisa, era o café, o açúcar, era muito pouca coisa que a gente comprava, assim quase não tinha nada não.¹⁵⁰

Os estabelecimentos comerciais foram apresentados pela Sra. Maria Aparecida como vendas, contrariando o conceito de supermercado empregado por mim. A Sra. Maria Aparecida se remeteu a um tempo em que os estabelecimentos comerciais tinham uma organização básica, sendo muitas vezes gerenciados por uma única pessoa, o proprietário mesmo, que não contava com empregados ou, no máximo, com alguns poucos. Essas vendas atendiam as necessidades de consumo mais imediato, sobretudo, de gêneros alimentícios e demais itens não produzidos em casa.

Uma das vendas foi lembrada pelo nome do seu dono, o Sr. Ozar, o que aponta relações de vizinhança vivenciadas na cidade. O Sr. Ozar era o esposo da Sra. Ronalda e a

¹⁵⁰ **Sra. Maria Aparecida de Oliveira.** Entrevistada em 07/07/2012.

venda dele ficava do lado de cá. A Sra. Maria Aparecida morava no Bairro Nossa Senhora do Rosário e fazia suas compras no Bairro São Miguel, a narrativa indica os modos como os sujeitos transitavam e se relacionavam com e na cidade. O bairro onde a Sra. Maria Aparecida vivia não tinha um comércio diversificado, o que ajuda a compreender os motivos pelos quais ela, e certamente seus vizinhos, compravam no outro bairro. Além disso, existiam as relações de confiança, os moradores tinham as vendas nas quais poderiam comprar a prazo: “*A gente tem amizade. Faço compras no João desde que eu vim morar aqui nesta casa. Isso já faz uns 25 anos. Tenho caderneta e, lá sempre tive.*”¹⁵¹

A narrativa da Sra. Maria Aparecida indica que muitos trabalhadores a quem essas vendas atendiam possuíam determinados mantimentos em casa, tais como arroz, feijão, carne de porco e de galinha, ovos, mas também leite de vaca. Poucos produtos eram comprados. Nos quintais da cidade do lado de cá e de lá, mais espaçosos do que os que se tem na cidade do presente, plantavam-se hortas, cultivavam-se verduras e legumes, além de diversas qualidades de frutas, estratégia que tinha, para muitos, a função de garantir a alimentação, eram os modos de organizar seus viveres e de garantir a sobrevivência.

Sua narrativa move a percepção de modos de viver atrelados a costumes vindos do campo que são para os moradores aquilo que caracterizava os viveres que instituía no lado de cá e de lá da cidade. Porcos e galinhas eram criados no campo e na cidade como um modo autônomo de produzir a subsistência. Aqueles que não tinham essa possibilidade, contavam com a doação desses gêneros por parte de vizinhos ou de parentes que viviam no campo. Quando alguém matava um boi ou um porco, a vizinhança tomava conhecimento, pedaços da carne eram repartidos entre os do grupo mais próximo, prática que criava uma expectativa de correspondência, fazendo com que o próximo a dispor de um animal para abate se sentisse na obrigação de fazer o mesmo¹⁵².

No diálogo que estabeleci com a Sra. Maria Páscoa pude conhecer sobre o que se produzia em casa e o que se comprava nas vendas; quando pedi que ela me contasse sobre os produtos comprados, ela narrou o seguinte:

As vezes, lá da roça, as vezes eu vinha comprar uma carne de gado, eu vinha comprar o sal, o açúcar, aí eu trazia, porque eu colhia [arroz] e catava,

¹⁵¹ CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFGM. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1990. Entrevistado: Sr. José de Assis Cardoso. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte.

¹⁵² Thompson inspira estas reflexões. Para ele não há uma constante no ato de doar, esta prática deve ser vista nos seus contextos sociais particulares, nas relações de poder. Ver THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001, p. 227-268.

depois de colhido eu catava, aquele que eu catava eu trazia, lá no Zé de Guinelo mesmo eu limpei muito arroz pra vender. Aí eu vendia, pegava o dinheiro e comprava as outras coisa que eu precisava, café, tudo a gente comprava.

Juliana: A senhora vendia esse arroz pro dono da venda?

Maria Páscoa: Era pro dono da venda, justamente, é trocava em mercadoria.¹⁵³

Além de esclarecer sobre os produtos que eram comprados, como carne bovina, sal, café e açúcar, a Sra. Maria Páscoa também narrou que o pagamento nessas vendas nem sempre se dava em dinheiro. A troca por produtos era uma prática realizada em um tempo em que a circulação de dinheiro era pouca. O arroz, que ela produzia quando morava na roça, nas proximidades da cidade de Nova Ponte, era trocado com o dono da venda pelos produtos que faltavam em casa.

As vendas ou os bares tinham o caráter de atender moradores da cidade e do campo que buscavam no comércio aquilo que não era produzido em casa como, por exemplo, sal, fósforos, açúcar, querosene, mortadela que, entre outros, deviam ser os mais procurados. As necessidades dos sujeitos eram o que direcionava a organização das vendas. Os estabelecimentos se sustentavam comercializando aquilo que era inerente aos modos de viver desses trabalhadores. O querosene era utilizado no lado de cá e no lado de lá, onde faltasse luz. O sal, além de utilizado no preparo da comida no dia a dia, também era importante para salgar carnes, como um modo de conservá-las.

A Sra. Maria Páscoa, moradora do lado de cá, também narrou sobre como se dava a produção da vida. Contudo, suas experiências são representativas também daqueles que viviam no lado de lá da cidade. Quando perguntei sobre seu quintal, ela fez a seguinte referência:

O meu quintal? O meu quintal era eu mesmo que cuidava, eu que mesmo que plantava, eu capinava, eu mesmo que cultivava o meu quintal, toda vida foi. Quando eu casei, eu era novinha, mas toda vida tive responsabilidade e boa vontade de ter as coisas. Então, eu mesmo capinava, eu mesmo plantava minhas mandioca, eu mesmo plantava meu milho, eu mesmo plantava o arroz, eu mesmo colhia. Então, ali, você vê, eu criava meus porco, eu tinha os meu porco de engorda e os porco que criava, né, solto também. Aí, então, aí os macho eu aprendi castrar, eu mesmo castrava pra por na ceva¹⁵⁴

A Sra. Maria Páscoa casou-se em 1960, aos quatorze anos de idade. Na narrativa, ela frisou que, embora novinha, tinha responsabilidade. Afirmar o caráter de sua responsabilidade, mesmo se considerando “novinha”, expressa as maneiras como ela percebe

¹⁵³ Sra. Maria Páscoa de Jesus. Entrevistada em 20/04/2013.

¹⁵⁴ Sra. Maria Páscoa de Jesus. Entrevistada em 20/04/2013.

algumas mudanças e significa que os jovens nem sempre assumem responsabilidades, sobretudo no presente.

No entanto, o foco da narrativa está em valorizar a responsabilidade de cuidar do seu quintal, ou seja, de suas atitudes de organização da vida, da sua experiência social, expressando que era por meio do trabalho que ela se inseria naquela cidade.

Ela plantava, capinava e colhia milho, mandioca e arroz além de criar porcos. Estes eram modos como se mantinha a sobrevivência. Nesse sentido, a responsabilidade a que ela se refere diz respeito às formas como conduzia a vida doméstica e o trabalho, a produção destinada a suprir necessidades. A mandioca e o milho eram consumidos frescos ou eram processados em casa para a produção de farinhas que podiam ser consumidas puras ou adicionadas a outros alimentos, ou seja, era um trabalho que precisava ser realizado.

A criação de porcos era uma prática comum na vida da Sra. Maria Páscoa. Ela aprendeu a técnica da castração, necessária para acelerar o processo de engorda e, conseqüentemente, de abate para o consumo do animal; prática aprendida com a tradição, vendo ou sendo ensinada pelos homens da família, seu pai, irmãos ou tios. Os porcos eram criados em cevas, os chiqueiros, ou soltos nos quintais e significavam uma das principais fontes de alimentação, tanto a banha quanto a carne eram incorporadas às refeições.

Em 1981, tais costumes foram vistos pelo poder público municipal como problema. Nas Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte o tema da criação de porcos no espaço urbano foi debatido com expectativa de combate àquelas práticas: *“É apresentada a essa casa uma correspondência que deverá ser enviada ao chefe do executivo para que tomasse medidas sérias e urgentes para sanar com o problema do mau cheiro existente nos chiqueiros existentes no perímetro urbano da cidade.”*¹⁵⁵. As medidas a serem tomadas, ditas sérias e urgentes, eram cogitadas por aqueles que não estavam no circuito dessa cultura de necessidade e de reciprocidade, ou seja, pelas classes dominantes locais que levantavam a bandeira da higienização, investindo contra hábitos enraizados numa cultura da classe trabalhadora. Portanto, neste registro emerge os sentidos do mau cheiro e da sujeira sobre os modos de viver dos trabalhadores.

Não foi especificado em quais regiões da cidade havia chiqueiros, pelo contrário, foi mencionado o perímetro urbano, o que permite pensar, também com base em outras narrativas e conversas informais, que os porcos deveriam ser criados tanto do lado de cá quanto do lado de lá da cidade.

¹⁵⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. *Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 15 jan. 1981*. Nova Ponte, 1981. Livro n. 4.

Para aqueles que não podiam criar porcos na cidade, havia quem os criava no campo para destiná-los posteriormente à venda. Na narrativa da Sra. Emiliana se evidencia o circuito local de comércio no campo e na cidade, sustentado por costumes vindos do campo. Num determinado momento da entrevista, quando ela dizia a respeito de quem era o seu pai, ela mencionou que ele buscava porcos nas fazendas para serem comercializados na cidade:

Quando ele aposentou ele buscava porco lá pro lado do Toquinho, pra aqueles lado tudo lá, pros açougue de cá.

Juliana: O pai da senhora fazia o quê, buscava porco lá? Pra vender aqui?

Sra. Emiliana: É das roça, não, pra entregar que o povo vendia, os fazendeiro, criava o capado lá na roça, as vezes tinha um capado pra vender pros açougueiro eles ia lá comprava, o meu pai ia buscar. Quase não tinha caminhão assim, né. Que hoje tem muito veículo aqui em Nova Ponte, mas de primeiro não tinha quase, não, não tinha não.¹⁵⁶

Toquinho era o proprietário de uma fazenda situada no município de Nova Ponte onde se formou uma comunidade de mesmo nome, nas proximidades do Rio Claro. Ele criava porcos com o objetivo de vendê-los para os açougueiros da cidade, diferentemente do que faziam os trabalhadores “pobres” que criavam o capado, nome comumente dado na região aos porcos, com outra finalidade. Para este grupo, as necessidades e as condições de vida exigiam que se fizesse daquele animal de consumo a base da alimentação. Este era, portanto, um hábito forjado nas relações desiguais.

Contudo, o entendimento de que para esses trabalhadores a criação de animais de abate significava uma alternativa que asseguraria o sustento não rechaça a percepção de que aquele mesmo capado era um dos produtos mais procurados nos açougues e nas vendas de Nova Ponte, sendo consumido independentemente da condição social. As carnes e a banha do porco compunham o hábito alimentar da cidade e região.

A partir dessa perspectiva é possível compreender que mesmo com a vigilância do poder público municipal, vista nas Atas da Câmara, e com a vasta oferta de animais vindos do campo, a criação de porcos era comum na cidade. Mesmo para moradores que consideravam pequeno o tamanho de seus quintais, como se pode observar na narrativa do Sr. Manoel, os animais eram criados. Quando perguntei como era o seu quintal, ele respondeu:

Não, o meu quintal, aqui na cidade, como se diz o ditado, não tinha planta não, pra falar a verdade, não tinha. É porque lá, o meu terreno da minha casa lá, era quase só a conta da casa, era oito só de frente e tinha... ele ia fechando assim [demonstra com as mãos], lá embaixo quase fechava [inaudível]. Aí eu tinha, da moda, eu tinha chiqueiro, eu criava muito porco naquela época, eu fiz um mangueirão, criava bastante porco dentro da cidade, então eu só tinha

¹⁵⁶ **Sra. Emiliana Borges da Silva.** Entrevista em 21/07/2012.

um pé de manga era o xodó da meninada tudo lá. Mas, no meu quintal não tinha, plantava uma coisinha ou outra, mas os quintal tudo aí era bem plantado, tinha bastante planta nos quintal.¹⁵⁷

A proposição “aqui na cidade” indica a primeira vista a ideia de tempo presente, mas é seguida por uma narrativa que focaliza o passado, remetendo-se finalmente a uma ideia de tempo contínuo. Nessa cidade única, singular no sentido de que são as memórias que a compõe, expressando tensão e contradição, mais do que uniformidade, o Sr. Manoel, não obstante afirma que o terreno de sua casa fosse pequeno, conta sobre o que tinha no seu quintal, dando a conhecer algumas práticas que se articulavam no seu modo de viver, mas também na vida de seus pares. A criação de porcos na cidade era comum e muitos tinham chiqueiros nos seus quintais.

A criação desses animais representava contribuições no sustento da casa, uma vez que era dele que se adquiria não apenas a carne, mas também a gordura necessária ao preparo de outros alimentos. Essa prática sinaliza os modos como se organizava a vida, estratégias criadas para driblar condições sociais, indicando os modos como se articulava a produção da vida.

Ainda que seu quintal fosse pequeno, o narrador mencionou que algumas plantas eram cultivadas. Couves, cebolinhas, salsas e pimentas eram o que compunha a expressão “*uma coisinha ou outra*” que o Sr. Manoel plantava, um tipo de cultivo caseiro ainda presente na cidade. O próprio Sr. Manoel atualmente possui uma chácara nas proximidades da cidade onde ele planta vários tipos de árvores frutíferas e no seu quintal, dentro da cidade, ele também cultivava algumas plantas, como um pé de chuchu estacado na porta de sua cozinha, caracterizando uma prática residual¹⁵⁸ na cidade, formada no passado, mas ativa no processo cultural do presente.

A narrativa abaixo aponta para as relações campo/cidade que a organização dos quintais expressava e também indica os modos como os sujeitos lidam com transformações em territórios como esses. Quando perguntei ao Sr. Manoel se também os fazendeiros faziam compras na cidade, ele respondeu:

Comprava também, mas hoje, hoje em dia compra muito mais, fazendeiro compra muito mais de que antigamente, né, muito mais, que antigamente. Hoje a gente vai no supermercado aqui a gente vê fazendeiro comprando

¹⁵⁷ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 21/07/2012.

¹⁵⁸ A noção de residual é compreendida a partir das perspectivas de Williams. Para ele o residual foi formado no passado, mas está ativo no processo cultural, como elemento efetivo do presente. Ver: WILLIAMS, Raymond. Dominante, residual e emergente. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 125.

laranja, banana, abóbora, eu fico bobo com aquilo! Abóbora! Não, de tudo, de tudo eles compra! E antigamente a gente não comprava tanto assim não. Antigamente, da moda, eles tinha os arroz, tinha o feijão, tinha o capado, tinha o frango e hoje em dia não existe, hoje em dia, nas fazenda não existe isso mais. É, da moda do ditado, tudo é na base do supermercado mesmo, mudou, mudou demais da conta mesmo. Mas antigamente era mais fácil, como se diz, o ditado...¹⁵⁹

Ao responder a minha questão, o Sr. Manoel talvez tenha partido do entendimento de que eu esperasse que os fazendeiros e demais moradores do campo não comprassem determinados gêneros nos armazéns da cidade, como era “antigamente”. É ele mesmo que considera natural que moradores de áreas rurais produzam mais em casa e nos quintais do que comprem em mercados na cidade, projetando para mim uma perspectiva própria dele, ânsia criada em função das experiências vividas por ele no campo e na cidade.

O supermercado é identificado como o elemento que marca um tempo de mudanças, que encerra todo um modo de viver baseado naquilo que se extraía nos próprios quintais e nas pequenas lavouras.

O “eles” que emerge na narrativa do Sr. Manoel são os fazendeiros. Muitos destes viram as dimensões de seus quintais serem reduzidas em prol da plantação das grandes lavouras de grãos, que é o que se tem em grande parte das fazendas da região, além da cana, das plantações de eucalipto e pinus, de onde se extrai madeira. A presença da agroindústria no Brasil a partir da década de 1980, com grandes corporações e indústrias multinacionais, a produção em larga escala, tão acessíveis nos supermercados que também compõem esta rede de capital que se materializa no tempo presente, indicam o teor das relações que permitem compreender os motivos pelos quais os fazendeiros deixaram de viver do que produziam nos quintais.

Contudo, para os trabalhadores, essa mudança tem significados diferentes. Lidar com tais transformações é mais complexo para eles do que para os fazendeiros. A temporalidade do “antigamente”, elencada pelo narrador, foi significada como sendo um tempo em que era mais fácil conduzir a vida. O que o Sr. Manoel chama de fácil era o fato de se produzir em casa cheiro verde, frutas no quintal, ou criação de frangos ou porcos. No presente é preciso pagar por esses produtos.

Os modos de se viver na cidade, incluindo as relações de trabalho vinculadas ao campo, e as percepções dos moradores a respeito das diferenças sociais experimentadas, exprimem-se também nas relações de sociabilidades, nos usos que se fazia do tempo livre. As

¹⁵⁹ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 21/07/2012.

festas das quais os trabalhadores participavam eram o que os moviam a atravessar a cidade de um lado para o outro.

A vivência construída no tempo das festas demarca os sentidos do lado de cá e de lá. A narrativa do Sr. Fauzi indica quais eram as circunstâncias em que se ia de um lado ao outro: *“Vou do lado de lá abastecer de óleo e visitar meus irmãos. O pessoal de lá vem passear de cá para visitar parente ou quando tem festa. Fica meio dividido: lá, aqui... Mas junta mais gente é de lá.”*¹⁶⁰. Nesse sentido, atender as necessidades que não poderiam ser supridas no lado de lá, como acesso ao combustível, bem como visitação a parentes, era o que o fazia movimentar-se pela cidade. Todavia, chama atenção nessa narrativa que a participação na realização de festas também orientava o transitar entre um e outro lado da cidade.

A Cavallhada era uma festa que se iniciava e findava no São Sebastião e, para alguns moradores do São Miguel, era o principal evento que fazia com que eles fossem para o lado de lá da cidade. A Sra. Emiliana, depois de ter afirmado que sua convivência se deu mais no São Miguel, afirmou que ia para o outro lado da cidade apenas quando tinha a Cavallhada: *“E você acredita? Eu tinha tanta coragem que tinha vez que eu ia de à pé, lá pra aquelas Três Moita a fora.”*¹⁶¹. Três Moitas é como chamam o Bairro São João, no lado do São Sebastião onde aquela festa acontecia. Ir para lá à pé e sozinha era o sacrifício feito para participar daquela festa.

O Sr. Manoel também afirmou que ia ao São Sebastião apenas no período da festa. Quando perguntei se ele costumava ir ao São Sebastião, ele respondeu:

A gente ia sempre na Cavallhada igual tinha, existia a Cavallhada, mas... ou sempre quando não for na época da Cavallhada é mais era pra jogar bola, convivência lá eu não tinha, eu não tive, eu não tive de lá a convivência com, da moda, da cidade de lá não. Da moda do ditado, a gente fazia parte de cá, então era até importante que na época tinha um, da moda, uma intriga entre o São Sebastião lá com os de cá, principalmente com os rapazes solteiros. Quando ia de lá sempre dava briga, quando eles vinha de cá também sempre tinha esse porém, esse problema aí.¹⁶²

Embora o entrevistado negue ter tido convivência de lá do rio, no São Sebastião, o que emerge da sua narrativa são múltiplas relações compartilhadas e construídas com moradores do lado de lá, uma vez que o lado de cá e de lá do rio foi trazido pelo Sr. Manoel no liame de amizades, ou até mesmo de inimizades. O futebol e sua participação na Cavallhada eram as

¹⁶⁰ CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFMG. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1990. Entrevistado: Sr. Fauzi Alexandre Elias. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte.

¹⁶¹ **Sra. Emiliana Borges da Silva**. Entrevistada em 21/07/2012.

¹⁶² **Sr. Manoel Benedito Inês**. Entrevistado em 21/07/2012.

atividades que proporcionavam momentos de interação entre os que viviam de um e de outro lado da cidade.

As festas, de um modo geral, eram uma prática que unia os dois lados da cidade, significando um momento de diversão dentro dos modos como organizavam os seus viveres. Quando perguntei ao Sr. Manoel como era a Cavallhada antigamente, ele narrou:

As Cavallhadas antigamente, como se diz o ditado, ela saia lá do São João pra... atravessava cá pro São Miguel, ela saia do São João pra vim cá pro São Miguel. Vinha, fazia a praça ali todinha, fazia, da moda do ditado, andava pela cidade atravessava, atravessava pra voltar de novo outra vez, e aí o término da Cavallhada era lá no São João no campo do São João.

Juliana: E todo ano o senhor ia pra assistir?

Manoel: Todo ano, quando terminava, da moda do ditado, as evolução deles aqui dentro da cidade, porque eles andavam cidade todinha, né, depois atravessava pra poder fazer o término da festa. A festa era de lá. E aí, aquela ocasião eu já tinha caminhão, e aí chegava lá em casa o caminhão já estava cheio de gente, é já estava cheio porque eu ia mesmo, né. Ou, era tradição mesmo, nós atravessa pro lado de lá.

Juliana: Ah, o senhor levava os vizinhos, os amigos?

Manoel: Levava o pessoal, levava o povo entrava, era, era.

Juliana: Então era muita gente que ia pra assistir?

Manoel: O caminhão ficava lotadinho até era perigoso, a gente ia devagarzinho, acompanhando os cavalos e devagarzinho, tranquilo, então era, era muito agradável.¹⁶³

A Cavallhada começava e terminava no São João, de lá do rio, era realizada na primeira quinzena do mês de junho, depois do término das colheitas, ou seja, estava articulada ao calendário do trabalho realizado no campo. A festa era de cunho religioso, sendo dedicada a São Benedito. O ritual consistia em formar duplas de cavaleiros para a realização de apresentações e chegava a contar com cerca de cinquenta pares. Eles saiam do São João, do lado de lá do rio, atravessavam a ponte e percorriam o São Miguel, sendo recebidos na praça quando depois retornavam ao São João, onde acontecia a corrida, como dizem os trabalhadores, e posteriormente o encerramento da festa.

O tempo do festar constituía momentos em que os trabalhadores se relacionavam com os fazendeiros da cidade. Nesse sentido, a Cavallhada nos reporta à noção de teatro e de contrateatro, para lembrar Thompson. Essa prática remete aos sentimentos de pertencer a uma cultura. A participação dos trabalhadores nessa festa significava modos culturais de firmar presença nos espaços públicos da cidade, na praça, nas ruas e no campo. Naquele momento festivo, eles eram os protagonistas, embora o fazendeiro pudesse inclusive ser o seu companheiro no ritual.

¹⁶³ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 14/01/2012.

Os moradores de um e de outro lado da cidade atravessavam para participar da festa. Este atravessar representa modos de se sociabilizar com o outro, formas de quebrar barreiras inclusive sociais que também demarcavam o que era um e outro lado do rio.

Quem participava dessa festa eram amigos, conhecidos, parentes e os sujeitos que, como o Sr. Manoel, possuíam um veículo e ofereciam carona para aqueles que não podiam ou que não se dispunham a atravessar para o lado de lá à pé, como fazia a Sra. Emiliana, por exemplo. Todavia, também participava dessa festa aqueles que vinham do campo.

A narrativa do Sr. Amador contribui para refletir a respeito das maneiras como aquela prática social estava arraigada aos modos de viver estabelecidos no campo. Quando perguntei por que ele gostava de participar da Cavallhada, ele narrou:

Ah, eu fui criado assim, na roça e andava muito a cavalo né, eu gosto demais de cavalo! Isso parece que vem de hereditário, né, os meus tio, o meu avô, por parte da mamãe tudo gosta de mexer é com gado, com animal né, parece que eu puxei pro lado deles, então eu gosto muito de animal. Então quando eu fiz quinze ano eu falei “ah, eu vou correr, né”. A mamãe tinha um cavalo bão que eu corria, eu comecei, eu comecei e aí tomei gosto não parei mais, logo veio os irmão também, que foi entrosando todo mundo, né.¹⁶⁴

A vida na roça naquela conjuntura, a partir do final dos anos 1940, quando o Sr. Amador começou a participar da Cavallhada, fazia dos cavalos o meio de transporte e de trabalho. Puxar carroças para transportar produtos e pessoas, ou montado no lombo, o animal era integrado pelos sujeitos que viviam no campo, mas também na cidade.

Desse modo, a Cavallhada tinha para os sujeitos como o Sr. Amador um sentido de festividade, mas sem deixar de estar vinculada a sua trajetória de vida. Crescer vendo seus familiares lidar com animais e o fato de sua mãe possuir um cavalo, o que não era uma realidade para os todos os trabalhadores, compõem a importância que o narrador atribui a sua participação na Cavallhada.

Sobretudo, a Cavallhada era uma prática de sociabilidade vivida junto de amigos, conhecidos que moravam na cidade, mas especialmente entre os próprios familiares. O Sr. Amador destacou a participação de seus irmãos como um dos elementos que marca o sentido de sua participação naquele momento festivo.

Quando eu perguntei para a Sra. Maria Páscoa sobre quem eram os sujeitos que participavam da Cavallhada, se vinham das roças e se eram donos de cavalos, ela respondeu:

Não, todo mundo que tinha cavalo que quisesse podia entrar né. Todo mundo podia fazer a inscrição pra poder entrar na Cavallhada.

¹⁶⁴ Sr. Amador Bernardes Ferreira. Entrevistado em 19/06/2009.

Juliana: Mas a maioria vinha da roça, né?

Maria Páscoa: Vinha da roça, aí vinha da roça, as vezes vinha da cidade mesmo. As vezes muita gente lá da roça não corria, mas tinha o cavalo e um da cidade queria correr então ele emprestava o cavalo, sabe? Mas, era lindo demais, gente, eu tenho saudade, sinceramente. Eu tenho saudade viu, era a coisa mais linda, menina, nossa!¹⁶⁵

Moradores do campo e da cidade que não possuísem um cavalo tinham que procurá-los com aqueles que possuíam. As diferenças de classe presentes no campo se materializavam na cidade na ocasião da Cavallhada. Embora a narradora afirme que ninguém ficasse de fora, era preciso ter um cavalo para participar da festa.

Os modos de viver na cidade se mesclavam as experiências e práticas arraigadas no campo. O festar exprimia esses modos de viver. A Cavallhada acontecia logo após o período da colheita, depois de um ciclo de trabalhos realizados no campo.

Essa ligação com a vida e os trabalhos realizados no campo também emergiam na prática de outras festividades. Quando perguntei ao Sr. Amador se os moradores eram acostumados com as festas de santos, ele fez referência à festa de São Sebastião: “*Era, todo mundo acostumado, a festa de São Sebastião aqui dava até muita renda, tinha muita prenda, muito leitão, muito frango, muito leitão, bezerro, né*”¹⁶⁶. Ele trouxe a memória da festa que se dava no lado de lá, onde ele viveu. A renda produzida na festa de São Sebastião provinha das ofertas trazidas pelo grupo que frequentava a igreja. As prendas levadas para o leilão eram fruto do trabalho que era realizado em casa e nas roças. Leitão, frango e bezerros que compunham a gama da produção doméstica eram doados como um modo de se contribuir para a realização da festa.

O Sr. Manoel também se remeteu aos leilões. Quando perguntei se nas festas havia leilões e bailes ele respondeu: “*Tinha..., tinha leilão, como se diz o ditado, no término da festa, como se diz o ditado..., era um forroção lá, que Nossa Senhora! Aquilo lá era a noite inteira, leilãoção, leilão de prendas, era muita coisa. Era muito bom!*”¹⁶⁷. As prendas eram levadas para o leilão que se realizava logo após as missas e antes de se iniciar os bailes. As prendas mais comuns era aquilo de que se dispunha no dia a dia. Doces, salgadinhos, galinhas, sacos de feijão, de milho ou de arroz, mandioca, bananas, laranjas, tapetes artesanais eram o que era levado para ser ofertado.

¹⁶⁵ Sra. Maria Páscoa de Jesus. Entrevistada em 20/04/2013.

¹⁶⁶ Sr. Amador Bernardes Ferreira. Entrevistado em 19/06/2009.

¹⁶⁷ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 14/01/2012.

O Sr. Manoel foi um dos principais organizadores e participantes da Congada, festa que acontecia na Capela de Nossa Senhora do Rosário, que também “reunia” moradores dos lados de cá e de lá do rio.

Era em ocasiões como essa que se podia rever parentes e amigos, que ficavam sabendo das novidades, eram momentos da constituição de valores, de projetos de vida dos trabalhadores, sendo oportunidade de diversão, mas também de acertar um próximo trabalho a ser executado, além de ocasião de namoros. Essas sociabilidades também ocorriam nos bares.

Era nos bares, mas também nos armazéns que serviam bebidas, que os trabalhadores se encontravam depois de encerrada a jornada de trabalho do dia. Seja entre aqueles que viviam na cidade, seja entre aqueles que vinham do campo buscando diversão ou algum produto que estivesse faltando em casa, os bares eram um ponto de encontro.

Conforme contou o Sr. Arnaldo, proprietário de um armazém no São Sebastião, “*o pessoal que trabalha na roça, depois das cinco horas, vem tomar uma cervejinha. No fim-de-semana, o movimento aumenta.*”¹⁶⁸. As “bebedeiras” compunham as diversões dos trabalhadores. A jornada de trabalho, algumas vezes duro de ser executado, era intercalada pelos momentos de se divertir¹⁶⁹ nos bares, assim como o faziam nas festas.

No lado de cá do rio, no São Miguel, o bar também era um espaço onde os trabalhadores se firmavam na cidade, buscando alternativas para usufruir do seu tempo livre. Na narrativa do Sr. Jorge Costa, os jogos foram apontados: “*A caixeta começou com o João. Mas até hoje não tem jogo direito. É um dia sim, outro não. O bar fica cheio mesmo é na parte da tarde, e daí vai até as sete, oito horas da noite. Lá não tem hora para jogar, não. Tendo parceiro, qualquer hora vamos lá.*”¹⁷⁰. Nesses espaços, os trabalhadores buscavam uma alternância no ritmo do dia a dia de trabalho.

O próximo capítulo busca pensar as memórias que esses trabalhadores construíram a respeito da chegada da hidrelétrica à cidade, indicando as maneiras como eles perceberam que estes viveres começavam a passar por um processo de transformação.

¹⁶⁸ CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFGM. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1990. Entrevistado: Sr. Arnaldo Inácio da Silva. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte.

¹⁶⁹ Thompson trouxe os modos como as diversões dos trabalhadores pobres foram alvo de pressões em favor da disciplina que vinha das fábricas no período da Revolução Industrial Inglesa, destacando a importância dos momentos festivos na vida cultural desses trabalhadores e contribui para estas reflexões. Ver: THOMPSON, E. P. Comunidade. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 291-347.

¹⁷⁰ CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFGM. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1990. Entrevistado: Sr. Jorge Costa. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte.

CAPÍTULO 3

CIDADE VELHA: CONFLITOS, PACTOS E NEGOCIAÇÕES

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

Ítalo Calvino¹⁷¹

No capítulo anterior vimos a cidade nos seus lados de cá e de lá do rio, constituída na historicidade das memórias produzidas pelos trabalhadores que apontaram relações de trabalho vividas no campo, na cidade, trazendo a dinâmica dos trabalhos domésticos, mas também os espaços de convivência que criavam no seu tempo livre.

Neste capítulo, veremos que nos anos 1990 as notícias sobre a construção da usina hidrelétrica chegaram a essa cidade, e esse “chegar da notícia” não foi de fora para dentro apenas, mas também de dentro. Então, como esse processo vivido foi lembrado pelos trabalhadores?

Nesse sentido, reflito sobre os modos como os sujeitos lidaram com a chegada da usina e a mudança da cidade, bem como com as expectativas que projetaram em relação a essas mudanças. Nas suas memórias passam a emergir os sentidos¹⁷² da “cidade de baixo” e da “cidade de cima”.

No diálogo produzido com o Sr. Amador, que vivia no lado de lá do rio, no São Sebastião, perguntei a respeito de como ele ficou sabendo da construção da hidrelétrica, sobre quando chegaram à cidade as primeiras notícias referentes à usina, e ele respondeu:

Uai, não, eles não deu surpresa em nós é porque eles ficou muito tempo pesquisando, né, ficava pesquisando tudo, né, sondando pra fazer a barragem, né, então aí não assustou nós não. Aí quando falou “vai fazer a barragem” nós já tava tudo ciente que ia fazer mesmo, né. Então...

¹⁷¹ CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 44.

¹⁷² Falar dos sentidos da cidade de baixo e de cima significa falar do passado vivido. Para Eric Hobsbawm, ser membro de uma comunidade humana é se situar em relação ao seu passado. O passado é por ele compreendido como “*uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana*”. Desse modo, cabe aos historiadores compreender a natureza desse sentido do passado e buscar suas mudanças e transformações. Essas transformações expressam múltiplas experiências que atribuem sentidos diferentes a esse passado. Ver: HOBSBAWM, Eric. Os sentidos do passado. In: _____. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 22.

Juliana: E quando eles iniciaram as pesquisas, que vinha o povo fazer a pesquisa, não falava nada não?

Sr. Amador: Não. Aí ficava na dúvida, né, “será o que esse povo vai fazer, né?” Aí quando surgiu o assunto de fazer a usina, né, aí todo mundo ficou com a orelha em pé, “será que faz mesmo, será que não faz?” e no fim acabou fazendo, né.¹⁷³

A primeira parte da narrativa do Sr. Amador expressa que as visitas de técnicos da Cemig à cidade foram constantes. Muitos anos de pesquisas e várias visitas de agentes da empresa são uma percepção comum entre os sujeitos que lá viviam. Informalmente, alguns moradores já haviam feito essa referência, indicando que a instalação da hidrelétrica era um projeto antigo.

A partir da narrativa produzida com o Sr. Zuza é possível inferir sobre qual era a temporalidade a qual o Sr. Amador se remeteu. O Sr. Zuza disse que dois anos depois de ter chegado a Nova Ponte começou a ouvir a respeito da usina: “*essa conversa deve sair mais ou menos em 78 por aí, conversa, pesquisa, né, pra ver como que era a rocha o peso de água mesmo, né, o lugar da barragem*”¹⁷⁴. A temporalidade trazida na narrativa dele foi final dos anos 1970. É, provavelmente, essa mesma temporalidade que emergiu na narrativa do Sr. Amador. É neste sentido que ele afirma que não foram surpreendidos, no sentido de que aquele projeto não chegou à cidade repentinamente.

Contudo, quando o Sr. Amador procurou refletir sobre a minha questão referente às primeiras vindas dos pesquisadores, se algo lhes era dito a respeito do empreendimento, ele exprimiu dúvida. Primeiramente, o desconhecimento a respeito daquilo que aqueles técnicos fariam, e depois hesitação em relação à concretização daquele projeto.

Os sentimentos de medo, de insegurança e de incerteza a respeito dos projetos que seriam levados à cidade e dos rumos que a vida tomaria marcam as experiências dos moradores desde quando a instalação da usina ainda era uma incógnita. Contrariando a primeira impressão do Sr. Amador, foi justamente o sentimento de ter sido pega de surpresa a percepção que a Sra. Ronalda, que vivia no lado de cá, no São Miguel, teve a respeito da chegada da usina, ou seja, da Cemig, à cidade. Quando perguntei a respeito disso, ela afirmou:

Foi um susto. Foi um susto porque eles fazem todo o trabalho, muito, muito! Pesquisa... Ninguém respondia o quê que os americanos vieram fazer em Nova Ponte, alemães, ninguém respondia, ninguém sabia. Nada foi comunicado pra dizer assim “eles estão aí pra fazer isso, uma pesquisa, vai

¹⁷³ **Sr. Amador Bernardes Ferreira.** Entrevistado em 19/06/2009.

¹⁷⁴ **Sr. Jesus José Ferreira.** Entrevistado em 05/09/2010.

sair uma usina aqui, vai sair isso e aquilo”, não, não, não! Ninguém pode lutar pra que aquilo não acontecesse.¹⁷⁵

Diante do volume do trabalho e da pesquisa realizada por estrangeiros, sujeitos como a Sra. Ronalda se viam sem repostas a respeito do que se passava e do que estava por vir. O que os pesquisadores faziam na cidade, num primeiro momento, de acordo com a narradora, não foi revelado e isso foi o fator que gerou apreensão. O que mais se destaca na sua interpretação é a noção do desconhecimento a respeito do que seria empreendido, o que significa que sujeitos como ela foram ignorados naquele processo. E essa ignorância sobre o projeto que seria realizado, no entendimento da narradora, foi o que fez com que ninguém pudesse lutar contra a decisão de construir a usina e, conseqüentemente, a cidade de cima, a nova cidade. Este é o modo como a narradora manifestou o seu descontentamento em relação ao projeto que foi imposto, o que é representativo da percepção de outros sujeitos sociais e não apenas dela.

Na sequência dessa narrativa ela ainda explicou em torno de quê a luta deveria ser empreendida:

Porque eu acho que foi pra debaixo de água muitas riquezas, principalmente o Quebra Anzol, no Quebra Anzol é diamantes e diamantes tudo coberto, tudo debaixo d’água e mesmo, assim... o nosso bem estar, né. Alí era... a gente sabia que Nova Ponte não tinha muito como crescer, mas ali estava bom pra nós.¹⁷⁶

As riquezas que a cidade possuía como os diamantes no Rio Quebra Anzol – rio também impactado pela formação do reservatório da usina – mas, especialmente, o bem estar dos moradores, são os elementos valorizados pela narradora, aquilo que deveria ser motivo de se lutar ou de resistir. Ainda chama atenção o seu entendimento de que mesmo a cidade não tendo possibilidades de crescimento “ali estava bom pra nós”, ou seja, não havia o desejo de abrir mão dos modos como se vivia. Dessa forma, o receio percebido pela narradora se tratava da incerteza referente às maneiras como os seus viveres poderiam ser alterados.

Essas memórias de “*quando ninguém pode lutar pra que aquilo não acontecesse*”, como frisou a Sra. Ronalda, têm suas raízes numa temporalidade em que os investimentos públicos em obras para a produção de energia estavam voltados para projetos que visavam a

¹⁷⁵ Sra. Ronalda Pontes Rezende. Entrevistada em 26/07/2011.

¹⁷⁶ Sra. Ronalda Pontes Rezende. Entrevistada em 26/07/2011.

“industrialização” do Brasil, país que não estava à parte da conjuntura, portanto, contando com investimentos internacionais para suprir metas de grupos hegemônicos¹⁷⁷.

As pesquisas feitas em Nova Ponte foram desenvolvidas por técnicos de empresas americanas e canadenses. Esses técnicos eram aqueles que a Sra. RONALDA não sabia o que faziam na cidade e também aqueles que o Sr. AMADOR disse que viu fazer pesquisas por muitos anos.

A temporalidade trazida nas memórias dos trabalhadores revela antagonismos em relação às versões interpretativas presentificadas nas memórias da Cemig sobre o tempo da construção da usina.

Para a empresa, as sucessivas visitas desses técnicos à cidade se deram a partir dos anos 1960, mais precisamente em 1964, quando houve o “*início dos trabalhos de reconhecimento e escolha do local para implantação da barragem de Nova Ponte*”¹⁷⁸. Esses estudos foram realizados pelo Consórcio Canambra – formado por técnicos americanos, canadenses e brasileiros – com a finalidade de avaliar o potencial hidráulico de Minas Gerais¹⁷⁹. Em seguida, em 1965, foi publicado o relatório *Hydro Resources of the Paranaíba Basin*, sobre os aproveitamentos previstos para o Rio Araguari, e no decorrer dos anos 1970, foram concluídos os estudos de viabilidade técnica e econômica de aproveitamento hidrelétrico de Nova Ponte¹⁸⁰, que é a temporalidade referenciada na memória de sujeitos como o Sr. ZUZA.

O projeto que, no entendimento da Sra. RONALDA, ameaçava as riquezas da cidade teve como uma de suas consequências a construção de outra cidade. Cidade essa que foi fabricada no bojo de projetos agenciados pelo Estado¹⁸¹ para atender interesses do capital. Havia um propósito claro de investimento público com a criação de usinas hidrelétricas. A partir do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social é possível essa problematização:

¹⁷⁷ Francisco de Oliveira desenvolveu reflexões importantes a respeito do desenvolvimento capitalista e do processo de industrialização no Brasil e que são relevantes para essas discussões, ver: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

¹⁷⁸ COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. *Memória Histórica de Nova Ponte*. Belo Horizonte: CEMIG, 1997, p. 152.

¹⁷⁹ Procedimentos similares a este foram realizados também em outros Estados brasileiros. CEMIG. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br>>. Acesso em: 6 mar. 2010.

¹⁸⁰ COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. *Op. cit.*, p. 9.

¹⁸¹ Estado este que ao contrário de ser uma abstração, uma coisa ou entidade autônoma, parece mais propenso de ser lido na mediação entre a percepção materialista mais audaciosa – que o vê como um instrumento de dominação de classe, como o que desempenha tarefas básicas mínimas de apoio ao modo capitalista de produção – e as acepções mais cautelosas que focam os mecanismos mais sutis e difusos dessa dominação de classe do Estado. Compartilho aqui da leitura feita por Harvey acerca do papel do Estado na sociedade capitalista. Ver: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

A questão energética constitui um desafio nacional que tem profundas repercussões em cada Unidade da Federação. Ela assume inquestionável prioridade para o governo de Minas Gerais: assegurar o fornecimento de energia, em suas diversas formas, ao consumidor particular e ao industrial, atendendo a uma demanda que cresce a cada instante, é imprescindível tanto a curto quanto a médio e longo prazos.¹⁸²

Este documento é datado do final dos anos 1970, portanto, do período da ditadura militar. Nele se evidencia a preocupação do Estado de Minas Gerais – governado na época por Francelino Pereira dos Santos¹⁸³, membro do ARENA – em fomentar a produção e distribuição de energia elétrica, incentivando o crescimento econômico dentro da lógica de desenvolvimento e expansão das relações capitalistas de produção. Foi neste período, anos 1970, que o governo federal outorgou concessão para a realização da Usina Hidrelétrica (UHE) de Nova Ponte.

Estes elementos contribuem para o entendimento das maneiras como as mudanças vividas naquela cidade compunham a esteira de um projeto amplo e ambicioso, a execução de mais dois projetos de hidrelétricas da Cemig no Rio Araguari: Miranda, no município de Indianópolis, que entrou em operação em 1998¹⁸⁴, e Capim Branco, nos municípios de Araguari e Uberlândia, em 2006¹⁸⁵. A UHE de Nova Ponte, além de aumentar a capacidade de produção da Cemig também permitiu ampliar a produção de outras hidrelétricas, inclusive Itaipu¹⁸⁶.

Nesta região, outras hidrelétricas foram implantadas antes mesmo da construção da usina em Nova Ponte, nos anos 1970, quando a Cemig, ou seja, o Estado de Minas Gerais, aliado aos interesses do capital, considerava que “*o crescimento econômico dos anos 1970 demanda cada vez mais energia*”¹⁸⁷, sobretudo devido ao crescimento da indústria. Desse modo, foram inauguradas a Usina Hidrelétrica de São Simão, nos municípios de Santa Vitória-MG e São Simão-GO, em 1978, e a Usina Hidrelétrica de Emborcação, no município

¹⁸² MINAS GERAIS. Serviço Público do Estado de Minas Gerais. **III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social**. Belo Horizonte, 1979, v. 1, p. 37-38. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/apresentacao/apresentacao.php>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

¹⁸³ GOVERNO de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br/govemomg/portal/c/govemomg/govemo/galeria-de-governadores/10194-francelino-pereira-dos-santos/63419-francelino-pereira-dos-santos/5794/5241>>. Acesso em: 29 maio 2013.

¹⁸⁴ CEMIG. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br/MemoriaCemig/Paginas/UsinasHidreletricas.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

¹⁸⁵ CEMIG. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br/MemoriaCemig/Paginas/Consortcios.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

¹⁸⁶ CEMIG. **Cemig mostra andamento das obras em Nova Ponte**. CEMIG Notícias, Belo Horizonte, jun. 1992. Acervo: Memória Cemig (Biblioteca da empresa).

¹⁸⁷ CEMIG. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br/MemoriaCemig/Paginas/LinhaDoTempo.aspx>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

de Araguari, em 1982¹⁸⁸. Portanto, essa região já vinha sendo “tomada” pela presença de grandes projetos hidrelétricos, sob a justificativa de promover o “crescimento econômico”, o que procura legitimar a presença e, até mesmo, amenizar as consequências negativas que esses empreendimentos provocam, para além de explicitar à natureza¹⁸⁹ de tais projetos.

Se antes, nos anos 1960 e 1970, a presença dos técnicos que chegavam à Nova Ponte para a implantação de mais uma hidrelétrica despertou desconfiança, depois, nos anos 1980, foi por meio da presença dos peões da usina que os sujeitos notaram que a vida começava a mudar. A chegada dos muitos trabalhadores contratados pela Cemig e pelas empreiteiras aparece como um dos elementos de mudança percebidos pelos moradores/trabalhadores de Nova Ponte.

A UHE de Nova Ponte foi projetada pela Leme Engenharia, parte significativa de seu financiamento veio da Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras – e sua execução ficou sob a responsabilidade do Consórcio formado pelas construtoras Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa. Esses grupos atuaram e continuam atuando em outros tantos projetos, como da usina de Jirau e de Santo Antônio. A Andrade Gutierrez é uma empresa que atua no Brasil e no exterior, sobretudo no ramo de construções pesadas, mas também nas áreas de concessões e de telecomunicações, recentemente, a empresa comprou parte da Cemig¹⁹⁰. Trata-se de um grupo atuante em diversas áreas, de alto acúmulo e giro de capital. A Leme Engenharia foi fundada nos anos 1960 com a finalidade de desenvolver projetos básicos e executivos de usinas para a Cemig e nos anos 2000 foi adquirida por uma empresa multinacional¹⁹¹.

O empreendimento como um todo exigia um número significativo de mão de obra empregada. Documentos da empresa apresentam o número de 3.212¹⁹² trabalhadores no município, servindo a algumas das empresas envolvidas, quais sejam: Andrade Gutierrez, Bernardes, Constrig, Eplan e Tratex. Os trabalhadores que executaram as obras da usina eram

¹⁸⁸ CEMIG. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br/MemoriaCemig/Paginas/LinhaDoTempo.aspx>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

¹⁸⁹ É importante frisar que a partir do início da década de 1990 a empresa se aproximou da iniciativa privada. Um recorte de jornal encontrado nos arquivos da própria empresa indica que a parceria era com grandes consumidores de energia elétrica, o foco era o de fornecer eletricidade para abastecer o setor industrial. A Usiminas, a Vale do Rio Doce e o grupo Bonzano compunham o consórcio para a construção da hidrelétrica de Igarapava. Ver: CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. **Projeto une Cemig à iniciativa privada**. Diário do Comércio, 7 ago. 1992. Belo Horizonte, 1992. Acervo: Memória Cemig (Biblioteca da empresa).

¹⁹⁰ ANDRADE GUTIERREZ. Disponível em: <http://www.andradegutierrez.com.br/AreasDeAtuacao.aspx?CD_Menu=68>. Acesso em: 22 mar. 2013.

¹⁹¹ Tractebel Engineering, um dos maiores grupos de energia e infraestrutura. Disponível em: <http://pt.leme.com.br/tractebel_engineering/overview>. Acesso em: 22 fev. 2013.

¹⁹² CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFGM. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** - Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1990. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte.

sujeitos que possuíam algum tipo de experiência neste ramo de construção. Eram diversos grupos de trabalhadores atuando no empreendimento: engenheiros, técnicos, advogados, administradores, operários, motoristas, assessores de comunicação, entre outros.

A Cemig construiu um local para abrigar esses trabalhadores, a Vila Residencial da Cemig, mais conhecida como Vila, que se localizava a aproximadamente 7 km do local onde a nova cidade foi construída, portanto, fora do espaço urbano da cidade dos anos 1980, da cidade do lado de cá e de lá do rio.

Em conversas com moradores da cidade e com trabalhadores da Vila eles afirmaram que aquele local era equipado com todo tipo de infraestrutura e contava com escolas particulares para os filhos dos funcionários, clubes, supermercados e uma capela. Depois da mudança da cidade o espaço foi modificado e integrado à cidade como um bairro, o Residencial Parque das Árvores. A chegada à cidade pela rodovia, quando se deixa a BR452 para seguir pela MG190, do lado direito se tem vistas para a Vila. Localizada próximo ao que agora é o setor industrial da cidade, essa Vila é memória da presença da Cemig na cidade e dos modos como aquela paisagem urbana foi modificada.

Há registros de que a Vila contou com uma população de 7.500¹⁹³ habitantes no auge do período das obras. Trabalhadores vieram de várias partes do Brasil¹⁹⁴ procurando oportunidade de emprego, tanto nas obras da usina quanto na edificação da nova cidade. Havia oferta de serviço que exigia diferentes conhecimentos, técnica, experiência, habilidades e especialização e a chegada de todos esses trabalhadores foi o fator decisivo para o aumento populacional, crescimento jamais visto até então em Nova Ponte, já que a cidade, até os anos 1980, tinha 3.500 habitantes, segundo registros da Cemig, passando para 10.147 moradores em 1990¹⁹⁵.

O diálogo com um trabalhador que morou na Vila da Cemig, e foi funcionário da Andrade Gutierrez nas obras de implantação da hidrelétrica em Nova Ponte, o Sr. Adélio Soares Pinto, trouxe os sentidos que ele atribuiu à chegada de trabalhadores como ele à cidade. Sua narrativa também contribui para compreender perspectivas de alguém que viveu

¹⁹³ CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte** - Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, nov. 1993, p. 5. Arquivo da Leme Engenharia.

¹⁹⁴ Além de várias regiões do Estado de Minas Gerais, as oportunidades vislumbradas com os trabalhos nas obras atraíram também trabalhadores de outros Estados como Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. Ver: CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte** - Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, nov. 1993, p. 48. Arquivo da Leme Engenharia.

¹⁹⁵ IBGE. Dados de 1990. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=314500#>>. Acesso: 19 maio 2011.

na Vila, experiências que normalmente são pouco registradas em trabalhos acadêmicos¹⁹⁶ que discutem o tema, nem compõem as memórias que parecem prevalecer sobre o que diz respeito a projetos de intervenção pela construção de usinas.

O Sr. Adélio trabalhou em obras de barragem em vários outros locais do país acompanhando a empresa, como tantos outros trabalhadores que assim ainda o fazem. Quando lhe perguntei sobre o momento em que ele se mudou para a Vila, ele narrou o seguinte:

Eu mudei, antes, eu mudei, ainda tava construindo a Vila eu já tava indo e voltando todo dia né. Mas, depois de seis meses aí eu não suportei mais, né, aí eles... como eu era novato na empresa, eu num tinha direito a casa de aluguel essas coisas. Aí, como eu ia sair, eles resolveram me dar a casa só que não na Vila, porque a Vila tava começando, ainda não tinha nem terminado, aí eu mudei pra Romaria [...] eu trabalhei lá mais seis meses morando em Romaria, ia e voltava todo dia, aí eles me deram casa na Vila. Aí foi nessa época que eu levei todo mundo pra lá [a família]. A Danúbia [sua filha mais velha] tava começando [...] a andar e aí tinha a escolinha. Aí, assim, lá era uma estrutura muito grande igual, pra obra, por isso que deu um choque muito grande, porque gente demais numa cidadinha pequena e a obra era junto com a cidade. Então era um choque de cultura de gente de todo tipo, lá tinha gente do país inteiro, todo... nordestino, tudo, vinha gente que chegava era de ônibus, eles recrutava e tinha os... gente demais. E aí assim que a gente mudou quando terminou de construir a Vila, a gente mudou pra lá.¹⁹⁷

Na ocasião da entrevista, o Sr. Adélio vivia em Uberlândia e eu o conheci por meio de uma professora com quem trabalhei na rede municipal de ensino, ele é o pai dela. Na sua narrativa emerge a memória do tempo em que ele, a esposa e as filhas se mudaram para a Vila, a sua lembrança de quando uma das filhas estava começando a andar é o que marca a temporalidade. A memória que ele constrói acerca daquele momento é expressa na ideia de “*choque de cultura de gente de todo tipo*”, por meio da qual ele busca explicitar a sua participação e o seu entendimento a respeito daquelas experiências. Experiência que não é individualizada, mas compartilhada com outros sujeitos que levavam suas vidas naquela região durante aquele período.

A sua narrativa torna evidente outras dimensões do processo. O seu enredo gira em torno das condições em que alguns trabalhadores chegaram à Nova Ponte, instalaram-se e lá

¹⁹⁶ A pesquisa de Odirlei Manarin analisou as trajetórias dos operários que, nos anos 1970, foram trabalhar na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, suas relações de trabalho, problematizando a história projetada pelos administradores da barragem que apresentam a realização da obra num ambiente de compromisso entre eles e seus trabalhadores. Seu trabalho teve como foco as experiências e as trajetórias desses trabalhadores. Ver: MANARIN, Odirlei. **Peões da barragem**: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

¹⁹⁷ **Sr. Adélio Soares Pinto**, casado, 53 anos, duas filhas, ex-trabalhador da Andrade Gutierrez, mora no Bairro Nossa Senhora das Graças, Uberlândia. Entrevistado em 09/08/2011.

viveram no período das obras. Sua interpretação aponta que o estabelecimento na Vila não estava garantido. Sobretudo no início das obras, quando a Vila ainda não havia sido concluída, trabalhadores que como o Sr. Adélio vieram de fora, tiveram que se submeter aos critérios da empresa quanto à moradia. Ou seja, ele vivenciou práticas utilizadas por grandes empresas sobre o que diz respeito ao trato que estabelecem com seus trabalhadores. A política dos privilégios dados aos que têm mais tempo de empresa foi o que fez com que ele não tivesse direito a casa de aluguel, tivesse que ficar indo e voltando de Nova Ponte para Uberlândia, pensasse em pedir demissão e, por fim, tivesse uma oferta de casa numa cidade mais próxima, Romaria.

Romaria, município citado pelo entrevistado, foi uma das cidades que acolheu trabalhadores devido à proximidade de sua localização com Nova Ponte. Araguari, Santa Juliana, Tapuirama e Uberlândia, entre outras, também cumpriram o papel de cidades-dormitórios, quando as obras estavam em pleno vigor, tornando-se palco de novos embates. Esse é o campo da exploração nas relações de trabalho que se constitui em processos de instalação de grandes obras, mas que é escondido.

A partir de sua narrativa, também é possível inferir a respeito das condições em que os trabalhadores eram contratados. Era critério e estratégia da Cemig e das empreiteiras contratar trabalhadores de fora. E a narrativa do Sr. Adélio revela que eles chegavam num volume impressionante, *“chegava era de ônibus”*. Aquele era um mercado de trabalho que se constituía voltado para os que vinham de fora. E a Vila foi um instrumento de controle social, aquele era um espaço segregado, a maioria dos trabalhadores, estrategicamente, não foi alocada dentro da cidade.

A movimentação de pessoas a trabalho, a falta de espaço para abrigar todos os trabalhadores na própria cidade e o deslocamento diário de sujeitos que tiveram que se estabelecer em cidades vizinhas, faz presumir as maneiras como a vida cotidiana na região foi alterada, ou seja, significam novas tensões. Nesse sentido, esse processo de expansão das relações capitalistas modifica e conecta modos de viver e de se reconhecer social e culturalmente. Essa “movimentação” só foi possível de ser vista por meio das memórias dessas outras histórias trazidas.

Esse aumento do número de habitantes na cidade foi percebido de diferentes modos pelos sujeitos e compõe as maneiras como eles vivenciaram a mudança da cidade de baixo, que era a cidade de cá e de lá, para a cidade de cima, a cidade nova. O Sr. Manoel notou a presença daqueles trabalhadores e transformações que estavam em processo pelo viés do

crescimento do comércio. Quando eu perguntei se chegou muita gente à cidade e como foi a movimentação naquele período ele respondeu:

Nossa Senhora! Mas tinha gente! Vou te falar, mas era um movimento!! Mas era um movimento feio, viu!! Esses armazém então! Nó! Racharam de ganhar dinheiro. Pessoal que venderam! Na época de compra deles lá, o pessoal comprava era muito, porque dinheiro, dinheiro tava igual água!¹⁹⁸

Aquele tempo, de 1987 a 1993, momento de maior volume de trabalho nas obras da hidrelétrica, foi percebido pelo Sr. Manoel como um tempo em que dinheiro “*tava igual água*”, ou seja, em abundância. Os comerciantes tiveram oportunidade de obter maiores lucros e essa situação não passou despercebida aos olhos de trabalhadores como o Sr. Manoel.

De outro modo, na narrativa do Sr. Amador, aquelas mudanças e essa “*gente do país inteiro*” que chegava a Nova Ponte, foram trazidas a partir das experiências do tempo presente vivido por ele. Para o Sr. Amador, aquele foi um tempo em que havia chegado à cidade “*gente demais, né, e desse tempo pra cá num parou mais de chegar, aqui, se ocê vai uma reunião aí ou numa festa, se tem mil, trezentas é nossa, o resto é de fora, é baiano, é nortista, é Maranhão e tudo*”¹⁹⁹. O andar pela cidade passou a implicar na possibilidade de encontrar com “*gente de todo tipo*”, “*do país inteiro*”. Com “*gente demais*” na cidade ele sentiu que não estava mais entre “conhecidos”, o que gerava insegurança em relação à cidade que “crescia”.

Diferentemente do Sr. Manoel e do Sr. Amador, o padre José Lourenço da Silva Júnior, conhecido como padre Júnior, pároco da Igreja Matriz de São Miguel, localizada no lado de cá do rio, trouxe nas suas referências para a chegada de tantos peões à cidade a prática da prostituição e o trabalho que desenvolvia no interior da igreja junto àqueles trabalhadores. No diálogo produzido com ele, comentei a respeito da chegada de muita gente a Nova Ponte naquele tempo de obras e em seguida perguntei como ele e os moradores viveram esse momento e ele disse:

Chegou um momento que, a gente chama de peões né, os que ficavam nos alojamentos, a maioria dos homens, era 6 mil homens, só homens, solteiros, você imagina, eu visitava todos os alojamentos. Todos, todo dia eu ia no alojamento. Como tinha permuta de mudança de horário, [inaudível] da construção, eu também participava dos almoços, dos jantares, porque mudava o turno direto, então eu estava lá com eles. E nisso aconteceu que o pessoal um dia disse “padre, o senhor vai tomar conta da nossa vida financeira, o senhor sabe como? Em vez de a gente pegar o dinheiro e gastar lá, por exemplo, na zona de prostituição a gente entrega o salário pro senhor e o senhor pega depois, pra gente não ir lá pra zona, constrói uma coisa aqui pra gente se divertir”. Aí na casa, área da paróquia, tinha uma área muito grande eu fiz um barracão e o forrozo todo final de semana né, e sobretudo

¹⁹⁸ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 14/01/2012.

¹⁹⁹ Sr. Amador Bernardes Fernandes. Entrevistado em 19/08/2011.

dia 10 que era dia de pagamento que vinha as mulheres da vida, né, da noite, as prostitutas de Araxá, de Uberaba, de Uberlândia. Imagina, a zona de prostituição lá era 5 casas de repente era 300!²⁰⁰

As visitas que o padre fazia aos alojamentos tinham para ele o objetivo de fazer uma acolhida cristã. O contato diário nos alojamentos, por onde, na sua lembrança, passaram cerca de seis mil trabalhadores solteiros, a socialização por meio dos forrós era um meio da Igreja intermediar algumas tensões. A interpretação do padre, permeada de valores cristãos, traz a participação da Igreja naquele período, na tentativa de afastar os sujeitos de atitudes que não eram consideradas santas. Contudo, essa participação da Igreja também permite questionar se essa não seria uma forma de conter a presença dos “trabalhadores de fora”.

A prática da prostituição, lembrada pelo padre, fez-se presente na cidade naquele momento de transição, compondo os elementos do contraditório social que se figuram naquele período. Os modos como os sujeitos divisaram a prostituição pode ser notado também nas Atas da Câmara Municipal. Em 1992, se discutia a *“problemática de prostitutas acompanhadas de crianças ‘seus filhos’, continuarem a se prostituir na presença destas crianças.”*²⁰¹. Mas, um ano antes, em 1991, é possível evidenciar que moradores já reclamavam da prostituição:

Referente a ordem e moral na rua Sacramento – tendo feito um pronunciamento em nome de todos os moradores daquela rua – dizendo que já é impossível suportar o dia a dia, pois os abusos e o desrespeito às famílias constituídas de pessoas que trabalham, já ultrapassam os limites, pois a noite até altas horas da madrugada ninguém consegue dormir com a algazarra dos boêmios e além de tudo transformando a referida rua em local de encontro de casais, onde estão presentes as mulheres do meretrício, tendo para isso implorado à ajuda dos Senhores Vereadores, pois já enviaram abaixo assinado ao Senhor Prefeito no dia 2 (dois) próximo passado e até a presente data não obtiveram nenhuma resposta. Deixou ainda uma correspondência onde 21 pessoas que residem naquela rua assinaram, cujo conteúdo é o mesmo pronunciado e exposto pelo cidadão...²⁰²

Na cidade de baixo, o Bairro Nossa Senhora do Rosário, no lado de lá do rio, era o mais próximo do canteiro de obras e se tornou o principal espaço da prostituição durante o período de construção da hidrelétrica. As casas de prostituição, e parte da rua Sacramento,

²⁰⁰ **Padre José Lourenço da Silva Júnior** chegou a Nova Ponte em 1986, quando assumiu os trabalhos na paróquia São Miguel e deu início as suas primeiras atividades como padre. Permaneceu naquela cidade por seis anos. Na data da entrevista ele trabalhava na Paróquia São Judas Tadeu em Uberaba/MG. Entrevistado em 01/10/2011.

²⁰¹ CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 20 abr. 1992.** Nova Ponte, 1992. Livro n. 9.

²⁰² CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 15 abr. 1991.** Nova Ponte, 1991. Livro n. 9.

acabaram se tornando um território do meretrício e eram frequentadas, predominantemente, pelos operários envolvidos com as obras da usina.

Abaixo-assinados dos moradores da rua, “implorando” a ajuda dos vereadores, vieram em conformidade com as noções de “ordem” e de “moral” constituídas a partir de valores engendrados nas culturas vividas. Nesse sentido, naquele território, no Bairro Nossa Senhora do Rosário, engendrava-se o contraditório ou, para usar expressões de Raquel Rolnik, posturas corporais e maneiras de expressar afetividades²⁰³, que não eram as mesmas defendidas num circuito hegemônico de valores.

Contudo, nem todos identificaram a prostituição como um grande problema ou, pelo menos, como um novo problema. Quando perguntei ao Sr. José Custódio e a sua esposa, que eram moradores do Nossa Senhora do Rosário, sobre as casas de prostituição, eles narraram:

Tinha, era perto. Mas, logo assim... que nós morava perto, era subida e nós morava assim e elas morava embaixo, é lá já tinha.

Maria Aparecida: Lá já tinha, foi só aumentar mesmo.

José Custódio: É lá já tinha, aumentou a mulher, mas aumentou a casa delas também, mais essa parte eles andou avisando na casa nossa, assim, graças à Deus correu tudo bem.

Maria Aparecida: Mas não foi tanto assim igual a pessoa faz o alarme, que vai acontecer aquilo, aquilo outro. Não foi tanto, pelo menos o que a gente ficou sabendo.²⁰⁴

Na memória trazida pelos narradores, a prostituição foi caracterizada como algo que já existia e que apenas aumentou no período de construção das obras. Todavia, o que mais se destaca é a percepção dos “avisos” e dos “alarmes”, além da sua percepção de que o “problema” não foi tanto assim. Pode-se inferir que tais alertas tenham sido dados pela Igreja no sentido de precaver os moradores a respeito da manutenção da “moral e dos bons costumes”.

A narrativa do Sr. Adélio, que trabalhou nas obras da hidrelétrica, permite situar a igreja como o agente que procurava mediar os conflitos. Quando ele me contava a respeito da recepção que tiveram na cidade ele destacou que:

É, as vezes tinha recepção, as vezes não tinha. Eu tenho um colega mesmo que foi à missa lá um dia e o padre lá, no sermão, o padre falando para as famílias ter cuidado que cheio de gente a maioria é gente do mundo que num.... É pra ter cuidado com as filha... [inaudível]²⁰⁵.

²⁰³ ROLNIK, Raquel. Fronteiras: unicidade da lei e multiplicidade dos territórios. In: _____. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997, p. 69.

²⁰⁴ **Sr. José Custódio e Sra. Maria Aparecida.** Entrevistados em 14/01/2012.

²⁰⁵ **Sr. Adélio Soares Pinto.** Entrevistado em 09/08/2011.

Sua narrativa é também memória dos receios que permearam a vida naquele tempo de transformações e de incertezas. A referência de que os moradores foram avisados de que deveriam tomar cuidado com a moral de suas filhas evidencia o sentido das mudanças enquanto pressões vividas. Pressões que também diziam respeito aos modos como os trabalhadores sentiam a transgressão de seus códigos morais de conduta e de convívio social.

A consciência do Sr. Adélio permite pensar que a Igreja contribuiu para instituir a noção dos “de dentro e dos de fora”. A condução moral impressa pela Igreja, nos valores de família, dignidade e honestidade, juntamente com o controle social que a empresa procurou impor, seja quando trouxe “gente estranha”, “do Brasil inteiro”, seja quando destinou a eles moradia distante da cidade velha, conduz a refletir sobre a natureza dos conflitos vividos, apontando também pactos e conciliações firmados.

O medo da presença de homens estranhos na cidade foi notado, uma vez mais, especialmente entre os sujeitos que viviam nas proximidades dos canteiros de obras, onde também foram instalados alojamentos alternativos. Para comportar o grande volume de trabalhadores que chegavam, outros acampamentos, além da Vila, foram sendo construídos a medida que era considerado necessário. A proximidade com o local de construção da barragem era o fator decisivo para a escolha da construção ou do aluguel de casas que serviriam de acomodação para os peões.

O Sr. José Custódio quando perguntado sobre o fato de algumas pessoas terem alugado cômodos de suas casas para trabalhadores que vinham de fora, afirmou que “*teve muita gente que ficou morando assim na cidade, mais a maioria morava na Vila, trabalhava pela Tratex, trabalhava pela Andrade Gutierrez, pela Cemig, e pela...*”. Contudo, a sua esposa o interrompeu, lembrando que

lá perto de casa mesmo, eles fez um acampamento, não sei se ocê lembra onde tinha uma caixa d'água, ali pra [lado] do Nicanor, ali eles fez um acampamento que tinha homem demais. Aí, quando o pessoal foi mudando e nós foi ficando, tinha um vizinho lá, o senhor Zé Luis, que na época ele foi embora pro Uberaba e ele alugou a casa dele pra uma firma também, e numa casa era trinta homem. Aí o quê que aconteceu, ele foi embora pro Uberaba e alugou a casa dele, pros homem lá, aí nós já tinha ficado, bem dizer, só, lá na cidade velha²⁰⁶

O sentimento de solidão marcou os últimos dias vividos naquela cidade que, a partir daquele momento, começou a ser chamada pelos seus moradores de cidade velha, como disse a Sra. Maria Aparecida, ou de cidade de baixo. Contudo, tratou-se de uma solidão numa

²⁰⁶ Sra. Maria Aparecida de Oliveira. Entrevistada em 12/01/2012.

cidade cheia de “gente estranha”. “*Tinha homem demais*”, “*numa casa tinha trinta homem*”, essas expressões remetem ao medo que havia em relação a qualquer tipo de violência, sejam assaltos, sejam estupros, normalmente associados a empreendimentos como aquele.

O vizinho da Sra. Maria Aparecida alugou sua casa para uma das construtoras e se mudou. Embora o motivo da sua mudança seja desconhecido, o fato de ele alugar sua casa simboliza os modos como, aos poucos, a cidade foi sendo tomada pela Cemig e construtoras, bem como a especulação imobiliária que passou a existir em toda a cidade, especialmente nos locais próximos ao canteiro de obras.

Na oportunidade em que entrevistei a Sra. Maria Aparecida individualmente, comentei que a cidade não tinha estrutura para receber aquela quantidade de pessoas e ela completou:

Não, não tinha, portanto eles até fez barraco, né, fez alojamento, né, pra eles morar e a gente ficou meio espremido porque de um lado era o canteiro de obras, aí, perto da casa da minha vizinha eles fizeram um alojamento, lá na caixa d'água fez um alojamento lá. Homem né, e você não conhecia. A cidade foi ficando meio espremido lá. E era assim, aí eles começou a construir a barragem, soltar as bombas pra quebrar as pedras né, aquilo ali, quando eles ligava a sirene que ia estourar, a gente já cassava um jeito de ficar mais assim alerta porque teve uma vez que andou caindo pedra na casa da gente.²⁰⁷

O sentimento de que esteve apertada entre o canteiro de obras e o alojamento significa que o seu ritmo de vida estava sendo alterado, sobretudo, era o medo em relação às mudanças que viriam. Além da percepção de estar espremida, ou seja, perdendo seu território, sua pertença social, havia os riscos que os explosivos poderiam representar para sua segurança.

Desse modo, é por meio das memórias do Sr. José Custódio e da Sra. Maria Aparecida que viviam próximos do canteiro de obras, no lado de cá do rio, que se pode sondar a respeito dos modos como aquele tempo foi vivido. Suas narrativas trouxeram sentidos traumáticos para a mudança. Quando perguntei ao Sr. José Custódio se ele morava perto da barragem, ele também destacou o medo em relação aos explosivos: “*Quantas vezes, por exemplo, a gente passou por esse momento, a minha esposa com os menino pequeno, aí já tinha os três, o nosso filho pequeno tinha hora que escondia debaixo da mesa de medo.*”²⁰⁸.

Os últimos dias na cidade velha foram lembrados não apenas pela insegurança em relação aos explosivos, mas também pelo constante movimento do maquinário pesado que era empregado nas obras da usina. A Sra. Maria Aparecida afirmou que a dificuldade também estava em cuidar dos filhos: “*Era muito difícil, você não podia estar deixando os menino sair*

²⁰⁷ Sra. Maria Aparecida de Oliveira. Entrevistada em 07/07/2012.

²⁰⁸ Sr. José Custódio. Entrevistado em 12/01/2012.

*porque naquela época as máquina trabalhava, aqueles tratorão enorme trabalhava lá.”*²⁰⁹. A liberdade em que as crianças viviam, que fazia parte das maneiras de se criar os filhos, também foi restringida.

Os trabalhadores não se calaram ante essa situação. Em 1988, nas Atas da Câmara foi registrada a apresentação de um abaixo-assinado:

dos membros do Conselho Comunitário de Segurança de Nova Ponte, moradores do bairro do Rosário, com 115 assinaturas, solicitando à Administração a construção de quebra-molas, na rua Presidente Vargas, com a finalidade de diminuir altas velocidades e grande risco de vida das pessoas que ali transitam.²¹⁰

O desarranjo que os sujeitos notaram no seu dia a dia fez com que eles se dirigissem à Câmara Municipal e reivindicassem providências do poder público, como um modo de tentar continuar a vida em meio às transformações que se materializavam. A percepção era de que o tráfego intenso de veículos pesados oferecia risco à vida dos moradores, e chama a atenção o número expressivo de assinaturas que constou naquele documento, o que faz pensar que não foram apenas os moradores do Nossa Senhora do Rosário que reclamaram, mas sujeitos que viviam em outros pontos da cidade, mas que também sentiam aquela interferência no ritmo de vida.

Nos registros produzidos pela Cemig também se nota as formas como os moradores de Nova Ponte viveram naquela cidade no momento que antecedeu a sua transferência. O Projeto Memória Histórica foi realizado entre os anos 1987 e 1989, portanto, período em que as obras de construção da barragem da usina hidrelétrica estavam em andamento. Foi nesse momento que a entrevista com a Sra. Alair foi produzida pelo projeto. Naquele presente, os principais temas elencados pela narradora – que deve ter respondido a alguma questão que a remetesse sobre como era morar no Bairro Nossa Senhora do Rosário – foi a problemática do trabalho²¹¹ e do “movimento”. Segundo ela:

Mesmo com esse movimento, eu gosto de morar aqui. Acostumei aqui, nesse lugar. Moro do lado do meu ateliê. Fico o dia inteiro sentada aqui

²⁰⁹ Sra. Maria Aparecida de Oliveira. Entrevistada em 07/07/2012.

²¹⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 7 mar. 1988.** Nova Ponte, 1988. Livro n. 6.

²¹¹ O trabalho dizia respeito à costura. A Sra. Alair narrou que morava ao lado do seu local de trabalho, assim como outras mulheres que exerciam esta atividade em locais próximos às suas casas ou, talvez, até mais frequentemente, dentro de suas próprias residências. Espaço de moradia e espaço de trabalho se misturavam e se confundiam para as trabalhadoras que se dedicavam à costura, ao crochê ou à venda de salgados, por exemplo. Essas atividades compunham o campo de trabalho feminino naquela conjuntura histórica e em Nova Ponte não eram realizadas exclusivamente no Bairro Nossa Senhora do Rosário. Mas, para aquelas mulheres, era a possibilidade mais concreta de ganhar a vida.

costurando. Faço compras nos armazéns da praça, no armazém do João Tarcísio. O movimento agora aqui na rua está uma loucura. Aqui passam, de manhã e de tarde, uns quinze ônibus. O povo aí de cima também, virgem! Antes aqui era calmo, os vizinhos... uns conversando com os outros. Agora, você não pode nem sair na rua. Se sai é capaz de ouvir e ver coisas que nunca pensou, nem nunca quis ver. Aqui, bar tradicional é só este daí de frente. O resto é só anarquia!²¹²

A narrativa traz o contraditório vivido no lado de cá da cidade, desta vez quando as obras da usina estavam em andamento. O “movimento” ao qual a narradora se refere era aquele desencadeado pelos trabalhadores envolvidos na construção da usina. A Sra. Alair expressou certo desconforto com a agitação produzida, o que era perceptível em toda a cidade, mas especialmente notado onde ela vivia. Quando ela se refere a coisas que ela imaginava nunca ouvir e ver, ela está falando da prostituição, os bares onde se tinha “anarquia” são as casas de prostituição.

Não apenas o trânsito de pedestres, mas a passagem de ônibus com trabalhadores indicava que a rotina estava sendo alterada, apontando também para as relações de trabalho empreendidas em função da instalação da hidrelétrica, ou seja, a presença dos trabalhadores da Cemig e de empreiteiras na cidade.

Entretanto, a angústia não dizia respeito apenas à presença de estranhos na cidade, tampouco ao medo dos explosivos e do trânsito de veículos pesados. Os modos como as casas seriam negociadas foi o aspecto que mais preocupou os trabalhadores. Quando perguntei ao Sr. Zuza sobre o que ele pensou quando recebeu a notícia de que a usina seria instalada em Nova Ponte, ele narrou preocupações compartilhadas com outros naquele período:

Ah, eu, a gente não pensava muita coisa não. Assim, o povo ficou mais, como diz o outro, assim mais preocupado foi na época de acertar os terrenos, as casas pra mudança da cidade, né. Aí não sabia como que fazia, aí a Cemig é propôs a fazer casa pra todo mundo e saiu, assim, de casa em casa, medindo as casa que o povo tinha, tirando foto, se tinha laje, se tinha piso, pra fazer igual, assim, melhoria, que não ia fazer uma casa as vezes uma casa ruim. Aí foi a preocupação do povo, como é que dava certo, como é que não dava²¹³

Para minha pergunta sobre a chegada da hidrelétrica, a resposta do narrador se remeteu a maneira como se deu a negociação das novas casas, ou seja, a construção da cidade e, portanto, da vida daquele momento em diante. Este é o viés pelo qual o processo de interferência daquele projeto fez sentido para ele. Para sujeitos como o Sr. Zuza, as definições

²¹² CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFGM. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1990. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte. Entrevistada: Sra. Alair Pereira Caldeira. [Grifos no original].

²¹³ Sr. Jesus José Ferreira. Entrevistado em 05/09/2010.

a respeito de como seriam indenizados nos seus bens materiais, casas e terrenos, eram o ponto principal.

Aquele momento foi trazido na sua memória como um tempo de preocupações. A apreensão permaneceu mesmo com a proposta da Cemig em fazer as casas. A ansiedade a respeito daquilo que poderia dar certo ou não significava receio de que seus costumes e suas vivências fossem mudados. Foi nesse tempo de embates que se formou a Associação de Moradores de Nova Ponte (AMNP).

Essa Associação foi articulada no final dos anos 1980 com a única finalidade de tratar dos assuntos relacionados à desapropriação da cidade. Ela foi liderada pelo pároco da cidade, o padre Júnior, mas contou também com a presença de um vereador na sua direção, Sr. Leonel Brizola Pontes. Em entrevista gravada com o Sr. Leonel, quando ele me contava que em 1988 havia sido eleito presidente da AMNP e vereador, comentei que ele tinha então ingressado no momento em que ela foi fundada, quando ele esclareceu o seguinte:

Na verdade nós fundamos a Associação com a ajuda do padre Júnior, o padre Júnior foi assim, espécie de um presidente de honra, sabe? Que nos ajudou, nos orientou, nos ajudou a coordenar os trabalhos, então a fundação partiu mais assim dele e de alguns moradores, né, do atual prefeito José Divino, que na época era professor, sabe, então nós fundamos a Associação dos Moradores

Juliana: E essa fundação teve alguma coisa a ver com a chegada da usina?

Leonel: Só, exclusivamente pra tratar de assunto da usina hidrelétrica, da relocação da cidade.

Juliana: E qual que foi o campo de atuação básico?

Leonel: A Associação de Moradores ela atuou dentro da cidade, exclusivamente na cidade, estando ao lado dos moradores, das autoridades municipais no sentido de estar ajudando e auxiliando e lutando pra melhorar a condição de vida do novapontense.²¹⁴

O ato de criação da Associação é indicativo do campo de forças que estava instituído. A cidade só passou a contar com uma Associação de Moradores devido ao projeto de construção da hidrelétrica pela Cemig e, nesse sentido, a presença da empresa na cidade mudou o quadro de relações de poder porque, de um modo ou de outro, foi este o fator que impulsionou a criação da Associação.

A narrativa indica que a AMNP não era uma instituição neutra, desvinculada dos interesses políticos presentes na cidade e o primeiro sinal disso é o fato de ela ter sido presidida por um vereador, ainda que ele tenha sido eleito depois de constituída a Associação. A afirmativa de que a AMNP atuava ao lado dos moradores, mas também ao lado das

²¹⁴ **Sr. Leonel Brizola Pontes.** Ex-presidente da Associação dos Moradores de Nova Ponte. Atualmente possui um cargo público na Prefeitura Municipal. Entrevistado em 22/08/2011 no seu gabinete.

autoridades municipais, permite interpretar que a proposta da AMNP era de atuar em conjunto com Prefeitura e Câmara Municipal, e não de fazer oposição a elas. Outro indicativo dos interesses de grupos de poder representados na AMNP é a presença da Igreja Católica.

Além da Igreja Católica, mas também das evangélicas, a AMNP era integrada pelo prefeito e vice-prefeito municipal, pelos nove vereadores e pelos presidentes do Sindicato Rural e da Cooperativa Mista do Cerrado, além de representantes da área industrial e um representante de cada bairro²¹⁵. Foi com base nos interesses desses grupos que essa Associação se constituiu. Ela procurou mediar as negociações nos parâmetros do capital, daquilo que era legal, apresentando-se como sendo a entidade que representava os interesses de todos na cidade, igualando diferentes interesses.

Quando o padre Júnior me contava a respeito dos planos da Cemig para a desapropriação da cidade, criticando a proposta de indenização, perguntei sobre como essa discussão chegou até os moradores e ele narrou:

Nós começamos a organizar. A Associação foi crescendo, nós fomos conscientizando o povo nas missas, na rua, fazíamos reunião todo dia, né, e foi crescendo e a população foi tomando consciência que ela... direito, dos seus deveres, né, de seus direitos e deveres. Então, ninguém mais queria indenização e nem queria permuta, isso é, casa por casa, queria, por exemplo, se tivesse uma casa meia água, como aqui se chama, barracão, então nós queríamos que tivesse uma casa, uma casa com três quartos, duas salas, uma casa que oferecesse dignidade na próxima cidade. Só que essa cidade nova não chegava nunca.²¹⁶

O padre apresenta a Igreja como uma das instituições que chamou para si a responsabilidade de organização dentro daquilo que ela própria chamou de negociação e de luta naquele processo. As missas e todas as demais oportunidades de interagir com os moradores foram tomadas como circunstância para aquilo que o padre chamou de conscientização do povo a respeito dos seus direitos e deveres²¹⁷.

Na sua narrativa, emergem as maneiras como se daria o processo de desapropriação. A referência que ele faz à rejeição dos moradores à indenização diz respeito a sua discordância com os valores considerados abaixo do mercado oferecidos pela empresa, conforme

²¹⁵ COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória Histórica de Nova Ponte**. Belo Horizonte: CEMIG, 1997, p. 134.

²¹⁶ Padre **José Lourenço da Silva Júnior**. Entrevistado em 01/10/2011.

²¹⁷ Eder Sader trabalha os modos como a Igreja Católica se contrapõe, a partir dos anos 1970, a outro centro de poder organizado, o Estado, problematizando a criação das Comunidades Eclesiais de Base e a inserção da Igreja na sociedade daquele tempo. Este texto ajuda a esclarecer sobre o surgimento das CEBs e o papel que eles vão exercer entre os trabalhadores. As reflexões de Sader contribuem para a problematização dos modos como a Igreja Católica interveio no processo vivido na cidade de Nova Ponte. Ver: SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

esclareceu melhor em outro registro. A não aceitação da permuta dos imóveis teria se dado porque as casas construídas pela Cemig tinham um tamanho pequeno, o que na sua visão não ofereceria dignidade na “próxima cidade”, a cidade nova. Contudo, o impasse maior que o padre traz diz respeito à demora na construção dessa nova cidade²¹⁸.

Nos primeiros cronogramas divulgados pela Cemig, 1992 seria o ano em que a UHE de Nova Ponte entraria em funcionamento. Pelo menos dois registros, ambos produzidos pela empresa²¹⁹, indicam o mês de junho daquele ano como sendo o período previsto para o início de operação comercial da primeira unidade. As obras da nova cidade, contudo, estavam, no começo de 1992, praticamente paralisadas.

Alguns recortes de notícias de jornais, arquivados nos acervos da própria empresa, são evidências dos atrasos na construção da nova cidade: “*Nova Ponte vai ficar pronta daqui a um ano*”²²⁰; “*Nova Ponte cobra casas da CEMIG*”²²¹. Ou seja, em 1992 nem usina nem cidade ficaram prontas. Cidade nova e hidrelétrica só foram inauguradas oficialmente em 1994²²².

É por meio da narrativa do padre Júnior, que ocupava uma posição de poder naquele campo de disputas, que a figura do governo do Estado emerge, sendo apontado como o agente

²¹⁸ Numa carta, ou um ofício, que teve como objetivo promover uma ampla divulgação do novo cronograma dimensionado pela empresa, a Cemig justificava os atrasos: “*Em função de dificuldades diversas pelas quais passa todo o Setor Elétrico Brasileiro e, em particular a CEMIG, verifica-se hoje um atraso em alguns setores do empreendimento, notadamente na implementação das obras para a relocação da cidade de Nova Ponte. [...] Nessas circunstâncias, torna-se impossível manter a data de início de enchimento do reservatório para outubro de 1992 o que levou a CEMIG, através de sua Diretoria Executiva, em reunião neste mês de março, a tomar a decisão de adiar esta data – março para setembro de 1993.*”. Ver: CEMIG. **Esclarecimento sobre o cronograma da UHE Nova Ponte**. Belo Horizonte, 26 mar. 1991. Acervo: Memória CEMIG (Biblioteca da empresa).

²¹⁹ São eles: CEMIG. **Usina Hidrelétrica de Nova Ponte**. Belo Horizonte, 1987. Acervo: Memória CEMIG (Biblioteca da empresa). E ainda: CEMIG. **Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Previsão dos Eventos Importantes da obra**. s/d. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte. Pasta: Notícias sobre Nova Ponte, Jornais Diversos.

²²⁰ CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. **Nova Ponte vai ficar pronta daqui a um ano**. Jornal Estado de Minas, 18 set. 1992. In: Leitura Dinâmica, n. 173, 18 set. 1992. Belo Horizonte, 1992. Acervo: Memória CEMIG (Biblioteca da empresa).

²²¹ CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. **Nova Ponte cobra casas da CEMIG**. Jornal Diário do Comércio, 21 abr. 1992. Belo Horizonte, 1992. Acervo: Memória CEMIG (Biblioteca da empresa)

²²² Os atrasos já eram percebidos em 1989. Nas Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte há registro de questionamentos de um vereador a respeito da paralisação nas obras da nova cidade: “*porque a construção da futura cidade encontra-se paralisada e a da barragem trabalha 24 horas por dia? A Cemig responde que a barragem é uma construção mais demorada e não seria [ilegível] o adiamento da cidade, onde o prazo da construção é bem menor e somente será transferida um pouco antes do fechamento do lago, ou seja no meado de 1992, pois o fechamento do lago está previsto para setembro de 1992*”. Ver: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 23 maio 1989**. Nova Ponte, 1989. Livro n. 7. Naquele presente, 1989, este questionamento era a expressão de uma posição forjada num campo de disputas. Era também um indicativo de que alguns pactos haviam sido firmados como, por exemplo, a execução das obras da nova cidade em prazo previsto e acordado – mas desconhecido por esta pesquisadora – inclusive com a Câmara Municipal. Na Câmara Municipal se lidava com a chegada da usina como algo dado, logo, a postura era a de reivindicar a construção da cidade e não de se posicionar contra ela.

responsável pela demora na transferência da cidade. Os moradores/trabalhadores da cidade não trouxeram essa referência. Nesse sentido, sua narrativa é importante para compreender os modos como são engendradas diferentes versões explicativas para o processo experimentado.

Quando pedi que ele me falasse sobre como eram os trabalhos em Nova Ponte antes da chegada da usina, ele respondeu:

Porque na verdade o projeto era que depois que terminasse a hidrelétrica houvesse uma, não conscientização, mas uma imposição para que as pessoas pudessem, elas saírem de Nova Ponte, a cidade não ia existir de fato. E esse era um projeto incubado, vamos dizer assim, que era uma política do até então governador Newton Cardoso juntamente com a Cemig, onde eles, primeiro compraram todas as melhores casas da cidade, era uma cidade de mil e oitocentos habitantes, na cidade, fora a zona rural, o que não chegava a três mil habitantes naquela época e que eles compraram as melhores casas e cercaram de escritórios falsificados, alguns escritórios funcionavam outros não, o objetivo já era cercar a cidade, depois comprar todas as casas e mandar o povo embora.²²³

Ele mencionou um projeto incubado do Estado, citou inclusive o nome do Governador na época, chegando a afirmar que não era intenção da Cemig construir a nova cidade. É ele quem identifica o poder da atuação do Estado. Na narrativa articulada por ele, o Estado é visto como um rival. A empresa é apontada por ele como sendo o único agente a ser responsabilizado por todas as mudanças, o que oculta e silencia diferentes interesses presentes no processo. Ou seja, aqueles que eram os aliados daquela empresa, aqueles com quem ela fizera pactos para que lá pudesse se estabelecer, como grandes industriais, mas também os fazendeiros, não apenas da cidade, mas de toda a região, lideranças políticas em Nova Ponte e nas cidades vizinhas.

A versão de que a Cemig adquiria imóveis, visando ter controle sobre a cidade – algo que eu já tinha escutado, mas que não havia sido declarado em nenhuma outra entrevista – compõe os modos como a Igreja interpreta aquelas tensões. Contudo, não foi encontrada nenhuma evidência a este respeito. Independentemente disso, o mais importante é perceber que a narrativa do padre Júnior é significativa por atribuir outros sentidos para as transformações experimentadas na cidade, evidenciando os modos como a Igreja se posicionou no embate. Trata-se de uma memória articulada em outro circuito de poder e de interesses, mas que indica outras maneiras como a pressão foi exercida e notada.

²²³ Padre **José Lourenço da Silva Júnior**. Entrevistado em 01/10/2011.

Sobretudo, na narrativa do padre permanece a interpretação de que se a população não tivesse lutado a cidade nova não teria sido construída²²⁴. Ele interpretou aquele tempo pela influência positiva da AMNP no processo.

A ausência de previsão²²⁵ para a construção da nova cidade, além das incertezas em torno dos modos como seriam realizadas as negociações dos bens imóveis, gerou receio entre os moradores. Nesse momento, a AMNP, que também representava interesses de grupos dominantes, inseriu-se de forma mais direta nos embates.

A interpretação construída em 2011 pelo então presidente da AMNP, Sr. Leonel Brizola Pontes, permite compreender um pouco mais daquilo que estava em disputa naquele momento. Quando lhe perguntei se naquele período, marcado pelos atrasos nas obras e por indefinição quanto à construção da nova cidade, houve alguma reunião direta com a Cemig, ele explicou a posição da empresa e narrou do seguinte modo o desfecho daquela situação:

Eu falei, “olha presidente, isso não é resposta que se dê não, mas eu, nós vamos reunir a população lá na igreja e vamos dar, nós não fazemos nada escondido da população não, então, eu vou falar pra eles qual é a sua resposta”. E vim, reuni a população na igreja e falamos, “olha gente, nós acabamos de chegar da Cemig, a resposta do presidente pra nós é que não sabe se vai construir a cidade nova em 91, 92 se é em 93, se é em 2000”. A população revoltou, nós invadimos a obra da Cemig! Invadimos a obra da Cemig, o canteiro de obras!²²⁶

Na narrativa do Sr. Leonel emerge a expressão “revolta” para qualificar as maneiras como a população se inseria naqueles impasses, afirmando que os moradores não aceitaram a situação de indefinição e exigiram uma resposta favorável em relação aos interesses que eles possuíam na construção da cidade. Esta é, portanto, uma visão construída no interior mesmo

²²⁴ A reconstrução da cidade de Nova Ponte nos anos 1990 é resultado de transformações ocorridas nas legislações como fruto de lutas despendidas por movimentos sociais que, sobretudo nos anos 1980, numa conjuntura em que se refletia a respeito não apenas das questões de preservação ambiental, mas também de democracia, ganharam espaço. O trabalho de Dilma Andrade de Paula problematizou as maneiras como São João Marcos, a primeira cidade brasileira que desapareceu em virtude de um aproveitamento hidrelétrico, foi expropriada pelo Estado Novo com o objetivo de estimular a produção de energia. Aquela cidade não foi reconstruída em outro local. Ver: PAULA, Dilma Andrade de. **A cidade submersa: o processo de destruição de São João Marcos (1930-1945)**. 1994. 98f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

²²⁵ Embora eu não tenha tido acesso ao calendário inicial para a execução das obras, nas Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte foi possível notar que em 1989 a Cemig já justificava os atrasos. Na Câmara Municipal, numa reunião que contou com lideranças do município de Nova Ponte, mas também com prefeitos e vice-prefeitos de algumas cidades vizinhas, além da diretoria da empresa, oficiada pela Câmara dos Vereadores a participar, a Cemig apresentava sua versão explicativa, ou seja, a ideia da crise financeira. Para os diretores da empresa na época, o que explicava os atrasos eram “*dificuldades devido a crise financeira que atravessa o país e de maneira especial também nós que não conseguimos financiar nada da obra até a presente data e isto tem nos sacrificado bastante pois tudo o que temos feito tem sido com recursos próprios*”. Ver: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 23 maio 1989**. Nova Ponte, 1989. Livro n. 7.

²²⁶ **Sr. Leonel Brizola Pontes**. Entrevistado em 22/08/2011.

dos pactos políticos na concepção da cidade, em que o narrador assumiu a posição de aliado dos “revoltados”. A invasão do canteiro de obras da Cemig foi um meio encontrado de se firmarem naquele impasse e de pressionarem a empresa.

Sua narrativa também evidencia que era na Igreja que as reuniões com os moradores se davam, sendo memória da atuação dessa instituição²²⁷ naquele processo, memória articulada a partir do tempo presente, no campo de interesses em que ele ainda se situa. Esses embates fizeram de 1992 um dos momentos mais tensos no processo de desapropriação da cidade.

Nesse sentido, a falta de um planejamento real para a construção da nova cidade foi o fator considerado pelos representantes da AMNP como o que teria desencadeado a organização de uma passeata pelas ruas da cidade em 1992. Uma fotografia divulgada pelo jornal *Correio do Triângulo*, jornal de Uberlândia/MG, cidade localizada próxima a Nova Ponte, é um dos registros encontrados que deu visibilidade pública ao conflito vivido e que permite pensar aquele tempo de mudanças na perspectiva trazida por outros sujeitos que também se posicionaram naquele embate, mas de modo diferenciado.

A imagem abaixo acompanha reportagem intitulada “*Povo faz manifestação em Nova Ponte*”²²⁸ e ganhou destaque na primeira folha do jornal. A fotografia permite refletir a respeito do envolvimento de diferentes sujeitos nos debates que se confrontavam na cidade.

²²⁷ O trabalho de Guiomar Inez Germani discute o envolvimento das Igrejas no processo de expropriação ocorrido no extremo Oeste do Paraná com a implantação da Itaipu Binacional. A autora refletiu a respeito das tentativas de resistência por meio do projeto “Arca de Noé”, que nasceu de uma comunidade evangélica, em 1978, formando grupos para discutir a situação que estavam enfrentando. Depois, com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), ligada a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que publicou um documento denunciando a situação dos agricultores e dos trabalhadores da obra, o que, segundo ela, tornou pública a situação. Ver: GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e Água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003, p. 81.

²²⁸ POVO faz manifestação em Nova Ponte. **Jornal Correio do Triângulo**, Uberlândia, n. 15.932, p. C, 6 maio 1992. Este jornal encontra-se nos acervos do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Imagem 5 – “Populares saíram às ruas para protestar contra a demora das obras”



Fonte: Jornal Correio do Triângulo, n. 15.932, 6 maio 1992. Arquivo Municipal de Uberlândia.

O texto publicado pelo jornal se restringe a noticiar que 1.500 pessoas percorreram as ruas da cidade e posteriormente se deslocaram até o canteiro de obras da usina onde declararam sua rejeição aos atrasos nas obras da nova cidade, exigindo que seus direitos fossem respeitados.

O ano é 1992 e na fotografia vê-se a cidade intacta. A Igreja São Miguel, ao fundo, permanece de pé, tal como as casas, e nas ruas por onde a população segue não há vestígio de demolições, procedimento divulgado pela Cemig como sendo obrigatório imediatamente após a mudança para a nova cidade. Há moradores que não seguem a passeata, ou pelo menos ainda não, mas eles aparecem nas calçadas, provavelmente em frente as suas casas, assistindo/participando daquele embate. As crianças vêm à frente e se observa também a presença dos mais velhos.

No entanto, a fotografia compõe o sentido da reportagem, mas permite outras alusões. O conjunto, reportagem e imagem, traz um significado produzido em 1992 difundido pelo jornal que, tendo em vista os grupos que representa²²⁹, compartilhava com os interesses²³⁰ daqueles que trabalhavam para a conclusão das obras da hidrelétrica, como a própria Cemig.

²²⁹ O atual jornal **Correio de Uberlândia**, que teve o nome Correio do Triângulo entre 1991-1995, pertence ao grupo ALGAR (um grupo econômico presente no cenário político e econômico da cidade e região), dono de empresas que atuam nos mais variados ramos: segurança, comunicação, lazer, informação, transporte, entre

Desse modo, a veiculação da fotografia compõe uma maneira de exercer pressão em favor da empresa, no sentido de publicizar a ideia da necessidade de agilização na construção da nova cidade. A definição e finalização das obras da cidade estavam diretamente atreladas à conclusão da usina, que era o objetivo da Cemig, que almejava a entrada em operação do empreendimento. Este era o foco dos interesses das classes que apoiavam aquele projeto na região. O empenho era o de assegurar a geração de energia elétrica suficiente para prover, sobretudo, a indústria e os grandes empresários, expandindo suas atividades e ampliando seu capital.

A Carta Aberta da População de Nova Ponte à CEMIG e ao governador do Estado, assinada pelo padre Júnior, é um dos registros em que se pode evidenciar um pouco mais a respeito dos pactos firmados em relação à chegada da Cemig à cidade.

A Carta também possibilita evidenciar que houve uma quebra nos tratos firmados:

Recentemente tivemos o desprazer de ouvir da boca do presidente da Cemig a seguinte frase: “Não posso garantir se a cidade nova será entregue em 93 ou no ano 2000” [...]

Portanto, senhor Governador e senhores diretores da Cemig, estamos hoje na seguinte posição: a população de Nova Ponte já não acredita em promessas verbais nem em documentos assinados pela Cemig. Nós só acreditamos, agora, em fatos concretos. Nossas reivindicações são muito simples: só queremos que seja imediatamente colocado em prática tudo aquilo que, no papel, está acertado entre as partes, depois de longas e desgastantes negociações. Queremos um cronograma de entrega das nossas casas e dos prédios públicos que seja respeitado.²³¹

A reivindicação dizia respeito ao cumprimento dos acordos firmados, exigindo que a construção das casas e dos prédios públicos obedecesse as negociações estabelecidas. Por um lado, essa evidência viabiliza pensar que a postura de indefinição da Cemig a respeito das obras da cidade foi o que impulsionou a AMNP a buscar estratégias de luta, dando algum tipo de retorno aos moradores/trabalhadores que pressionavam. Por outro lado, deve-se considerar que essa Carta ganhou destaque no *Jornal Correio do Triângulo*. Naquele presente de 1992, a

outros. Este jornal representa o Sindicato Rural de Uberlândia, a ACIUB (Associação do Comércio e Indústria de Uberlândia), CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), a Prefeitura Municipal de Uberlândia.

²³⁰ O entendimento de que nas nossas pesquisas devemos considerar a historicidade da imprensa, sem perder de vista suas articulações com a história do capitalismo, de um modo mais geral e, do mesmo modo, entendendo que a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais – sendo ela própria espaço da articulação desses projetos – advém das discussões desenvolvidas por Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Ver: CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

²³¹ SILVA JÚNIOR, Padre José Lourenço da. Carta Aberta da População de Nova Ponte ao Governador Hélio Garcia e à Cemig. **Jornal Correio do Triângulo**, Uberlândia, n. 15.937, 12 maio de 1992, p. 9. Arquivo Municipal de Uberlândia.

divulgação dessa Carta, naquele veículo de comunicação, tinha o sentido de respaldar a noção da importância do empreendimento para a região.

Na Carta ainda chama especial atenção queixas que dizem respeito à quantidade de terras alagadas e aos danos causados aos pequenos produtores e aos empregados; ao pagamento de indenizações²³² considerado abaixo do valor de mercado²³³; aos atrasos e a pressão sobre os proprietários rurais com quem ainda não havia sido negociado.

Mas, quais eram os acordos estabelecidos? O Termo de Acordo é um dos registros a partir do qual se pode compreender o conteúdo daquilo que ficou acordado entre as partes que efetivamente negociaram a mudança da cidade, ou seja, Cemig, Câmara Municipal e Associação de Moradores. Nele foram definidos prazos para cada etapa da construção e é com base nesses prazos que os representantes da AMNP vão alegar que havia atrasos nas obras:

3.1.5 Construção e conclusão da 1ª etapa de rede de distribuição de energia (CEMIG): 20/02/1990; 3.1.6 Construção e conclusão da 1ª etapa de rede de distribuição de água coleta de esgoto (CEMIG): 31/07/1990; 3.1.7 Definição individual de tipos de projetos para permuta (CEMIG/proprietários): 01/04/90 a 30/09/90; 3.1.8 Construção e conclusão do restante de infraestrutura (2ª etapa), exceto pavimentação e paisagismo (CEMIG): 30/03/91; 3.1.9 Conclusão das obras de pavimentação e paisagismo (CEMIG): 31/03/92; 3.1.10 Construção e conclusão de edificações públicas (CEMIG): até 31/03/92, sendo que as edificações públicas deverão ser as primeiras a ser relocadas.²³⁴

Este documento significava, para aqueles que o assinaram – Câmara Municipal de Nova Ponte, Igrejas, lideranças do Sindicato Rural e da Indústria – uma garantia de que a nova cidade fosse construída. Foi a ruptura dos tratos – que envolvia prazos – que moveu o padre a se pronunciar.

²³² No Monitoramento Socioambiental Urbano realizado em Nova Ponte, embora o processo de negociação da nova cidade seja mostrado como algo que foi aprovado pela maioria dos moradores, há recortes de entrevistas em que alguns se queixaram dos valores pagos pela Cemig: “*Acho que o valor pago foi muito abaixo do real. Tive que completar grande parte do valor da construção da casa nova. Acho que o reajuste das parcelas não deu nem para pagar a mão de obra da construção*”. E em outro trecho: “*O dinheiro da indenização sofreu uma grande defasagem devido ao critério de parcelamento. No mesmo período os materiais de construção subiram mais de preço*”. O relatório não discrimina os nomes dos entrevistados, data da entrevista nem o bairro onde viviam na antiga cidade. Ver: CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte** - Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, nov. 1993, p. 43-44. Acervo: Leme Engenharia.

²³³ A queixa com relação ao pagamento das indenizações a proprietários de áreas desapropriadas para formação de barragens não é específica de Nova Ponte. O trabalho de Estrela também traz esta situação. Ver: ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano**: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA. 2004. 250f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados do Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004, p. 104-105.

²³⁴ CEMIG/AMNP/CMNP. **Termo de Acordo**. Belo Horizonte, 21 fev. 1990, p. 2. Acervo: Leme Engenharia.

Na Carta, o padre fez referência à expectativa positiva com a qual os moradores receberam a Cemig, indicando que, num primeiro momento, ele era um dos apoiadores dos projetos que a empresa tinha:

Nós imaginávamos, no início das obras, que a construção da usina seria a redenção econômica do nosso município e da nossa micro-região, pois traria, junto com a produção de energia elétrica, oportunidades de emprego, saúde, saneamento, educação – em resumo, desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.²³⁵

Essa Carta, apesar de publicada em 12 de maio, é datada do dia 5 de maio, mesma data da passeata. Encontrada exclusivamente a partir da pesquisa que realizei no *Jornal Correio do Triângulo*, a Carta compunha os objetivos da AMNP de tornar público os problemas enfrentados em Nova Ponte e a posição por ela assumida naquele momento conflituoso. Embora o documento seja assinado apenas pelo padre, alguns moradores se sentiram representados, uma vez que o conteúdo da carta condiz com as pressões vividas naquele ano de 1992.

O que o padre expressou nessa carta compõe o universo das expectativas normalmente engendradas na construção de empreendimentos como este. Qualidade de vida, geração de emprego, melhoria nos serviços de saúde, de saneamento urbano e educação era o que o padre e demais moradores esperavam com a mudança da cidade.

Foi com base nessas necessidades e expectativas que a Cemig, ou seja, o governo do Estado, procurou promover a chegada da usina à cidade, como um modo de afirmar os benefícios que o empreendimento geraria, buscando o apoio da população.

As narrativas produzidas com trabalhadores/moradores da cidade são relevantes porque trazem os significados das mudanças sob outra perspectiva, nos sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos sobre os modos como lidaram com a promessa de uma nova cidade.

A entrevista produzida com a Sra. Ronalda, quando pedi que ela me falasse sobre como foi o anúncio definitivo da chegada da usina à cidade, trouxe significados que emergem nos sentimentos de angústia:

Quando foi anunciado foi uma, a minha reação foi assim, uma reação de desconhecimento né, do que podia acontecer e também aquela angústia de...

²³⁵ SILVA JÚNIOR, Padre José Lourenço da. Carta Aberta da População de Nova Ponte ao Governador Hélio Garcia e à Cemig. *Jornal Correio do Triângulo*, Uberlândia, n.15.937, 12 maio 1992, p. 9. Arquivo Municipal de Uberlândia. Utilizando novas fotografias da passeata realizada no dia 5 de maio, o tema ganhou destaque numa folha inteira do jornal numa sessão intitulada “Informe publicitário”. O que o jornal trouxe como novidade foram os informes sobre uma reunião ocorrida no dia 7 de maio com lideranças da Cemig e da cidade de Nova Ponte na Igreja São Miguel, em que o prefeito ameaçava embargar as obras da usina se elas não fossem aceleradas.

quando foi já esclarecendo o que era pra ser feito e a gente não podia mais retocar uma casa, né, a casa estava estragando não podia, não sabia quando que ia acontecer o deslocamento. Então ficou aquela, sabe, aquela angústia, a gente viveu uma angústia muito grande ali. E sabia que aqui ia ser tudo de melhor, né, rede de esgoto, água tratada porque lá a gente não tinha nada disso. É, mas tinha água pura, saía tinha um olho d'água aqui, outra fonte ali, água pura. Mas, aqui a gente sabia que tudo de melhor ia acontecer.²³⁶

A Sra. Ronalda apresenta uma memória dividida²³⁷, para utilizar uma noção de Alessandro Portelli. Ao mesmo tempo em que afirma que a cidade nova seria melhor, na expressão dela a cidade “aqui”, ela também se lembra da água pura que havia na cidade velha, destacando um aspecto relevante dos modos como se vivia, da relação com a natureza, o acesso gratuito à água, como um contraponto à ideia de que a cidade nova seria melhor. Ou seja, fez questão de se remeter ao que havia de melhor na cidade antes da desapropriação, na cidade de baixo.

Na memória da Sra. Ronalda há um indicativo de que logo que foi anunciada a chegada da usina havia a expectativa de melhorias em função da construção de uma nova cidade. Mesmo sendo moradora do lado de cá do rio, o lado considerado pelos moradores como o mais rico, o termo “melhor” é definido por ela como sendo o acesso à água tratada e à rede de esgoto, ou seja, a aspectos de infraestrutura urbana a qual a cidade não possuía no final dos anos 1980, antes de ser “deslocada”.

Nos materiais da empresa era o anúncio dessas melhorias que era veiculado: “*Toda a nova cidade contará com infra-estrutura de redes de água, esgoto e drenagem pluvial, além de ruas asfaltadas*”²³⁸. Desse modo, a promessa de que numa nova cidade problemas dessa ordem seriam resolvidos é o que movia sujeitos como a Sra. Ronalda a acreditar que a mudança seria positiva.

Ela ainda destacou o desconhecimento para sujeitos que, assim como ela, não participaram das tomadas de decisão e, portanto, foram ignorados nos trâmites das mudanças

²³⁶ Sra. Ronalda Pontes Rezende. Entrevistada em 26/07/2011.

²³⁷ Portelli contribui para essas reflexões. Segundo ele “*Quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela ‘oficial’ e ‘ideológica’, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.*” Ver: PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 106.

²³⁸ CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. **Serão construídas 1000 casas em vários padrões**. Cemig Notícias, Belo Horizonte, out. 1991, p. 14. Acervo: Memória CEMIG (Biblioteca da empresa).

que se processariam, além de compartilhar com outros moradores a angústia de não poder restaurar a casa quando ninguém sabia precisar o momento da transferência da cidade.

Por um lado, essa apreensão significava as maneiras como ela percebia que sua autonomia em relação à organização da sua vida estava sendo impactada, não se podia mais mexer naquilo que era seu, o que expressa seus sentimentos de pertença social. Por outro lado, essa indefinição pode ser compreendida como um dos aspectos que fizeram com que sujeitos como a Sra. Ronalda aguardassem com expectativas a construção da nova cidade. Não poder fazer reparos²³⁹ nas casas foi uma queixa utilizada também como forma de reivindicar a construção da nova cidade, afinal de contas, viver aquela circunstância significou angústia.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores temiam perder a autonomia forjada nos seus viveres na cidade velha eles também projetavam expectativas em relação às condições de moradia e de vida na nova cidade. Quando o Sr. Amador me contava sobre os primeiros rumores da vinda da usina, do tempo em que havia apenas pesquisas, lancei a seguinte questão:

Juliana: Na época o que o senhor achou disso?

Sr. Amador: Uai, eu achei bão, porque a cidade, a cidade velha, já estava, assim, sem jeito de aumentar e do lado de lá, onde nós morava, não tinha rede de esgoto, não tinha água encanada, não tinha asfalto, né. Então passou pra uma cidade limpa igual essa, a vida é outra né. Lá era bão demais, a gente nasceu de lá, eu morava pertinho onde eu fui nascido, então a gente tinha amor próprio lá, né. Mas, acontece certas coisa que faz você perder o amor também, né, eu perdi um filho lá e parece que aquilo, a saudade de lá, parece que não tem. Recordação ruim, né, que a gente tem de lá. Mas, a travessada pra cá foi bom demais pra nós. Eu morava num lugar lá que era a rodovia, então, cê lavava uma roupa, passava, punha na cama, tava catingando poeira. Agora aqui, graças a Deus tudo limpinho, tudo asfaltadinho.²⁴⁰

O narrador não se referiu à hidrelétrica, mas sim à construção da nova cidade, comparando-a com a “cidade velha”. Essas noções, “cidade velha”, “cidade de cá”, “cidade de lá”, “travessada”, foram referenciadas na memória dele não apenas no final dos anos 1980,

²³⁹ A reportagem a seguir data de maio de 1992 e foi divulgada em um jornal que circulava em Belo Horizonte e consta nos acervos da Cemig. A notícia era sobre o impasse experimentado no interstício que antecedeu a construção da nova cidade. Antes mesmo de se preocuparem com a construção das casas na cidade nova, os moradores teriam que se preocupar com a casa que tinham na cidade velha. Naquele tempo a vida ficou como que num estado de espera, no que diz respeito a este aspecto. “*A assessoria de comunicação da Cemig explica que, como as desapropriações ainda não foram feitas, os moradores de Nova Ponte ficam em dúvida na hora de proceder a pequenos reparos em suas casas. Para eles, seria desnecessário reformar moradias que, em pouco tempo, estarão destruídas sob as águas da represa e, por isso, exigem rapidez na construção das novas casas*”. Ver: CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. **Nova Ponte: População cobra construção das casas**. Jornal Diário da Tarde, Belo Horizonte, 7 maio 1992. Acervo: Memória CEMIG (Biblioteca da empresa).

²⁴⁰ **Sr. Amador Bernardes Ferreira**. Entrevistado em 19/06/2009.

mas antes mesmo, quando o que havia era a expectativa de construção de uma cidade que seria nova e com possibilidades de “aumentar”.

Na sua narrativa, os significados para a expressão de que a cidade velha estava sem jeito de aumentar estão vinculadas às condições de vida que se levava. A noção de crescimento aparece articulada aos recursos que ele tem na nova cidade, no tempo presente, aos quais ele associa a ideia de qualidade de vida.

Desse modo, ter rede de esgoto, água encanada, asfalto, além das noções de higiene e de limpeza são os elementos associados à perspectiva de uma cidade que cresce. É nesses termos que ele foi convencido de que “*a travessada pra cá foi bom demais pra nós*”, o que não deixa de expressar que no passado a vida que se levava era dura. Além disso, a experiência de ter perdido um filho na “cidade de lá” também é um elemento que marca sua memória e o faz ver a mudança como algo positivo, uma forma de fugir de lembranças ruins.

A expectativa em relação à possibilidade de viver num lugar com essas condições era compartilhada com outros que levavam o mesmo ritmo de vida que ele, e era o que movia os sujeitos a “apoiarem” o projeto de interferência realizado pela Cemig, sobretudo aqueles que viviam no São João, como o Sr. Amador.

A promessa de crescimento da cidade foi uma das estratégias encontradas pela Cemig, e pelos grupos que ela representava, para “convencer” os moradores a respeito da construção da hidrelétrica e, conseqüentemente, da mudança da cidade. A partir da imagem abaixo é possível refletir a respeito dos modos como a produção desses valores foi apresentado para a sociedade, especialmente aos sujeitos que viviam em Nova Ponte.

Imagem 6 – “Nova Ponte Caminha Para o Progresso”



Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte. Início das obras da usina.

A fotografia data do período em que se iniciaram as obras de construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte (1987-1989). Ela compõe uma exposição da Casa da Cultura de Nova Ponte, espaço mantido pela Prefeitura Municipal, que conta com fotografias doadas pela Cemig²⁴¹. Portanto, essa é uma fotografia pública, encontra-se em um lugar de memória, para visitação e exposição, e é divulgada constantemente a moradores, pesquisadores, visitantes e estudantes em geral.

A opção por manter essa fotografia numa exposição permanente na Casa da Cultura indica interesses em firmar uma versão de passado, fazê-lo ativo, sinalizando um tipo de disputa que permanece no tempo presente. Essa fotografia permite sondar a respeito do processo social de constituição de uma memória que se quer dominante.

O assunto da imagem é a construção da Usina Hidrelétrica. Feita em perspectiva, como que a mostrar/divulgar o evento no ângulo dos que nele chegavam, produzindo a ideia de que aquela construção era grandiosa, a imagem também revela a organização da

²⁴¹ Segundo informações obtidas na Casa da Cultura as fotografias que faziam parte da exposição no hall de entrada foram produzidas pela Cemig, sendo réplicas de imagens que constam no Projeto Memória Histórica de Nova Ponte.

comemoração. Os carros foram perfeitamente estacionados. Ao fundo um tipo de palco e, logo na entrada, uma viatura da polícia militar, embora muitos moradores não tenham sentido segurança em relação ao que se passava naquele momento.

Muitas famílias estiveram presentes e levaram seus filhos para participar daquela cerimônia, como fizeram na inauguração da nova cidade. Na lembrança do Sr. Amador “*na inauguração aí teve foi um churrascão da Cemig [...]. Aberto! Todo mundo. Foi um churrascão doido*”²⁴². Essas comemorações²⁴³ foram também uma estratégia de difusão de projetos, um modo de tornar conhecidos valores imbricados nos interesses dos grupos dominantes que apoiavam aquele empreendimento.

Não é por acaso que a faixa com a frase “*Nova Ponte Caminha para o progresso*” foi fixada logo na entrada e aparece em destaque na fotografia. Para a empresa a noção de progresso era associada à chegada da hidrelétrica e a construção de uma nova cidade, planejada. Esses projetos foram apresentados pela Cemig e pelos seus apoiadores – fazendeiros da região, empresários e políticos – como a salvação para o município.

Essa ideia do progresso é exaltada inclusive nos documentos da Cemig divulgados após o término das obras. No livro *Memória Histórica de Nova Ponte* nota-se a reafirmação da versão explicativa construída pela empresa

Ao ser entregue à população, possuía infra-estrutura completa – rede elétrica, iluminação pública, abastecimento de água tratada, drenagem de águas pluviais e coleta e tratamento de esgotos.

Em relação aos serviços urbanos, é hoje uma das melhores do Brasil, contando com equipamentos de padrão superior nos setores de saúde, educação e lazer.²⁴⁴

A promessa de progresso, vinculada à noção de instalação de infraestrutura urbana, foi uma das estratégias para dialogar com o anseio tanto daqueles que apoiavam o projeto quanto daqueles que não tinham “certeza” se as mudanças que viriam seriam boas. Ou seja, aqueles que chegaram a recear a perda do seu “bem estar”, como a Sra. Ronalda narrou, mesmo que quisesse crer que na cidade de cima tudo seria melhor, eram os que deveriam ser convencidos.

As promessas de oportunidades de empregos com o turismo também ressoaram na cidade e região e isso foi publicizado nos documentos da empresa três anos depois da

²⁴² **Sr. Amador Bernardes Ferreira.** Entrevistado em 19/08/2011.

²⁴³ Durante o período de obras da usina era frequente a presença de agentes da Cemig e do governo do Estado, juntamente com representantes do poder público municipal. Inauguração das obras da usina, o lançamento da pedra fundamental da nova cidade e a entrada em operação da hidrelétrica foram eventos comemorados por esses sujeitos.

²⁴⁴ COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória Histórica de Nova Ponte.** Belo Horizonte: CEMIG, 1997, p. 137-138.

transferência da cidade: “*O lago formado pelo reservatório da usina, por sua vez, possibilita à Nova Ponte a exploração de um serviço que vem atraindo grande contingente de pessoas à cidade, gerando novas oportunidades de emprego para a população local: o turismo*”²⁴⁵. Essa reafirmação de oportunidades constitui modos como, mesmo depois de finalizadas as obras, ainda era necessário continuar tentando convencer os moradores de que eles viviam numa cidade melhor, indicando que ganharam com a mudança. Isso sinaliza que aquele processo não se deu sem traumas.

Um texto do Projeto Memória Histórica de Nova Ponte, documento elaborado pela Cemig, permite ver outras estratégias de convencimento. O texto tem o caráter de relatar observações realizadas sobre as mudanças direcionadas à cidade

O município é precariamente servido. Utiliza-se de ramal do Sistema Integrado de Comunicação e de Repetidora de Imagens. A telefonia expande-se na zona rural. A zona urbana satura-se.

O sistema de abastecimento de água é estrangulado. A falta é geral. O alto índice de verminose denuncia sua contaminação. O lançamento dos esgotos não é tratado. Existem focos expostos. A saúde pública, no entanto, está sob controle. Irrisoriamente se expande o ensino no município. O número de matrículas decresce anualmente na zona rural. Na zona urbana o estado de conservação das escolas denuncia abandono. [...]

Primariamente organizada, a administração pública não tem como absorver o novo pulso: a marcha do novo compasso impõe ritmo intensivo. Devassa seus débeis limites. Ultrapassa sua experiência.

A ordem interna se desajusta. A consciência coletiva se manifesta: insurge a participação comunitária. Ganha rumos. Espalha-se. Busca fronteiras solidárias.

Mais rápido que o próprio momento vibra o passo do progresso. Faz cair as estruturas, faz consolidar os movimentos. Ao fundo, a silueta da grande usina se insinua na paisagem. Impassíveis aos acontecimentos ressoam as bombas e os explosivos.²⁴⁶

O que se nota são os argumentos dos que colocaram a cidade abaixo em nome do novo. Argumentos que balizam as mudanças e ganham legitimidade entre os apoiadores do projeto. Tais argumentos significam o município como precariamente servido, identificando a imagem da cidade a um sistema de fornecimento de água “estrangulado”; deficiência em saneamento básico e na educação, buscando consagrar “*a grande usina que se insinua na paisagem*” como o elemento propulsor de um tal progresso.

²⁴⁵ COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória Histórica de Nova Ponte**. Belo Horizonte: CEMIG, 1997, p. 139.

²⁴⁶ CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFGM. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1990. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte.

Além disso, buscaram-se linguagem, assuntos e valores que importam para os sujeitos na expectativa, de antecipar questionamentos, de suprir ausências e de disputar memórias a respeito das transformações na vida da cidade, mas, sobretudo, de convencer os moradores/trabalhadores em relação à instalação daquele empreendimento.

Contudo, a expectativa que perpassou os pensamentos de muitos, o desejo de que a cidade caminhasse rumo ao “progresso”, tinha significados específicos para a vida dos moradores da cidade. O Sr. Amador não foi o único que se remeteu a duras condições vividas. O Sr. Manoel, quando perguntado se havia tratamento de água na cidade velha, também enfatizou as dificuldades enfrentadas, respondendo que

Não tinha tratamento, não tinha nada, era difícil. Inclusive as caixa que a gente trouxe de baixo, que a gente, da cidade velha, a gente trouxe pra cima, a gente não teve coragem de botar elas aqui porque tava suja demais, vermelho demais e num saía [a sujeira]. Mas, a água muito boa, só que por causa das lavoura, né, as lavoura, chovia, quando pegou fazer lavoura, alí o povo plantando no cerrado, né, que antigamente não plantava, né, quando fez essa represa [de onde vinha a água potável, e não a represa da hidrelétrica] lá tudo era pasto e não sujava, aí no que o povo foi plantando, foi desmatando e coisa, aí começou a correr terra pra dentro da represa. Quando chovia lá, nossa! Aí sofria, isso aí era sofrido! A cidade velha foi sofrida com isso aí, água e esgoto, que lá a cidade lá era muito é... as rocha de pedra, então eles fazia esse é... os encanamento de esgoto de mania, mania por cima das pedra porque era rocha mesmo, não arrebentava, hoje em dia arrebenta, arrebenta o que eles quiser né, mas antigamente não. Aí punha por cima da rocha, punha aquelas mania e as mania quebrava né. A gente sofria com o esgoto ao céu aberto ali na cidade velha, sofria muito com isso aí²⁴⁷

“Cidade velha”, “de baixo” e “pra cima” na narrativa do Sr. Manoel são expressões utilizadas para identificar o tempo, dizer do antes e do depois da mudança da cidade. Nesse sentido, foi a partir do momento de transferência da cidade que os termos cidade de baixo e cidade de cima começaram a aparecer nas memórias dos trabalhadores.

Entretanto, não foi apenas a mudança da cidade que ele narrou. Ele também trouxe sua percepção sobre a derrubada do cerrado para formação de grandes lavouras, transformações que aconteciam a partir dos anos 1980. Ou seja, a expansão das relações capitalistas no campo que foi percebida em outras regiões, não apenas no município de Nova Ponte, na sua memória foi referenciada pelos modos como influenciou no acesso que se tinha a água potável.

Problemas relativos a falta de saneamento e as dificuldades com relação a água, especialmente nos tempos de chuva, foram identificados pelo narrador como aquilo que fazia a vida ser difícil e sofrida. Esse desejo de viver em melhores condições é o que foi projetado

²⁴⁷ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 21/07/2012.

para a nova cidade. Para sujeitos como o Sr. Manoel, era este o “crescimento” que se esperava.

Desde 1987 algumas promessas que dialogavam com vivências como as que o Sr. Manoel teve eram divulgadas na cidade. Isso pode ser evidenciado nos boletins informativos que a empresa distribuía “*A nova cidade, situada a 3 Km da atual, será dotada de toda a infra-estrutura e equipamentos urbanos necessários à melhoria da qualidade de vida da população.*”²⁴⁸. A noção de melhoria na qualidade de vida por meio da implantação de infraestrutura foi o meio de se aproximar dos moradores, de produzir consenso e convencimento.

Foi com expectativas e com receios que os sujeitos deixaram a cidade velha e foram para a cidade nova. A mudança da cidade insurge em múltiplos sentidos nas memórias dos trabalhadores e importa, no capítulo seguinte, problematizar as maneiras como eles vivenciaram os processos de desapropriação e de negociação da cidade.

²⁴⁸ NOVA Ponte, um dos principais projetos hidrelétricos de toda região Sudeste. **Cemig Notícias**, jul. 1987. Acervo: Casa da Cultura de Nova Ponte. Pasta: Notícias sobre Nova Ponte, Jornais Diversos.

CAPÍTULO 4

TEMPO DE DEIXAR A CIDADE DE BAIXO: RECUSAS E ACEITAÇÕES NO PROCESSO DE MUDANÇAS

Mas a cidade, lugar de centralidade, é também lugar privilegiado da expressão, da difusão de ideias, e também de lutas.

Marcel Roncayolo²⁴⁹

Se no capítulo anterior vimos as maneiras pelas quais os trabalhadores sentiram que seus viveres começavam a mudar, neste capítulo analiso suas memórias a respeito do processo de desapropriação da cidade, problematizando os modos como se deram a saída da cidade de baixo, as aceitações e as recusas.

A cidade velha entrecortada pelo Rio Araguari, lembrada pelos trabalhadores, passou a ser chamada de cidade de baixo neste processo e, de modo diferente, passou a ser identificada pela Cemig como cidade alagada.

A “cidade inundada” foi oficialmente negociada pela Associação de Moradores e pelo poder público municipal, representando interesses heterogêneos, agentes cujas versões vão se tornando dominantes, difundindo a noção de que se eles não tivessem lutado a nova cidade não teria sido construída.

Contudo, a desapropriação da cidade foi percebida de diferentes modos pelos sujeitos. A saída da cidade de baixo foi marcada por pressões distintas, a partir dos referentes de cultura trazidos pelos trabalhadores, bem como das relações de classe nas quais se inseriam.

A narrativa da Sra. Ronalda, que na cidade de baixo vivia no lado de cá, expressou um pouco dos sentimentos²⁵⁰ experimentados a respeito da mudança da cidade, além de estratégias criadas naquele tempo de “subir”. Quando perguntada a respeito de como havia sido a mudança para a nova cidade, ela narrou:

²⁴⁹ RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986. v. 8, p. 459.

²⁵⁰ Williams tem contribuído para estas reflexões. Segundo este autor quando falamos de estrutura de sentimento não falamos de sentimento em contraposição ao pensamento, “*mas de pensamento tal como sentido e de sentimento tal como pensado: a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada. [...] Não obstante, estamos também definindo uma experiência social que está ainda em processo, com frequência ainda não reconhecida como social, mas como privada*”. Ver: WILLIAMS, Raymond. Estruturas de sentimentos. In: _____. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 134.

E aí a gente foi ficando, pra colaborar também um pouco né, pra falar assim, “gente, a gente também tem que colaborar com o povo”. Porque sempre a gente é, teve uma boa freguesia e ele [o marido] preferiu que viesse o comércio primeiro. E com isso eu fui uma das últimas a ficar, eu, minha filha, minhas duas filhas e essa senhora que me ligou aqui agora também, ela e umas cinco pessoas lá. E fecharam já a barragem com a gente lá. Não, o que eu via, sabe o que eu via? O trator fazendo a derrubada de tudo, das casas, entulho. E eu fui ficando, a sorte é que eu tinha três pastor alemão que me fazia guarda da minha casa, né. [...]

Juliana: A senhora foi ficando sozinha pelo que eu tô entendendo, né.

D. RONALDA: Sozinha, por fim porque a minha filha também, as duas tinha comércio aqui e subiram, mas assim ia a noite pra dormir, né, e voltava pro comércio no outro dia. Eu fui ficando eu e uma ajudante sozinha lá. Dava cinco horas a gente pegava o ônibus e vinha e ficava aqui..., e a construção aqui né [inaudível] da residência, como se diz, é grande! Minha casa é grande porque eu tenho família grande, então não era uma construção rápida. E assim, a casa da minha filha de repente uma laje caiu em cima da casa dela, ela teve que ir pro hotel da Vila da Cemig, ir morar lá no hotel, arranjaram uma casa pra ela guardar os móveis e menos uma pessoa, né, pra ficar. De repente cortou água, lá em baixo, cortou água, luz e telefone e os ônibus.²⁵¹

Os sentidos que ela ativa a respeito daquele passado traz à tona o vínculo afetivo com suas filhas, a organização do trabalho no comércio que mantinha a família e os percalços do dia a dia vividos pelos seus familiares naquele tempo conflituoso. A laje da casa de uma delas que caiu e a assistência prestada pela empresa designam as dificuldades vividas no tempo da expropriação da cidade, remetendo-nos a algumas experiências que fugiam da rotina estabelecida até aquele momento, mas que se tornaram habituais naquele período. É com essa perspectiva que ela se refere à existência da Vila da Cemig construída para abrigar os trabalhadores que chegavam para as obras da usina.

O enredo provoca a reflexão a respeito dos motivos pelos quais a Sra. RONALDA e outros sujeitos permaneceram na cidade de baixo sozinhos até que água e luz fossem cortados, bem como sobre os modos como aquele tempo foi experimentado. Como eles eram comerciantes, há que se considerar o fato de que mudar primeiro o armazém significava aquisição de lucro, uma vez que as construções na nova cidade atraíram gente de fora, o que deu uma nova dinâmica para o comércio na cidade²⁵².

²⁵¹ **Sra. RONALDA PONTES REZENDE.** Entrevistada em 26/07/2011.

²⁵² No Monitoramento Socioambiental Urbano, sobre o aumento nas atividades comerciais na cidade, foi registrado que “*observa-se um acréscimo significativo em alguns setores específicos, principalmente bares e casas de material de construção. Foram abertos na Cidade Nova em 1993, 12 novos bares e inauguradas 4 casas comerciais de material de construção*”. CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte** - Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, nov. 1993. Acervo: Leme Engenharia.

Na narrativa da Sra. Ronalda, emerge o sentimento de medo experimentado por aqueles que, assim como ela, por algum motivo, foram os últimos a deixar a cidade velha. Não deixa de ser representativo o fato de ela recorrer a duras lembranças, ou seja, a imagem do trator fazendo as derrubadas das casas, ao corte de luz e de água, para significar que se sentiu expulsa da cidade. O cenário descrito lembra um campo de guerra. Tratores fazendo derrubadas e a existência de entulhos eram o cenário visto por aqueles que foram os últimos a deixar a cidade de baixo.

Nos documentos produzidos pela Cemig há fotografias daquele momento de demolições, no ano de 1993. Abaixo vemos imagens do Bairro São João, do lado de lá do rio, e do Bairro São Miguel, no lado de cá do rio:

Imagem 7 – Demolição no Bairro São João, lado de lá da cidade



Fonte: CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte - Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte: apropriação urbana – Cidade Nova Ponte. Estudo Comparativo das Moradias (Tipologia/Habitabilidade) – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte.** Belo Horizonte, 1993. Acervo: Leme Engenharia.

Imagem 8 – Demolição no Bairro São Miguel, lado de cá da cidade



Fonte: CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte - Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte:** apropriação urbana – Cidade Nova Ponte. Estudo Comparativo das Moradias (Tipologia/Habitabilidade) – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1993. Acervo: Leme Engenharia.

As imagens compõem um registro fotográfico realizado a pedido da empresa com o objetivo de registrar a mudança da população para a nova cidade, mas também aquilo que seria “alagado”. Ambas são marcadas pela presença dos entulhos que ainda seriam removidos. A partir dessas fotografias, pode-se ter noção daquilo que os moradores viram e viveram em 1993 quando a cidade estava sendo demolida.

Eram essas imagens que outros sujeitos, aqueles que tiveram algum entrave que prejudicasse o andamento das negociações junto a Cemig, e que também foram os últimos a deixar a cidade de baixo, viram da cidade naquele tempo de mudança. Quando perguntei a Sra. Maria Aparecida se foi rápida a construção da nova cidade, depois da sequência de atrasos e de adiamentos, ela narrou o seguinte:

Não demorou muito não, foi mais rápido. Mas, igual o meu esposo já comentou, na época a gente tinha assinado pra eles fazerem a nossa casa, depois que a gente viu que a casa era pequena demais aí ele não quis, aí ele

resolveu renegociar, como a renegociação era mais lenta nós foi ficando por último lá. Aí quem mudava podia tirar a casa, então o pessoal desmanchava, pegava tijolo, pegava telha e vinha pra cá pra cidade nova e como a gente tinha que negociar de novo, a gente foi ficando lá. A gente foi praticamente um dos últimos a sair de lá!

Juliana: E como que ficou lá, por último?

Maria Aparecida: Nô!! Ficou parecendo cidade abandonada, porque aí eles foi tirando as casa, né, foi crescendo o mato no quintal, nossa, foi terrível! Onde você olhava tinha um monte de tijolo e de telha, porque o pessoal foi mudando e tirando tudo. Nós foi um dos últimos que saiu, assim, lá da onde que nós morava...²⁵³

A construção da cidade foi percebida como sendo rápida. No entanto, para eles que renegociaram com a Cemig por discordarem do tamanho da casa, o processo foi mais demorado. Ser uma das últimas a deixar a cidade implicou em conviver com entulhos das edificações que iam sendo desmanchadas pelos vizinhos, mas também com o mato que começava a crescer. A percepção da narradora é de que aquela cidade estava abandonada²⁵⁴ e de que aquela foi uma experiência terrível²⁵⁵. É nesta temporalidade, início dos anos 1990, que emerge a noção de cidade nova.

Demolir as construções da “cidade abandonada” era um procedimento que ocorreria independentemente de os materiais serem aproveitados ou não por quem vivia naquela cidade e estava sendo desapropriado. As demolições eram apresentadas pela empresa sob a alegação de que havia a necessidade de prevenir que andarilhos ocupassem as casas, que os entulhos atraíssem animais peçonhentos, “*pelas dificuldades e desconforto que terão aqueles que permanecerem na atual cidade, em função da falta de comércio, vizinhos, etc. e ainda pelos*

²⁵³ Sra. Maria Aparecida de Oliveira. Entrevistada em 07/07/2012.

²⁵⁴ Essa percepção de abandono se somava ao desconforto relativo ao uso dos explosivos na fase da construção da barragem. Em maio de 1989, nas Atas da Câmara Municipal moradores levavam reclamações a respeito disso: “*Outra pergunta foi em relação aos imóveis que estão sendo danificados em virtude dos explosivos. A Cemig informou que não é do conhecimento dela nenhum fato desta natureza, mas deixa aberto para qualquer proprietário que julgar, o direito de reclamar.*” CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 23 maio 1989**. Nova Ponte, 1989. Livro n. 7.

²⁵⁵ Alessandro Portelli contribui para as reflexões a respeito dos sentidos traumáticos presentes nas narrativas orais ao ponderar que importa questionar sobre como esses sentidos afetam a vida cotidiana, como são relatados e sobre como as pessoas vivem depois, levando em consideração os modos como organizam o tempo. Segundo Portelli, “*a organização narrativa da vida cotidiana nos diz algo sobre onde está o sentido desta vida*”. Ver: ALMEIDA, Paulo Roberto de.; KHOURY, Yara Aun. *História Oral e Memórias: Entrevista com Alessandro Portelli. História e Perspectiva*. Revista dos Cursos de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, EDUFU, n. 25 e 26, jul. 2001/jun. 2002, p. 35.

*terrenos baldios próximos às suas residências.”*²⁵⁶ e, principalmente, para que o fundo do lago da represa não acumulasse sujeira²⁵⁷.

Contudo, as demolições podem ser compreendidas como uma maneira de forçar a mudança para a nova cidade com o objetivo de liberar o espaço para o preenchimento do reservatório da represa. Depois de tantos adiamentos nas obras da nova cidade, justificados pela empresa como sendo em decorrência de falta de recursos, a rapidez na mudança se deu para que a validade do Decreto de Desapropriação e do Decreto de Utilidade Pública fosse seguida, para não comprometer a data de início de operação da UHE de Nova Ponte²⁵⁸.

No final de 1993, quando o clima já era o de ter que deixar a cidade de baixo e se mudar para a nova cidade, a Cemig interpretava da seguinte forma o que se vivia ali:

A antiga cidade de Nova Ponte já está com cerca de 70% de suas casas demolidas e com grande parte do comércio desativado. Aumenta a cada dia o número de solicitações à Cemig para mudanças para a cidade nova e para demolições das casas.

Foi iniciado o desmatamento e limpeza de terrenos das casas demolidas, sendo que, em setembro começará a retirada das redes de energia elétrica e telefones, bem como o calçamento das ruas para reaproveitamento dos paralelepípedos pela Prefeitura Municipal.²⁵⁹

Veiculada pelo boletim informativo da empresa, essa notícia tinha o caráter de apresentar o andamento das obras, mas também firmava o interesse, em 1993, na rápida finalização do empreendimento. Assim, o intuito é o de focalizar a quantidade de demolições, a desativação do comércio e a retirada das redes de energia elétrica e telefones, procurando demonstrar controle e organização sobre o processo de “relocação”.

Entretanto, o viés do controle apresentado pelo Estado na figura da Cemig é apenas uma das maneiras como aquele processo foi disputado, distingue-se das formas como os trabalhadores lidaram com aquelas circunstâncias e os modos como criaram memórias a respeito. A memória que eles elaboram sobre aquele processo é a de que foram expulsos da cidade.

²⁵⁶ CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. Usina de Nova Ponte, Residência de Nova Ponte – Canteiro de Obras. **Demolições**. Cemig Informa, n. 4, 15 mar. 1992, p. 2. Belo Horizonte, 1992. Acervo: Memória Cemig (Biblioteca da empresa).

²⁵⁷ Sobre o projeto de limpeza da área do reservatório, o plano de controle ambiental apresentado pela Cemig traz observações de que este procedimento seria importante para a desinfecção de focos de poluição, entre outros. Ver: CEMIG – UHE Nova Ponte – **estimativas orçamentárias referentes aos componentes ambientais: plano de controle ambiental**. Belo Horizonte, 1991. Acervo: Memória Cemig (Biblioteca da empresa).

²⁵⁸ Ver: CEMIG. UHE Nova Ponte – **Estimativas orçamentárias referentes aos componentes ambientais: plano de controle ambiental**. Belo Horizonte, 1991. Acervo: Memória Cemig (Biblioteca da empresa).

²⁵⁹ CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. Usina de Nova Ponte, Residência de Nova Ponte – Canteiro de Obras. **Cidade Velha**. Cemig Informa, n. 6, 3 ago. 1993, p. 2. Belo Horizonte, 1993. Acervo: Memória Cemig (Biblioteca da empresa).

É nesse sentido que sujeitos como o Sr. Manoel viram a saída da cidade em termos irrevogáveis. Quando lhe perguntei sobre o que aconteceria se alguém não tivesse como se mudar ele foi enfático na resposta:

Tinha que mudar. Tinha que mudar. Tinha que fazer... Eles fez as casa. Agora as pessoa que quis fazer por conta deles... Tinha contrato né. Tinha que fazer. Naquela data tinha que mudar. Tinha que sair, porque o trator ia derrubar mesmo. Agora, se você quisesse derrubar, você podia tirar o que você quisesse da casa. [...]

Juliana: E porque que eles derrubavam será?

Sr. Manoel: Não deixou casa nenhuma em pé. Nenhuma. Lá não ficou nenhuma casa em pé nessa região.²⁶⁰

Sua percepção compõe os significados que os trabalhadores atribuem àquela mudança. A saída foi tida por ele como algo dado e inegociável. “Tinha que mudar”, uma expressão repetida e destacada pelo narrador evidencia que na sua memória não havia outra opção a não ser se mudar, sendo o elemento que mais chama atenção na sua narrativa por dimensionar as fissuras nas versões que procuravam construir consenso. A constatação de que os tratores fariam as derrubadas e de que não ficou nenhuma casa em pé significa que não havia alternativas, era hora de se mudar, eles eram obrigados a isso.

O “eles” a que se refere o Sr. Manoel é a empresa. O narrador só se refere a “eles” para se remeter às casas. Ele se referiu ao fato de que o que foi posto em negociação foi a concessão para a retirada de tudo aquilo que os proprietários julgassem poder ser reaproveitado na construção da casa lá de cima. O narrador escolheu falar sobre isso, o que indica que a moradia era a questão mais importante para trabalhadores como ele. Narrativas como esta são relevantes por serem representativas das maneiras como aquele tempo de mudança é narrado e tornado vivo pelos sujeitos à luz do presente como um tempo conflituoso que permanece nas relações vividas na cidade.

Outros narradores vivenciaram a saída da cidade de baixo de modo diferenciado. Enquanto a mudança foi lembrada pelo Sr. Manoel como algo imposto, do contrário as máquinas derrubariam tudo, a Sra. Ronalda ressaltou que teve a opção de permanecer morando na cidade de baixo, e seu esposo trabalhando na venda na cidade de cima, pelo tempo que foi possível. Ao conversar com ela sobre o momento exato da mudança da cidade, quando ela narrava a respeito do quintal que tinha, perguntei-lhe sobre como ela conseguiu organizá-lo depois, quando se mudou para a nova cidade, e ela narrou:

²⁶⁰ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 14/01/2012.

Quando foi mudar a cidade, pra mim e pro meu marido, é... teve que mudar mais rápido porque era comércio. Então aqui em cima quando começou a construir tinha que vir logo o comércio, né? [...] Ele teve que transportar tudo aqui pra cima e a residência ficou. Eu fiquei, fui ficando porque absurdo, absurdo fazer uma cidade em seis meses! É absurdo fazer uma cidade em seis meses! Foi o que foi proposto pros moradores e teve que ser, né. A gente não tinha como lutar contra porque foi prolongando. Dizia, ah, as vezes vinha uma notícia, “não, já vai mudar a cidade” e aquilo foi atrasando, atrasando e depois, “não, óh, tem que mudar, tem que construir rápido!”. Quem subiu no início que foi construindo, construíram. Aqueles que tinham fazenda, né, que pôde ter ido morar na fazenda, foram alugando as casas para quem vinha ir construindo, né. Construía já desocupava aquela casa, alugava pra outro que estava na cidade velha e que queria subir mais rápido até construir, e assim foi.²⁶¹

O novo quintal não apareceu na narrativa e, no lugar dele, foi a memória do tempo da desapropriação da cidade, marcado pela distinção cidade nova/cidade velha, que se apresentou. Nessa narrativa, ensejam-se as formas como sujeitos como a Sra. Ronalda se localizam no tempo e as maneiras como identificam a cidade e as transformações vividas. A cidade do tempo presente é identificada por ela como “aqui em cima”, uma vez que ela narra a partir do tempo presente, da cidade atual, conhecida como cidade de cima. Já a expressão “cidade velha” aparece relacionada à temporalidade que antecede a mudança. A direção e o movimento da mudança foram expressos no verbo “subir” e os modos como essa experiência se deu foi visto por ela como sendo “rápido” demais, como um absurdo.

As experiências e tensões narradas pela Sra. Ronalda se diferenciam daquelas sinalizadas pela AMNP, nos registros da Câmara Municipal e da Cemig. Nesse sentido, a narrativa dela importa por relevar “*sua participação na história e a forma pela qual a história o afetou*”²⁶². O seu enredo não permite suprimir as maneiras como os sentimentos de receio e de desconfiança passaram a permear as relações estabelecidas na cidade e com a empresa.

Esses sentimentos fizeram parte da desapropriação da cidade, contudo, são obscurecidos nos materiais da empresa que trazem outros sentidos, apresentam outras memórias sobre a “relocação”, buscando imprimir consenso: “*É consenso que todos melhoraram em termos de condições de moradia. Houve uma preocupação geral em construir boas casas para uma nova cidade: todos procuraram uma melhoria através de*

²⁶¹ Sra. Ronalda Pontes Rezende. Entrevistada em 26/07/2011.

²⁶² As discussões formuladas por Portelli acerca da história oral contribuem para estas reflexões. Ver: PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, Programa de Estudo Pós-Graduados em História, n. 14, 1997, p. 29.

plantas, material de acabamento, etc.”²⁶³. Contudo, narrativas como a da Sra. Ronalda são evidência de que aquele processo não foi vivido como um consenso.

Entretanto, mais do que constatar o sentimento de indignação a respeito da rapidez com que a cidade foi construída, “*absurdo fazer uma cidade em seis meses!*”, ou a demora e as incertezas com relação ao início das obras, a fala da Sra. Ronalda ajuda a compreender que os atrasos no início e na conclusão das obras da cidade, e depois a rapidez com que a cidade foi construída, compõem uma maneira de protelar, ou melhor, de desmobilizar iniciativas de qualquer tipo de reação por parte dos moradores em favor de seus direitos à cidade.

A narrativa da Sra. Ronalda traz ainda clivagens de classe. Aqueles que tinham fazendas fizeram daquele momento um tempo de agregar ganhos materiais, seja optando por alugar suas casas e indo morar nas fazendas, ou comprando imóveis na velha cidade com a finalidade de lucrar depois com as indenizações que seriam pagas – como mencionado por outros sujeitos em conversas informais. Aqueles que possuíam casa na cidade e no campo certamente não eram os mais pobres. Colocar a casa da cidade à disposição para aluguel era lucro certo e são sujeitos como esses que ganharam dinheiro naquele processo.

Os trabalhadores também criaram meios de ganhar com as mudanças que se processavam. Durante o período de obras para instalação da usina, a cidade recebeu um expressivo número de trabalhadores e eu perguntei ao Sr. Manoel se a Vila construída pela empresa havia comportado esses novos habitantes e ele respondeu o seguinte: “*Bem entendido. Aí, tinha a Vila, né, e além das casa que eles alugaram né. [...] O pessoal alugava, tinha gente que morava nos comodozinho assim, olha! E alugava a casa.*”²⁶⁴. Essa narrativa torna conhecido o fato de que muitos moradores alugaram suas casas para funcionários de empresas que estiveram envolvidos com as obras de construção da usina. Essa foi uma estratégia desenvolvida por alguns com o objetivo de ganhar um pouco de dinheiro naquela circunstância, o que permite ver que eles não foram passivos naquele processo.

Entretanto, as alternativas que os trabalhadores criaram vinham de acordo com suas condições. A narrativa do Sr. Manoel permite inferir que para esses sujeitos a oportunidade de ganhar algum dinheiro alugando suas casas significou viver por um período num cômodo pequeno e sem conforto – o que certamente não foi vivido pelos fazendeiros que alugaram suas casas na cidade – e que essas vivências também fizeram parte daquele tempo.

²⁶³ CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte** - Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, nov. 1993, p. 5. Acervo: Leme Engenharia.

²⁶⁴ **Sr. Manoel Benedito Inês**. Entrevistado em 14/01/2012.

Estes foram alguns dos muitos “modos de barganhar” que também compuseram aquele tempo do “tinha que mudar”, mas houve outros. Em meio às mudanças, muitos sujeitos desenvolveram, a seu modo, estratégias buscando tornar aquela situação positiva de alguma forma. Os trabalhadores fizeram proveito inclusive das brechas que o Termo de Acordo deixou. Sobre o que diz respeito aos materiais reaproveitados, o Termo dizia o seguinte:

- a) O material aproveitável resultante das demolições dos imóveis pertencerá aos respectivos proprietários, que procederão a demolição por sua conta e risco, em prazo a ser determinado entre a CEMIG e a AMNP.
- b) Após este prazo, respeitando o planejamento global da obra, e não havendo interesse do proprietário em reaproveitar o material, a CEMIG fará a demolição e dará a destinação que lhe aprouver ao material.²⁶⁵

O material reaproveitável pertencia aos proprietários, mas caso não houvesse interesse, a Cemig se reservava o direito de lidar com eles do modo que fosse mais conveniente a ela. Sendo assim, muitos sujeitos procuraram dar outro destino a materiais como telhas, madeiras, fios, tijolos, entre outros, seja vendendo esses materiais ou tentando utilizá-los na construção da nova cidade. Ou seja, alguns trabalhadores criaram alternativas de trabalho e de geração de renda, marcando deste modo sua saída da cidade de baixo.

O Sr. Manoel foi um deles. Em sua memória, o momento da saída da cidade de baixo, quando ela estava sendo demolida, pode ser visto com significados distintos, possibilitando refletir mais uma vez em torno das estratégias empreendidas por moradores que não foram passivos naquele tempo de mudança da cidade. Quando lhe perguntei se ele havia visto a derrubada da casa dele, foi narrado o seguinte:

Eu vi. É ruim, né?! É ruim! Naquela época eu puxei muita pedra lá de baixo, porque eu tinha caminhão, então eu aproveitei muita pedra. A cidade tava construindo aqui, então gastava muita pedra, né. Aí, a gente conversava com os cara lá, aí.... ixi, puxei muita pedra aqui pra os... vendi muita pedra, eu tinha caminhão. A outra casa do lado aqui é minha, e o terreno, eu fiz só essa aqui, o terreno tava desocupado, então soltava as pedra ali e, vendi muita pedra ali.

Juliana: As pedras que o senhor pegava lá é que tipo de pedra?

Sr. Manoel: Lá tinha uma pedreira antigamente, aí as casas era feita de alicerce, aí derrubava né, aí você ia lá e rançava os alicerce das casa, jogava dentro do caminhão e trazia. Pra quem não trazia, porque muita gente trouxe. Porque ia comprar pra fazer as outras casa, aí trouxe. Mas teve gente que não quis. Aqueles que a Cemig fez a casa, aí não quis trazer, as pedras. Aí a gente ia lá e pegava e trazia pra cá.²⁶⁶

²⁶⁵ CEMIG/AMNP/CMNP. **Termo de Acordo**. Belo Horizonte, 21 fev. 1990, p. 2. Acervo: Leme Engenharia. Belo Horizonte.

²⁶⁶ **Sr. Manoel Benedito Inês**. Entrevistado em 14/01/2012.

O entendimento expresso pelo Sr. Manoel fugiu à pergunta que lhe direcionei. Embora ele afirme que ver a casa sendo demolida foi ruim, ele priorizou narrar a respeito das formas como ele pôde se apropriar daquela circunstância e criar uma oportunidade de trabalho.

O caminhão era a sua principal ferramenta de trabalho e a transferência da cidade lhe abriu novas possibilidades de serviço, ainda que temporárias. Fazer o transporte e a venda de materiais que poderiam ser reaproveitados foi um meio encontrado para trabalhar naquele período.

As estratégias criadas pelos trabalhadores e suas experiências naquele tempo de mudança importam porque elas vêm sendo deixadas à margem das discussões²⁶⁷ quando se trata de processos de desapropriação de espaços urbanos/rurais. Nesse sentido, trazer as estratégias de trabalho por eles forjadas, bem como as tentativas de resistência a esses processos, aproximam-nos dos problemas da nossa sociedade e do nosso tempo²⁶⁸, uma vez que a memória dos trabalhadores é ativa no presente, permitindo fugir das memórias cristalizadas, bem como de versões que vitimam os sujeitos.

A partir da narrativa do Sr. Manoel é possível sondar a respeito dos modos como os trabalhadores participaram naquele processo de negociação. Ele mencionou os que levaram as pedras para a nova cidade e os que não levaram. Os que reaproveitaram esse material foram aqueles que construíram suas casas, os que foram indenizados com dinheiro, já aqueles que não levaram os materiais optaram pela permuta do imóvel com a Cemig. Coube aos moradores decidir se optariam pela permuta de seu imóvel ou pela indenização.

As indenizações dos bens imóveis se deram em dinheiro e em permuta²⁶⁹. Em dinheiro, o proprietário construiria sua casa do modo que melhor lhe conviesse, sendo que o montante seria disponibilizado em três parcelas, de acordo com as etapas da construção, como uma forma de garantir a permanência do proprietário do imóvel na cidade, segundo argumentos da Associação. Dessa forma, a única aquisição que o dinheiro da indenização

²⁶⁷ Os modos como se deu continuidade a vida naquele tempo do “tinha que mudar” não tem sido abordado nos trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre a cidade de Nova Ponte. A pesquisa de Adriana de Oliveira Crema, por exemplo, tinha a preocupação de trabalhar “*o desenho urbano e seu traçado a partir da mediação e participação popular potencializadas no presente recente; investiga a questão do patrimônio edificado, sua participação e reutilização; levanta a questão da reconstrução da cidade e a tensão entre a manutenção da sociabilidade estabelecida no velho lugar e suas redefinições, transformações e dimensões inerentes à cultura local, às características locais e nas identidades preservadas e/ou construídas em um novo espaço.*”. Ver: CREMA, Adriana Oliveira. **A cidade dos “afogados”**: a memória, a história e a luta pelo direito à cidade de Nova Ponte. 2005. 282f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005, p. 14.

²⁶⁸ Josep Fontana, diz da importância de o historiador reconstruir uma prática que o aproxime dos problemas do nosso tempo e da nossa sociedade, uma das perspectivas que moveu a realização desta pesquisa. FONTANA, Josep. Em busca de novos caminhos. In: _____. **A história dos homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 488.

²⁶⁹ CEMIG/AMNP/CMNP. **Termo de Acordo**. Belo Horizonte, 21 fev. 1990, p. 7. Acervo: Leme Engenharia. Belo Horizonte.

viabilizaria seria mesmo a casa, na maioria das situações. Por permuta, a empresa faria a construção, por meio de empreiteiras vencedoras de concorrência pública. No caso da opção pela permuta, o dono do imóvel escolheria um entre os “15 (quinze) tipos de projetos com variações de número de quartos (de uma a quatro) e acabamento, totalizando 38 combinações”²⁷⁰.

A maioria dos entrevistados não optou pelo sistema de permuta, por discordarem do tamanho das casas que a empresa estava construindo, ou seja, por temer um padrão de vida diferente que se tentava impor. Sujeitos como o Sr. Manoel, por exemplo, optaram por receber o dinheiro e não permutar com a Cemig. Quando eu lhe perguntei sobre como ele havia negociado com a empresa a construção da sua nova casa, ele narrou o seguinte:

Eu peguei o dinheiro. Eu não queria que eles fizesse. Porque aí eles iam fazer uma pra mim de 65 metros e eu queria fazer maior. Aí eu peguei o dinheiro. Quer dizer, não deu, mas deu pra iniciar, pra mim melhorar a minha casa um pouco. Porque lá, não tinha forro não tinha nada, a casa lá. Pra desmanchar também a gente não aproveitou nada, deixou lá.²⁷¹

A casa do passado surge na expressão “a casa lá” e o “eles”, a quem o Sr. Manoel se refere, é a Cemig. Na sua interpretação, deixar a construção da casa sob a responsabilidade da empresa significaria ter uma casa pequena, o que contrariava a sua expectativa de possuir uma casa melhor do que aquela que ele tinha “lá”. Afinal, sujeitos como ele haviam sido convencidos de que viveriam em melhores casas na nova cidade. O sentido afirmativo da transferência da cidade emerge quando ele compara sua casa “lá” – vista por ele próprio como desprovida de conforto, não tinha forro e era pequena, e dela não foi possível aproveitar nenhum material – com a casa do presente.

Sua narrativa também revela que o dinheiro da indenização só foi suficiente para dar início as obras²⁷², todavia, a possibilidade de construir uma casa melhor é o aspecto positivo que o Sr. Manoel, assim como tantos outros sujeitos, viu na mudança da cidade. O momento de negociação e de saída da cidade de “lá”, neste sentido, também foi experimentado como possibilidade de ter uma moradia melhor.

²⁷⁰ CEMIG/AMNP/CMNP. **Termo de Acordo**. Belo Horizonte, 21 fev. 1990, p. 4. Acervo: Leme Engenharia. Belo Horizonte.

²⁷¹ **Sr. Manoel Benedito Inês**. Entrevistado em 14/01/2012.

²⁷² Problemas advindos dos modos como os sujeitos são indenizados nos processos que envolvem desapropriações para construção de hidrelétricas pelo Estado são recorrentes. Na Barragem do Castanhão, no Ceará, por exemplo, muitas famílias não encontraram terras a serem adquiridas e não receberam apoio nesse sentido. Ver: MONTE, Francisca Silvania de Sousa. **O uso e controle das águas no processo de modernização do estado do Ceará: o caso da barragem do Castanhão**. 2005. 362f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, p. 303.

A Sra. Emiliana também optou pela indenização. Quando lhe pedi para que me explicasse como a negociação foi realizada, ela narrou o seguinte:

Você sabe que eu não sei te explicar isso, porque foi os meninos que pegou pra arrumar porque eu já não dava conta mais, assim, né. Eu sei que, parece que negociava até um certo coisa, vinha e fazia um pouco, depois fazia aquele tanto que negociou, vinha acabava aquele, ia lá, tornava, dava mais até acabar de pagar, até acabar de arrumar.²⁷³

Embora ela inicie a narrativa alegando não saber sobre os modos como se deu o processo de negociação das casas, fica evidente que também ela optou pela indenização. O motivo desta escolha também está articulado às maneiras como vivia na cidade “de lá”, como se pode compreender a partir da memória que ela trouxe quando perguntei sobre seu quintal antes da mudança da cidade, e ela disse: “*Lá em baixo? Lá eu tinha um quintal muito grande, agora eu não tenho não*”²⁷⁴ e era disso que ela não queria abrir mão, de casa e de terreno espaçoso, ou seja, dos modos como vivia.

Desse modo, a possibilidade de escolher a maneira como se daria a indenização foi vista por alguns sujeitos como uma conquista, uma vez que receber o dinheiro viabilizaria construir a casa de acordo com as necessidades e expectativas de cada um, o que atenderia interesses e costumes diferentes.

Em entrevista, o Sr. Zuza mencionou que as propostas iniciais da Cemig – a construção das casas em tamanho pequeno e com um mesmo padrão – não foram aceitas pelos moradores:

Juliana: O senhor falou que no início o pessoal não aceitou muito a proposta da Cemig. A proposta inicial era de ela construir a cidade inteira?

Sr. Zuza: Era, de ela construir a cidade inteira, a Cemig ia fazer uma cidade inteira aí depois eles viu que o povo não estava aceitando, aí eles voltaram atrás, né, eles deve ter construído assim casa de morar umas 60, 70 só, essas casinha petitinha né. Aí os prédios público é tudo a Cemig que fez.

Juliana: E a pessoa que não tinha documento escrito, como é que fez?

Sr. Zuza: A Cemig não deixou ninguém sem nada, até eu acho que o povo tem até vontade que Nova Ponte muda outra vez! Quem não tinha documento, não tinha escritura a Cemig deu a casa aqui em cima, se a pessoa não deu conta de construir eles construíram e deu escrituradinha, prontinha, arrumadinha. E que escolheu o terreno no lugar de construir eles deu a escritura do terreno, sem custo nenhum, foi bão!²⁷⁵

Fazer uma cidade inteira significa construir as casas a partir de modelos padronizados, sem espaço para as referências culturais trazidas por diferentes sujeitos, e é este o fator que os moveu a não aceitar o projeto inicial da empresa. Tinha-se, por um lado, os padrões de

²⁷³ Sra. Emiliana Borges da Silva. Entrevistada em 21/07/2012.

²⁷⁴ Sra. Emiliana Borges da Silva. Entrevistada em 21/07/2012.

²⁷⁵ Sr. Jesus José Ferreira. Entrevistado em 05/09/2010.

construção da Cemig, pautados pelos padrões do mercado e pelo interesse em gastar menos e, de outro lado, os padrões culturais dos trabalhadores.

Neste sentido, a possibilidade de escolher entre permuta ou indenização em dinheiro indica os modos como os trabalhadores participaram daquele processo de negociação, o que foi visto por sujeitos como o Sr. Zuza como uma conquista.

Nessa disputa, outro ganho identificado pelo narrador foi que ninguém ficou sem nada, até aqueles que optaram por não construir receberam o terreno. Ele ressalta que inclusive os proprietários que não possuíam imóveis registrados foram indenizados, além de terem recebido a documentação. O tom de brincadeira em que ele afirmou que “*o povo tem até vontade que Nova Ponte muda outra vez*”, simboliza este campo em que as conquistas se deram, além de indicar que, para eles, viver em uma casa de melhor estrutura foi o que os impulsionou a lutar, mas também a aceitar algumas mudanças.

O conhecimento de que “*a Cemig não deixou ninguém sem nada*” instiga a reflexão a respeito de quem teria direito às indenizações e das maneiras como isso foi discutido. No Termo de Acordo, a questão dos imóveis sem documentos teria sido resolvida da seguinte forma:

A negociação de imóvel urbano, não legalizado, quer seja com espólio, usucapiente ou posseiro, somente será efetuado desde que a Prefeitura Municipal forneça uma certidão ao interessado e que este declare, textualmente, na escritura de permuta ou indenização, que não existe nenhum ônus ou litígio sobre o imóvel a ser transferido a CEMIG.²⁷⁶

Quem fez as negociações com os trabalhadores, quem intermediou aquele processo, foi a Prefeitura Municipal e a Associação de Moradores. Caberia à Prefeitura o fornecimento de documentos para que os trabalhadores tivessem direito às indenizações e à Associação um importante trabalho que era o de ser ela a interlocutora dos trabalhadores junto a Cemig. Embora a Associação atendesse e representasse interesses heterogêneos, ela teve um papel relevante de diálogo entre trabalhadores e empresa nesse sentido.

O fato de que muitos dos desapropriados eram posseiros, sujeitos que não tinham os títulos das propriedades em que viviam, move a percepção de que estes trabalhadores exerceram pressão para não ficarem prejudicados naquele processo. Para a Cemig indenizar ela precisava dos títulos das propriedades porque tinha que justificar para a União os recursos que seriam gastos, por questões de planejamento de orçamento.

²⁷⁶ CEMIG/AMNP/CMNP. **Termo de Acordo**. Belo Horizonte, 21 fev. 1990, p. 9. Acervo: Leme Engenharia. Belo Horizonte.

Tendo este conhecimento, embora eu não tenha tido acesso a evidências que tragam essa perspectiva, pode-se inferir que os moradores que não tinham essa documentação buscaram meios de não serem prejudicados, passando a exigir do poder público municipal a regulamentação dos documentos. Ou seja, é válido refletir que foi a partir desses interesses que no Termo de Acordo se estabeleceu que a Prefeitura Municipal ficasse responsável pelo levantamento dos que eram proprietários de imóveis e não tinham os títulos e pela “legalização” da situação²⁷⁷.

Aqueles que viviam em Nova Ponte e não tinham o título de suas terras reivindicaram a regulamentação junto à Prefeitura Municipal ou contaram com a doação de lotes feita pela Igreja. Numa entrevista concedida a outra pesquisadora, o pároco da época, o padre Júnior, afirmou que: “A igreja tinha uma terra, um bairro na cidade velha, que rendeu 180 lotes na cidade nova. Nós entregamos para o povo aqueles lotes com infra-estrutura total, e a Prefeitura deu toda a mão de obra, como também tijolo e tudo o mais.”²⁷⁸. Estes lotes foram doados aos que não tinham a posse das terras. Com a doação feita pela Igreja eles foram indenizados.

Nesse sentido, observa-se que foi empreendida luta para não ficar de fora dos critérios de desapropriação da empresa. Mas, do mesmo modo, os trabalhadores não se contentaram com as possibilidades de negociação que lhes restaram, eles lidaram com essas questões de modos mais complexos. Em entrevista, perguntei ao Sr. José Custódio se ele chegou a participar de alguma reunião realizada entre a Associação e a empresa e ele expressou aquilo que o incomodou:

Juliana: Então, o senhor estava falando sobre a negociação com a Cemig, é... teve uma época que a cidade teve uma associação de moradores, né, que intermediou a negociação com a Cemig, parece que fazia reunião na igreja, o senhor chegou a participar?

Zé Custódio: Teve, teve. Cheguei, cheguei a participar, foi a que mais ajudou a parte da cidade, o padre Júnior, ajudou a cidade [...]. Então o padre Júnior era nisso aí, aquele Zé Humberto barbudo, era fazendeiro, era também. [...] Ele queria a negociação da cidade que fosse umas coisa direita, umas coisa direita. Porque as casa, mais ou menos aquele padrão que as pessoa tinha sabe, eles não quis aceitar, aí onde pegou essa parte aí. Eles destruíram a cidade e as pessoa sofreu muito aí nessa parte. Quando eles fez a primeira casa, eles trouxe o povo aqui pra ver as primeira casa, foi a do tal

²⁷⁷ Para Henri Lefebvre, a cidade sustenta relações de produção e de propriedade, além de ser o local de sua produção e também obra de grupos sociais de poder. Suas reflexões permitem compreender que na cidade a riqueza e os valores de propriedade se inscrevem e prescrevem uma ordem. Ver: LEFEBVRE, Henri. Especificidade da cidade. In: _____. **O direito a cidade**. São Paulo: Moraes, 1991, p. 45-49.

²⁷⁸ O trecho acima é de entrevista concedida pelo padre Júnior a outra pesquisadora. Ver: CREMA, Adriana Oliveira. **A cidade dos “afogados”**: a memória, a história e a luta pelo direito à cidade de Nova Ponte. 2005. 282f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005, p. 138.

do João Vagalume. Hora que nós chegou e eles inaugurou a casinha, aqui perto da cerâmica, encheu os ônibus de gente e veio ver a casinha, aí chegou lá ficou todo mundo horrorizado: “ôh gente, mais não pode, essas casinha não cabe ninguém gente!” Nós entrou na cozinha, se entrasse na cozinha e mulher tivesse em volta do fogão, ou ocê entrava pra porta da cozinha e ficava olhando, ou ocê não entrava, ou ocê não entrava! Aí o quê que aconteceu, o povo revoltou a maioria, eu revoltei, o João Natal revoltou e o chamado Paulinha.²⁷⁹

O Sr. José Custódio chamou de revolta a reação que ele e outros sujeitos tiveram, em 1992 ou em 1993, ao tomar conhecimento do tamanho das casas construídas pela Cemig, com receio²⁸⁰ dos modos de vida que poderiam ser levados nas casas pequenas. A revolta era para que eles pudessem ter um local de moradia condizente com os modos de viver que levavam até então ou, para empregar as palavras do narrador, que as casas fossem construídas nos mesmos padrões, em termos de espaço, que tinham na cidade velha, tanto do lado de cá quanto do lado de lá. Ele expressa os valores de pertencimento social, eram estes valores que para eles estavam no bojo das disputas e que geram as tensões.

Na sua narrativa, o Sr. José Custódio também menciona a participação de um fazendeiro na condução dos trabalhos da AMNP, juntamente com o padre Júnior, como os que ajudaram a cidade, exprimindo a identificação feita por ele a respeito dos sujeitos que participaram daquele processo. Sua narrativa move à reflexão a respeito das relações de poder nas quais os trabalhadores se inseriam antes, quando trabalhavam nas roças na cidade velha, vividas com os fazendeiros, mas também com as lideranças da Igreja. Seus interesses se fizeram presentes também no momento da negociação.

Embora ele tenha afirmado que participou de reuniões promovidas pela AMNP na igreja, não foi esta inserção que marcou sua atuação naquele momento de conflito, mas, sim, o seu sentimento de revolta e de horror. “*Eles destruíram a cidade e as pessoas sofreu muito aí nessa parte*”. A lembrança da destruição da cidade permanece ativa na sua memória. Contudo, não se trata dos aspectos físicos apenas, mas sim das vivências, das relações que eram estabelecidas nos seus territórios.

²⁷⁹ Sr. José Custódio de Oliveira. Entrevistado em 12/01/2012.

²⁸⁰ A pesquisa de Gisélia Maria Campos Ribeiro investigou o processo de construção da hidrelétrica Candonga, nos modos como os trabalhadores de São Sebastião do Soberbo/MG reconstróem modos de vida, expressam seus sentimentos de perda, abordando ainda as novas condições de produção e sociabilidades. Sua tese discutiu como aqueles sujeitos falam de sentimentos de perda, de suas casas, da Igreja e das antigas formas de trabalho, projetando o futuro, refletindo sobre situações vividas por eles no seu presente, contribuindo para estas reflexões. Sua pesquisa ainda trouxe o entendimento de que são as novas sensações de privações que conduzem os narradores/trabalhadores a elaborar a vida no passado como um tempo de mais facilidade, o que também foi notado nas narrativas de alguns trabalhadores por mim entrevistados. Ver: RIBEIRO, Gisélia Maria Campos. **A construção da hidrelétrica Candonga e a desconstrução de modos de vida: memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG**. 2013. 272f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

Sua narrativa ainda instiga à compreensão a respeito dos modos como se deu a participação de trabalhadores como ele nas reuniões promovidas, ou seja, no processo de transferência da cidade. Se ele desconhecia o tamanho da casa é porque não teve oportunidade nem espaço para opinar a respeito dessa tomada de decisão. Além disso, diferentemente da leitura do Sr. Zuza, para ele não houve conquistas, uma vez que sentiu seu ritmo de vida ser ameaçado.

É a partir dessa perspectiva que os trabalhadores trouxeram o protesto organizado em 1992 – aquele organizado pela AMNP e anunciado pelo Jornal Correio do Triângulo – com significados próprios referenciados nas suas culturas e, dessa forma, com sentidos diferentes daqueles apresentados pela Igreja.

Em entrevista, perguntei a Sra. Maria Aparecida se ela se recordava daquele evento e do que havia acontecido e ela interpretou por que a passeata foi organizada:

É porque tava demorando, né, a cidade e eles estavam negociando com o pessoal e as casas era muito pequena, as casas que eles fazia. Pois é, muito bem feita as casa, mas era muito pequena [...]. Aí tinha essa passeata lá, tinha a comissão dos moradores, um negócio assim, tinha o padre Júnior, o padre Júnior fez essas passeata mesmo, eu lembro.

Juliana: Então foi por causa da demora?

Maria Aparecida: É a demora e também essas casa era muito pequena, era assim, nossa... acostumado com cozinha grande, quarto grande e as cozinha das casa da Cemig era muito pequeninha, aí foi.²⁸¹

Embora a narradora não cite nomes, o “eles” a quem ela se refere pode ser tanto os funcionários da Cemig, imbuídos dos trâmites da desapropriação, quanto os membros da AMNP que ficaram responsáveis por distribuir os lotes na nova cidade, que dialogaram diretamente com a empresa naquele momento.

Entretanto, não é da negociação com “eles” que ela fala. A Sra. Maria Aparecida se refere ao “nós”²⁸², a padrões e experiências compartilhados por sujeitos que, assim como ela, viram no tamanho da casa o problema maior, afinal eles eram “*acostumado com cozinha grande, quarto grande e as cozinha das casa da Cemig era muito pequeninha*”. Portanto, para além da ideia da demora na construção das casas na nova cidade, e do padre aparecer na memória dela como o organizador da passeata, a Sra. Maria Aparecida focaliza outros elementos que indicam os modos como ela vivenciou a saída da cidade de baixo.

²⁸¹ **Sra. Maria Aparecida de Oliveira.** Entrevistada em 07/07/2012.

²⁸² Hoggart estuda os modos como as classes proletárias concebem o mundo dividido em o Nós, os membros do grupo, e o Eles, os que estão de fora, e as maneiras como essas atitudes são manifestadas. Ver: HOGGART, Richard. “Nós” e “Eles”. In: _____. **As utilizações da cultura:** aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 87-122.

Ela e sua família, como outros sujeitos, viviam em casas e terrenos grandes e o tamanho padrão²⁸³ que era proposto (ou imposto?) contrariava ritmos de vida que se levava até então²⁸⁴. Para sujeitos como a Sra. Maria Aparecida, reduzir o tamanho da casa significava um retrocesso nos padrões de vida, uma vez que a experiência dela até então era de viver em casa grande, principalmente com a cozinha grande. Para ela, a casa não servia apenas de dormitório, mas estava articulada às suas culturas, costumes, portanto, era um espaço de receber pessoas, ou abrigar uma família numerosa, podia ser lugar de trabalho e de sociabilidades. O tamanho das casas não condizia com as expectativas dos trabalhadores de um modo geral.

É nesse sentido que o Sr. José Custódio narrou que resistiu no momento da negociação, tendo inclusive lutado pessoalmente, sem o intermédio da AMNP. No trecho de entrevista abaixo ele trouxe um pouco das conversas que teve com os funcionários da Cemig. Quando lhe perguntei como foi a mudança da cidade, ele e sua esposa responderam:

Sr. José Custódio: Quando foi a negociação das casas eu subi no tamanco!

Juliana: Por quê?

Sr. José Custódio: Porque a negociação das casas, aí veio as casinhas pequeninha, não tinha nem condição, eu falei assim “gente como eu vou por meus filhos dentro de casa? Meus caquinho de trem vai ficar no terreiro!”

Sra. Maria Aparecida: Era só dois quartos, né bem, cozinha aquelas pequeninhas.

Sr. José Custódio: Ou se não, eu vou pôr os meus trem aqui dentro e nós vai ficar de fora! A cozinha era um banheiro, era não, é, tem muitas dessas aí. Eu falei assim, “Isso aí eu não quero não”. “É, mas você já negociou”, “Negocie nada. Eu negocie, mas vocês não vai fazer”, “mas nós vai, você já entregou a escritura”. Eu peguei eu falei assim, “eu entreguei a cópia, aqui a escritura dela aqui, a casa é minha”, “mas não tem problema nós vai fazer”. Aí eu falei assim, “põe uma lona aí de baixo do mato que eu vou pra debaixo dela, mas daqui eu não saio, nós... vai fechar as comporta eu quero ver se vocês vai jogar água em riba de mim, dos meus filhos!”

Sra. Maria Aparecida: E eles ficou castigando até que eles resolveu.

Sr. José Custódio: E eles castigou! Aí ficou eu, o Sô Nego e o Mané, por último. [...]

²⁸³ O Termo do Acordo menciona que foram oferecidos vários modelos de casas como opção de escolha para aqueles que preferissem permutar suas casas com a Cemig, mas não tive acesso às plantas dessas casas.

²⁸⁴ A dissertação de Jiani Langaro trata das muitas memórias em disputa no Oeste do Paraná, no município de Santa Helena, problematizando a memória pública local e a memória dos trabalhadores. Sua pesquisa trouxe outros modos como os sujeitos trazem memórias a respeito da construção do reservatório de Itaipu, quando buscam compreender mudanças nos seus modos de viver e que contribuem para as reflexões presentes nesta tese. Ver: LANGARO, Jiani Fernando. **Para além de pioneiros e forasteiros:** outras histórias do Oeste do Paraná. 2006. 277f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

Sra. Maria Aparecida: Aí ficou nós lá, aí o mato começou a crescer, e só nós lá, sozinho, só nós lá no meio, naquele trem esquisito e povo vindo tudo pra cá e nós lá.²⁸⁵

Nessa narrativa se nota um embate travado diretamente com a Cemig; os mediadores, a AMNP, não aparecem. O motivo do desentendimento está no tamanho da casa que seria construída e que carrega consigo sentidos e significados presentes nos modos de viver que sujeitos como o Sr. José Custódio e a Sra. Maria Aparecida levavam na cidade.

Eles ainda se sentem inconformados e revoltados com aquele processo. Esses sentimentos são acionados na memória sobre aquele tempo passado, início dos anos 1990, antes da transferência da cidade. E os valores de pertencimento, da família e do trabalho, compartilhados por eles que são membros das classes trabalhadoras ainda permanecem no tempo presente, significando as fissuras presentes no processo vivido.

A preocupação dos narradores era com espaço para os filhos, além dos móveis e utensílios que possuíam. Cozinhas pequenas e apenas dois quartos não atendiam as expectativas, contrariavam hábitos e era a grande reclamação. A casa que recusavam contrariava a dimensão cultural de espaço que eles traziam e este é o ponto central da resistência desses trabalhadores, ou seja, suas lutas eram tanto material como também acerca de valores²⁸⁶. Significava não abrir mão de liberdade, de privacidade, de espaço para manterem suas práticas, muitas delas atreladas à vida levada no campo.

Por este motivo a permuta com a Cemig foi motivo de briga e também a razão que os levou a serem os últimos a deixar a cidade de “lá”, para utilizar a expressão da Sra. Maria Aparecida. Quando todos estavam indo para a cidade de “cá”, a cidade de “lá” ficou “*um trem esquisito*” e essa é a memória construída pela narradora a partir do presente, situada na cidade de “cá”. Portanto, é nessa tensão que esses sujeitos viram o processo de expropriação, ou seja, a vinda de “lá” para “cá”. Interessante notar que na narrativa deles não emergem os termos cidade velha e nova, nem cidade de baixo e de cima, mas as expressões lá e cá. Lá e cá designam a cidade na qual viviam antes da transferência e aquela que foi construída.

²⁸⁵ **Sr. José Custódio de Oliveira e Sra. Maria Aparecida de Oliveira.** Entrevistados em 14/01/2012.

²⁸⁶ Quando E. P. Thompson analisou o processo histórico de formação da classe operária inglesa, buscando compreender os modos como os trabalhadores perceberam as mudanças ocorridas na exploração capitalista, afirmou que as maneiras como os trabalhadores sentem as injustiças é um fato que merece nossa atenção. Thompson destacou que muitos conflitos nos quais os trabalhadores se envolveram giravam em torno de alguns valores, tais como, costumes tradicionais, “justiça”, “independência”, segurança ou economia familiar e não pela simples questão do “pão com manteiga”. Em outro texto conhecido, ao problematizar o termo experiência, afirmou ainda que toda contradição é um conflito de valor “*toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores*”. Essas reflexões contribuem para esta pesquisa. Ver: THOMPSON, E. P. Exploração. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 27. E ainda THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 189-190.

Na narrativa da Sra. Maria Páscoa emergiram outras dimensões daquele processo. Ela também contou a respeito do contato direto que teve com funcionários da Cemig. Quando perguntei como ela negociou com a empresa ela disse:

Uai, eu fui lá a primeira vez tava muito barato né, porque a Cemig tava indenizando, onde tinha casa, você recebia mais, né, aí, se fosse vender. Agora se fosse também, eles tava dando dois lote pra quem tinha a casa grande e se tivesse outra casa também. Então, você tinha direito no lote da casa e tinha direito em outro lote também, de dois, dois lote. Aí então a Cemig tava construindo, se ocê quisesse ela construía. Mas aí o doutor, [inaudível], pegou e falou pra mim assim que não era pra mode eu deixar a Cemig fazer a casa é porque a Cemig tava fazendo umas casa que não tava cabendo as cozinheira na cozinha. Ele falou assim, se a casa tivesse três quarto, eles só fazia dois, se ela tivesse quatro eles fazia três e tudo pequeno, que as casa que a Cemig fez é algumas que tem espaço, a maioria nunca teve. Aí eu obedeci o que ele falou, ele falou “se a senhora quiser uma casinha mais ou menos a senhora mesmo vai ter que construir porque se a senhora deixar pra Cemig, eu tô falando isso porque eu tenho dó da senhora. Uai, eles vai fazer uma casinha que não compensa e vai ficar com o resto tudo pra eles”, ele me avisou.²⁸⁷

A Sra. Maria Páscoa trouxe uma percepção diferente em relação às negociações. Ela mencionou a orientação e os cuidados oferecidos por um funcionário da própria Cemig. Para esta trabalhadora, a indenização se deu sem percalços. Se por um lado a versão dominante centraliza a atuação da AMNP nas negociações, por outro lado, sua memória apresenta a negociação direta com os agentes da empresa. Sua narrativa ainda reforça a compreensão a respeito das maneiras como a preocupação com o tamanho das casas foi um elemento que definiu os rumos da desapropriação, ou seja, as formas como se deu o processo de ter que deixar a cidade de baixo.

A indignação com o tamanho das cozinhas das casas construídas pela Cemig, mencionada pelo Sr. José Custódio e pela Sra. Maria Aparecida, também compõe a percepção construída pela Sra. Maria Páscoa. A insatisfação em se viver numa casa com cozinha pequena, para mulheres acostumadas a cozinhar diariamente – algumas vezes em fogão à lenha, o que exigia espaço – marcaram a sua resistência aos padrões que a empresa tentava impor. Sua narrativa possibilita compreender que esperar o melhor momento para negociar e lutar contra o padrão proposto pela empresa para a construção das moradias foram estratégias desenvolvidas dentro do campo de possibilidades que se tinha, bem como a opção por se mudar da cidade.

²⁸⁷ Sra. Maria Páscoa de Jesus. Entrevistada em 20/04/2013.

Durante o diálogo construído com o Sr. José Custódio ele mencionou que seu pai não quis morar em Nova Ponte quando os lotes estavam sendo redistribuídos na área de construção da nova cidade. O enredo da sua narrativa permite compreender maneiras como aquele tempo foi vivenciado, aquilo que os trabalhadores atribuíam importância. Perguntei-lhe sobre quais eram os motivos pelos quais seu pai não quis ficar em Nova Ponte e ele disse:

Porque, ele falou, por causa... nossa casa, lá embaixo onde era nossa casa, num era bem uma casa, era tipo uma chácara e ocê precisava de vê, que quintal ele tinha! Sabe, era uma chácara, era, cabia, do outro lado de baixo, cabia umas quatro casa, do outro lado cabia mais umas quatro ou cinco, assim oh, assim oh. [...] Aí ele pegou e não quis ficar aqui, e foi pra Santa Juliana, quando fez, não sei se foi quatro, não sei se foi quatro ou cinco mês, eu sei que não foi muito tempo não, ele adoeceu e faleceu.²⁸⁸

Essa foi a maneira como aquele sujeito se comportou naquele tempo de conflitos, negando-se a mudar para a nova cidade, rejeitando possíveis alterações nos seus modos de viver. O desfecho que eles contam, e que emerge na memória de muitos e não apenas do Sr. José Custódio, foi a morte, o desfalecimento devido ao desgosto.

A cidade daquele momento emerge nas lembranças do narrador na expressão “lá embaixo”. O terreno em que eles viviam era grande, com característica de chácara. Naquelas casas com grandes quintais se levava uma vida com características de autossustentação vinda com o cultivo de hortaliças e da criação de animais para o abate. Era o receio de perder padrões de vida já estabelecidos como estes que permitia estratégias de sobrevivência, sobretudo entre os “mais pobres”, que levou o pai do Sr. José Custódio a resistir à mudança que para ele significou incerteza. A alternativa encontrada parecia ser mudar para uma cidade conhecida, onde se esperava poder dar continuidade ao ritmo de vida levado até então.

No diálogo produzido com a Sra. Maria Aparecida, ela esclareceu melhor sobre os motivos que fizeram o Sr. Joaquim Vieira, pai do Sr. José Custódio, mudar-se de Nova Ponte. Quando perguntei a ela por que o seu sogro não quis ir para a nova cidade ela narrou:

Meu sogro era muito, como eu te falo assim, é daqueles antigo, bem antigo mesmo, sério, não gostava muito de bagunça e eles achava que a cidade nova ia ser muito bagunçada, como foi no início né, que era muito peão trabalhando, muita gente diferente na cidade. E o meu sogro praticamente ele tinha uma chácara na cidade velha, quintal com o terreno grandão, aí ia mudar pra cá o terreno já era mais pequeno. Então, eles tinham uma coisa assim, “lá na cidade nova vai morar um vizinho colado na parede do outro, se um falar de um lado o outro escuta do outro” e o meu sogro não gostava, sabe, ele era muito sério mesmo. Todo mundo conhecia ele na cidade, Joaquim Vieira, ele gostava de usar sempre roupa branca, bem larga as

²⁸⁸ Sr. José Custódio de Oliveira. Entrevistado em 12/01/2012.

calças dele, aquelas camisa assim, abotoado, sabe, bem larga. Ele era muito sistemático.

Juliana: Ele mudou pra uma roça?

Sra. Maria Aparecida: Não, ele mudou pra Santa Juliana. Santa Juliana que é uma cidadezinha bem antiga que até hoje tem muitos costume de cidade antiga, aí ele mudou pra lá²⁸⁹.

O receio dos sujeitos antigos, como se referiu a Sra. Maria Aparecida, era o de perder a privacidade. Sair de uma cidade em que os terrenos eram maiores²⁹⁰, portanto de onde havia certa distância entre a casa de um vizinho e de outro, para uma cidade em que se teria um vizinho “*colado na parede do outro*” não agradava sujeitos como o Sr. Joaquim Vieira. Ele era um dos que não foram convencidos naquele processo. Esses sujeitos, considerados pela narradora como sistemáticos, temiam bagunça na nova cidade – cidade que tinha a promessa do “progresso”, ou seja, do crescimento – optaram por uma cidade como Santa Juliana, vista como de costumes antigos.

A opção por se mudar de Nova Ponte e por não levar a vida na nova cidade não foi exclusiva do Sr. Joaquim Vieira. Em outro trecho da narrativa da Sra. Maria Aparecida, ela mencionou que um vizinho optou por se mudar para Uberaba. Já o Sr. Zuza pensou em ir para Uberlândia, sem confiança na nova cidade. Ele narrava a respeito da alocação dos terrenos na nova cidade quando fez referência a sua vontade de se mudar, acreditando que a cidade não iria “prestar” e eu perguntei:

Juliana: Porque o senhor achou que essa cidade não iria prestar?

Sr. Zuza: Ah, eu achei que essa cidade aqui num ia prestar, eu tava desanimado, eu gosto demais de Uberlândia, pensei, ‘ah vou embora pra Uberlândia’, mas graças a Deus deu tudo certo.²⁹¹

A preocupação com relação às mudanças que se processavam na cidade tem relação com as práticas que os trabalhadores não desejavam que fossem apagadas. Neste sentido, suas relações de trabalho, os costumes, os valores que iam imprimindo nos seus territórios, as práticas de sociabilidades, as práticas estabelecidas com e a partir do rio, compõem experiências a partir das quais a cidade era significada.

Sua narrativa evidencia o seu sentimento de receio em permanecer na cidade. O argumento central era de que ele gosta de Uberlândia e aproveitaria a oportunidade para se

²⁸⁹ **Sra. Maria Aparecida de Oliveira.** Entrevistada em 07/07/2012

²⁹⁰ Nos próprios documentos da Cemig há registro da diminuição significativa no tamanho dos lotes na nova cidade. No Monitoramento Socioambiental Urbano, há informação de que no Bairro São Sebastião, por exemplo, a área média dos lotes passou de 807,02 m² para 386,41 m² e no Bairro São João de 1.110, 65 m² para 370, 20 m². Ver: CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte** - Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, nov. 1993. Acervo: Leme Engenharia.

²⁹¹ **Sr. Jesus José Ferreira.** Entrevistado em 05/09/2010.

mudar. Mas, quando retornei a casa dele e pedi para que ele explicasse melhor porque achava que Nova Ponte “não ia prestar”, o Sr. Zuza destacou o receio em relação ao crescimento vultoso da cidade. Para este sujeito, “subir” para a nova cidade significou cogitar a possibilidade de se mudar dali.

Num campo diverso de embates houve aqueles que, de um modo ou de outro, tentaram resistir²⁹² ao que parecia ameaçar vivências instituídas, e os diferentes registros feitos sobre este processo evidenciam que a resistência pode assumir diversas expressões. Essa situação marca as maneiras como alguns sujeitos tiveram que sair da cidade de baixo e se mudar para a cidade de cima. Saíram contrariados, desejosos de permanecer, receosos com o que estaria por vir com a mudança²⁹³.

Contudo, nem todos optaram ou puderam se mudar de Nova Ponte, assim como muitos não conseguiram resistir ao padrão das casas imposto. Há que se ressaltar que, como diz o Sr. José Custódio, há muitas dessas casas na cidade. A própria Cemig chegou a divulgar que esta seria a opção da maioria:

Cerca de 300 famílias já acertaram com a Cemig para receber uma nova moradia ou mesmo optando por ser indenizada em dinheiro, ficando nesse caso, a critério do morador, construir a sua casa na cidade. A maioria, entretanto, tem optado pelo sistema de troca.²⁹⁴

A ideia de que a maioria dos moradores teria optado pelo sistema de troca, ou seja, a permuta, em que a Cemig construiria as casas de acordo com padrões pré-estabelecidos, foi divulgada num veículo de comunicação oficial da empresa. Esta pode ser entendida como uma forma de tentar amenizar as contestações de sujeitos que resistiram aos modelos propostos pela empresa.

Os trabalhadores que decidiram permanecer na cidade, bem como aqueles que não tiveram outra opção que não fosse esta, foram inseridos no novo mapa da cidade a partir dos critérios de distribuição de lotes adotados pela AMNP.

²⁹² É tênue a linha que discerne resistência de acomodação ou, mais precisamente, domínio e subordinação não são dicotômicos quando a base para a reflexão são as culturas. Hall discute resistência e superação, recusa e capitulação, trazendo para o debate uma noção de cultura como um campo permanente de batalha. Sobre tudo, contribui para compreender que a resistência nem sempre se dá de modo direto. Ver: HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 239.

²⁹³ O trabalho de Lídia Marcelino Rebolças trata dos projetos de reassentamentos conduzidos pela CESP no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, e das formas como sujeitos que levavam a vida nas proximidades do rio, mas também lidando com trabalho nas roças, perceberam e muitas vezes rejeitaram as casas para onde tiveram que se mudar. Ver REBOLÇAS, Lídia Marcelino. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

²⁹⁴ CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. **Usina de Nova Ponte**. Cemig Informa, n. 1, 14 jul. 1992. Belo Horizonte, 1992. Acervo: Memória Cemig (Biblioteca da empresa).

Em entrevista produzida com o Sr. Leonel, ex-presidente da AMNP, quando comentei que há certa correspondência de uma cidade com a outra, pedindo que ele me explicasse como se deu a escolha do lugar onde cada pessoa moraria, ele frisou:

Nós fizemos assim, foi um trabalho que nós gastamos assim, muitas reuniões, foram noites e noites sem dormir, sabe, onde todos os membros da direção, da Associação, dedicou, sabe. Então nós fizemos assim, primeiro ponto, na cidade velha ela tinha um traçado totalmente desuniforme e a cidade nova ela tem um traçado uniforme ela tem assim quadras definidas com vinte lotes, ruas somente assim e assim [explica com numa folha de papel], então a gente não tinha assim, um afinilamento. Então nós fizemos as reuniões baseados em que? Primeiro, determinamos, nós pegamos um mapa da cidade velha, pegamos o traçado dela, ela tinha uma avenida que é assim, uma entrada e uma saída, as casas construídas aqui, as ruas assim, tinha as ruas assim, mas que essa avenida aqui era a principal, nós tínhamos no eixo aqui, a praça central, certo? Qual critério nós adotamos? Primeiro: quem mora na avenida principal, continua na avenida principal, quem mora de frente pro sol, continua de frente pro sol. Por quê? Porque é um critério de posicionamento em relação ao sol. Então nós fizemos assim, o posicionamento do sol. Agora, o que estava nas ruas secundárias, qual foi o critério adotado? A posição do sol e uma aproximação da distância com a praça central.²⁹⁵

Essa narrativa é memória das maneiras como a AMNP organizou a distribuição dos lotes. O ex-presidente da Associação narrou a partir do presente e, nessa perspectiva, preocupou-se em frisar que aconteceram reuniões com a população e que alguns critérios foram definidos para facilitar os trabalhos deles, mas também para serem utilizados com todos os proprietários de imóveis, ressaltando que não houve distinção entre eles. Nesse sentido, teriam sido adotados critérios como o posicionamento das casas em relação ao sol, à avenida principal e à praça.

Como os direitos de morar no Centro foram elaborados? No formato da divisão social e territorial de classes, a tendência que parece ter prevalecido foi a de privilegiar quem já morava na região central, nas proximidades da Igreja São Miguel. Sabe-se, informalmente, que alguns sujeitos de influência na cidade foram contemplados com lotes na região central. Portanto, o direito à casa e à moradia foi estabelecido de acordo com modos distintos do viver das classes. Afinal, morar na avenida principal ou próximo a praça era sinal de status. Aqueles que ocupavam essa posição, não a queriam perder. São interesses como esses que estiveram por trás da definição de critérios para a distribuição dos lotes.

As narrativas dos trabalhadores são evidências de que nem todos ficaram no lugar que esperavam e o Sr. Zuza foi um deles, trazendo fissuras do processo. Quando lhe perguntei

²⁹⁵ Sr. Leonel Brizola Pontes. Entrevistado em 22/08/2011.

sobre qual era a opção que ele tinha feito junto a Cemig para construir sua casa na nova cidade, quando as indenizações estavam sendo negociadas, comentando que ele mora atualmente na rua principal, ele me respondeu:

É, eu era na rua principal lá em baixo, né. Eu fiquei mais ou menos na minha colocação. Eu até sai mal, porque eu tava pensando em ir embora pra Uberlândia na época. Eu achei que essa cidade aqui não ia prestar. O meu terreno, se eu brigo, era para ser esse da esquina aqui, era o meu terreno. Mas, aí eu num briguei com ninguém, deixei a vontade. Depois quando eu resolvi ficar já tive que sujeitar aqui mesmo.²⁹⁶

Na sua narrativa, emergem os modos como ele significa o tempo, fazendo uso da expressão “lá em baixo” para demarcar o tempo do antes. Ele aponta que a distribuição dos lotes, deixada a cargo da Associação de Moradores, não se deu de maneira tranquila. Afirma que não ficou exatamente no terreno que era para ser o seu e depois, quando decidiu permanecer na cidade, não teve outra escolha, mas optou por permanecer onde está agora. Sua casa se localiza na avenida principal, mas não em baixo, como ele diz, como era para ser.

O tempo de mudança emerge na narrativa dele a partir das maneiras como se deu a escolha do seu local de moradia. O narrador está avaliando as concepções de cidade vindas dos planejadores, a cidade do lago e do turismo, era com essa perspectiva que ele estava dialogando.

A construção dos prédios públicos não foi negociada com os moradores, mas com a Prefeitura Municipal, com os trabalhadores só se negociou a moradia. Na cidade planejada, a localização dos edifícios, os traçados da cidade exprimem mais as concepções técnicas vindas a partir da Cemig do que da participação dos trabalhadores. É essa cidade do plano, a cidade nova, e as diferentes maneiras como os trabalhadores se reconhecem nela, que será problematizada no próximo capítulo.

²⁹⁶ Sr. Jesus José Ferreira. Entrevistado em 05/09/2010.

CAPÍTULO 5

A CIDADE NOVA E AS MEMÓRIAS DOS TRABALHADORES: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS

A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas.

*Henry Lefebvre*²⁹⁷

Vimos que para os trabalhadores a expectativa de mudança para a nova cidade girava em torno do receio quanto aos modos como poderiam dar continuidade aos seus viveres naquele tempo de desapropriação, o momento de “atravessar” para a nova cidade, ou de “subir”, para utilizar expressão dos próprios trabalhadores.

Contudo, este atravessar agora não mais dizia respeito a ir de um lado para o outro da cidade e sim de ir para a nova cidade, ou seja, a cidade de cima. E essa cidade de cima, uma cidade que foi planejada, é para eles a cidade nova, a cidade “estruturada”, “arrumadinha”.

Neste capítulo reflito sobre os suportes de um tempo de mudanças e de permanências, considerando que as evidências deste processo estão tanto na vida social quanto na arquitetura da cidade. Busco compreender em quais referentes os trabalhadores se reconhecem.

Essa nova cidade foi planejada, ainda assim, não se trata de um projeto imposto sem contestações. Ao mesmo tempo em que essa cidade foi projetada, ela também foi mediada, disputada nos processos de negociação. Nesse sentido, algumas igrejas foram construídas e inseridas nesse novo plano e outras não. Os trabalhadores narram mudanças nas festas das quais participavam antes. Suas memórias exprimem um movimento daquilo que permaneceu e daquilo que foi modificado nas suas culturas, trazendo a sua percepção sobre seus viveres nessa cidade nova.

Nessa cidade arrumada²⁹⁸, em que o lago, as igrejas, praças e instituições têm visibilidade é que os trabalhadores dão continuidade às suas vidas e lidam com mudanças e permanências. Como o “tecido urbano”²⁹⁹, vivido e lembrado pelos sujeitos, foi modificado?

²⁹⁷ LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. In: _____. **O direito a cidade**. São Paulo: Moraes, 1991, p. 47.

²⁹⁸ “*Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços ‘bem sucedidos’, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade?*”. Ver: LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. In: _____. **O direito a cidade**. São Paulo: Moraes, 1991, p. 108.

²⁹⁹ Para Henry Lefebvre o tecido urbano é o suporte de um modo de viver. Ver: Ibidem, p. 11.

Ou seja, como eles notam e significam as transformações nas suas culturas, nos seus modos de viver?

Quando perguntei ao Sr. Amador se na nova cidade seus vizinhos foram mudados ou se permaneceram os mesmos, nas duas entrevistas, produzidas em diferentes momentos, ele narrou o seguinte:

Os meus quase não mudou, os de pertinho mesmo não mudou não. Nós viemos tudo pra um lugar só, né. Igual aquele armazém ali era do mesmo tipo que era lá em casa, ele era pra baixo e eu pra cima, agora aqui eu fiquei mais pra baixo e ele mais pra cima, né. Então o vizinho de baixo era o mesmo, mas de baixo é também, né. Então, mudou pouca coisa.³⁰⁰

Não, num mudou não. Mudou assim, igual lá da esquina de cima lá, num era nosso lado, né. Tem umas pessoa aí por perto que num era do lado de lá. Aquelas casa dali aumentou, né. Mas, aí num estranhou sobre vizinho não, ficou é mais sartiado assim, óh... os parente né, mais esparramado. Porque nós é 12 irmão, tem 7 aqui e 5 no Uberlândia, então tem irmão até pra riba da cidade.³⁰¹

O narrador, ao procurar refletir sobre a questão que me instigava saber dele, trouxe uma percepção nova em relação à cidade. No seu entendimento, na cidade nova todos foram para um lugar só, ou seja, não há mais um lado de cá e de lá. E, embora ele expresse que houve poucas mudanças, dizendo que a maioria dos vizinhos permaneceu os mesmos, ele não deixa de identificar que tanto vizinhos quanto parentes ficaram esparramados pela cidade.

É, nesse sentido, a partir dessas relações familiares que um novo modo de se localizar na cidade se articula. O irmão que ele diz morar “para cima”, deve residir mais próximo da entrada da cidade, porque é comum entre os moradores a identificação do local onde o Sr. Amador vive como sendo “lá em baixo”. Ele mora na direção da Igreja São Sebastião, o lugar mais próximo do lago.

Nem todos tiveram o entendimento de que na cidade os vizinhos ficaram mais “esparramados”. Para a Sra. Adelina, que como o Sr. Amador morava no lado de lá do rio, na cidade velha, o povo ficou mais reunido na cidade que foi construída: *“Estou gostando demais daqui. O povo ficou mais reunido, lá era mais dividido. Principalmente para nós do lado de lá, ficou tudo mais fácil: correio, banco. Lá tinha mais dificuldade, tinha que atravessar. Agora está tudo mais perto, mais fácil”*³⁰². Na sua narrativa, não apenas as pessoas ficaram mais próximas, mas, sobretudo, a organização da vida ficou facilitada.

³⁰⁰ Sr. Amador Bernardes Fernandes. Entrevistado em 19/06/2009.

³⁰¹ Sr. Amador Bernardes Fernandes. Entrevistado em 19/08/2011.

³⁰² COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. *Memória Histórica de Nova Ponte*. Belo Horizonte: CEMIG, 1997, p. 143. Entrevistada: Sra. Adelina Fernandes da Silva.

O entendimento de que a vida ficou mais fácil emerge no sentido do acesso a alguns estabelecimentos e serviços aos quais na cidade velha só se tinha pelo “atravessar” de um lado para o outro. Esse elemento foi ressaltado como um aspecto positivo da mudança, sendo os sentidos emergentes³⁰³ que se configuram nessa nova cidade.

Antes que todos fossem para um lugar só, como diz o Sr. Amador, a relação com a vizinhança, em cada lado da cidade, era uma prática que compunha a vida. Nesse sentido, na memória da Sra. Ronalda isso foi uma das reivindicações dos moradores quando a cidade estava sendo “negociada”. Para ela, “*uma coisa que a gente pediu muito foi isso, recolocar cada um no seu lugar, colocar, por exemplo, o meu vizinho do lado, a convivência já de muitos anos. E eles respeitaram*”³⁰⁴. Nesse sentido, esse é um aspecto que a fez compreender que no processo de negociações houve conquistas.

O Sr. Amador compartilha dessa opinião. Quando perguntei se ele teria escolhido o lugar onde sua casa seria construída, ele narrou o seguinte: “*É, quer dizer que, o lugar é a Cemig mesmo que escolhe, né. Que nós morava na principal lá, né, do lado de lá. Então, nós tinha que ter preferência na avenida aqui né, então nós veio morar cá no fim, né.*”³⁰⁵. Na sua compreensão foi a empresa que escolheu o local onde cada morador teria seu terreno, e não a Associação de Moradores, como o Sr. Leonel, ex-presidente da associação havia mencionado. O Sr. Amador expressou que ficou no local em que deveria ficar, de acordo com o lugar em que vivia na cidade de lá.

A Sra. Maria Aparecida, diferentemente da Sra. Ronalda e do Sr. Amador, narrou que seus vizinhos não são mais os mesmos, trazendo outros sentidos para a “relocação” e os modos como percebeu a cidade planejada. Quando lhe perguntei o que mais mudou na cidade ela disse:

Eu acho que mudou muito aqui foi isso, porque na cidade velha, minhas vizinha, eu sempre ia na casa delas, sabe, tinha umas mais velhas assim, a gente chegava até a amolar porque a gente ia quase todo dia [risos], quase todos os dia na casa das vizinha. Mas era bão, a gente conversava um tempão, agora aqui não. Inclusive as minha vizinha que era lá da cidade velha, hoje mora em outros lugar, sabe, não ficou perto. Porque igual o Zé já comentou, o nosso terreno era lá em baixo, aí, não deu certo, a gente ficou com o terreno que era do meu sogro, que é esse aqui.³⁰⁶

³⁰³ O entendimento do emergente enquanto novos significados e valores, novas práticas e relações que são continuamente criadas no processo cultural são contribuições que Williams trouxe para o debate e que importam para as reflexões nesta tese. Ver: WILLIAMS, Raymond. Dominante, residual e emergente. In: _____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 126.

³⁰⁴ Sra. Ronalda Pontes Rezende. Entrevistada em 26/07/2011.

³⁰⁵ Sr. Amador Bernardes Ferreira. Entrevistado em 19/06/2009.

³⁰⁶ Sra. Maria Aparecida de Oliveira. Entrevistada em 07/07/2012.

No processo de construção dessa outra cidade, considerando os modos como cada lote foi distribuído, ponderando, inclusive, as trocas de terrenos espontâneas realizadas entre os próprios moradores, alguns mudaram de seus bairros, tendo, portanto, sua vizinhança alterada, como foi o caso da Sra. Maria Aparecida. Partiu dela e do seu esposo o desejo de construir a casa na nova cidade em outro terreno, que originalmente não era para ser o deles, mas sim o do sogro dela que desistiu de morar em Nova Ponte.

Independentemente dos motivos, a transferência da cidade provocou mudanças nas relações de vizinhança. Isso significou que práticas do dia a dia, como ir até a casa dos vizinhos para conversar, fossem alteradas ou deixassem de existir. Esses são os modos de viver sentidos pelos trabalhadores como o que mudou em relação às vivências que se tinha na cidade velha.

Esse contato com a vizinhança se destaca nas narrativas, como se pode problematizar, inclusive, por meio dos registros da própria empresa: “*O povo pergunta assim: – ‘Sabe onde mora fulano?’ – ‘Não sei, não.’ A Nova Ponte era pequena, agora não dá mais para saber onde fica tudo.*”³⁰⁷. A percepção de que a cidade não é mais a mesma emerge na constatação de que não se sabe mais onde seus conhecidos moram, diferentemente do que se vivia na cidade velha, e de que a cidade não é mais tão pequena.

A referência à cidade pequena, também está na elaboração construída pelo Sr. Manoel. Quando ele me contava que ter mudado para uma nova cidade foi bom, perguntei o que ele considera como sendo bom e ele afirmou:

Pra cidade aí melhorou muito, isso aí. Infelizmente, a gente... saudade da cidade lá. Porque, da moda do ditado, as amizades que a gente tinha, não é que não continua não, continua, mas não é tão aconchegante como era antigamente lá embaixo. Sabe por que? Porque lá a cidade era pequena, então todo dia a gente estava em contato com as pessoa. E hoje em dia aqui a gente mudou, não é tão grande aqui, mas mudou a distância. Tem vez que a gente encontra alguém aqui que “oh rapaz, mas você mudou de Nova Ponte?”. Você entendeu como que é a diferença? “Cê mudou de Nova Ponte? Não, rapaz, quanto tempo que não te vejo!”. Não adianta, lá embaixo é mais pequeno. Não é que aqui é ..., é pequeno também, mas...

Juliana: Mas é bem maior, né!”

Sr. Manoel: Cresceu bem mais, né! Quer dizer, então a gente não tem aquele contato, né. A pracinha, lá era só uma. Todo dia a gente estava lá naquela pracinha.³⁰⁸

Os termos “cidade de lá” e “lá embaixo” foram empregados pelo narrador para se referir à cidade onde viveu antes do projeto de intervenção da hidrelétrica, neste sentido, esta

³⁰⁷ COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória Histórica de Nova Ponte**. Belo Horizonte: CEMIG, 1997, p. 143. Entrevistado: Sr. Sebastião Fagundes.

³⁰⁸ **Sr. Manoel Benedito Inês**. Entrevistado em 14/01/2012.

é também uma maneira dele se localizar no tempo. O Sr. Manoel não questiona as melhoras na cidade, contudo, não é este o foco da sua narrativa. Embora ele mencione melhorias, ele traz os elementos contraditórios quando destaca seu entendimento a respeito da falta de “aconchego” que, na sua percepção, deu-se com relação ao contato que se tinha com as pessoas. Na sua interpretação, a cidade do presente é marcada pela impessoalidade. É a partir desses referenciais que ele nota a “distância”. Embora o narrador tenha noção de que a cidade não é classificada como uma grande cidade, ele entende que as pessoas ficaram mais distantes umas das outras. Nessa perspectiva, a distância não é física, mas de relacionamentos, do costume de dedicar tempo a ver e a conversar com outros moradores da cidade.

Na cidade de lá, esse contato se dava, sobretudo, na Praça São Miguel, ou na pracinha, como disse o Sr. Manoel, única praça da cidade:

Juliana: Qual pracinha que o senhor ia?

Sr. Manoel: A praça São Miguel. Sempre a gente tava lá, né. Porque tinha o jardim, lá perto da Igreja. Porque tinha a Igreja e a praça. Na praça ali sempre tinha o bar do Zé Rochinha, um bar que a gente frequentava demais da conta. Todo dia a gente tava ali, né. Tinha o bar lá do Nereston. Agora hoje em dia a gente nem frequenta isso aí. Como se diz o ditado, o Nereston tem o Xanus, é deles, tinha o bar dele lá que era frequentado demais. A gente... quase nem vou lá. Pra te falar a verdade, pode contar as vezes que eu já tive lá. Tem o bar do Zé Rochinha, que é ao lado da Câmara Municipal ali, tem um bar de cá ali, é do Zé Rochinha, era ali. Aquele era o bar que a gente todo dia tava nele. Então a gente não vai mais, quer dizer, mudou!³⁰⁹

A praça, a Igreja Matriz São Miguel e os bares foram os espaços lembrados a partir das relações de convivência social que se constituíam. Os bares foram trazidos pelos nomes dos seus proprietários, o que indica sociabilidade, relação de confiança e de conhecimento do outro. A frequência nesses espaços, para sujeitos como o Sr. Manoel, deixou de existir nessa cidade planejada.

Essa também é a percepção do Sr. Zuza. Quando perguntei o que mais mudou no ritmo de vida levado na nova cidade, ele disse:

Ah, mudou demais né. Nova Ponte hoje é outra cidade, tem muita gente de barragem, ficou aqui, né, mudou tudo, né. Pra você ter uma base Nova Ponte depois que mudou pra cidade nova ficou igual cidade grande, igual Uberlândia, por exemplo. Hoje até o vizinho da gente que era vizinho próximo igual tem esse aqui, que nós morava de vizinho lá, tem do lado de baixo aqui, era tudo vizinho de lá. Assim, num tem mais comunicação, tá igual cidade grande, acabou as rodinha, cidade pequena, você sabe, tem uma rodinha de amigo, não tem isso mais não, acabou, mudou o ritmo né.³¹⁰

³⁰⁹ **Sr. Manoel Benedito Inês.** Entrevistado em 14/01/2012.

³¹⁰ **Sr. Jesus José Ferreira.** Entrevistado em 05/09/2010.

Assim como o Sr. Manoel, o Sr. Zuza também viu as mudanças pelo viés da falta dos vizinhos, ou seja, ele percebeu as transformações na alteração no ritmo da convivência. Embora seus vizinhos tenham permanecido os mesmos, o Sr. Zuza também sentiu o distanciamento notado pelo Sr. Manoel.

Todavia, importa destacar que ele associa as mudanças à presença daqueles que foram trabalhar no empreendimento da Cemig, na barragem da Usina, e que permaneceram na cidade. A presença dos trabalhadores que ficaram, e o aumento populacional³¹¹ advindo do processo de mudança experimentado, aliados a alteração no contato com os vizinhos, fez com que também ele passasse a ver Nova Ponte como uma cidade que deixou de ser pequena.

Cidade pequena com características de cidade grande também é o que foi dimensionado pelo Sr. José Custódio e pela Sra. Maria Aparecida. Quando perguntei qual tinha sido a grande mudança de uma cidade pra outra, eles narraram:

José Custódio: Olha, pra ser sincero, eu vou ser sincero pro cê, eu não sei se é porque a gente sofre muito, assim na vida da gente a gente não vai levar nada mesmo, mas da cidade de lá pra cá mudou pra melhora né, aqui ficou uma cidade mais assim, como diz o outro assim...

Maria Aparecida: Mais animada, né! Aqui é arrumadinho, né, a estrutura aqui é quase cem por cento.

José Custódio: A única coisa que a gente reclama aqui é sobre que é uma cidade pequena, uma cidade pequena mais tá surgindo muito roubo

Juliana: Tem muita gente que agora é estranha, né?

Maria Aparecida: Tem, nossa, lá na cidade velha você conhecia todo mundo, aí acabava de fazer as coisas, sentava debaixo de uma árvore e ia bater papo a tarde inteira, agora aqui! Uma que a gente trabalha e outra que tem gente muito estranha.

José Custódio: A cidade velha você largava a porta aberta, aqui ocê não pode, no máximo tudo segurado tudo com segurança³¹²

Eles não se queixam da estrutura da cidade, pelo contrário, eles exaltam a estrutura e a arrumação e é isso que no entendimento do Sr. José Custódio pode ser considerado como melhora. Todavia, o medo da violência, na prática dos roubos, é qualificado como o aspecto negativo. Isso fez com que a Sra. Maria Aparecida, a partir de sua referência ao presente, visse a cidade velha como o lugar do sossego e da convivência com outros, conhecidos seus.

A partir da narrativa da Sra. Maria Aparecida também é possível inferir que os modos de trabalhar são outros e essa é uma das formas como ela significa a vida nessa nova cidade. Ou seja, na concepção dela não se tem mais tempo para “bater papo”, por conta do trabalho.

³¹¹ O aumento populacional não é específico de Nova Ponte. A sociedade brasileira se tornou uma sociedade urbana. Milton Santos problematizou este processo. Ver: SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

³¹² **Sr. José Custódio de Oliveira e Sra. Maria Aparecida de Oliveira**. Entrevistados em 12/01/2012.

Ela é funcionária da Prefeitura Municipal e é a partir dessa realidade que ela faz suas considerações, comparando o trabalho de horários fixos com o que era feito antes, muitas vezes sem local e horário determinados, ou até mesmo sem ter trabalho fora, mas apenas as atividades domésticas.

A importância de viver numa cidade em que a “estrutura é quase cem por cento”, emergiu na narrativa do Sr. Manoel no valor de possuir uma casa melhor. Quando ele me contava dos lugares que frequentava na cidade velha, narrando a respeito do que mudou na cidade, ele frisou:

Mas, agora mudou demais é a estrutura de vida. Igual, pra gente, vamos supor, minha casa lá embaixo, minha casinha lá embaixo, eu não tinha condição de arrumar, porque era casa que foi feita antigamente, antiga demais né, então, pra arruma aquela casa tinha que derrubar. Tinha que derrubar pra fazer outra. E aí da moda, era mais difícil, né. Quer dizer né, minha casa lá era 65 metro. Olha aqui pro ce vê, oh! [mostra o tamanho da casa atual]. Olha a diferença! Quer dizer, melhorou muito, porque, iniciativa de quem? Da Cemig, né³¹³

Na cidade de baixo sua casa não oferecia o conforto que ele tem hoje e tinha um tamanho pequeno. Viver em uma casa um pouco maior e com uma infraestrutura melhor é o que o faz ver que a estrutura da vida mudou e ele atribui isso à empresa. A casa “melhor” na nova cidade não é tida por ele como um direito, mas como um ganho proporcionado pela empresa, o que exprime valores da cultura dominante. Essa noção também está presente na narrativa de outros trabalhadores.

Quando eu perguntei ao Sr. Amador se as pessoas ficaram tristes quando suas casas foram demolidas, ele expressou o seguinte:

Muita gente ficou revoltado né, até hoje tem gente aí que fala “ah, não, eu não gosto daqui não, lá era muito melhor, né”. Mas, é nada, sô! Aqui a Cemig foi uma mãe pra Nova Ponte! O sujeito que tinha lá, como se diz, um cubinho com uma telha em cima ganhou uma casa boa aí, olha. As casinha que a Cemig fez é tudo boa. As casinha aqui não valia nada lá, igual essa casinha de fundo aí, olha, foi fazer uma casinha chique, uai. Muito bem feitinha, então, clama de barriga cheia.³¹⁴

A sua afirmação de que a Cemig foi uma mãe para Nova Ponte foi tecida quando o narrador levou em consideração o campo de possibilidades que estavam postos naquele tempo e naquela cidade antes da expropriação. Ele nos remete à existência de “*casinhas que não valiam nada lá*”, apenas cubinhos com telha em cima, sem valor de mercado. Ao comparar as

³¹³ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 14/01/2012.

³¹⁴ Sr. Amador Bernardes. Entrevistado em 19/06/2009.

condições reais de habitação vividas antes, o Sr. Amador considerou que as casas que outros moradores chamaram de muito pequenas são chiques e bem feitas.

Neste aspecto, da estrutura da moradia, sujeitos como o Sr. Amador e o Sr. Manoel se sentiram compensados pela empresa.

O fato de a construção da nova cidade ser marcada pela ideia de compensação por danos causados, e do nome da empresa ser projetado como o agente promotor de melhorias, ajuda a compreender o esforço de se edificar uma cidade mais bonita esteticamente. A existência de amplas praças, canteiros na avenida central com palmeiras e a contínua visão do lago ao fundo da cidade são propositais. A nova composição urbanística da cidade, marcada pela ideia de cidade planejada, vem transformando-se nos marcos que lembram a cidade e a identificam³¹⁵. Contudo, como os próprios trabalhadores caracterizam essa mudança e se identificam nessa cidade?

Por meio das práticas sociais é possível compreender as maneiras como os sujeitos se reconhecem ou não no novo traçado da cidade. Quando comentei com o Sr. Manoel que ouvi dizer que as festas nas igrejas estão bem diferentes de como eram antes, pedindo que ele me falasse a respeito disso, ele narrou o seguinte:

Ah, não! Não, né filha, infelizmente, como se diz o ditado, sobre festas mudou muito aqui. Antigamente nós tinha aqui, de lá mesmo, lá na..., de lá do rio, que era lá que encerrava a cavallhada, tinha capela de São João que foi uma festa muito boa. Festinha muito boa de São João! Acabou né! Que não existe nem capela mais, no causo...

Juliana: Não tem a capela mais? Por quê?

Manoel: Não fizeram aqui dentro, não mudaram pra cá. Não sei porque motivo, mas não fizeram a capela. Tinha a capela do Rosário, que dava uma festa, gente! Em outubro, que tinha tudo. Mas era boa! Mas era boa! Então naquela ocasião, até no encerramento desta festa, tinha um pároco aqui, Padre Júnior, muito bão. Eu mais uma menina aqui, nós fomos festeiro nela três ano em seguida. [...]

Juliana: Então, não existe mais a festa?

Manoel: Não, não existe. Ela aqui, ela, não tem nem jeito de [inaudível]. Ela [a capela] é aqui, olha, nessa rua aqui. É logo ali, se você quiser vê, aqui, na frente ali, no asilo ali. O asilo, você sabe? Encostado com o asilo, uai, como é que faz festa? Então ficou, naquela época, pra gente fazer a festa aqui, na cidade nova outra vez de novo. Mas não fizemos não, porque não tinha capela né! Igual tinha a Nossa Senhora do Rosário, como se diz o ditado, fez aquela capelinha muito pequena aqui. A do São João também, igual tô falando lá, não existe mais. [...] Aqui tinha uma festa muito boa antigamente,

³¹⁵ Ainda assim, esta nova configuração territorial é, de um modo ou de outro, reinventada e traduzida pelos moradores. Contribui para esta reflexão o trabalho de: SILVA, Lúcia. A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Cidades**. Programa de Estudos Pós-Graduados, PUC-SP. São Paulo: Olho d'água, 1999, p. 55-84.

São Miguel, acabou a festa de São Miguel..., não tem mais, não sei porque. Não sei porque essa estratégia, viu!³¹⁶

Ao contar sobre a ausência das festas em louvor aos santos, o Sr. Manoel se remeteu a não construção da Igreja de São João e ao estabelecimento da Igreja Nossa Senhora do Rosário ao lado do asilo como aquilo que mais o impactou na vida levada na cidade planejada. Essas estratégias inviabilizaram práticas sociais anteriormente vividas.

As relações estabelecidas no espaço da Igreja São João deixaram de existir porque o próprio lugar deixou de existir. Certamente outras relações foram sendo estabelecidas em outros espaços. Mas, o convívio que havia nos momentos festivos, as rezas, os encontros com amigos e familiares, os leilões e também bailes realizados especificamente naquela igreja não tiveram espaço na nova cidade.

Já a Igreja do Rosário, localizada do lado de cá do rio, era um território onde negros e pobres se inseriam na cidade realizando, por exemplo, práticas como a Congada. Essas vivências marcaram a experiência social do Sr. Manoel na cidade. Aquilo que era tradição para sujeitos como ele foi cerceado de modo claro e impositivo. Como realizar festas numa igreja pequena e ao lado de um asilo? A questão foi levantada pelo narrador e respondida por ele mesmo: não se fez mais a festa.

Tanto a igreja que não foi mudada para a nova cidade, a Igreja São João que ficava do lado de lá do rio, quanto a igreja que ficou praticamente inutilizada, se remetem a uma cultura³¹⁷ produzida pelo povo. Esses espaços foram apagados no novo desenho da cidade. No entanto, eles se presentificam quando são ativados na memória do narrador que traz suas próprias referências do que era a vida na cidade.

A própria narrativa do Sr. Manoel contribui para a identificação de quem era esse povo e dos significados que a Igreja Nossa Senhora do Rosário tem. Sua narrativa evidencia quais espaços foram anulados para que outros ganhassem visibilidade. Quando voltei à casa do Sr. Manoel para produzir uma nova entrevista com ele, perguntei novamente a respeito da não construção da capela de São João e ele narrou o seguinte:

Não, aqui que não fizeram foi a de São João. Tinha, aqui no Morro de Pedra também, tinha São Francisco, não tem, não fizeram mais. Eles só fizeram mesmo é, da moda, é, eu acho que foi por causa do asilo, que eles fizeram a do Nossa Senhora do Rosário, que é essa aqui, essa da capelinha aqui que a gente fazia lá no Gravatá, que era uma festa que oce precisa de ver o tanto

³¹⁶ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 14/01/2012.

³¹⁷ Cultura do povo no sentido apontado por Marilena Chauí, cultura que não está simplesmente no povo, mas que é produzida por ele. Ver: CHAUI, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: _____. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Editora Cortez, 2011, p. 49-69.

que era boa, mas era boa a festa! Da moda, o povo gostava dessa festa, viu, sô. Eu não sei se é porque, é, da moda, era uma festa que, da igreja ali [São Miguel], sempre parece que era assim, parece que era mais dos rico, [a festa] da matriz, né. E lá do Nossa Senhora do Rosário, lá parece que era pro povo mais pobre, não sei, mas parece que era...

Juliana: Quem eram as pessoas que iam lá no Nossa Senhora do Rosário?

Sr. Manoel: Ah, não, isso aí era todo mundo, né, mas eu falo assim, parece que era mais os pobre que frequentava mais lá, né. Mas, era de todo mundo, não existia diferença não, a festa era de todo mundo, mas assim, quem organizava mais era mais pobre. Não, num tinha, é claro que tinha... fazendeiro na época a gente punha pra novenário, né, punha tanto novenário por noite pra dar renda, né, então, da moda do ditado, não tinha exclusão social não.³¹⁸

Além de mencionar que a Igreja São Francisco também não foi construída na nova cidade o Sr. Manoel deixa conhecer que eram os “pobres” os que mais frequentavam a Igreja do Rosário, especialmente na organização das festas. Aquele era, portanto, um espaço não apenas de negros. O narrador, mesmo sendo negro, não faz essa referência, nem se identifica assim, nesse sentido, a partir da sua narrativa se nota que aquele era um território, sobretudo, de “pobres”.

Ele afirma que quem organizava a festa eram os “pobres” e não os “ricos” e ele foi um dos principais organizadores da Congada em Nova Ponte. O Sr. Manoel trabalhou com lavouras em fazendas próximas a cidade, trabalhou com serviços pesados na Cerâmica São Miguel e depois comprou um caminhão que utilizava a trabalho, fazendo fretes de um modo geral. É essa memória, a de trabalhadores “pobres”, a sua cultura³¹⁹, que se buscou apagar no novo mapa da cidade.

Ao mesmo tempo em que ele afirma que a festa era de todos, ele percebe as diferenças de classe que havia e, inclusive, distingue os fazendeiros como sendo o grupo de sujeitos ricos aos quais ele se refere. Na leitura dele os fazendeiros compunham o grupo dos mais ricos que frequentavam a Igreja Matriz, a São Miguel.

É claro que do mesmo modo que havia um trânsito de membros de diferentes classes sociais na Igreja do Rosário, como o próprio narrador apontou, certamente isso também ocorria na Igreja Matriz. Ou seja, os “pobres” da cidade também a frequentavam. Mas, a

³¹⁸ **Sr. Manoel Benedito Inês.** Entrevistado em 21/07/2012.

³¹⁹ As reflexões de Stuart Hall a respeito do termo cultura popular contribuem para essa discussão. Para Hall, embora as pessoas comuns sejam capazes de identificar como as realidades da vida da classe trabalhadora são reorganizadas e reconstruídas, há uma luta contínua por parte da cultura dominante no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular “*para cercá-la e confinar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes*”. Contudo, ele afirma que “*o essencial em uma definição de cultura popular são as relações que colocam a ‘cultura popular’ em uma tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante.*”. Ver: HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 238-239.

narrativa do Sr. Manoel importa porque nos faz pensar nos motivos pelos quais alguns espaços não foram reconstruídos na nova cidade ou foram introduzidos no seu novo desenho de modo a não mais “funcionar” para os trabalhadores.

Na entrevista que produzi junto a Sra. Emiliana o Sr. Manoel esteve presente e ele novamente fez referência aos grupos que participavam da festa do Rosário, afirmando que “*a festa Nossa Senhora do Rosário lá, sempre tava mais ou menos era os pobre que movimentava, agora hoje em dia não, quando faz uma festa o padre só arruma fazendeiro*”³²⁰. As festas de hoje em dia, às quais o Sr. Manoel se refere, ao contrário das festas que aconteciam lá, na cidade velha, são frequentadas e organizadas, na sua opinião, predominantemente pelos fazendeiros, pela gente que tem dinheiro.

Como a festa do Rosário deixou de existir, pode-se inferir que essas festas das quais os fazendeiros participam são as que acontecem na Igreja Matriz São Miguel. Isso é uma pista para reflexão a respeito do fato de que muitos trabalhadores deixaram de participar dessas festas, não se reconhecendo mais naquele espaço, não encontrando nele o grupo ao qual pertencem. Nesse sentido, as fronteiras de classe permaneceram.

A participação dos trabalhadores na festa da Cavallhada também emerge como algo que mudou. Quando eu perguntei a Sra. Maria Páscoa como era a Cavallhada na cidade velha, ela disse:

Nossa, menina, era bão demais, era uma festa e tanto, né. Hoje, a cavallhada de hoje não chega nem perto do que era, num sei, eu acho que é por causa, cada tempo vai mudando. Tudo mudou. Agora nada é mais como era, né, já diferenciou tudo. Lá eu sei só que era muita gente, era umas banda muito bonita sabe, que tocava, menina, e era gente demais da conta. E uns cavalo muito bem enfeitado, mas era aquela coisa mais linda...

Juliana: E ia todo mundo de casa?

Maria Páscoa: Ia, ia todo mundo. [...] Eu vou te falar viu, depois que nós mudou de lá eu já peguei não ir mais.

Juliana: A senhora não vai na Cavallhada daqui não?

Maria Páscoa: Não, muito difícil, eu não vou mais não. Eu ia quando o meu menino corria, eu ia. É igualzinho ali no Tatersal também. Quando tem rodeio igual tá tendo, eu não perdia um quando tinha rodeio aqui, que tinha ali perto do Riachão, todo que tinha eu ia porque o menino era de menor então ele ia montar e eu ia junto. Eu achava que se eu tivesse lá não ia acontecer nada com ele, né, como de fato graças a Deus nunca aconteceu mesmo, [...]

Juliana: Mas a senhora chegou a ir em algumas Cavallhadas aqui, o quê que a senhora achou?

Maria Páscoa: Uai, eu achei bonito, eu gosto, acho lindo, sabe, mas é diferente de tudo parece que já não tem tanto entusiasmo igual era. Eu não sei se é porque a gente morava... eu não sei se era... lá na roça e a gente via era aquela preparação mais bonita!³²¹

³²⁰ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 21/07/2012.

³²¹ Sra. Maria Páscoa de Jesus. Entrevistada em 20/04/2013.

“Cada tempo vai mudando”, “agora nada é mais como era”. Com estas expressões a narradora expressa suas visões de mundo, o conhecimento que a vida lhe proporcionou, impulsionando-a a fazer suas próprias interpretações a respeito das mudanças que ela vê e das quais participa. O seu entendimento a respeito da dinâmica social ao longo do tempo é exprimido a partir de práticas que ela deixou de fazer.

Para a Sra. Maria Páscoa a festa de hoje não é boa como antes, por não contar com alguns elementos que para ela tinham um significado: as bandas bonitas, a presença de muitas pessoas e os cavalos enfeitados. Entretanto, o motivo primeiro para a Sra. Maria Páscoa não mais participar da festa, refere-se ao fato de seu filho não ir mais a festa, revelando que para ela o sentido de estar na ocasião da Cavallhada era associado a laços familiares, aquela era uma prática social realizada em família. O seu intuito era de ir para acompanhar e cuidar do filho, o que se dava também na participação deles nos rodeios que ocorrem em outro espaço, no Tatersal, localizado na entrada da cidade.

Mas o elemento mais significativo da sua narrativa está no fato de ela associar o entusiasmo que existia em relação à festa com os preparativos que ocorriam na roça, o que evidencia o caráter de uma cultura vinculada ao campo. A preparação a que ela se refere diz respeito à produção dos adereços que eram utilizados para enfeitar os cavalos. A fabricação de flores de papéis coloridos e tiras, entre outros, compunha as responsabilidades que as mulheres tinham na preparação daquela festa e eram com esses sentidos que se participava daquela prática social.

Nesse sentido, para estes sujeitos, a festa permanece enquanto ritual, mas não enquanto prática representativa da sua cultura vinda do campo.

Essa é a memória que não é mais reconhecida por trabalhadores como a Sra. Maria Páscoa nesse “tempo diferente” vivido na cidade e nos ajuda a compreender os motivos pelos quais ela afirma não ir até a Praça São Miguel para participar da Cavallhada no presente. Ou seja, o seu não reconhecimento na festa se deve ao fato de ela não ter mais o controle sobre parte da sua organização, de ela não coordenar mais a preparação para a festa.

Outra entrevistada, a Sra. Emiliana, narrou que não frequenta mais a igreja. Quando eu perguntei sobre como eram as festas, pedindo para que ela me contasse como eram os leilões, os forrós e as novenas, ela respondeu:

Nossa, se ocê vê que beleza! Novena boa, muito boa, muito animada. Hoje elas não era animada igual era né, nem! Não é mais não! De jeito nenhum. Ficou tudo novo, mas o povo não é animado igual era, porque custava ter uma coisa e quando tinha todo mundo achava bom, né. Aqui não, aqui tem

festa quase diara, nunca fui! Sabe em quantas missas eu fui aqui, depois que eu estou morando aqui? Duas. Essa menina que saiu daqui, que mora ali, me leva, mas nem na igreja eu não tô indo mais.³²²

Um fator que se destaca na sua narrativa é a referência que ela faz de que há festas “diara” no âmbito da igreja. Ou seja, as festas acontecem no presente, existem sujeitos que as frequentam. A igreja não é um espaço que se tornou vazio. É considerável na sua narrativa notar que o que a faz não frequentar mais a igreja é o fato de que esses eventos não são mais vistos por ela como “animados”³²³.

Quando perguntei o que ela fazia nas festas da Igreja São Miguel ela respondeu:

Ajudava a vender trem, as coisa lá nas barraquinha. Eu ficava até acabar! Era eu, a tia Neide, a tia Neide já foi embora também. Mas era bom demais, aquela união de gente, aquela união bonita. [...]

Juliana: A senhora gostava de participar de outras festas também ou não?

Sra. Emiliana: Não, eu gostava da festa de maio lá que era mais chegada, eu também era mais chegada aos festeiros, porque a união faz tudo ficar bom, se não tiver união, não tem [...] mas como que fica? Umas festa sem graça, não tem um divertimento bom mais na porta da igreja³²⁴.

O animado significava participar das novenas, estar com amigos e familiares que ela traz pelo nome, preparar as comidas que eram feitas nas festas, vender esses pratos nas barraquinhas e ser “unida” aos festeiros – os organizadores das festas. A festa de maio a qual ela se refere era realizada na Igreja São Miguel.

Se por um lado a Sra. Emiliana não vê mais divertimento bom na porta da igreja, na praça, por outro lado há outros sujeitos que se reconhecem neste espaço. Embora o Sr. Manoel tenha dito que não frequenta mais os bares e a praça, ele narrou que participa da Cavallhada na praça. Quando ele dizia que na cidade velha era no São Sebastião que aconteciam as apresentações dos cavaleiros, ele contou que, na nova cidade, não vai mais até o campo para participar da Cavallhada. Perguntei se ele não ia mais à festa e ele respondeu “*Não, só vou na praça ali, mais o pessoal gosta, mais isso aí, como se diz o ditado, não é... por mim... não, não é que o pessoal não gosta da festa, não, o pessoal gosta! Vem muita*

³²² **Sra. Emiliana Borges da Silva.** Entrevistada em 21/07/2012.

³²³ Há que se levar em consideração que os entrevistados, na maioria, já estão aposentados e são mais velhos, o que move a pensar num processo natural de mudança de rotina, como, por exemplo, nas relações de sociabilidades. Outro aspecto levado em consideração nesta pesquisa é que algumas mudanças narradas pelos entrevistados dizem respeito a alterações no ritmo de vida experimentados na sociedade como um todo a partir do final dos anos 1980. Ou seja, algumas transformações trazidas pelos trabalhadores não se deram exclusivamente em função da instalação da hidrelétrica e da mudança da cidade, como, por exemplo, a sensação de distanciamento nas relações de convivência e também alterações nas relações de trabalho, tanto na cidade quanto no campo.

³²⁴ **Sra. Emiliana Borges da Silva.** Entrevistada em 21/07/2012.

gente de fora! O pessoal gosta da festa!"³²⁵. A sua participação na festa da Cavallhada se resume a abertura da festa que se dá na Praça São Miguel. É por meio dessa prática social que ele se apropria da praça planejada pelos engenheiros da Cemig, mas não apenas ele. Ele próprio narrou que vem gente de fora para este evento. São as relações de sociabilidades que significam aquele espaço.

A fotografia abaixo foi produzida por mim na ocasião da realização da festa da Cavallhada no ano de 2011. Ela registra a abertura da Cavallhada, a única etapa da festa que o Sr. Manoel disse que acompanha agora:

Imagem 9 – Praça São Miguel



Acervo: Juliana Lemes Inácio. 12/06/2011.

Nessa imagem procurei capturar alguns aspectos que me chamaram a atenção. O primeiro deles é a presença de um trabalhador que aparece carregando algodão doce e brinquedos de crianças. Para ele o sentido e a importância da Cavallhada estão na oportunidade de trabalho. A presença deste trabalhador e as suas experiências de trabalho tornam a praça e o Centro da cidade território e tempo compostos pelos significados do

³²⁵ Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 14/01/2012

trabalho. Portanto, não são apenas relações de sociabilidades e de convivência, mas também de trabalho. Outros trabalhadores vendiam artigos como óculos de sol, pipoca, bebidas e outros.

Bem atrás dele está o palanque montado para que políticos e lideranças locais tenham a palavra na abertura da Cavallhada. Ao lado do palco está a banda que tocou músicas populares, nacionais e internacionais sincronizadas com o andamento da festa. Ao fundo, a torre da igreja São Miguel, posta neste novo traçado da cidade em frente à Prefeitura e a Câmara Municipal.

Sujeitos de várias gerações estavam presentes neste espaço da cidade naquela ocasião. Crianças, jovens, idosos, mulheres e homens ocuparam a praça para aquele momento de convivência. Ver amigos ou familiares que participam da Cavallhada, mas também se socializar com conhecidos são práticas que compõem os modos como os sujeitos se inserem nos espaços planejados dessa cidade fabricada com significados próprios.

Entre os entrevistados, a Sra. RONALDA é quem vive mais perto da Praça São Miguel, ela mora a apenas uma quadra da praça. Quando eu perguntei se ela participa da festa da Cavallhada ela afirmou o seguinte:

Não. Agora eu não participo mais, ficou tudo muito diferente. Porque é uma coisa que aquilo que a gente fazia era com muito gosto, com muito prazer, parece que depois foi ficando muito podado, muita coisa modernizando, né, é o preço do progresso é esse, mas eu acredito que na igreja não deveria ser.³²⁶

Ao contrário dos diversos sujeitos flagrados no registro fotográfico acima participando da festividade e fazendo usos da praça nessa circunstância, a Sra. RONALDA afirma que não participa mais. O diferente na sua justificativa para não mais participar da festa está no fato de que antes a participação acontecia com gosto, o que agora ela vê como algo que vem sendo “podado”.

É provável que ela se refira a não participação da igreja na realização desta festa, o que antes ocorria. Nos dois anos em que estive em Nova Ponte para ver a Cavallhada não houve a presença de membros com cargo na igreja, o padre ou outro representante. Além da mudança de postura ocorrida no interior mesmo da igreja, que antes era uma apoiadora da festa, há ainda o que ela chama de modernização e de progresso. Ao que parece os termos “moderno” e “progresso” adquirem, neste contexto de sua narrativa, o sentido de mudanças com as quais ela não se identifica. Uma mudança, pelo menos, é possível apontar, trata-se da

³²⁶ Sra. RONALDA Pontes Rezende. Entrevistada em 26/07/2011.

não participação da igreja na organização da festa. A outra mudança se refere à autonomia que antes os trabalhadores tinham na organização da festa, mas que agora percebem que foi mudado.

Já o Sr. José Custódio narrou que não participava da Cavallhada. Além disso, ele ainda destacou quais são os espaços dos quais ele sente mais saudade. Quando perguntei se ele participava da Cavallhada ele narrou o seguinte:

Muito difícil, era muito difícil, sempre assim participar às vezes eu ia na praça, que a gente gostava muito ali da praça antiga, ali na cidade velha. Tenho a impressão que não era do seu tempo né [...] era engraçado, era uma cidade assim desconcertada mais era um lugar bonito, era um lugar bonito. O lugar que o povo mais ia, era uma festa, era o Salto. Quando o rio enchia passava por riba da ponte, isso aí que era uma festa, o povo cê olhava assim, o povo tava tudo lá na beirada do rio, olhando o rio sabe, era a coisa mais bonita que tinha. Um dia começou a encher e a ponte tava por baixo d'água assim, inda passei na ponte ainda, ponte tava e eu passei, mais ali eu tenho saudade da cidade velha até hoje.³²⁷

Ele contou que sua participação na festa da Cavallhada se resumia às apresentações que aconteciam na praça, já que este era o lugar que ele dizia que gostava de frequentar, como também narrou o Sr. Manoel. Na visão dele, apesar de a cidade velha ser “desconcertada”, era um lugar bonito. O Salto do Rio Araguari e as águas passando por cima da ponte que ligava o lado de cá ao lado de lá da cidade velha foram lembrados por ele como as oportunidades em que se estabelecia convivência com outros, os momentos de sociabilidades.

Outra mudança sentida pelos trabalhadores nos seus modos de viver diz respeito ao tamanho dos quintais. Nos registros da Cemig é possível perceber estes sentidos: “*O meu terreno era muito maior e tinha muita planta dando. Agora eu não tenho condições de plantar tudo de novo. Tô velho e só tenho um pedacinho de chão e nem me pagaram a diferença.*”³²⁸. Este narrador, que não foi identificado pelos autores do projeto, percebeu a diferença nos seus modos de viver com relação ao tamanho do terreno, que na cidade velha era maior, onde se produziam alimentos, frutas e verduras, práticas que ficaram impossibilitadas na nova cidade. Nesta outra cidade o terreno é menor, além disso, levaria tempo e dinheiro para formar um novo quintal. Era isso que os trabalhadores receavam quando a cidade estava sendo “negociada”.

A fartura também foi referenciada em outra narrativa:

³²⁷ Sr. José Custódio de Oliveira. Entrevistado em 12/01/2012.

³²⁸ CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte** - Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, nov. 1993, p. 43. Acervo: Leme Engenharia. O nome do entrevistado não foi citado.

Minha casa era boa. Foi a conta de começar e acabar. Lá, a gente tinha, parece, mais conforto com as coisas que a gente possuía. Tem que acostumar... Deus ajudando. Tinha aquelas farturas, aquelas coisas no quintal. Aqui, tudo que quer tem que comprar. Lá tinha café, mamão, laranja, mixirica, horta, etc. Hoje tenho até medo. Meu filho morava em casa anexo, sendo que hoje ele está num lote separado.³²⁹

Essas experiências, que caracterizam o viver urbano, são os sentidos do emergente vivido na cidade planejada. A autonomia de se produzir fartura em casa, como havia na cidade de lá e de cá do rio, é o que para este narrador significa as transformações, juntamente com mudanças nos modos como a família vivia. Estar refém do mercado, no sentido de ter que possuir o dinheiro para comprar aquilo que antes era produzido no próprio quintal, significou perda de um “conforto”, ou seja, de um modo próprio de viver que se tinha antes.

O planejamento dessa cidade nova, a definição da sua planta de urbanização, foi criado pelos próprios técnicos da Cemig. A atual disposição da cidade teve sua base, portanto, nas maquetes projetadas em 1987 pela equipe do Departamento de Projetos de Edificações da Cemig³³⁰, afinal de contas, era “*de responsabilidade da CEMIG os projetos de urbanismo, infra-estrutura pública (sistema de água, esgoto, drenagem, distribuição de energia e iluminação, telefonia), além de pavimentação e paisagismo.*”³³¹. A planta da cidade traz projeções articuladas a interesses em disputa. São projeções porque ao longo do tempo vão sendo realizadas alterações que não saem completamente da tendência manifestada nessa primeira planta.

A planta definitiva da cidade resultou do projeto aprovado por lei municipal³³² em junho de 1987. O traçado trazido por essa planta é um novo elemento que se fez presente na vida dos trabalhadores. É relevante questionar sobre quais memórias e práticas urbanas ele revela e nele são reveladas.

Como se pode observar na imagem abaixo, nesse “plano construído” as ruas não foram dispostas de modo “aleatório” como eram na cidade velha, também a localização de estabelecimentos públicos passaram a obedecer um padrão condizente com a ideia de

³²⁹ CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte** - Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, nov. 1993, p. 45. Acervo: Leme Engenharia. O nome do entrevistado não foi citado.

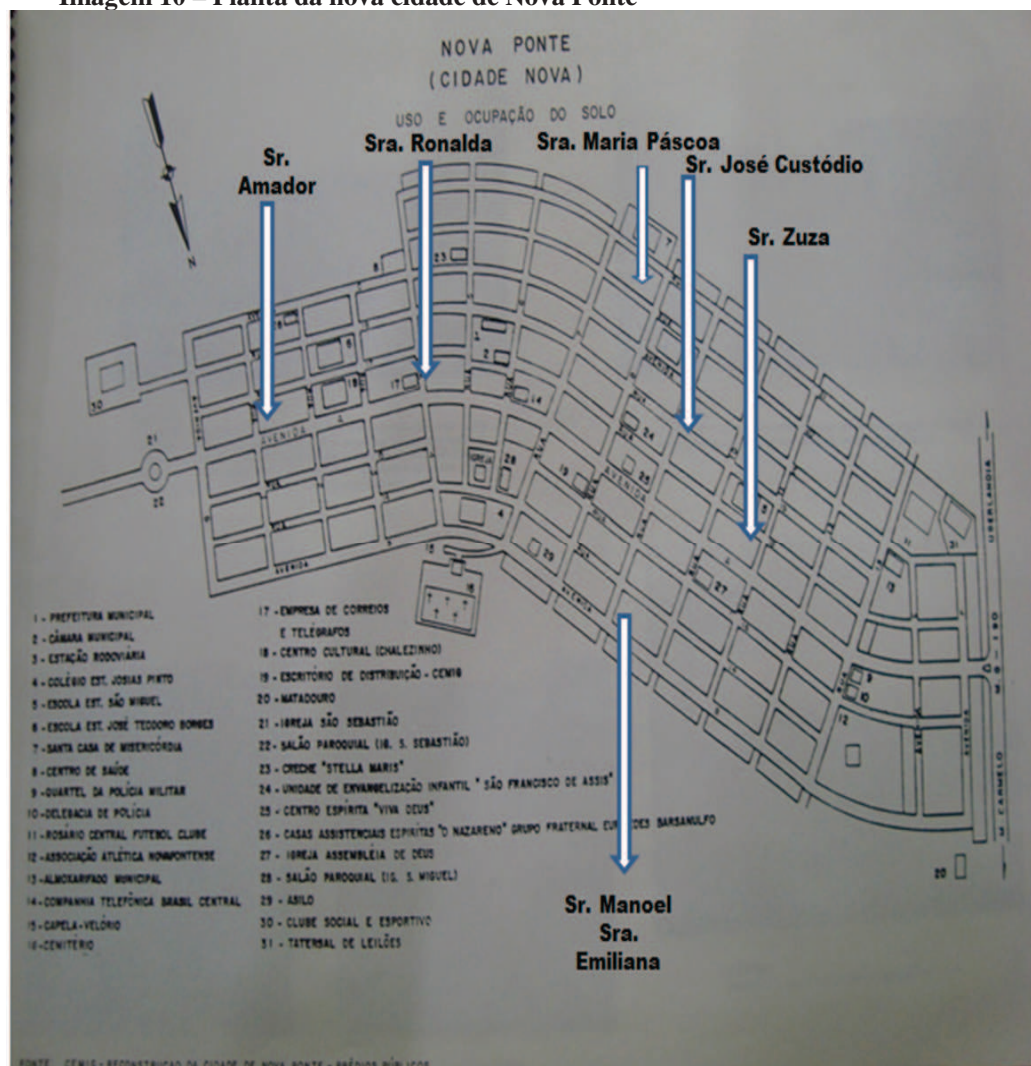
³³⁰ COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória Histórica de Nova Ponte**. Belo Horizonte: CEMIG, 1997, p. 132.

³³¹ CEMIG/AMNP/CMNP. **Termo de Acordo**. Belo Horizonte, 21 fev. 1990, p. 3. Acervo: Leme Engenharia.

³³² COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Op. cit.**, p. 133.

modificar contextos dos bairros, como diz Roncayolo, destruindo o tecido urbano herdado³³³. É importante situar nesse plano o local aproximado em que alguns entrevistados vivem:

Imagem 10 – Planta da nova cidade de Nova Ponte



Fonte: CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte:** apropriação urbana – Cidade Nova Ponte. Estudo Comparativo das Moradias (Tipologia/Habitabilidade) – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1993. Acervo: Leme Engenharia. (As setas explicativas foram inseridas pela pesquisadora).

A partir da planta acima, observa-se que a organização de ruas e avenidas, a localização estratégica de cada estabelecimento público, e/ou privado, revelam que tal projeto exprime uma tentativa de organizar territorialmente a cidade, tornando-a compatível com aquela ideia de que “Nova Ponte caminha para o progresso” e promovendo uma noção de superioridade da técnica e do saber científico que o engendrou.

³³³ RONCAYOLO, Marcel. Região; Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8, p. 439.

Nessa nova disposição que a cidade passou a ter, as características gerais que de imediato prendem a atenção de um visitante, e desta pesquisadora, é a visibilidade que o lago da represa da UHE de Nova Ponte ganhou e a existência de avenidas que cortam a cidade por inteiro, indo de um extremo ao outro, ou seja, o plano ordenado, como se pode observar a partir das imagens abaixo:

Imagem 11 – O lago ao fundo da nova cidade de Nova Ponte



Fonte: City Brazil³³⁴.

³³⁴ Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/mg/novaponte/galeriafotos.php?inicio=0>>. Acesso em: 25 fev. 2009. Segundo informações do site, o autor da fotografia é a Prefeitura Municipal de Nova Ponte.

Imagem 12 – Vista aérea da nova cidade de Nova Ponte. Início dos anos 1990



Fonte: Acervo Casa da Cultura de Nova Ponte.

Essas imagens permitem sondar a respeito da concepção de cidade que orientou a produção do seu traçado, além de possibilitar ao leitor visualizar o plano. Ambas as fotografias acima capturaram o lago da represa da UHE de Nova Ponte ao fundo da cidade.

A primeira imagem eu encontrei em um site de turismo que menciona como autor da fotografia a Prefeitura Municipal de Nova Ponte. O seu assunto principal é a grandeza do lago contrastando com a presença da cidade. A fotografia foi produzida num ângulo mais próximo, ela não abrange toda a cidade, o que permite pensar que o objetivo do autor deveria ser o de evidenciar o formato da cidade, o traçado das ruas e avenidas. Embora essa imagem não seja datada, é possível inferir que ela é mais atual do que a segunda fotografia, uma vez que a cidade já está arborizada e não há mais indícios de construções.

Já a segunda imagem, deve datar de um período mais próximo ao da inauguração da cidade, evento que se deu em março de 1994, especialmente porque o lago da represa já existia. E há outros elementos que permitem essa dedução como a existência de terrenos sem construção e a falta de arborização.

Essa fotografia pertence ao acervo de imagens da Casa da Cultura de Nova Ponte. Segundo informações de funcionários daquela instituição, essa fotografia provavelmente foi produzida a pedido da Prefeitura Municipal, com o objetivo de registrar imagens da cidade

depois de inaugurada. Nesse sentido, o fotógrafo apreendeu quase todo o plano da cidade, em que se pode evidenciar a presença de avenidas sendo entrecortadas pelas ruas.

As duas imagens também fazem ver aquilo que possivelmente não era objetivo do fotógrafo³³⁵. Elas permitem observar a cidade no meio em que está inserida, rodeada por terras “trabalhadas”, ou seja, trazem a presença de grandes áreas utilizadas no ramo do agronegócio. Sobretudo na segunda imagem nota-se que há poucas áreas cobertas pelo cerrado, a maior parte está limpa, sendo utilizada para as grandes plantações ou para a criação de gado. A presença do latifúndio, aliado à represa da usina, remete-se a relações capitalistas de produção, a concretização de projetos de expansão do capital³³⁶ e é em articulação a estes projetos que se deu a organização do seu plano, definindo a nova paisagem da cidade³³⁷.

E essa nova paisagem da cidade é, na percepção de sujeitos como a Sra. Maria Páscoa, diferente da cidade velha. Ela descreveu do seguinte modo a organização daquela cidade: “*Era uma cidade, é, da moda do outro, desorganizada assim no modo que ocê vê, não tinha uma rua perfeita, não tinha nada assim bem arrumado. Todo lugar, a rua cheia de buraco...*”³³⁸. A noção de organização e de arrumação é articulada por ela quando compara o desenho de uma e de outra cidade.

A noção de que a cidade onde viviam antes do processo de desapropriação era desorganizada se faz presente nas versões dominantes, versões explicativas que buscam o consenso, mostrando que a cidade só ganhou com a “relocação”. Alguns trabalhadores, como a Sra. Maria Páscoa, apresentam uma postura de conciliação em relação a esses projetos, o que não implica em conformismo, tampouco significa que perderam sua condição de

³³⁵ Carlos José Ferreira dos Santos contribui para o desafio de trabalhar com fotografias quando, ao problematizar a presença de grupos populares não imigrantes nos espaços urbanos da cidade de São Paulo, afirmou que “*Quando acompanhadas mais atentamente em seus detalhes, inclusive nos espaços fora do plano central, as fotografias apresentam um grande potencial de análise que, mesmo não fazendo parte dos assuntos principais dos fotógrafos, tornou possível o diálogo, por vezes conflitante, entre as intenções e análises expressas nos dados estatísticos, nas fontes textuais, nas plantas e nelas próprias*”. Ou seja, aquilo que não era o objetivo do fotógrafo, se for confrontado com outras fontes e submetido ao olhar atento e crítico do pesquisador, moldado pelas suas problemáticas, contribui para o andamento das reflexões. Portanto, as fotografias não são tomadas como mero reflexo da realidade. Ver SANTOS, Carlos José F. Introdução: tudo era italiano? In: _____. **Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza 1890-1915**. São Paulo: Annablume, 1998, p. 21.

³³⁶ Milton Santos contribui para estas reflexões quando afirma que “*com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história*”. SANTOS, Milton. O território do dinheiro e da fragmentação. In: _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 81.

³³⁷ Para Déa Ribeiro Fenelon são as relações sociais que definem e delineiam a paisagem urbana e a imagem da cidade, imagens estas que, para esta autora, estão impregnadas de memórias. Esta perspectiva contribui para o desenvolvimento das reflexões por mim esboçadas neste trabalho. Ver: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). Introdução. In: _____. **Cidades**. Programa de Estudos Pós-Graduados, PUC-SP. São Paulo: Olho d’água, 1999, p. 6.

³³⁸ Sra. Maria Páscoa de Jesus. Entrevistada em 20/04/2013.

trabalhadores. Entretanto, a seu próprio modo, compartilham dessas noções articuladas pela empresa.

A imagem abaixo é da cidade “desorganizada” onde a Sra. Maria Páscoa vivia:

Imagem 13 - Vista aérea do São Miguel: cidade velha



Fonte: City Brazil³³⁹.

Os tamanhos dos quarteirões eram variados, a cidade era pequena. Em relação ao novo desenho o que chama a atenção é que a Igreja São Miguel continuou no Centro da cidade. Se por um lado essa cidade era desorganizada, do ponto de vista do seu traçado, por outro lado ela foi desarrumada, no que diz respeito aos modos como os trabalhadores/moradores da cidade constituíam seus territórios.

Quando adentramos na nova cidade e nos deixamos guiar pelo seu traçado, à primeira vista, como esta cidade nos é apresentada? O que ganha visibilidade? Quais projetos e memórias nos são revelados?

A entrada da cidade é marcada por um monumento erguido em concreto cujo curioso formato lembra uma ponte³⁴⁰, o que só pude decifrar depois de muitas passagens por ele. Essa

³³⁹ Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/mg/novaponte/galeriafotos.php?inicio=0>>. Acesso em: 25 fev. 2009. Segundo informações do site, o autor da fotografia é a Prefeitura Municipal de Nova Ponte.

³⁴⁰ No final de 2011 a estrutura que deveria ser uma ponte já não estava erguida, havia apenas os pilares laterais que lhe davam sustentação.

estrutura fica sobre uma cabine de vigilância que traz inscrito em letras grandes e moldadas em material prateado o nome do portal “Engº Lindon Carlos Resende da Cruz”. Lindon foi um dos engenheiros contratados pela Prefeitura Municipal de Nova Ponte para acompanhar o processo de mudança da cidade e depois teve um mandato como prefeito municipal. Este portal de entrada, monumento de uma ponte, foi erguido no mandato daquele prefeito, mas a obra não foi terminada quando sua gestão mudou.

A ideia inicial de trazer pedaços da ponte que ligava uma parte da cidade a outra era desejo de alguns moradores, como o Sr. Iozaino, por exemplo. Quando em entrevista lhe perguntei sobre o monumento da entrada da cidade, quando ele me contava sobre a ponte, narrou o seguinte:

Eu tenho uma briga especial nessa ponte, porque uma vez eu fui conversar com as autoridades importantes pra poder ver se trazia a ponte antes dela cair, quando ela estava só amarrada, eu fui falar “gente, o nome da cidade não é por causa da tal da ponte? É. Vamos trazer aquela ponte, sabe o que a gente faz com ela? A gente pega aquela ponte, bota ela na entrada da cidade pros menino andar pra lá e pra cá em cima dela, assim, olha, e coloca uma placa dizendo o nome da cidade é por causa dessa ponte aqui, olha, ela estava lá na cidade velha. Ah, todo mundo riu da minha cara, e fizeram piada, disse que eu queria trazer a ponte por outros motivos, enfim, a ponte ficou lá debaixo d’água.”³⁴¹

O narrador pensava na relação que a cidade tinha com a ponte e, consequentemente, com o rio, quando teve a ideia de que a ponte fosse levada para a nova cidade. Enquanto professor de história, e partindo do entendimento de que a estrutura da ponte era um monumento importante sobre a história da cidade, atrelando-a, de certo modo, a uma possível “identidade” da cidade, o Sr. Iozaino também conta que sua sugestão foi negada pelas autoridades municipais de então, período que antecedeu a transferência da cidade.

Contudo, alguns anos depois, o já referido prefeito municipal criou o monumento num formato parecido com uma ponte. Mas, essa iniciativa se deu num momento posterior a transferência da cidade e não veio em conformidade com expectativas de sujeitos como o Sr. Iozaino. Para ele “*Nova Ponte precisava de alguma coisa pra mostrar porque que tem o nome e tal, mas não daquela forma*”³⁴².

Para outra entrevistada, a Sra. Ronalda, a ponte se referia às experiências do transitar pela cidade. Quando perguntei se ela havia assistido a demolição da Igreja São Miguel, ela me respondeu com uma negativa, mas antes de falar propriamente da igreja, se lembrou da ponte:

³⁴¹ Sr. Iozaino José Carneiro. Professor de história da rede pública de ensino. Entrevistado em 05/01/2013.

³⁴² Sr. Iozaino José Carneiro. Entrevistado em 05/01/2013.

Não, não vi. Não, eu não fui [ver a demolição da igreja]. Veja, porque eu sofri muito, quando eu cheguei aqui eu achei que a ponte ia ser reaproveitada e quando a gente chegou foi aquele mundo d'água, aquela cheia enorme, tinha chovido bastante, mas também, né, dava tirar, eles não quiseram tirar. Porque a ponte pra mim era um ponto de referência onde todo mundo passava pra lá e pra cá...³⁴³

Por meio da sua narrativa é possível inferir que houve alguma promessa ou intenção de se levar a ponte³⁴⁴ da cidade velha para a nova, a narradora tinha a expectativa de que a ponte seria “preservada”. No entanto, o mais relevante na sua narrativa é a memória do atravessar para um lado e outro da cidade. Nesse sentido, a cidade do lado de cá e de lá permanece nos referentes dos sujeitos.

Aquele monumento, estrategicamente posto na entrada da cidade, remete à ausência do rio na vida urbana/rural de Nova Ponte. O Rio Araguari era um elemento que compunha a paisagem da cidade, mas deixou de existir devido ao preenchimento do reservatório da represa. Ao invés da ponte sobre o rio, agora o que interliga a cidade é uma avenida que se inicia na entrada e atravessa todo o espaço urbano, é a Avenida Governador Valadares, nome que já possuía antes da mudança.

Conhecida pelos seus moradores e por visitantes como avenida principal, ela comporta as principais instituições públicas e privadas, além de importantes “lugares da memória”. A começar pela delegacia da Polícia Militar, que denota a ideia de cidade segura, complementando os sentidos da guarita na entrada, seguem-se o Banco do Brasil e o Bradesco. Estabelecimentos comerciais, supermercados, padarias, farmácias, lojas de roupas e de eletrodomésticos, além de pontos de encontro como bares, restaurantes, sorveterias e residências particulares também foram distribuídos do início ao fim da avenida principal, concentrando-se principalmente na região mais central. Nessa área, onde não é o espaço de moradia para a maioria dos trabalhadores que vive na cidade, localizam-se também igrejas e escolas com vista para praças.

São duas grandes praças, a mais conhecida delas é a São Miguel, chamada também de Praça dos Três Poderes, que tem de um lado a Câmara e a Prefeitura Municipal e de outro a Igreja São Miguel; a outra é a praça conhecida como Praça do Cristo, onde se localiza a

³⁴³ **Ronaldi Pontes Rezende.** Entrevistada em 26/07/2011.

³⁴⁴ A ponte aparece na produção acadêmica pelo viés do mito de origem, associada a uma visão linear que vê a história nos seus grandes marcos, na história de grandes homens e de grandes eventos, como se pode notar no trabalho de Adriana de Oliveira Crema: “*Ligando os dois povoados, foi inaugurado em 1958, uma ponte de madeira construída por Antonio José da Silva Fernandes. O construtor ficou com os direitos de cobrança de pedágio para travessia da ponte por trinta anos.*”. Ver: CREMA, Adriana Oliveira. **A cidade dos “afogados”**: a memória, a história e a luta pelo direito à cidade de Nova Ponte. 2005. 282f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005, p. 21.

Escola Municipal São Miguel. Há também a Praça São Sebastião, no final da avenida, onde fica a Igreja de mesmo nome. As praças levam nomes de santos. Essa nomenclatura que remete a instituição Igreja Católica, são símbolos que expressam relações de poder que permanecem, uma vez que a Igreja é uma instituição que disputa poder no meio social, sendo espaço em que se consolidam projetos, valores, além de envolver diferenças, inclusive de classe.

Prefeitura e Câmara foram estrategicamente instaladas no Centro da cidade, uma ao lado da outra. Portanto, no novo ordenamento da cidade alguns espaços foram destinados para grupos sociais determinados³⁴⁵, prevaleceu uma racionalização dos espaços, sendo que a inserção estratégica de certas instituições expressam relações de poder, interesses de classe.

Abaixo pode-se visualizar os prédios da Câmara e Prefeitura Municipal. Chama a atenção que neste espaço que é público não havia pessoas no momento em que a fotografia foi produzida:

³⁴⁵ Raquel Rolnik procurou reconstituir a regulação urbanística da cidade de São Paulo, com a perspectiva de evidenciar a relação entre legislação, economia, cultura e política, mostrando como os territórios da cidade expressam a concentração de renda e de poder nas mãos de poucos, mas nos permitindo pensar que não se apaga a organização do espaço cotidiano, na vida concreta das pessoas, nos espaços segregados. Ver: ROLNIK, Raquel. Lei e Política: a construção dos territórios urbanos. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Educ, n. 18, p. 135-154, maio 1999.

Imagem 14 – Prefeitura e Câmara Municipal de Nova Ponte, 11/03/2013



Fonte: Acervo Juliana Lemes Inácio.

Esses prédios têm um desenho diferenciado, parecem extrapolar o princípio de que as construções nos servem fundamentalmente de abrigo. Os profissionais que os criaram o fizeram com o objetivo também de embelezar o espaço urbano, ou pelo menos o Centro da cidade, que é onde eles foram introduzidos no mapa planejado. Os contornos, de caráter artístico bem elaborado para moradores da cidade, mas também para esta pesquisadora, em nada lembram os edifícios que as mesmas instituições possuíam antes da transferência da cidade. Essa nova arquitetura é memória do projeto que prevaleceu. Trata-se da cidade dada a ver nas redes de comunicação e de turismo. Ou seja, é a cidade que foi “planejada”.

Especialmente nas proximidades da Praça São Miguel, no Centro, há casas grandes, elas são bonitas e possuem um *design* arquitetônico novo, como se pode observar na imagem abaixo:

Imagem 15 – O entorno da Praça São Miguel



Fonte: City Brazil³⁴⁶.

A fotografia, encontrada em um endereço eletrônico de destinos turísticos, aparece identificada como sendo de autoria da Prefeitura Municipal de Nova Ponte. Produzida, portanto, a partir de encomenda do poder público municipal, essa imagem tem o objetivo de registrar a praça e as residências no seu entorno. O foco foi dado ao alinhamento da Igreja São Miguel em primeiro plano e aos prédios da Câmara e Prefeitura Municipal em seguida, dispostos em frente à Igreja. Este é o Centro da cidade, território onde sujeitos da classe média e alta se estabeleceram, e é neste entorno que se localiza boa parte dos imóveis de maior valor financeiro, embora possam ser encontradas grandes casas e de alto padrão construtivo em outras regiões da cidade³⁴⁷.

A Casa da Cultura, outro ponto para visitação de turistas, também foi instalada na avenida principal; é um espaço que foi criado, não existia na cidade velha. A edificação, conhecida como Chalezinho, era propriedade de membros das classes de poder e foi

³⁴⁶ Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/mg/novaponte/galeriafotos.php?inicio=0>>. Acesso em: 25 fev. 2009. Segundo informações do site, o autor da fotografia é a Prefeitura Municipal de Nova Ponte.

³⁴⁷ Milton Santos explica os modos como parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo, destacando as maneiras como o planejamento urbano contribui para a organização do mecanismo do mercado. Ver: SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 107.

“relocada” pela Cemig da cidade velha para a nova, sendo um espaço que remete à memória de um grupo dominante. É o lugar que expõe ao público fotografias e documentos que são evidências das versões explicativas que se querem hegemônicas a respeito da história da cidade.

Um pouco à frente da Casa da Cultura, ainda na avenida principal, fica a Igreja São Sebastião. Desse lugar se tem uma vista privilegiada para o lago da UHE de Nova Ponte. O fim da avenida é marcado pela Igreja São Sebastião que está de frente para a cidade e de costas para o caminho, asfaltado e provido de iluminação pública, que leva ao lago.

O lago é um dos elementos mais significativos das mudanças impostas à cidade e é por meio dele que se evoca a imagem de “cidade turística”. O balneário – mais conhecido pelos moradores do município e região como “prainha” – é um espaço novo na paisagem da cidade. Se, por um lado, o lago atrai praticantes de atividades esportivas com veículos aquáticos, voo livre, passeios de canoa e banho às margens da represa, por outro lado a “prainha” é também o local onde a Prefeitura Municipal de Nova Ponte realiza *shows* durante todo o ano e, especialmente, no período de carnaval, quando as festas atraem os foliões de cidades da região.

Esse tipo de entretenimento, a partir dos lagos artificiais, não é específico de Nova Ponte, pelo contrário, é comum em municípios que tiveram a intervenção de usinas hidrelétricas³⁴⁸ e que objetivam levar renda ao município.

Nesse espaço fabricado, o loteamento de chácaras às margens da represa – restrito àqueles que têm um poder aquisitivo elevado – os usos de espaços destinados ao lazer, que não são apenas para os moradores da cidade, mas principalmente, para a gente que vem de fora, e a constante divulgação de entretenimentos nos *outdoors* fixados na avenida principal – e os próprios eventos festivos à beira do lago – também compõem a nova imagem da cidade, sendo evidências de mudanças.

Além disso, a pesca, que já era comum, mas num outro espaço, no rio que foi represado, também leva pessoas à cidade. Todas essas atividades atraem visitantes, o que

³⁴⁸ Como é o caso do município de São Simão no Estado de Goiás, por exemplo. “*Ideal para prática de Esportes Náuticos, o Lago Azul conta com porto pavimentado para embarcações e convenientemente toda infraestrutura necessária para o conforto e segurança dos turistas foi edificada ao longo da praia do Lago Azul*”. Informações retiradas do endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de São Simão-Goiás. Disponível em: <<http://www.saosimao.go.gov.br/>>. Acesso em: 19 maio 2013. No município de Rifaina, no Estado de São Paulo, investe-se no turismo no lago do Rio Grande “*Praia artificial de Rifaina, um ótimo lugar para passar horas admirando a natureza, as paisagens, aves e poder curtir um banho nas águas represadas do Rio Grande, além de Bares, Lanchonetes e Restaurantes para curtir momentos de rara descontração.*” Informações retiradas do endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Rifaina-SP. Disponível em: <<http://www.rifaina.sp.gov.br/Conteudo.asp?CD=932>>. Acesso em: 19 maio 2013.

ajuda a compreender a percepção de alguns moradores, afirmando que há muitos “estranhos” na cidade. Essa constatação algumas vezes ganha tom de queixa e é comum especialmente entre os moradores que vivem na cidade há mais tempo.

O lago simbolicamente substitui o rio. Contudo, as relações estabelecidas a partir do lago são distintas daquelas que antes eram forjadas no rio. Os trabalhadores e moradores da cidade de um modo geral não frequentam o lago, nem para se banhar nem para pescar. Mas, eles têm se apropriado deste espaço. Quando em entrevista perguntei ao Sr. José Custódio sobre os carnavais realizados na “prainha”, querendo saber se os moradores da cidade participam desse evento, foi a sua esposa que me respondeu, narrando que “*o povo daqui vai, põe barraquinha vende as coisa. Pra você vê, o carnaval é lá pra fevereiro pra lá e o povo já tá trazendo, já tá fazendo badalada de carnaval, uai*”³⁴⁹. Esses novos modos de interagir no espaço compõem os sentidos de se viver numa cidade fabricada. Para alguns, o lago e os eventos nele realizados, são uma oportunidade a mais de trabalho.

O poder público municipal é o maior incentivador³⁵⁰ das atividades que acontecem à beira do lago e o intuito é o de angariar renda, gerar movimentação financeira no município. Esse incentivo é notado pelos moradores. Quando perguntei para a Sra. Maria Aparecida se o carnaval na cidade reunia muitas pessoas, ela respondeu: “*ai, carnaval, menina do céu, vem aquele tanto de gente, mas porque é a prainha, ai o prefeito contrata banda, o pessoal fica todo envolvido lá na prainha, aquela muvuca lá o dia inteiro*”³⁵¹.

A renda gerada no município com as festas realizadas na prainha era uma expectativa que se tinha em relação à nova cidade no momento de sua mudança e foi utilizada como forma de conquistar o apoio dos moradores da cidade.

Em entrevista, quando perguntei ao Sr. Manoel se no Carnaval vem muita gente de fora ele disse: “*É, vem muita gente de fora! Ah vem, o pessoal vem, aluga casa! O pessoal vem e aluga casa pra ficar! Uma vez, mesmo eu aluguei essa aqui! Aluguei...*”³⁵². Para os trabalhadores, alugar suas casas no período do Carnaval foi um modo encontrado para lidar com as mudanças, procurando ganhar, ou seja, fazendo-se ativos na conjuntura de transformações.

O lago pode ser visto a partir de vários pontos, o plano da cidade privilegia isso. As edificações situadas ao longo da avenida principal ocultam e mostram o lago ao fundo da

³⁴⁹ Sra. Maria Aparecida de Oliveira. Entrevistada em 14/01/2012.

³⁵⁰ Todavia, nos anos de 2013 e de 2014 não foram realizados eventos como o carnaval, por exemplo, às margens da represa.

³⁵¹ Sra. Maria Aparecida de Oliveira. Entrevistada em 14/01/2012.

³⁵² Sr. Manoel Benedito Inês. Entrevistado em 14/01/2012.

cidade, conforme o ritmo com que se passa por ela. A trabalho, a passeio ou pelos mais diferentes motivos, seja porque se vive naquela cidade ou porque se está nela apenas de passagem, o lago é um elemento novo na configuração daquele espaço e que não passa despercebido.

Entretanto, ele é a mais notável evidência da presença da usina hidrelétrica construída pela Cemig naquela cidade, mas não é o único indicativo físico e visível das mudanças vividas. Há também muitas casas de um mesmo estilo, foram padronizadas e são pequenas.

Essas foram aquelas casas que a empresa destinou aos proprietários que optaram por permutar o seu imóvel no momento da negociação, ou seja, são as casas que alguns trabalhadores rejeitaram. A maioria delas não se localiza perto do Centro. A imagem abaixo compõe um conjunto de fotografias arquivadas na Casa da Cultura de Nova Ponte cujo tema central é o plano da cidade nova:

Imagem 16 – Vista aérea da nova cidade de Nova Ponte; as casas “relocadas”



Fonte: Acervo Casa da Cultura de Nova Ponte³⁵³.

Certamente, o objetivo de sua produção era o de criar um amplo registro fotográfico da nova cidade. Desta vez, o Bairro São Sebastião aparece em primeiro plano, na parte inferior da imagem. Visualiza-se uma série de residências de tamanho pequeno e que obedecem a um mesmo padrão.

³⁵³ Segundo informações de funcionários daquela instituição, essa fotografia provavelmente foi produzida a pedido da Prefeitura Municipal de Nova Ponte, não havendo registro de sua autoria.

Mais ao centro da imagem aparece a Casa da Cultura, ainda sem arborização ao seu redor. No alto, vê-se a Igreja São Miguel e, mesmo deste ângulo, é possível notar o destaque que esta edificação ganha no plano da cidade. Com exceção de um pequeno trecho de rua que aparece no canto inferior esquerdo da imagem, observa-se que as ruas estão asfaltadas.

De imediato, o traçado dessa cidade planejada não dá visibilidades aos “pobres” e aos trabalhadores da cidade, aos sujeitos que não participaram dessa “negociação”. Ou seja, o olhar do visitante é direcionado para os prédios públicos de beleza chamativa, é movido a observar o lago ao fundo. O desenho da cidade desperta no visitante a curiosidade de seguir o curso da avenida principal para conhecer a cidade. E o que ele vê é a cidade ordenada, materializada em “xadrez”, com as principais instituições, praças, empresas e diversos tipos de estabelecimentos dispostos do início ao fim da avenida principal.

Contudo, essa cidade, bonita esteticamente, guarda memórias de conflitos. O projeto da Igreja São Miguel, da Prefeitura e da Câmara Municipal são representativos dos modos como se deu a elaboração do traçado dessa nova cidade.

A narrativa do Sr. Randolfo dos Santos dá a dimensão da constituição do campo de disputas no momento de definição dos projetos dos prédios públicos da nova cidade. O Sr. Randolfo, agora aposentado, trabalhou como engenheiro na Prefeitura Municipal quando a cidade estava sendo transferida. Ele foi um dos profissionais que compôs uma comissão criada em Nova Ponte especificamente para lidar com a mudança da cidade. Falávamos do quanto a organização da cidade velha é diferente em relação à nova, quando perguntei sobre o início da elaboração dos projetos, e ele respondeu o seguinte:

Muitos projetos foram modificados, o da prefeitura foi modificado, a da igreja era uma igreja totalmente diferente, já que a ideia, a concepção do arquiteto era fazer arredondado esse da prefeitura, a câmara, também a igreja ia ser uma igreja moderna. Aí por questão cultural, “não, vamos manter a igreja da forma como ela é”. E, mas houve modificações, no terminal rodoviário houve modificações. Todas essas obras públicas houve modificações. Eles apresentavam dois, três projetos, eles entre eles mesmo definiram lá como seria, coisa que a gente recebeu pronto, foi só pra gente analisar e aprovar ou não. Então isso foi assim, foi empurrado mais ou menos goela abaixo da gente, sabe? É uma pressão né, “olha você tem tantos dias”, levava aqueles maços de mapas de projeto lá, eu analisava, tinha as pessoas, mas não tinha, igual eu estou falando, não tinha uma equipe realmente adequada pra fazer aquele trabalho. Eu acho que tinha que ter outras pessoas né, tinha que ter pessoas na geografia, na área de história, de arquitetura, de engenharia, uma equipe realmente multidisciplinar ali pra definir, né, se tá certo, se tá bom, se não vai.³⁵⁴

³⁵⁴ **Sr. Randolfo dos Santos.** Engenheiro da Prefeitura Municipal de Nova Ponte; trabalhou na comissão que tratou da transferência da cidade. Entrevistado em 26/07/2011.

Quando entrevistei o Sr. Randolph ele ainda trabalhava na Prefeitura Municipal. Ele, engenheiro formado, foi contratado pela Prefeitura Municipal para analisar os projetos de mudança da cidade. A sua narrativa conta da tensão vivida naquele momento de “relocação”, é a fala de alguém que estava inserido no campo de forças presente no processo de mudança da cidade. A Prefeitura Municipal é o lugar a partir de onde ele se posiciona. Desse modo, o “eles” a que ele se refere diz respeito aos engenheiros da Cemig que projetaram as edificações públicas da nova cidade. Era esse “eles” que mandava os projetos prontos para a administração municipal que ficava incumbida de apenas aprovar ou não, na interpretação que ele constrói no presente.

A partir da sua narrativa é possível perceber que, no âmbito da administração municipal, a oportunidade de opinar com relação aos projetos era limitada. Na visão dele, a disposição da cidade foi empurrada “*goela abaixo*” daqueles que participaram efetivamente do processo de transferência, ou pelo menos, foi empurrado a ele – um profissional de área específica que se viu sem alternativas a respeito do que deveria ser feito. Nesse sentido, ele representa uma fissura naquele processo, porque, embora funcionário da Prefeitura, ele sente que saiu derrotado.

Ele ainda exprime que aqueles que como ele estiveram ativamente envolvidos na organização da mudança foram pressionados e tiveram que aceitar grande parte dos projetos enviados pela Cemig.

Discussões e debates, aceitações e rejeições, antecederam e sucederam a aprovação da planta da cidade e de alguns projetos, modificações foram sendo feitas até o último momento antes do início das obras da nova cidade.

Embora o Sr. Randolph perceba o processo de mudança da cidade como algo autoritário, o Termo de Acordo, datado de fevereiro de 1990, indica que, pelo menos, houve tentativas de resistência à imposição de uma planta que não fosse discutida na cidade. O Termo de Acordo foi assinado por Cemig, AMNP, Câmara e Prefeitura Municipal e formalizou os modos como se dariam a participação e a responsabilidade de cada um no processo de mudança da cidade.

O documento registra que estava acordado que “*os projetos dos prédios públicos municipais serão submetidos a aprovação da CMNP para posterior execução pela CEMIG*”³⁵⁵. Nesse sentido, a inclusão de um item que determinava a aprovação dos projetos de prédios públicos pela Câmara Municipal, para que somente depois eles fossem executados,

³⁵⁵ CEMIG/AMNP/CMNP. **Termo de Acordo**. Belo Horizonte, 21 fev. 1990, p. 3. Acervo: Leme Engenharia.

foi uma forma encontrada pela AMNP, mas também pelo governo municipal, de sinalizar que eles estavam ativos naquele processo de mudança. Sobretudo, eram os seus interesses que eles buscavam resguardar.

Todavia, o que mais se destaca na narrativa do Sr. Randolpho é o fato de que o prédio da igreja também teria um desenho “moderno”, como tiveram a Câmara e a Prefeitura Municipal, mas que por questões culturais resolveram mantê-la como era. A questão que emerge é a seguinte: quem resolveu manter a igreja como era?

Em conversas informais eu já tinha escutado que a população havia rejeitado o projeto arquitetônico diferenciado para a igreja e reivindicou que a Cemig a construísse no formato da antiga. Por este motivo, tanto a Igreja São Miguel quanto a São Sebastião foram desenhadas tendo como modelo a planta original, a partir da qual haviam sido erguidas na cidade velha. Naquele momento, o padre Júnior era uma liderança dentro da AMNP. Quando perguntei se eles tinham algum projeto, ele narrou:

Sim, nós tínhamos uma proposta, projeto. A igreja pra você ter uma ideia, o Oscar Niemeyer me deu de presente a construção de duas novas igrejas, o povo não quis! E se o povo não quis, o que é que eu fiz? Eu fiz a igreja fac-símile como eles queriam.

Juliana: Foi um pedido então das pessoas

Padre: É porque eu tinha que atender eles, eu ia passar e eles iam continuar morando na realidade deles. Então, mesmo eu achando que a igreja moderna ia ser melhor, mais bonita, ia ser um ponto turístico também pra própria cidade, imagina, Oscar Niemeyer, um grande arquiteto do mundo, do Brasil e tudo, construiu Brasília, mas mesmo assim o povo não quis saber, eles queriam igual como era na igreja antiga.³⁵⁶

O padre chama a responsabilidade da escolha do modelo da nova igreja para si quando afirma que recebeu de Niemeyer um projeto como presente. No seu entendimento, o novo modelo contribuiria para o turismo, perspectiva que está de acordo com os projetos hegemônicos levados à cidade. Isso é uma evidência dos interesses que também resultaram no plano da cidade e que se materializaram no traçado ordenado e na arquitetura da Câmara e da Prefeitura Municipal, por exemplo.

Entretanto, o padre mencionou que o povo não quis um projeto novo, o que o moveu a optar por manter o desenho da antiga igreja. Essa narrativa é uma pista para a compreensão a respeito dos embates presentes no período de transferência da cidade. Se, por um lado, os trabalhadores compunham esse “povo” que rejeitou a igreja projetada por Niemeyer, por outro lado, os grandes fazendeiros da região, que eram membros da paróquia, assim também o fizeram.

³⁵⁶ Padre **José Lourenço da Silva Júnior**. Entrevistado em 01/10/2011.

Nesse sentido, acreditar que manter o desenho original da igreja foi uma reivindicação respeitada – podendo ser visto como uma vitória naquele tempo de conflitos, quando muitos projetos foram “empurrados goela abaixo” – não pode significar abrir mão de pensar que são também os interesses de grupos de poder que estavam colocados. Os fazendeiros também reivindicaram que a igreja fosse reconstruída tal como era na cidade velha.

Nesse sentido, o padre cedeu aos interesses daqueles que viviam no lado de cá do rio, dos “*ricão*”, lembrados pela Sra. Emiliana, sujeitos que moravam ao redor da Praça São Miguel, nas proximidades da igreja. Por que outras capelas não foram reconstruídas na nova cidade? Por que a Igreja do Rosário foi alocada próxima a um asilo, impedindo os trabalhadores de darem continuidade à festa da Congada?

São as relações vivenciadas nesses espaços que permanecem, de modo ativo, na memória da Sra. Maria Páscoa. Quando perguntei o que ela achou da mudança da cidade ela disse:

Eu senti muita saudade de lá, muita, muita. [...] Eu dou saudade de cada cantinho que a gente tinha costume de ir, de tudo que a gente participou ali daquela cidade e olho aquele tanto de água eu fico lembrando aonde era igreja, aonde era um armazém, aonde era a casa da fulana, aonde era da beltrana, eu fico alembrando de tudo, sabe?³⁵⁷

Lembrar-se de tudo que se participou naquele espaço urbano é uma forma de os sujeitos reivindicarem seu direito à cidade no tempo presente. Do mesmo modo, suas memórias são um meio de se firmarem na vida social.

³⁵⁷ Sra. Maria Páscoa de Jesus. Entrevistada em 20/04/2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podem destruir uma cidade inteira? Fiz essa pergunta, pela primeira vez, provavelmente aos doze anos de idade e, de um modo ou de outro, foi essa questão que mais tarde me impulsionou à escolha desta temática.

Quando as obras em Nova Ponte começaram as notícias que circulavam na região, muitas vezes, eram estereotipadas, pautadas por desconhecimento do processo e, ao mesmo tempo, referenciadas nas noções hegemônicas de que o “progresso” chegaria.

Recordo-me também de informações de que havia muita gente estranha morando em Nova Ponte, o que alimentou boatos de muitas naturezas, fazendo com que o imaginário de violência se sobressaísse. Rumores de mortes de funcionários na barragem e do aumento de roubos deixaram os moradores da região apreensivos quanto à violência e ao aumento da criminalidade. Essas eram as memórias que eu tinha a respeito das mudanças empreendidas naquela cidade.

O doutorado representou uma oportunidade de problematizar minhas próprias memórias, de rever a minha participação naquele presente, final dos anos 1980 e início dos anos 1990, mas, sobretudo, de elaborar novos questionamentos que ultrapassam interesses individuais, colocando minhas próprias lembranças/referências de infância em movimento.

Fui para os primeiros contatos com as evidências, ainda indignada com o processo empreendido naquela cidade. Desse modo, a gama dos interesses que eu tinha passava por uma preocupação articuladora inicial que dizia respeito àquilo que os moradores haviam perdido naquele tempo de mudanças.

No entanto, a pesquisa, sobretudo a produção de narrativas, revelou processos mais complexos. Do mesmo modo, as perspectivas da História Social, encontradas, sobretudo, nas leituras de Thompson, Williams, Hall, Hoggart, mas também as discussões apresentadas por Portelli e as importantes contribuições presentes no *Muitas Memórias, Outras Histórias*, e em *Outras histórias: memórias e linguagens* fizeram-me atentar para os embates presentes no processo social de instituição e de constituição de memórias, bem como para os modos como os trabalhadores percebiam transformações nos seus viveres.

Nesse sentido, no transcorrer da pesquisa, ao reexaminar as narrativas em conjunto com outras evidências – levando em consideração a natureza capitalista dos projetos de construção de hidrelétricas, em que as empresas se ocupam de “*produzir energia que lhes possibilite ser cada vez mais competitivas e poderosas, diante do ‘mercado’, e não para*

solucionar os problemas sociais e energéticos do país”³⁵⁸ – discussões acerca da noção de cultura se tornaram relevantes. Busquei considerar os interesses do capital na cultura, nas tradições e nas formas de vida das classes populares³⁵⁹. Ou seja, o processo de desapropriação vivido tinha perspectivas de um processo histórico mais complexo.

Desse modo, optei por tornar mais evidente os modos de se viver na cidade no período que antecedeu a chegada da hidrelétrica. Com esse procedimento, foi possível compreender melhor em que os trabalhadores se sentiam mais “afetados” pelas transformações experimentadas.

A partir desse entendimento, mesmo aqueles eventos que apareciam na memória hegemônica puderam ser analisados por outras abordagens, a dos significados próprios assumidos nas relações materiais vivenciadas por sujeitos que, até então, ou estavam à margem das produções historiográficas sobre a cidade, ou ocupavam nela um lugar de expectador apenas.

Por escolher não trazer esse processo por meio de uma análise estrutural – considerando que interpretações dessa natureza tendem a trazer o passado ora como um agregado de histórias separadas³⁶⁰ e a cidade como uma categoria analítica, desprovida de vida³⁶¹ – ocupei-me em problematizar os modos como os trabalhadores se reconhecem na cidade.

Isso significou atentar para as múltiplas memórias e para os diferentes sentidos atribuídos ao passado vivido que emergiam nas narrativas dos trabalhadores. Portanto, referências feitas ao Rio Araguari, às festas, ao trabalho nas lavouras, à organização da vida doméstica e à construção da nova cidade, que emergiam a partir das contradições sociais, ganharam relevância neste estudo por viabilizar reflexões sobre o processo a partir das memórias dos trabalhadores.

³⁵⁸ RIBEIRO, Gisélia Maria Campos. **A construção da hidrelétrica Candonga e a desconstrução de modos de vida: memórias e histórias de trabalhadores** em Nova Soberbo/MG. 2013. 272f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013, p. 136.

³⁵⁹ HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 231-247.

³⁶⁰ Ver o passado como um agregado de histórias separadas é uma perspectiva que busquei refutar neste trabalho com base nas perspectivas apresentadas pela história social, especialmente por Thompson. Para ele “*O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras*”, soma essa que é definida por Thompson como processo histórico. Ver: THOMPSON, E. P. *Intervalo: A lógica histórica. Miséria da teoria ou um planetário de erros*; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 50.

³⁶¹ Perspectiva presente no trabalho de Le Goff. Ver: LE GOFF, Jacques. Introdução; a cidade inovadora, palco de igualdade e festa da troca. In: _____. **Por amor as cidades**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 9-67.

A compreensão a respeito desses modos de viver, dos valores, dos costumes, dos territórios engendrados pelos trabalhadores é o que permite compreender os significados que eles vão atribuir às mudanças da cidade. O que temiam? Como se inseriram naquele processo? Quais valores estavam em disputa? Quais significados atribuíram às mudanças vividas? Essa tese buscou apontar essas questões.

Nesse sentido, partindo do entendimento de que o tempo presente é uma dimensão que nos impulsiona, a perspectiva nesta tese foi a de desconstruir discursos unificadores³⁶² a respeito das histórias vividas em Nova Ponte, partindo das diferentes experiências dos trabalhadores que vivenciaram o processo de intervenção do empreendimento realizado pelo Estado na cidade.

O esforço foi o de reconhecer múltiplas vozes e que as pessoas com quem conversei pudessem se reconhecer em diálogo³⁶³, incorporando os narradores como coautores no processo de conhecimento histórico e buscando fazer ver elementos que contribuíram para o entendimento das maneiras como a problemática é interpretada, enfatizando perspectivas alternativas.

Entretanto, considerando que o conhecimento histórico é, por sua natureza, provisório e incompleto, como disse Thompson, houve questões que tive que deixar à margem deste trabalho e, dessa forma, algumas evidências encontradas também tiveram suas interpretações adiadas³⁶⁴. Do mesmo modo, algumas questões que aparecem na tese merecem ser ampliadas em novos estudos.

O processo de desapropriação da cidade se mostrou controverso nas evidências analisadas e algumas questões demandam uma investigação mais profunda. Entre elas, as maneiras como se deu a negociação com os trabalhadores/moradores da cidade que não tinham os títulos das propriedades, as negociações com os proprietários rurais, bem como os critérios de “alocação” dos trabalhadores no plano da nova cidade.

Os modos como o turismo é experimentado na cidade, bem como a importância dos *royalties* recebidos pela empresa também exigem uma pesquisa mais específica.

³⁶² FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução: Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d' água, 2004, p. 5-13.

³⁶³ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d' Água, 2004, p. 137.

³⁶⁴ Entrevistas produzidas por outros pesquisadores, inclusive entrevistas produzidas por mim mesma, algumas fotografias de acervos particulares, poesias, vídeos, entre outras fontes, não foram incorporadas a este trabalho. Devido ao modo como a problemática foi sendo conduzida, o diálogo com outras evidências se apresentou como sendo mais enriquecedor e condizente com os objetivos delineados, o que não desautoriza ou desmerece o potencial dos outros materiais.

A tese também abre margem para se pensar a respeito do modelo de produção energética adotado no Brasil, dos diferentes interesses em disputa e dos modos como as classes trabalhadoras figuram neste processo.

Apesar das lacunas e do que ficou apenas mencionado, busquei fazer ver as múltiplas maneiras como os trabalhadores/moradores se constituem como sujeitos no processo histórico vivido, pretendendo assumir um desejo de intervenção no social. Ainda que esta tese encerre limites, e contenha lacunas, o ímpeto foi o de contar outras histórias, como um meio de levar adiante compromissos políticos, tarefa inerente ao ofício do historiador.

Pensando nesses compromissos, a partir de disputas forjadas no tempo presente, busquei valorizar outras histórias vividas e narradas pelos trabalhadores. Ao privilegiar suas discordâncias e aceitações, suas próprias questões e seus sentimentos, esforcei-me em produzir histórias.

Longe da pretensão de oferecer um conhecimento acabado³⁶⁵ sobre a temática, procurei refletir sobre outras possibilidades que foram esboçadas naquele processo e apontar contradições, buscando “*descobrir o rastro dos outros caminhos que levavam a destinos diferentes, e talvez melhores*”³⁶⁶.

³⁶⁵ As reflexões de Thompson a respeito da produção do conhecimento histórico não nos permite pensar que nossas questões esgotam alguma temática, muito menos que temos a última palavra a ser dita a respeito. Para ele, “o conhecimento histórico é, pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas não, por isso, inverídico), (b) seletivo (mas não, por isso, inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas), e, portanto, só ‘verdadeiro’ dentro do campo assim definido.”. THOMPSON, E. P. Intervalo: A lógica histórica. In: _____. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 49.

³⁶⁶ FONTANA, Josep. Em busca de novos caminhos. In: _____. **A história dos homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 488.

ARQUIVOS, ACERVOS E FONTES

1. Casa da Cultura de Nova Ponte:

Fotografias; documentos da Cemig, arquivo de jornais diversos.

CEMIG. **Usina Hidrelétrica de Nova Ponte**. Previsão dos Eventos Importantes da obra. s/d. Pasta: Notícias sobre Nova Ponte, Jornais Diversos.

AS OBRAS de construção da barragem já começaram. **Jornal Minas Gerais**, 12 nov. 1987. Interior, p. 19. Pasta: Notícias sobre Nova Ponte, Jornais Diversos.

CEMIG Notícias, jul. 1987. Pasta: Notícias sobre Nova Ponte, Jornais Diversos.

JORNAL MINAS GERAIS. 12 nov. 1987. Pasta: Notícias sobre Nova Ponte, Jornais Diversos.

NOVA Ponte, um dos principais projetos hidrelétricos de toda região Sudeste. **Cemig Notícias**, jul. 1987. Pasta: Notícias sobre Nova Ponte, Jornais Diversos.

JORNAL MINAS GERAIS. jun. 1988. Pasta: Notícias sobre Nova Ponte, Jornais Diversos.

CIDADE de Nova Ponte será transferida para outro local. **Jornal Minas Gerais**, jun. 1988. Pasta: Notícias sobre Nova Ponte, Jornais Diversos.

CEMIG/LEME ENGENHARIA/ UFMG – ESCOLA DE ARQUITETURA. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, jul. 1990.

2. CEMIG:

Fotografias; documentos produzidos pela empresa, arquivo de jornais diversos.

CEMIG. **Usina Hidrelétrica de Nova Ponte**. Belo Horizonte, 1987.

ATÉ LOGO mais, Nova Ponte. **Jornal da Cemig**, Belo Horizonte, 9 out. 1990.

CEMIG. **UHE Nova Ponte – Estimativas orçamentárias referentes aos componentes ambientais: plano de controle ambiental**. Belo Horizonte, 1991.

CEMIG. **Esclarecimento sobre o cronograma da UHE Nova Ponte**. Belo Horizonte, 26 mar. 1991.

CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. **Nova Ponte vai ficar pronta daqui a um ano**. *Jornal Estado de Minas*, 18 set. 1992. In: *Leitura Dinâmica*, n. 173, 18 set. 1992. Belo Horizonte, 1992.

CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. **Nova Ponte cobra casas da CEMIG.** Jornal Diário do Comércio, 21 abr. 1992. Belo Horizonte, 1992.

CEMIG Notícias, jun. 1992.

CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. **Nova Ponte: População cobra construção das casas.** Jornal Diário da Tarde, 7 maio 1992. Belo Horizonte, 1992.

CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. **Serão construídas 1000 casas em vários padrões.** Cemig Notícias, Belo Horizonte, out. 1991, p. 14.

CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. **Moradores pedem casa para sair de cidade condenada: Nova Ponte (MG) será submersa por barragem; governo promete obras.** Jornal Folha de São Paulo, 7 maio 1992. Belo Horizonte, 1992.

CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. **Cemig mostra andamento das obras em Nova Ponte.** Cemig Notícias, Belo Horizonte, jun. 1992.

CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. Usina de Nova Ponte. **Cemig Informa**, n.1, 14 jul. 1992. Belo Horizonte, 1992.

CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. **Projeto une Cemig à iniciativa privada.** Diário do Comércio, 7 ago. 1992. Belo Horizonte, 1992.

CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. Usina de Nova Ponte, Residência de Nova Ponte – Canteiro de Obras. **Demolições.** Cemig Informa, n. 4, 15 mar. 1992, p. 2. Belo Horizonte, 1992.

CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. Usina de Nova Ponte, Residência de Nova Ponte – Canteiro de Obras. **Cemig Informa**, n. 6, 3 ago. 1993, p. 2. Belo Horizonte, 1993.

CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. Usina de Nova Ponte, Residência de Nova Ponte – Canteiro de Obras. **A área a ser ocupada pelo lago está 97% limpa.** Cemig Informa, n. 6, 3 ago. 1993, p. 2. Belo Horizonte, 1993.

CEMIG – SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO. Usina de Nova Ponte, Residência de Nova Ponte – Canteiro de Obras. **Cidade Velha.** Cemig Informa, n. 6, 3 ago. 1993, p. 2. Belo Horizonte, 1993.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória Histórica de Nova Ponte.** Belo Horizonte: CEMIG, 1997.

3. Leme Engenharia:

CEMIG/LEME ENGENHARIA/ UFMG – ESCOLA DE ARQUITETURA. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Memória Histórica de Nova Ponte** – Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, jul. 1990.

CEMIG/AMNP/CMNP. **Termo de Acordo**. Belo Horizonte, 21 fev. 1990.

CEMIG/LEME ENGENHARIA/UFMG. **Projeto Executivo Estudos Ambientais: Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte**: apropriação urbana – Cidade Nova Ponte. Estudo Comparativo das Moradias (Tipologia/Habitabilidade) - Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1993.

CEMIG/LEME ENGENHARIA. **Monitoramento socioambiental urbano na cidade de Nova Ponte** - Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Belo Horizonte, nov. 1993, p. 5.

Fotografias; Mapa da cidade velha de Nova Ponte; Planta da nova cidade de Nova Ponte.

4. Endereços Eletrônicos:

ANDRADE GUTIERREZ. <http://www.andradegutierrez.com.br/AreasDeAtuacao.aspx?CD_Menu=68>. Acesso em: 22 mar.2013.

Caxuana - <<http://www.caxuana.com.br>>. Acesso em: 2 abr.2013.

CEMIG – COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS: <<http://www.cemig.com.br>>.

City Brasil - <<http://www.citybrazil.com.br/mg/novaponte/galeriafotos.php?inicio=0>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. <<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/governo/galeria-de-governadores/10194-francelino-pereira-dos-santos/63419-francelino-pereira-dos-santos/5794/5241>>. Acesso 29 maio.2013

IBGE. Cidades; Minas Gerais/Nova Ponte. <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314500&search=minas-geraisnova-ponte>>. Acesso em: maio 2014.

IBGE. Dados de 1990. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=314500#>>. Acesso em: 19 maio 2011.

MINAS GERAIS. Serviço Público do Estado de Minas Gerais. **III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social**. Belo Horizonte, 1979, v. 1, p. 2. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/apresentacao/apresentacao.php>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

Prefeitura Municipal de São Simão-Goiás. <<http://www.saosimao.go.gov.br/>>. Acesso em: 19 maio 2013.

Prefeitura Municipal de Rifaina-SP. <<http://www.rifaina.sp.gov.br/Conteudo.asp?CD=932>>. Acesso em: 19 maio 2013.

PORTAL do Governo de Minas Gerais. **Galeria de Governadores**. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/5798-galeria-de-governadores/5794/5241>>. Acesso em 7 mar. 2013.

TRACTEBEL ENGINEERING. Disponível em: <http://pt.leme.com.br/tractebel_engineering/overview>. Acesso em: 22 fev. 2013.

5. Câmara Municipal de Nova Ponte

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 15 jan. 1981**. Nova Ponte, 1991. Livro n. 4.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 17 set. 1981**. Nova Ponte, 1981. Livro n. 4.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 19 fev. 1983**. Nova Ponte, 1983. Livro n. 4.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 7 mar. 1988**. Nova Ponte, 1988. Livro n. 6.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 23 maio 1989**. Nova Ponte, 1989. Livro n. 7.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 19 nov. 1990**. Nova Ponte, 1990. Livro n. 8.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 15 abr. 1991**. Nova Ponte, 1991. Livro n. 9.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Atas da Câmara Municipal de Nova Ponte, 20 abr. 1992**. Nova Ponte, 1992. Livro n. 9.

6. Arquivo Público Municipal de Uberlândia:

POPULARES saíram às ruas para protestar contra a demora das obras. **Jornal Correio do Triângulo**, n. 15.932, 6 maio 1992.

POVO faz manifestação em Nova Ponte. **Jornal Correio do Triângulo**, Uberlândia, n. 15.932, p. C, 6 maio 1992.

SILVA JÚNIOR, Padre José Lourenço da. Carta Aberta da População de Nova Ponte ao Governador Hélio Garcia e à Cemig. **Jornal Correio do Triângulo**, Uberlândia, n. 15.937, 12 maio de 1992, p. 9.

7. Produção historiográfica sobre a cidade:

CREMA, Adriana Oliveira. **A cidade dos “afogados”**: a memória, a história e a luta pelo direito à cidade de Nova Ponte. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

FERREIRA, Rosa Maria. **As águas e o tempo – memórias de Nova Ponte**. 1996. 204f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

FORTUNATO, Gabriel Nazaré. **As asas do tempo perdido**: re-construindo Nova Ponte. 1999. 169f. Monografia (Graduação em História)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, UFU, 1999.

GONÇALVES, Fabiane Ribeiro. **Passado, presente e futuro**: a paisagem (re) construída em Nova Ponte. 2004. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

SILVA, Vicente de Paulo da. **Efeitos sócio-espaciais de grandes projetos em Nova Ponte-MG**: reorganização do espaço urbano e reconstrução da vida cotidiana. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia – IGEO, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

8. Acervo da pesquisadora:

Fotografias e narrativas orais

9. Fontes orais:

Sr. Adélio Soares Pinto, casado, 53 anos, duas filhas, ex-trabalhador da Andrade Gutierrez, mora no bairro Nossa Senhora das Graças, Uberlândia. Entrevistado em 09/08/2011.

Sr. Amador Bernardes Ferreira, viúvo, 81 anos, morador do lado do São Sebastião. Entrevistado em 19/06/2009 e em 19/08/2011.

Sra. Emiliana Borges da Silva, 80 anos, viúva, mãe de dez filhos. Entrevistada em Nova Ponte, na sua residência, em 21/07/2012.

Sr. Iozaino José Carneiro, professor da rede pública de ensino. Entrevistado em 05/01/2013.

Sr. Jesus José Ferreira, conhecido como Seu Zuza, 61 anos, casado. Ele tem cinco filhos. Ele era de Santa Juliana se mudou com sua família aos onze anos para Nova Ponte. Entrevistado em Nova Ponte, na sua residência, em 05/09/2010.

Sr. José Custódio de Oliveira, conhecido como Zé Vieira, 59 anos, casado com a Sra. Maria Aparecida de Oliveira, que também participou da entrevista. Ele trabalhou na cerâmica, na CEMIG durante as obras de construção da usina e na Caxuana. Morador do Bairro Nossa Senhora do Rosário. Entrevistado em sua residência em 12/01/2012.

Sr. José Lourenço da Silva Júnior. O padre Júnior chegou a Nova Ponte em 1986 quando assumiu os trabalhos na paróquia São Miguel e deu início as suas primeiras atividades como padre. Permaneceu naquela cidade por seis anos e posteriormente foi para Uberaba. Entrevistado na Igreja São Judas Tadeu, em Uberaba, em 01/10/2011.

Sr. Leonel Brizola Pontes. Ex-presidente da Associação dos Moradores de Nova Ponte. Atualmente possui um cargo público na Prefeitura Municipal. Entrevistado em 22/08/2011 no seu gabinete.

Sr. Manoel Benedito Inês, conhecido como Tineca, 71 anos, viúvo, pai de duas filhas, morador lado de cá do rio, o Bairro São Miguel. Entrevistado em Nova Ponte, na sua residência, em 14/01/2012 e em 21/07/2012.

Sra. Maria Aparecida de Oliveira, 49 anos, sempre morou em Nova Ponte. Na cidade velha ela morava no Bairro Nossa Senhora do Rosário. Entrevistada em sua residência no dia 07/07/2012.

Sra. Maria Páscoa de Jesus, 67 anos, divorciada, teve sete filhos. Ela vivia no Bairro São Francisco, no lado de cá do rio. Entrevistada em sua residência em 20/04/2013.

Sra. Osvalda Pontes Fagundes, 76 anos, casada, mãe de quatro filhos, ex-moradora do Bairro São Miguel. Entrevistada em Tapuirama, na sua residência, no dia 08/07/2012.

Sr. Randolpho dos Santos. Engenheiro da Prefeitura Municipal de Nova Ponte. Entrevistado em 26/07/2011

Sra. RONALDA Pontes Rezende, casada, 73 anos, mãe de nove filhos, sempre viveu em Nova Ponte. Seu marido era proprietário de um estabelecimento comercial no Bairro São Miguel, na cidade velha. Entrevistada em Nova Ponte, na sua residência, em 26/07/2011.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. História Oral e Memórias: Entrevista com Alessandro Portelli. **História e Perspectiva**. Revista dos Cursos de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, EDUFU, n. 25 e 26, p.27-54, jul. 2001/jun. 2002.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Reservas extrativistas no Acre e biodiversidade: relações entre cultura e natureza. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Educ, n. 18, p. 191-214, maio 1999.

ARANTES, Antonio A. A guerra dos lugares; desigualdade e diferença. In: _____. **Paisagens paulistanas**: transformações do espaço público. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

ARAÚJO, João Lizardo R. H.; OLIVEIRA, Adilson de. Política Energética Brasileira: mudança de rumo? In: COLOQUIO INTERNACIONAL “ENERGÍA, REFORMAS INSTITUCIONALES Y DESARROLLO EN AMÉRICA LATINA”, 1., 5-7 nov. 2003, México, D.F. **Anales...** México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México; Université Pierre Mendès France de Grenoble, 2003. Disponível em: <<http://www.depfe.unam.mx/p-cientifica/coloquio-erdal/24HaLizardo-Adilson-PortugLtt.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2010.

ARÓSTEGUI, Julio. O processo metodológico e a documentação histórica. In: _____. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Entre a palavra e a imagem: o sertão da fome. In: _____. **Famintos do Ceará**. Imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 1).

BIONDI, Aloysio. Compre você também uma empresa pública; As estatais, “sacos sem fundo”? In: _____. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRITES, Olga. Retratos de infância: infância, história e fotografia: São Paulo nos anos 1930. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’ água, 2006.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. **História e Perspectiva**, v. 23, n. 42, p. 11-29, jan./jun. 2010.

_____. Um olhar sobre a cidade: Uberlândia e seus espaços nos referenciais culturais de algumas memórias e histórias. In: SOUZA, Antonio C. Barbosa de; FALCÃO, Luiz Felipe (Org.). **Cidades médias do Brasil na historiografia contemporânea**. Campina Grande: EDUEFG, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Crítica de duas questões relativas ao anti-relativismo epistemológico contemporâneo. In: _____. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Narrativas de um Candango em Brasília. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 27, p.163-180, 2004.

_____. Narradores de Javé: histórias, imagens, percepções. **Fenix: Revista de História e Estudos Culturais**. Uberlândia, ano V, v. 5, n. 2, abr./maio/jun. 2008. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF15/Artigo_04_ABRIL-MAIO-JUNHO_2008_Heloisa_Helena_Pacheco_Cardoso.pdf>. Acesso em: maio 2014.

CARVALHO, Joaquim Francisco de. Descaminhos da Política Energética. **Revista Brasileira de Energia**, v. 6, n. 1, 1997.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Representações urbanas: Militão Augusto de Azevedo e a memória visual da cidade de São Paulo. **Revista de fotografia do IPHAN; Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 27, p. 111-123, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre cultura popular. In: _____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Ed. Moderna, 1982.

_____. A nação como semióforo. In: _____. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

_____. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: _____. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

CHESNEAUX, Jean. História e prática social no campo do poder. In: _____. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

CORREA, Ivone Maria X. de Amorim. Introdução. In: _____. **Círio de Nazaré: A Festa da Fé e suas (re) significações culturais – 1970-2008**. 2010. 244f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CORREIA, Maria Letícia. **O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)**. 2003. 300f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, Maria Clementina. Introdução; Mandirobas, pés espalhados e o ameno carnaval dos resedás. In: _____. **Ecos da folia: Uma história do carnaval entre 1880-1920**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA**. 2004. 250f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados do Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

_____. Um rio de memórias: o *modus vivendi* dos beraderos sanfranciscanos antes da represa de Sobradinho (Bahia). **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 41, p. 115-139, jul./dez. 2009.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **História e Perspectiva**. Revista dos Cursos de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, EDUFU, n. 6, p. 5-23, 1992.

_____. Cultura e história social. **Revista Projeto História**. São Paulo, PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Departamento de História, EDUC, n. 10, p. 73-90, 1993.

_____. (Org.). **Cidades**. Programa de Estudos Pós-Graduados, PUC-SP. São Paulo: Olho d'água, 1999.

_____. Introdução. In: _____. **Cidades**. Programa de Estudos Pós-Graduados, PUC-SP. São Paulo: Olho d'água, 1999.

FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução; Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FONTANA, Josep. Em busca de novos caminhos. In: _____. **A história dos homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

GARCIA, Márcia F.; LIMONAD, Ester. Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional: algumas considerações sobre o projeto do complexo hidrelétrico do Rio Madeira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., Brasília, jun. 2008. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e água**: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

GRUPO Memória Popular. Memória Popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: _____. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Os espaços de utopia; responsabilidades perante a natureza e perante a natureza humana. In: _____. **Espaços de esperança**. 4. ed. São Paulo: 2011.

HOBSBAWM, Eric. Os sentidos do passado. In: _____. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOGGART, Richard. O mundo das pessoas tais como elas são. In: _____. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

_____. “Nós” e “Eles”. In: _____. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

_____. **As utilizações da cultura 2**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Presença, 1975.

INÁCIO, Juliana Lemes. “**A gente tem que ficar onde tem serviço**”: Memórias e experiências de trabalhadores no distrito de Tapuira, Uberlândia/MG. 2008. 167f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

KARPINSKI, Cezar. Hidrelétricas e Legislação Ambiental Brasileira nas décadas de 1980-90. **Revista Percursos**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 71-84, 2008.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, n. 22, p. 79-103, jun. 2001.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História. In: _____. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LANGARO, Jiani Fernando. **Para além de pioneiros e forasteiros**: outras histórias do Oeste do Paraná. 2006. 277f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

_____. **Quando o futuro é inscrito no passado**. “Colonização” e “pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo-PR 1950-2010. 2012. 472f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

LAVERDI, Robson. A cidade que estava lá: tensões urbanas em Porto Velho a partir da construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 44, p. 267-315, jan./jun. 2011.

LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. In: _____. **O direito a cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. Industrialização e Urbanização. In: _____. **O direito a cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. Especificidade da cidade. In: _____. **O direito a cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. Da cidade à sociedade urbana; A forma urbana; A sociedade urbana. In: _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 15-32; p. 109-124; p. 151-164.

LE GOFF, Jacques. Introdução; A cidade inovadora, palco de igualdade e festa da troca. In: _____. **Por amor as cidades**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

MACIEL, Laura Antunes. Clichês do Sertão. In: _____. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da ‘Comissão Rondon’. São Paulo: EDUC, 1998.

MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’água, 2006.

MANARIN, Odirlei. **Peões da barragem**: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Candido Rondon, 2008.

MARICATO, Ermínia. Contradições e avanços da Habitat II. In: _____. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARTINS, Renato Domingues Fialho. Do Oligopólio à Estatização (1930-1989). In: _____. **O setor elétrico pós privatização: novas configurações institucionais e espaciais**. 2009. 142f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MASSEI, Roberto. **A construção da usina hidrelétrica Barra Bonita e a relação homem natureza vozes dissonantes, interesses contraditórios - (1940-1970)**. 2007. 309f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2012.

MONDENARD, Anne de. Tradução de Eveline B. Kavakama. A emergência de um novo olhar sobre a cidade: as fotografias urbanas de 1870 a 1918. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Educ, v. 18, p. 107-113, maio 1999.

MONTE, Francisca Silvania de Sousa. **O uso e controle das águas no processo de modernização do estado do Ceará: o caso da barragem do Castanhão**. 2005. 362f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e Cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia - 1970-2000**. 2002. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

_____. **Empobrecimento e “Inclusão Social”: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004)**. 2007. 230f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, Maria Anezilany Gomes do. A construção do lugar na cidade planejada: um olhar sobre Nova Jaguaribara. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v. 20, n. 1, p. 39-46, jan./jun. 2005.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia, Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

PAULA, Dilma Andrade de. **A cidade submersa: o processo de destruição de São João Marcos (1930-1945)**. 1994. 98f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1991.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos; memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, n. 10, p. 41-58, 1993.

_____. A filosofia e os fatos; Narração, interpretação, e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

_____. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, Programa de Estudo Pós-Graduados em História, v. 14, p. 7-24, 1997.

_____. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

_____. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERT, Verena (Org.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz Casa de Oswaldo Cruz: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

_____. História oral como gênero. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, v. 22, p. 9-36, 2001.

_____. Dividindo o mundo: o som e o espaço na transição cultural. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, Programa de Estudo Pós-Graduados em História, v. 26, p. 47-64, jun. 2003.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REBOLÇAS, Lúcia Marcelino. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

RIBEIRO, Gisélia Maria Campos. **A construção da hidrelétrica Candonga e a desconstrução de modos de vida: memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG**. 2013. 272f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

ROLNIK, Raquel. Lei e Política: a construção dos territórios urbanos. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Educ, v. 18, p. 135-154, maio 1999.

_____. Introdução; Fronteiras: unicidade da lei e multiplicidade dos territórios. In: _____. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997. p. 13-14; 59-100.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8.

_____. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986. v. 8.

_____. Região. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAID, Edward. W. **Representações do Intelectual**: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, Programa de Estudo Pós-Graduados em História, v. 14, p. 41-81, fev. 1997.

SANTOS, Carlos José F. Introdução: tudo era italiano? In: _____. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza 1890-1915. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Milton. O território do dinheiro e da fragmentação. In: _____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. Limites à globalização perversa. In: _____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SARLO, Beatriz. **Um olhar político**. In: _____. Paisagens imaginárias. São Paulo: Edusp, 2005.

SCHAMA, Simon. Introdução. In: _____. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SCHMITT, Judite Veranisa. **Os atingidos por Itaipu**: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

SILVA, Eduardo Rodrigues da. **Histórias, Memórias e viveres de trabalhadores em São Francisco/MG (1970-2010)**. 2013. 142f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SILVA, Lúcia. A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização e vida urbana. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Cidades**. Programa de Estudos Pós-Graduados, PUC-SP. São Paulo: Olho d'água, 1999.

SILVA, Olga Brites da. Memória, preservação e tradições populares. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

SINGER, Paul. Belo Horizonte. In: _____. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SOUZA, Ana Guiomar Rêgo. **Paixões em Cena: a Semana Santa na cidade de Goiás**. 2007. 369f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TELLES, Vera da Silva. Política e espaço público na constituição do “Mundo Comum”: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt; Direitos sociais: afinal do que se trata? In: _____. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

THOMPSON, E. P. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Intervalo: a lógica histórica. In: _____. **Miséria da Teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. O termo ausente: experiência. In: _____. **Miséria da Teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Exploração. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Padrões e experiência. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Comunidade. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Introdução: costume e cultura. In: _____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. Patrícios e plebeus. In: _____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. A economia moral revisitada. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. A venda das esposas. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Org.). **As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

VAINER, Carlos B. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. In: ARANTES, Otilia B. F; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Campo e cidade. In: _____. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Cidade e Campo. In: _____. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Transformações na cidade. In: _____. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Gente da cidade. In: _____. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Cidades de trevas e de luz. In: _____. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. A figura humana na cidade. In: _____. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. In: _____. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Língua. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Tradições, instituições e formações. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Dominante, residual e emergente. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Estruturas de sentimentos. In: _____. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. A situação Estética e Outras. In: _____. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.